Destruição da Teologia da Infidelidade Negativa

Em defesa do Dogma Fora da Igreja Não Há Salvação

A destruição da teologia da ignorância invencível

Daniello Alberto de Récalde

Sumário

1 Pequenas meta-reflexões históricas pré-introdutórias **2**

2 INTRODUÇÃO **5**

3 ESCLARECIMENTOS PRÉVIOS E DIVISÕES **7**
3.1 I. CONCEITOS PRELIMINARES 7
3.2 NOSSO POSICIONAMENTO — RESUMO 8
3.2.1 “Como poderão ser salvos, então?” 10
3.3 POSICIONAMENTO DOS NOSSOS ADVERSÁRIOS 12
3.4 IGNORÂNCIA INVENCÍVEL 13

4 SANTOS PADRES - PATRÍSTICA **16**
4.1 SÉCULOS IV & V - AGOSTINHO, PRÓSPERO E FULGÊNCIO 16

5 SÉCULO VI - PROFISSÃO DE FÉ DO PAPA PELÁGIO I - PENÍNSULA ITÁLICA **24**

6 SÉCULO IX - GÁLIA **26**

7 SÉCULOS XI, XII e XIII - SACRO IMPÉRIO ROMANO GERMÂNICO, GÁLIA, GRÃ-BRETANHA E PENÍNSULA ITÁLICA **28**
7.0.1 Cardeal Roberto Pullen (c. 1080–1146) - Grã-Bretanha 30

8 Santo Anselmo de Cantuária, Doutor da Igreja - Península Itálica **35**
8.1 Papa Honório III - Península Itálica 37
8.2 Papa Inocêncio III - Península Itálica 38
8.3 Santo Tomás de Aquino, Doutor da Igreja - Explicação do Posicionamento Tradicional 41
8.4 Parte I - Fé Explícita em Cristo 42
8.5 Parte II - Autoridade da Igreja e nossa fé divina 44

9 Parte III - Algumas últimas considerações e distinções **50**
9.1 I. - O sentido dos mistérios 50
9.2 II. - A fé implícita é incompatível com a crença errônea em qualquer dogma, mesmo em ignorância invencível 56
9.3 CONTINUAÇÃO DO SÉCULO XIII 59
9.4 Duns Escoto - Posicionamento de Sua Escola 61
9.5 Egídio Romano - Posicionamento de sua Escola 65

10 João Baconthorpe - Posicionamento de sua Escola **68**

11 Raimundo Lúlio - Posicionamento de sua Escola **70**

12 Agostinianos - Posicionamento de sua Escola **76**

13 Santo Alberto Magno, Doutor da Igreja - Posicionamento **80**

14 São Boaventura, Doutor da Igreja - Posicionamento de sua Escola **82**

15 Sobre as outras escolas **84**

16 SÉCULOS XIV e XV - PENÍNSULA IBÉRICA, PENÍNSULA ITÁLICA - SERMONISTAS **85**
16.1 São Vicente Ferrer e São Bernardino de Siena 85

17 Posicionamento antiprobabilista de São Bernardino de Siena, Miguel de Elizalde e as Orações na Sexta-Feira Santa **96**
17.1 Sermonistas - Antônio Vercellis e Osvát de Laskó 98

18 SÉCULO XV - Concílio de Constança e Florença **101**
18.1 Concílio de Constança 101

18.2 *Inter Cunctas* e as orações pelos infiéis mortos 102
18.3 Concílio de Florença 103
18.4 Concílio de Florença - Teólogos e papas 104
18.5 Casos de Martírios 108

19 Concílio de Florença - Outros teólogos 111

20 SÉCULO XVI - Início da Revolução Teológica 131

21 SÉCULO XVI e SÉCULO XVII - Antiprobabilismo, São Roberto Belarmino e a Eclesiologia 137

22 SÉCULO XVII - Santa Inquisição Romana e a Tese Jesuítica 147

23 CONTINUAÇÃO - SÉCULOS XVI e XVII - Sermonistas e Exegetas Pós-Tridentinos 154

24 CONTINUAÇÃO: FINAL DO SÉCULO XVI - CONDENAÇÃO SINODAL PORTUGUESA 172

25 SÉCULO XVIII - Apostasia, Liberalismo e Contrarreação Probabiliorista 175

26 SÉCULOS XVIII e XIX - A consolidação do liberalismo católico, da tese jesuítica e as contrarreações papais e americanas 184
26.1 Gregório XVI, Orações pelos infiéis e as cartas ao clero da Bavária 196
26.2 1 - As falsas interpretações sobre os documentos de Pio IX . . 201
26.3 1.1. A expressão "*divinae lucis, et gratiae*" - Bento XIV e os escotistas 203
26.4 1.2. Expressões similares em Leão XIII e Pio XI 206
26.5 1.3. Discursos de Pio IX contra seus opositores 209

27 FINAL DO SÉCULO XIX - Leão XIII, Americanismo e Ensino Magisterial 212
27.1 Leão XIII, a fé explícita em Cristo e o ensino explícito da necessidade da Igreja para o nosso ato de fé divina 216

28 INÍCIO DO SÉCULO XX - São Pio X, *Sodalitium Pianum*, Pio XI e a contínua rejeição do dogma 219
28.1 O falho argumento do Catecismo de São Pio X 220

28.2 *Sodalitium Pianum* e outros teólogos 221

29 SÉCULO XX - Suprema Haec Sacra e o caso Feeney 226

30 SÉCULO XX - Pio XII: *Mystici Corporis Christi* e *Humani Generis* 229

31 Conciliábulo Vaticano II - A infiltração oficial da tese adversária 232
31.1 Movimento Tradicionalista - Infiltração da tese adversária . . 236

32 CONCLUSÃO 239

33 PÓS-CONCLUSÃO 241
33.1 APÊNDICES - CITAÇÕES EXTRAS 242
33.1.1 I - São Pedro Pascual, Concinismo e outras citações . . 242
33.1.2 APÊNDICE II - OUTRAS CITAÇÕES SOBRE O CONHECIMENTO MEDIEVAL (SÉC. XV) DOS IGNORANTES INVENCÍVEIS CONTRA FRANCIS SULLIVAN 244
33.2 APÊNDICE III - *Unam Sanctam* e sua interpretação canonista 245
33.3 Apêndice IV - Outras Citações 246

Autor do texto: Daniello Alberto de Récalde.

CAPÍTULO 1

Pequenas meta-reflexões históricas pré-introdutórias

No fluxo irresistível do perpassar dos séculos, a obscuridade permeia tudo aquilo que outrora foi reconhecido, e resta senão à história, mestra da vida, nos retirar por meio de sua luz o negro véu que cobre os acontecimentos pretéritos, e que assim impele-nos, como força centrípeta, para aquelas verdades imutáveis. O espírito do tempo é-lhe favorável.

Aquém dessa direção está aquela força centrífuga, atuante como memorialismo pervertido, e inimiga da vida, que revisita os monumentos do passado, corroendo acidamente o mármore e o ouro que nos foram legados. O espírito do tempo, porém, é-lhe desfavorável.

Cultores da anunciadora dos tempos passados, entramos na sequência ineludível e invicta daqueles predecessores nossos que, por meio dessa luz eterna, lançaram humilhados em terra todos os sabotadores do princípio vital. Lançam-se os nossos em combate diário, instigados com fulgor divino e heroico, fazendo vivificar e resplandecer em meio ao fogo a linhagem teândrica imemorial de nossos maiores.

No desdobrar tragicômico desta luta perpétua, reconheceram os nossos um dos núcleos de onde aquela força centrífuga desviante vinha sem cessar. Convencidos da imortalidade, da superioridade irretocável do espírito que nos anima,

não tardamos em analisar atentamente os passos adversários, reconhecer-lhes os terrenos e descobrir aquilo que neles restava oculto, a fim de lançarmo-nos contra este núcleo.

Percebemos o espírito silvícola e primitivo que os animava, escondido como estava por trás daqueles movimentos, e regozijamo-nos na sátira, consoantes com nossa antiga máxima *castigat ridendo mores*. Em meio a risadas, estávamos todos de acordo com o velho Catão e dizíamos repetidamente uns para os outros, sob fórmula diversa, o que outrora foi afirmado pelo venerável senador: "Considero ainda que Manaus deve ser destruída".

Não subiríamos e penetraríamos naquela densa floresta apenas pelo sul, mas reconhecendo-lhes o terreno e descendo a ele pelo norte, adentramos disfarçados como os troianos na cidade dos homens, e percebemos como cheia estava da torpeza moral, e imediatamente anotamos o que víamos. Anotamos seus costumes, seus hábitos, sua filosofia, sua moral e, durante quarenta dias, sentíamos o que sentiu César em terras estrangeiras, lidando com gentem semperque alia cogitantem, alia simulantem bene cognitam habebat. Nossos registros ressoavam como uma continuação da narração do Apóstolo em Romanos I, 23-32.

Víamos as três cabeças da besta no centro daquela cidade, influindo sobre o âmago das almas de seus discípulos e veneradores. A cabeça principal seduzia por palavras, e transformava-se de Adão em Eva, convencendo aos demais de que o homem poderia tornar-se sua costela. As outras duas cabeças eram suas auxiliares e a representavam na cidade, sempre sob o influxo dela. Uma destas era passiva, obediente, afeminada e sua animação afetada em relação à cabeça principal nos confirmava uma obsessão quase romântica. A outra escondia em seus globos oculares saltados, aparentemente sérios, trevas mais profundas que o inferno, disfarçadas sob a elegância da expressão virgílica, evocada iconograficamente por Caravaggio, de que Omnia vincit amor.

Por vezes incrédulos com o que víamos, descíamos como Dante acompanhado por Virgílio naquelas profundezas infernais. Não era tanto o Virgílio venerado pela besta, adepto das paisagens bucólicas e do amor absoluto, mas aquele cujos versos ressoavam as guerras fundantes da eterna Roma. Fazíamos uma segunda Eneida, e diferente da primeira, não fundávamos o Lácio, mas o restaurávamos.

Estávamos ainda nos primeiros cantos dessa segunda Eneida. Neste cenário, uma águia pairava nos ares, e seu olhar rasgava aquelas aparências fugidias, e

cada vez mais o oculto de seus corações tornava-se evidente. Os homens da cidade, que tinham em seus olhos apenas o terreno, não perceberam aquela cintilante ave, que anunciava uma guerra já vencida.

Voltamos após percorrermos aquela cidade, e deslocamo-nos para o sul, pondo-nos a analisar cuidadosamente os nossos registros e memórias daquele antro de imoralidade. Por setecentos e trinta dias, armamo-nos para que, na segunda volta àquela cidade, efetivássemos a destruição completa da besta. Adeptos da guerra relâmpago, mataríamos como São Jorge o dragão em única investida.

Este momento parece não mais tardar. Movimentamo-nos, mudamos os tempos, e os eventos tornaram-se cada vez mais céleres; e somos capazes de ver, como viu Eneias, o frescor de novos céus e novas terras.

À medida que o tempo passar, o que está oculto aparecerá, e o que agora se encontra escondido sob figuras resplandecerá como o sol. A guerra está vencida.

Finalizado no dia 24 de agosto de 2026, decorridos 454 anos da Noite de São Bartolomeu.

CAPÍTULO 2

INTRODUÇÃO

Escrevemos o presente artigo contra aqueles homens frouxos e enamorados dos ignorantes invencíveis, que, imbuídos de falsa compaixão, substituem o dogma de que nenhum homem pode salvar-se fora da Igreja Católica Romana pela falsa esperança de que tais ignorantes possam alcançar a salvação eterna. Em meio a milhares de subterfúgios, sutilezas e ardis, que bem conhecemos, tentam encontrar fundamentos para essa esperança herética, que apresentam como "a sentença comum", "o consenso dos teólogos", "o ensino do Magistério" e a "doutrina oficial da Igreja".

Isto é o que dizem reiteradamente tais defensores do Conciliábulo Vaticano II, que aceitam com júbilo a possibilidade de tal ignorante se salvar. A intenção de assim aceitarem é inequívoca: encontra-se assim uma justificativa para as afirmações ecumênicas dos documentos do referido Conciliábulo de que as seitas heréticas constituem "meios de salvação" e de que sua eficácia salvífica deriva supostamente da própria Igreja Católica Romana. Com o propósito de citar os seus proponentes mais conhecidos, destacam-se Christian Wagner, Trent Horn e Michael Lofton nas terras da América do Norte; quanto ao Brasil, destacam-se Tales Muniz e Carlos Alberto.

Descontentes com o que dizem tais defensores, recorrentemente se refugiam os resistentes na demonstração das enormes dificuldades que se interpõem no

caminho daquele ignorante invencível, sem negar, contudo, a possibilidade da salvação; e enumeram assim a degeneração intelectual e moral, a falta dos sacramentos, a escassez das graças que lhe são distribuídas e o suposto fato de que, apesar de aquele estar "ordenado à Igreja", encontra-se em uma situação objetivamente indesejável aos olhos de Deus. Sua diferença para o *rallié* não reside senão no grau de dificuldade que coloca no processo de salvação de tal infiel. Neste grupo, destacam-se a Fraternidade Sacerdotal São Pio X e inúmeros grupos tesistas, como é o caso de Dom Donald J. Sanborn. Mencionamos também a Congregação de Maria Imaculada Rainha de Dom Mark Pivarunas e todos seus sequazes; no caso do Brasil, fazemos menção ao Centro Dom Bosco, Dom Lourenço Fleichman, bem como Carlos Nougué.

Os radicais, diferentemente dos demais, negam categoricamente a possibilidade de salvação de tal infiel. Neste grupo, os mais próximos seriam Michael e Peter Dimond, conhecidos popularmente como "Irmãos Dimond", conquanto expressemos divergências de pensamento quanto a estes; e, como é evidente, no Brasil somos uma vez mais os primeiros.

Em face dessa confusão doutrinária, e tendo especialmente em vista o público da América Românica, dirigimos-lhe toda a argumentação que se segue, com a intenção de confundir o primeiro grupo, elucidar, para o segundo, tristemente míope, a verdade da fé católica e confirmar o posicionamento do terceiro.

Dividimos a presente obra em duas partes interdependentes: histórica e teológica. Será apresentado um dossiê reunindo inúmeros documentos para que se demonstrem efetivamente as origens da mentalidade ecumênica, ao mesmo tempo que será apresentada nossa tese e seus fundamentos, e por contraposição, refutada a oposta.

CAPÍTULO 3

ESCLARECIMENTOS PRÉVIOS E DIVISÕES

3.1 I. CONCEITOS PRELIMINARES

Não nos é alheia a complexidade do problema que se apresenta — sendo ele um tópico abordado desde tratados sobre a predestinação, sobre a Igreja e sobre a moral, até sermões, relatórios e mesmo catequeses. Não nos é tampouco alheio que a nossa pesquisa seria ininteligível à primeira vista para os devotos de Tupã, com destaque àqueles que habitam as margens do norte do Brasil. Por parte destes, sabemos suas táticas: acusarão de feeneísmo, rebuscarão seu discurso com distinções inúteis para esbanjar uma erudição que não possuem e deturparão nosso posicionamento por não o entenderem. É por isso que desejamos esclarecer algumas coisas óbvias.

Todo o presente debate consiste em alguns pontos fundamentais dentro da teologia escolástica. Todos os católicos concordam que é necessário ter fé para ser salvo, pois "sem a fé é impossível agradar a Deus" (Hb. 11, 6), mas fé em quais mistérios? Todos aceitaram, com exceção de alguns jesuítas, a absoluta necessidade, para todo homem, de ser salvo mediante a crença em dois mistérios: Deus existir e ser remunerador, conforme anuncia o Apóstolo em Hebreus 11, 6. Entretanto, há outras duas verdades cuja absoluta necessidade os teólogos deixaram de ensinar, especialmente na modernidade: Cristo e a

Santíssima Trindade.

Com relação a essas duas verdades, não abordaremos a segunda. A primeira implica necessariamente a segunda, de modo que não se pode conceber Cristo sem, em alguma medida, conceber a Santíssima Trindade, já que Ele é o Filho de Deus. Portanto, esta segunda verdade ficará como pano de fundo em nossa exposição, mas é claro que todo autor que concorda com a absoluta necessidade da primeira concorda, de igual modo, com a absoluta necessidade da segunda.

Naturalmente, quando falamos que algo é absolutamente necessário para todo homem, não colocamos exceções. Esta necessidade é chamada, na escolástica, de "necessidade de meio *per se*". Uma necessidade de meio que poderia admitir exceções, como no caso dos ignorantes invencíveis, não seria absoluta e, assim, seria uma "necessidade de meio *per accidens*". Há ainda uma necessidade completamente relativa àqueles que podem conhecer tais mistérios, e esta é chamada de "necessidade de preceito".

Posteriormente, voltaremos a explicar a fé explícita e implícita. A fé explícita versa necessariamente sobre o objeto de maneira imediata, analisando a proposição enquanto formalmente reconhecida como tal por nosso intelecto. Assim, exige o conhecimento distinto e adequado da proposição. A fé implícita, por outro lado, recai como um assentimento do intelecto a uma proposição virtualmente contida em outra. Por exemplo, quando pensamos que Cristo é homem, virtualmente cremos que ele é também visível, pois o atributo homem encerra visibilidade. Esta visibilidade, entretanto, fica implícita.

3.2 NOSSO POSICIONAMENTO — RESUMO

Assim explicados estes conceitos, qual é o nosso posicionamento? Voltaremos a isto depois. Em resumo, nós o dividimos em seis partes.

Em primeiro lugar, defendemos que os mistérios relativos a Jesus Cristo e à Santíssima Trindade são necessários de ser cridos explicitamente com necessidade de meio *per se*, de modo que nenhum homem, por mais invencivelmente que ignore tal mistério, pode ser salvo sem seu conhecimento. As consequências disto são manifestas: é necessário ao homem algum contato com a cristandade e ter uma recepção do Evangelho, e resguarda-se, inicialmente, a visibilidade

da Igreja. Contra estes pontos, levantaram-se especialmente os jesuítas, com especial menção a Francisco Suárez e ao Cardeal Juan de Lugo.

Em segundo lugar, defendemos que nenhum mistério pode ser crido com fé divina sem a autoridade externa da Igreja que o anuncia. Sem esta autoridade, a fé de qualquer pessoa torna-se humana e inútil para a salvação. Para o homem crer em tais verdades, é como que indispensável que ele diga: "creio porque Deus assim revelou e a Igreja assim o ensina". Se ele não crê *por causa* da Igreja, *em razão* da Igreja, ele não tem fé. As consequências disto também são manifestas: nenhum pagão, judeu, herege ou cismático em ignorância invencível pode alegar conhecer a Igreja e, assim, ser capaz de crer em quaisquer verdades.

Em terceiro lugar, defendemos que nenhum mistério pode ser crido com fé divina sem o verdadeiro sentido anunciado pela Igreja. Assim, se um herege em ignorância invencível crê que Cristo possui uma natureza meramente humana, excluindo Sua natureza divina, ele não crê verdadeiramente em Cristo, mas em um falso Cristo, em um ídolo. A salvação não pode ser obtida com uma fé falsa, isto é, com uma fé baseada em falsos conceitos, em más interpretações, em erros a respeito dos mistérios divinos. É necessário crer retamente, conforme o sentido exposto pela Igreja. As consequências disto são manifestas: embora todos os hereges e cismáticos compartilhem nominalmente os mesmos mistérios que os nossos, interpretam-nos de modos diversos e errôneos, o que anula a possibilidade de fé divina. Esta fé, por se referir a um objeto formal divino, não pode de modo algum ser suscetível de falsidade, conforme dirá São Tomás.

Em quarto lugar, enquanto tais principais mistérios — a existência de Deus; Deus remunerador; Jesus Cristo e a Santíssima Trindade — são mistérios que concernem a Deus, defendemos, ancorados no posicionamento tradicional, que quaisquer erros cognitivos a respeito da natureza divina não atingem Deus verdadeiramente, mas um ídolo. O que queremos dizer com isto? Que nenhum pagão, judeu, herege ou cismático, enquanto entende Deus de forma distinta daquela pela qual os católicos O entendem, pode conhecer a Deus verdadeiramente. O que conhecem são ídolos, falsos deuses e, por isto, são incapazes de ter fé mesmo na existência do Deus verdadeiro, em ser remunerador, bem como em Jesus Cristo e na Santíssima Trindade. As consequências disto também são manifestas, pois todos creem diversamente da Igreja, errando na *Filioque*, errando na encarnação de Cristo, errando nas naturezas de Cristo, concebendo falsas hierarquias na Santíssima Trindade etc. Assim, são incapazes de ter fé em quaisquer mistérios.

Em quinto lugar, defendemos que, enquanto a fé se refere a uma virtude teológica do intelecto, infundida por Deus, o mesmo intelecto não pode aderir simultaneamente a duas coisas contraditórias. Portanto, enquanto um homem, por mais ignorante que seja, crê explicitamente que Cristo é meramente homem, não pode crer implicitamente, "por um benefício da ignorância invencível", que também seja Deus. De fato, a ignorância invencível apenas tira a culpabilidade de assim crer, mas é incapaz de converter o verdadeiro em falso, alterando a ordem física das coisas. As consequências disto também são manifestas: não se pode assim alegar que um homem em ignorância invencível poderia crer implicitamente em tudo o que explicitamente rejeita.

Em sexto lugar, defendemos que, enquanto o assentimento da fé se refere a um assentimento do intelecto, este, ao reconhecer determinada proposição, reconhece também o seu contrário. O herege, ao crer que "Cristo é meramente homem", também deduz o seu oposto, "Cristo não é meramente homem", e rejeita explicitamente esta proposição, aceitando, por outro lado, a primeira. Por isto, colocamos que tal herege em ignorância invencível não pode de modo algum ter fé implícita nos mistérios que explicitamente rejeita. As consequências são manifestas.

Diante de tudo isto, afirmamos que qualquer homem que morra sem conhecimento da cristandade, da Igreja e dos seus mistérios está certamente condenado, destinado aos tormentos eternos do inferno. Afirmamos, portanto, que todos aqueles milhões de índios que não conheceram a cristandade estão certamente todos condenados, bem como todos aqueles africanos que ficaram privados deste conhecimento. Não rogaremos jamais para que Deus tenha misericórdia daqueles que morreram privados desta luz que pode ser encontrada somente dentro da Igreja Católica Romana.

De fato, tais ignorantes invencíveis não creem na existência de Deus, nem n'Ele ser remunerador, tampouco em Cristo e na Santíssima Trindade; não creem porque a Igreja assim o ensina; não creem conforme o sentido da Igreja; creem, ao contrário, em ídolos, falsos deuses alheios à fé católica; rejeitam explicitamente os mistérios da fé e não podem de modo algum crer, por isso, implicitamente neles.

3.2.1 "Como poderão ser salvos, então?"

Porém, há uma última dúvida que surge na consciência dos modernos: como "solucionamos", então, a salvação desses ignorantes invencíveis? Tal problema

pressuposto é inexistente, mas concedendo dialeticamente o ponto, o fazemos de um modo extremamente simples, seguindo o que os teólogos sempre ensinaram. Todos os homens possuem conhecimento dos preceitos da lei natural, assim que atingem a idade da razão. Se seguirem tais preceitos naturais e viverem "retamente", chegarão ao conhecimento da Igreja, converter-se-ão e tornar-se-ão católicos, deixando seus erros, e assim poderão ser salvos. Entretanto, se tais homens pecarem contra os preceitos da lei natural, Deus os privará do conhecimento de tais verdades em razão de tais pecados atuais e, ao término de suas vidas, serão condenados. Só há estas duas possibilidades.

Porém, afirmamos e defendemos que é moralmente impossível ocorrer tal conversão. Quando dizemos que é moralmente impossível, dizemos que as chances de haver efetivo cumprimento dos preceitos naturais e, posteriormente, haver conversão são tão baixas que é, na prática, inútil discutir esta possibilidade. Neste ponto, afirmamos a doutrina agostiniana das Duas Cidades, afirmada posteriormente por São Tomás e sua escola e oficializada pelo Magistério sob Leão XIII na encíclica *Humanum Genus*.

Estas duas cidades são compostas por homens. A primeira cidade é composta pelos católicos, que são diferentes membros desta cidade, cada membro representando uma parte da hierarquia eclesiástica. Ela possui Cristo por cabeça, que, enquanto tal, influi nesta cidade, proporcionando graças. Por outro lado, algo similar ocorre com a segunda cidade, sendo ela composta por infiéis e pecadores, cada um ocupando, segundo o seu pecado e o seu grau de infidelidade, um nível diferente nesta hierarquia infernal. A cabeça desta cidade é o demônio, que, enquanto tal, influencia todos os membros desta cidade.

Nesse sentido, defendemos o posicionamento de que o demônio influencia as faculdades da alma, o intelecto e a vontade, de modo que o homem é acidentalmente direcionado ao erro, ao pecado. De tal modo, isto influencia todos os âmbitos de sua vida, especialmente sua espiritualidade. Com efeito, defendemos, juntamente com Jean Vaquié [1] e Mons. Jean-Joseph Gaume [2], que tal homem, enquanto ligado à espiritualidade de sua falsa religião, por não haver fé, não possui contato com Deus, mas diretamente com o demônio,

[1]VAQUIÉ, Jean. *Abregé de Demonologie*. Veja em: https://biblioteca.acaorestauracionista.com.br/books/abreviado-de-demonologia.

[2]GAUME, Jean-Joseph. Traité du Saint-Esprit comprenant l'histoire générale des deux Esprits qui se disputent l'empire du monde et des deux Cités qu'ils ont formées; avec les preuves de la divinité du Saint-Esprit, la nature et l'étendue de son action sur l'homme et sur le monde. Tome premier. 2. ed. Paris: Gaume frères et J. Duprey, 1864.

e este, por sua vez, torna-se capaz, por consentimento do homem, de adentrar em sua alma por meio de sua falsa espiritualidade.

Nesta simbiose humano-demoníaca, o homem é direcionado quase diretamente por Satã, que toma controle de sua alma e arrasta seu intelecto e sua vontade para a perversão. Lembramos aos nossos leitores que, não por acaso, tradicionalmente a Igreja Católica Romana realiza um rito de exorcismo em todos aqueles que são batizados, de modo a expulsar a influência demoníaca que pode haver neles.

Ademais, lembramos que isto não é senão o que a própria experiência nos confirma. O que pode ser dito, afinal, da moralidade e dos costumes daqueles povos que ficaram separados por milênios da verdade? O que dizer de seus ritos, das representações de seus falsos deuses e mesmo dos relatos extraordinários que deles proporcionaram os missionários? Eram homens trabalhados no pecado, no erro e na completa escuridão.

Naturalmente, sabemos como as coisas funcionam e explicamos estes pontos de modo reiterado ao longo do artigo, especialmente no tratamento de São Tomás e de sua escola. Invocaremos a autoridade de Papas, Concílios, Doutores, Santos, documentos da Inquisição, teólogos e pregadores para provar estes pontos. Apenas diremos que o ponto sexto não é explicitamente mencionado nem demonstrado neste presente artigo, por se tratar de algo de natureza mais lógica do que propriamente teológica. Para não sermos acusados da falta de exposição neste ponto, fazemos referência ao entendimento do bispo César de Menezes no processo da Inquisição aqui narrado, que formula tal argumento na denúncia inicial do processo inquisitorial.

3.3 POSICIONAMENTO DOS NOSSOS ADVERSÁRIOS

Pelo contraditório, é possível saber antecipadamente o que defendem nossos adversários. Defendem que a fé implícita em Cristo poderia ser suficiente para a salvação, reputando-a como de preceito ou de necessidade de meio *per accidens*, colocando como necessário crer somente na existência de Deus e n'Ele ser remunerador. Não acreditam na necessidade da autoridade da Igreja nem na necessidade de crer retamente nos mistérios. Concebem como possível que um homem rejeite explicitamente algo e, ao mesmo tempo, creia implicitamente na mesma proposição rejeitada, "por benefício da ignorância

invencível".

Quais são as consequências? Simples. Ao conceberem que um ignorante invencível pode ter a fé divina, a esperança e a caridade, tentam conservar o dogma "fora da Igreja não há salvação", afirmando que tais homens estariam, de algum modo, ligados à Igreja "por um desejo implícito". A melhor formulação destes encontra-se em Mons. Joseph Clifford Fenton, que diz que tal ignorante invencível pertencerá "atualmente à alma da Igreja" e "por desejo implícito" ao corpo visível da Igreja.

De modo mais ímpio, enquanto determinadas seitas heréticas e cismáticas conservam certos sacramentos, tais homens, por poderem de algum modo possuir as virtudes teologais — fé, esperança e caridade —, podem usufruir desses sacramentos de modo frutuoso e receber a graça santificante e as graças atuais por meio deles. Tais seitas viram, de acordo com o Conciliábulo Vaticano II, "meios de santificação e salvação".

Estas consequências, portanto, chegam ao campo da eclesiologia e mudam a compreensão da Igreja, que deixa de ser um conjunto de fiéis católicos para agregar também, de algum modo, infiéis em ignorância invencível, que pertencem a Ela "por um desejo implícito". Tal eclesiologia é o cerne do Conciliábulo Vaticano II, conforme dirão os jesuítas Santiago Madrigal e Karl Rahner S.J.

O seu posicionamento será expresso por um teólogo, como veremos, mais ou menos nos seguintes termos: há possibilidade de cada um se salvar *per accidens* em sua seita, e portanto *per accidens* se salvar fora da Igreja. Esta é a eclesiologia do Conciliábulo Vaticano II, e que rejeitamos integralmente como herética.

3.4 IGNORÂNCIA INVENCÍVEL

Antes de debatermos propriamente a questão, desejamos delimitar o conceito de ignorância invencível, ponto central do debate. Do mesmo modo, expressões como "hereges materiais", "cismáticos materiais", "infiéis negativos" e entre outras.

Ignorância invencível refere-se à ausência de um conhecimento devido a respeito de determinada matéria, e que não pode ser vencida pelo homem por suas próprias forças naturais, em razão de o homem não saber que ignora e, por

outro lado, não possuir meio próximo que indique a verdade que ignora. Na ausência de meios próximos de conhecimento da verdade, Deus pode iluminá-lo a respeito da verdade por meios remotos, caso coopere com as graças atuais. Em razão dessa ignorância ser involuntária, é também inculpável. Nesse sentido, não pecam por ignorar a verdade.

A ignorância invencível pode ser aplicada nos mais diversos pecados. Por exemplo, alguém pode ignorar invencivelmente que distrair-se numa oração é pecaminoso. Enfim, a ignorância invencível não se refere per se a um caso de infidelidade, isto é, de falta de fé. Entretanto, no presente artigo, quando dizemos "ignorância invencível", referimos a ela aplicada na discussão sobre infidelidade, referindo-se a homens que nunca conheceram as verdades da religião católica e nem possuem os meios próximos para conhecê-la.

Os teólogos durante os séculos debateram de modo extenso os critérios pelos quais se estabelece a ignorância invencível, durante quanto tempo um homem poderia ignorar invencivelmente certas verdades, a extensão dessa ignorância em seus atos.

Enfim, existem alguns termos análogos empregados na discussão sobre infiéis em ignorância invencível em relação às verdades de fé católica, e são elas herege material, cismático material e infiel negativo.

Herege material significaria um herege que não possui o elemento formal do pecado de heresia - a pertinácia. Nesse sentido, os hereges que ignoram invencivelmente a religião católica seriam meramente materiais, pois sem o conhecimento da verdadeira Igreja, não conseguiriam rejeitá-la culpavelmente,conscientemente e assim faltaria pertinácia. De modo análogo, vê-se o mesmo quanto ao caso dos cismáticos materiais.

Enfim, infiel negativo, expressão mais antiga, refere-se ao homem cuja infidelidade dá-se por pura negação, no sentido de não possuírem fé por nunca terem ouvido as verdades da fé. Assim explica São Tomás na Suma Teológica, II-II, q. 10, art. 1.

"Considerada, porém enquanto negação pura, como no caso dos que nunca ouviram falar nas verdades da fé, não implica essencialmente pecado, mas antes, pena, porque tal ignorância das coisas divinas é resultante do pecado do primeiro pai."

A ignorância invencível apesar de não ser pecado, deve ser entendida como pena do pecado, seja original, seja atual. Nessa perspectiva, Deus pode privar

o homem do conhecimento de determinadas verdades em razão de tais pecados. Entendemos que enquanto um infiel negativo comete pecados atuais, o que certamente não lhes é difícil, tendo em vista o que dizemos anteriormente, tornam-se indignos de conhecer a verdade e para não agravar sua condenação, Deus os priva do conhecimento de tais verdades, morrendo ignorantes do modo como nasceram. Em razão de tais pecados atuais, cometidos conscientemente contra os preceitos da lei natural - contra a qual, aliás, não se pode admitir ignorância invencível, como concordam comumente os teólogos - são justamente condenados.

CAPÍTULO 4

SANTOS PADRES - PATRÍSTICA

4.1 SÉCULOS IV & V - AGOSTINHO, PRÓSPERO E FULGÊNCIO

A primeira discussão sobre os ignorantes invencíveis encontra-se nos Santos Padres latinos, especialmente aqueles de terras africanas. Assim, apresentamos no momento uma série de citações a respeito da temática por Santo Agostinho (354–430), São Próspero (c. 390–c. 455), São Fulgêncio (c. 462–533), além de muitíssimos prelados africanos, entre os quais são mencionados enquanto destinatários João, Venério, Datiano, Fortunato, Boeto, Vítor, Escolástico, Orôncio, Vindiciano, Vítor, Januário, Vitoriano, Fotino e Quodvultdeus.

Diz Santo Agostinho:

> "Aqui, em nossa própria terra, isto é, na África, **há incontáveis tribos bárbaras entre as quais o Evangelho não foi pregado**. Disso temos provas diárias nos cativos que de lá são trazidos e agora são submetidos pelos romanos ao trabalho escravo." [1]

[1] Epist. 199:12,46; CSEL 57:284 *apud* Francis Sullivan, Salvation outside the Church? Tracing the history of the Catholic response, New York/Mahwah, Paulist Press, 1992, p. 36-37

Igual conhecimento possuíam os demais Prelados Africanos em sua Epístola, conservada pelo discípulo de Santo Agostinho, São Fulgêncio:

> Aos santos irmãos, muito dignos de serem abraçados pela graça de Deus, **JOÃO**, presbítero e arquimandrita, e **Venério**, diácono, e aos homens fiéis cujas assinaturas se contêm em vossa carta: **Datiano, Fortunato, Boeto, Vítor, Escolástico, Orôncio, Vindiciano, Vítor, Januário, Vitoriano, Fotino e Quodvultdeus**, servos de Cristo, saúde no Senhor. [...] **Não sente dignamente acerca da graça** aquele que julga que ela é concedida a todos os homens, uma vez que não somente a fé não pertence a todos, ***mas ainda se encontram algumas nações às quais a pregação da fé não chegou***. O bem-aventurado Apóstolo diz: - "Como invocarão aquele em quem não creram? Ou como crerão naquele de quem não ouviram? E como ouvirão sem quem pregue?" *(Rm 10,14).* **Portanto, a graça não é dada a todos**, **visto que não podem ser participantes da própria graça aqueles que não são fiéis, nem podem crer aqueles aos quais se verifica que a própria audição da fé de modo algum chegou.** [2]

Assim afirma São Próspero:

> Do mesmo modo, aquele que diz que nem todos são chamados à graça, caso fale daqueles aos quais Cristo não foi anunciado, não pode ser censurado. Pois sabemos, certamente, que o Evangelho foi destinado a todos os confins da terra; **mas não julgamos que já tenha sido pregado em todos os confins da terra; nem podemos dizer que ali exista a vocação da graça onde ainda não há regeneração alguma da Mãe Igreja**. [3]

Por tais textos já é possível notar a diferença de julgamento que houve no passar dos séculos em relação a essa matéria. Inicialmente, trataram os Santos Padres africanos tais ignorantes invencíveis como completamente destituídos de qualquer vocação à graça, incapazes de se beneficiar da regeneração da Igreja por estarem à margem dela, considerando-os homens réprobos.

[2]EPISCOPI AFRICANI IN SARDINIA EXSULES. Epistola XV: ad Ioannem et Venerium, de gratia Dei et humano arbitrio. In: MIGNE, Jacques-Paul (ed.). *Patrologiae cursus completus: Series Latina.* Paris: J.-P. Migne, 1847. t. 65, col. 435C–442D.

[3]PROSPER AQUITANUS, *Responsiones ad capitula Gallorum*, pars II, *Sententia super IV*, PL 51, col. 171.

É mais significativo entretanto notar que também nos séculos IV e V d.C., havia seitas heréticas que acreditavam na possibilidade de que cada um poderia se salvar em sua própria seita. Assim, Santo Agostinho afirma a existência daqueles que acreditavam que todos viviam retamente, bem como possuíam a verdade, pela qual poderiam chegar a salvação:

> Diz que de certo Retório surgiu uma heresia de extraordinária e espantosa frivolidade, a qual afirma que todos os hereges caminham retamente e dizem a verdade; o que é tão absurdo que me parece incrível. [4]

O mesmo afirma São Filástro de Bréscia (c. 330–c. 397), contemporâneo e conterrâneo de Agostinho, que atribui ao mesmo herege a origem de tal heresia:

> Há outros, no Egito e em Alexandria, provenientes de certo Retório, o qual louvava todas as heresias, dizendo que todas pensavam corretamente, que nenhuma delas errava, mas que todas caminhavam bem; e julgava que aqueles que não acreditavam nelas estavam errados. [5]

Sobre esta heresia, posteriormente, historiadores católicos analisaram mais profundamente tais textos e tentaram traçar as origens de tal heresia. Para não aprofundar de modo desnecessário a discussão histórica sobre as origens desta heresia, a qual caberia uma pesquisa à parte, mencionamos apenas o parecer do Pe. Amadeo de César, que faz uma interessante observação:

> Por fim, julgamos que essa heresia não floresceu no quarto século, mas já no primeiro, entre os labirintos dos erros de Simão, Cerinto, Fileto, Cleóbulo, Gorteu, Apolônio, Vital e das seitas provenientes da torrente simoníaca. [6]

Apesar de tudo isto, Santo Agostinho não deixou de afirmar repetidas vezes sobre a necessidade absoluta de se crer nas verdades do Evangelho para a salvação eterna, especialmente a encarnação de Cristo e a Santíssima Trindade, pelo que diz que não há dúvida que a todo eleito é providenciado ouvir a

[4] AURELIUS AUGUSTINUS, *De haeresibus ad Quodvultdeum*, haer. 72, in J.-P. Migne (ed.), *Patrologia Latina*, t. 42, col. 44.

[5] PHILASTRIUS BRIXIENSIS, *Diversarum haereseon liber*, PL 12, col. 1203A–1203B.

[6] DE CESARE, Amadeus. *Haereseologia, in qua omnes errores, haeresesque ab mundi primordio ad haec usque tempora historice, chronologice, juxta optimas epochas, critice, dogmatice referuntur et refutantur: excursibus eruditis et quaestiunculis resolutis undequaque referta.* Romae: ex Typographia Joannis Baptistae Caporali, 1736. 3 t., p. 2-3.

pregação do Evangelho:

> **"Todos aqueles que, pela liberalidade desta graça divina, foram separados daquela condenação original, não há dúvida de que também lhes é providenciado ouvir o Evangelho; e, quando o ouvem, creem; e perseveram até o fim na fé que opera pela caridade..."** [7]

Do mesmo modo, posteriormente diz:

> "Pois, se, como diz a Verdade, ninguém é libertado da condenação que veio por Adão senão pela fé em Jesus Cristo, e, contudo, **desta condenação não se livrarão aqueles que poderão dizer que não ouviram o Evangelho de Cristo, visto que a fé vem pelo ouvir**, quanto menos se livrarão os que dirão: 'Não recebemos o dom da perseverança'?"

Assim, diz o teólogo Joannes Malderus (1563–1633) o mesmo sobre Santo Agostinho:

> Por fim, Santo Agostinho parece ter julgado que, depois da promulgação do Evangelho, essa fé explícita em Cristo é tão necessária que nenhuma ignorância, por mais invencível que seja, pode escusar alguém da condenação, ainda que não tenha sido possível ouvir a pregação do Evangelho. Com efeito, no capítulo 7 do livro *De correptione et gratia*, ensina que aos eleitos jamais falta a pregação do Evangelho e a fé. No livro *De natura et gratia*, capítulo 2, ensina que ninguém pode ser salvo nem justificado sem a fé na Paixão e na Ressurreição de Cristo. Diz ele: **"Se Cristo não morreu gratuitamente, então toda a natureza humana não pode, de modo algum, ser justificada nem redimida da justíssima ira de Deus, isto é, de sua vingança, senão pela fé e pelo sacramento do Sangue de Cristo."** Acrescenta-se ainda aquela célebre passagem do **Símbolo de Santo Atanásio**:**"É também necessário para a salvação eterna que se creia fielmente na Encarnação de nosso Senhor Jesus Cristo."**[8]

[7] AURELIUS AUGUSTINUS. *De correptione et gratia*. In: MIGNE, Jacques-Paul (ed.). *Patrologiae Cursus Completus: Series Latina*. Tomus 44. Paris: J.-P. Migne, 1845. cap. 7, §§ 13–14.

[8] MALDERUS, Joannes. *De virtutibus theologicis et iustitia et religione commentaria ad Secundam Secundae D. Thomae* (Antverpiae: apud Balthasarem et Ioannem Moretos fratres, 1616), p. 94.

O mesmo juízo foi feito por João de Santo Tomás O.P. (1589–1644), que acrescenta ainda outras citações de Santo Agostinho:

> "Mais abertamente, Santo Agostinho (sobre ser absolutamente impossível alguém ser salvo sem possuir a fé explícita em Cristo, N. do T.). Pois, além do trecho acima citado do livro 2 contra Pelágio e Celéstio, cap. 24, onde ele entende isto de modo tão amplo que inclui até os justos da Antiguidade, existe outro trecho insigne no livro *De Correpț. & Gratia*, cap. 7, onde ele diz: '**Desta danação não se livrarão os que poderão dizer que não ouviram o Evangelho de Cristo, pois a fé vem pelo ouvir**'. E em seguida (ele diz): '**E por isso, tanto os que não ouviram o Evangelho, quanto os que, tendo-o ouvido, não quiseram vir a Cristo, isto é, crer nele, e os que, pela pouca idade, nem puderam crer, mas do pecado original só poderiam ser absolvidos pela água da regeneração** (isto é, o Batismo, N. do T.), **o qual, contudo, não tendo recebido, morreram e pereceram; não estão separados daquela contaminação, que se sabe ser condenada, indo todos, a partir de um, para a condenação**'. **Onde Santo Agostinho também fala da fé explícita em Cristo, porque fala da fé do Evangelho, e estabelece a necessidade dela como totalmente inescusável, mesmo por ignorância invencível, o que pertence à necessidade de meio, e, nos adultos, compara a necessidade desta fé à necessidade do Batismo nas crianças, o qual se sabe ser tão necessário para eles, que por nenhuma outra coisa pode ser suprido: logo, a fé explícita em Cristo é tão necessária aos adultos como o Batismo para as crianças"** [9]

De modo ainda mais significativo, Pietro Maria Gazzaniga O.P. (1722–1799) diz:

> **Houve esta verdade** (de que a fé explícita nas verdades do Evangelho é absolutamente necessária à salvação, N. do T.) **por tão certa entre todos os católicos** que **Santo Agostinho** não hesitou em formular, a partir dela, o seguinte argumento contra os

[9] DE SANTO TOMÁS, João, *Cursus theologicus*, *In Secundam Secundae D. Thomae*, disput. IV, artic. I, quest. I, n. 13

> monges de Adrumeto, no livro *De correptione et gratia*, capítulo 7: **"Pois, se, como diz a Verdade, ninguém é libertado da condenação que veio por Adão senão pela fé em Jesus Cristo; e, contudo, dessa condenação não se livrarão aqueles que poderão dizer que não ouviram o Evangelho de Cristo, visto que a fé vem pelo ouvir (Rm 10,17), quanto menos se livrarão aqueles que hão de dizer: 'Não recebemos a perseverança'? Com efeito, parece mais justa a desculpa dos que dizem: 'Não recebemos a oportunidade de ouvir', do que a dos que dizem: 'Não recebemos a perseverança'; porque se pode dizer ao homem: 'Naquilo que ouviste e abraçaste, terias perseverado, se quisesses'; mas de modo algum se pode dizer: 'Terias crido naquilo que nunca ouviste, se quisesses'."** [10]

São Fulgêncio exprimiu sinteticamente esta verdade ao afirmar reiteradamente:

> Mantém firmemente, e de modo algum duvides, **que não só todos os pagãos, mas também todos os judeus, hereges e cismáticos que terminam a vida presente fora da Igreja Católica irão para o fogo eterno, que foi preparado para o diabo e seus anjos**. [...] Mantém firmemente, **e de modo algum duvides, que qualquer herege ou cismático batizado em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo, se não tiver sido agregado à Igreja Católica, por mais esmolas que tenha feito, e ainda que tenha derramado o próprio sangue pelo nome de Cristo, de modo algum poderá salvar-se. Pois a nenhum homem que não mantém a unidade da Igreja Católica poderão aproveitar, para a salvação**, nem o batismo, nem qualquer abundância de esmolas, nem a morte sofrida pelo nome de Cristo, enquanto nele perseverar a depravação herética ou cismática, que conduz à morte. [11]

Conforme se depreende das citações precedentes, os Santos Padres vinculam diretamente a vocação à graça à presença visível da Igreja numa determinada

[10]GAZZANIGA, Pietro Maria. *Praelectiones theologicae in usum suorum auditorum. Tomus IV: De virtutibus theologicis fide, spe, et caritate.* Vindobonae: Typis Joannis Thomae Nob. de Trattnern, 1771, p. 158.

[11]FULGÊNCIO DE RUSPE. *De fide ad Petrum seu De regula verae fidei*, cap. 37 et 43 (§ 78 - § 84), in: MIGNE, J.-P. (ed.), *Patrologiae Cursus Completus: Series Latina*, t. LXV. Paris: Apud J.-P. Migne, 1865.

região, por meio dos missionários encarregados da pregação do Evangelho e da conversão dos povos à fé. Onde não há missionários nem estrutura eclesiástica, não há fé; tampouco se concebe um meio extraordinário pelo qual os ignorantes invencíveis possam salvar-se, sendo eles contados entre os réprobos. É isso que exprime São Próspero ao afirmar que, nessas terras distantes, não há "a regeneração da Mãe Igreja" em razão da ausência de missionários, referindo-se inequivocamente à presença visível da Igreja. São Fulgêncio e os demais prelados africanos conhecem e compartilham essa concepção. Não por acaso, na epístola mencionada, a pregação do Evangelho, fundamentada nas palavras do Apóstolo — Romanos 10,14 — e realizada pela Igreja visível, é apresentada como o único meio de alcançar a fé e, por conseguinte, participar da vida da graça.

Desse ensinamento decorre uma questão de capital importância, que será examinada posteriormente: a proposição das verdades reveladas pela Igreja é necessária para o ato de fé divina? A estreita conexão estabelecida pelos Padres entre a pregação eclesiástica do Evangelho e a fé sugere uma resposta afirmativa. Em outros termos, seria a Igreja uma autoridade indispensável sobre a qual, juntamente com a autoridade divina, se apoia o ato de fé, de modo que, sem sua proposição e seu testemunho, esse ato se tornaria impossível? Isso significaria que, para crer no Evangelho e nas demais verdades reveladas, é necessário recebê-las segundo o sentido, a explicação e a proposição da Igreja.

Nossos adversários considerarão essa conclusão manifestamente absurda. Sustentam eles que somente a autoridade de Deus constitui o objeto formal da fé, isto é, a autoridade em que o assentimento se apoia, e que a Igreja, por ser um elemento humano, não pode integrar o ato de fé divina.

Por ora, basta recordar o juízo de Santo Agostinho:

> "Eu não creria no Evangelho, se não me movesse a autoridade da Igreja Católica." [12]

À luz desse juízo e dos demais testemunhos citados, pode-se responder afirmativamente à questão proposta. Os Santos Padres rejeitavam a salvação dos ignorantes invencíveis dos quais tinham conhecimento, salvo se fossem visivelmente incorporados à Igreja mediante a pregação missionária, realizada por sua autoridade, das principais verdades do Evangelho, especialmente a

[12]AURELIUS AUGUSTINUS, *Contra Epistulam Manichaei quam vocant fundamenti*, 5, 6: CSEL 25, p. 197; PL 42, col. 176.

Encarnação de Cristo e a Santíssima Trindade. Sem a presença visível da Igreja e sem a pregação do Evangelho por ela, consideravam impossível a salvação de qualquer homem.

De acordo com esta estreita conexão entre a pregação, a Igreja visível e o ato de fé, podemos compreender o que São Fulgêncio quer dizer quando afirma que "**todos**" os pagãos, judeus e enfim se condenam, a não ser que entrem na Igreja. Trata-se de uma proposição universal verdadeira, da qual decorrem necessariamente somente proposições particulares verdadeiras. Neste caso, quando afirmamos que "**todos os pagãos se condenam**", é igualmente verdadeiro que "**algum pagão se condena**". O contrário, entretanto, não é verdadeiro, pois então teríamos que "nem todos os pagãos se condenam", o que contradiz o texto do santo.

Desse modo:

> [...] para a verdade de uma proposição universal, requer-se que todas as particulares sejam verdadeiras, pois o bem procede da integridade da causa; e, portanto, não é possível que a proposição universal seja verdadeira e uma particular seja falsa. Ao contrário, para a falsidade de uma proposição universal basta que uma única particular seja falsa, pois o mal procede de qualquer defeito. [13]

Chegamos, portanto, à conclusão de que em tal texto, por "todos" engloba-se tanto aqueles que conscientemente rejeitassem a Igreja, mas também aqueles que sequer a conheciam e que eram contados, ainda assim, entre os pagãos. Todos estes se condenam, a não ser que entrem na Igreja que, como vimos acima, só é possível por meio da pregação visível do Evangelho, crendo em tais verdades em razão da autoridade da Igreja, bem como no mesmo sentido em que entende a Igreja.

Isto se torna ainda mais significativo quando vemos o texto do documento conciliar *Cantate Domino*, promulgado por Eugênio IV. O trecho que afirma a exclusividade da Igreja na economia da salvação firma-se nas mesmas palavras e no mesmo juízo de São Fulgêncio. Isto, entretanto, será analisado com mais detalhes posteriormente.

[13] EMERICUS A SANCTO STEPHANO, *Philosophia Thomistica iuxta ordinem et doctrinam Collegii Complutensis P. P. Carmelitarum Discalceatorum*, t. I, Ratisbonae, Typis Joannis Baptistae Lang, 1729, p. 184.

CAPÍTULO 5

SÉCULO VI - PROFISSÃO DE FÉ DO PAPA PELÁGIO I - PENÍNSULA ITÁLICA

Este posicionamento dos Santos Padres africanos a respeito destes ignorantes invencíveis foi ensinado por Pelágio I. A discussão está como que encerrada em Pelágio I, o que se segue após isto são apenas explicações do posicionamento tradicional já estabelecido, com notas e observações dos Santos Doutores e uma reafirmação do ensinamento pelo Magistério em Florença.

Com efeito, diz o Romano Pontífice:

> "Pois confesso que todos os homens, desde Adão... então ressuscitarão e comparecerão diante do tribunal de Cristo, para que cada um receba o que é devido ao seu corpo, segundo o que tiver feito, seja o bem, seja o mal [Rm 14,10; 2Cor 5,10]... **Os ímpios, porém, permanecendo por sua própria escolha como vasos de ira preparados para a perdição [Rm 9,22], os quais *ou não conheceram o caminho do Senhor* [Iniquos autem arbitrio voluntatis propriae vasa irae apta in interitum permanentes, qui viam Domini aut non agnoverint], ou, tendo-o conhecido, o abandonaram ao serem dominados por diversas transgressões, Ele os entregará, por um juízo**

plenamente justo, ao castigo do fogo eterno e inextinguível, para que ardam sem fim.”

1

[1] [Fonte: PELÁGIO I, Papa. *Fidei Papae Pelagii, Humani Generis ad Childebertum I regem in* BARONIO, Cesare. **Annales Ecclesiastici**: tomus septimus. Coloniae Agrippinae: Sumptibus Ioanis Gymnici & Antonij Hierati, 1609. p. 565.

CAPÍTULO 6

SÉCULO IX - GÁLIA

Após termos discorrido *ad nauseam* sobre a concepção desse dogma entre os Santos Padres das distantes terras africanas, bem como da "canonização" de sua concepção na Confissão de Fé feita por Pelágio I, de modo que qualquer homem de boa-fé possa reconhecer a veracidade do que afirmamos, demonstraremos agora a continuidade histórica dessa mesma doutrina. Desta vez, entretanto, viajaremos para o norte.

Séculos depois daqueles Santos Padres, já em território gaulês, um escritor chamado Floro de Lyon (c. 810–c. 860) expressou seu juízo acerca da questão:

> O que se deve, porém, dizer de uma multidão tão grande de ímpios que existiram desde o começo do mundo até a vinda de Cristo? ***E ainda não se pode negar que existam nas partes extremas do mundo*, aos quais jamais pregador algum se dirigiu, jamais ouviram alguma palavra de fé, e que de modo algum puderam "crer nAquele de quem não ouviram, nem ouvir sem quem pregue (Rom. 10, 14, 15)", nem receber o pregador que para eles não foi enviado: será que também esses serão por isso condenados, porque não creram no que nunca puderam ouvir? E, no entanto, serão de todo condenados pelos seus outros pecados, e principalmente**

> **por aquele primeiro e pecado original, "no qual todos pecaram (Rom. 5, 12)", porque não está escrito em vão: "Derrama a tua ira sobre as nações que não te conhecem; e sobre os reinos que não invocaram o teu nome (Sal. 78, 6)".** E o Apóstolo diz: Quem sentirá e dirá, como também antigamente, e sentiu: "**Dando vingança em chama de fogo àqueles que não conhecem o Senhor (II Tess. 1, 8)**". Se alguém perguntar sobre tais, o que a vontade de Deus operou neles, "que quer que todos os homens se salvem, e venham ao conhecimento da verdade", o que se responderá? **Não escolherá o homem cauteloso e piedoso antes calar-se, ou certamente exclamar com o Profeta e o Apóstolo: "Os teus juízos são um abismo profundo (Sal. 35, 7)"; e "Ó profundidade das riquezas da sabedoria e da ciência de Deus! Quão incompreensíveis são os seus juízos, e inescrutáveis os seus caminhos (Rom. 11, 33)**". Deste capítulo, pois, este seja o fim. [1]

Tal obra foi inicialmente atribuída a São Remígio, mas posteriormente passou a ser considerada de autoria de Floro. Floro de Lyon foi um dos principais escritores do período carolíngio e gozou de grande prestígio no meio teológico de seu tempo. Ocupou cargos importantes e participou de diversas controvérsias teológicas.

Mais relevante para nossa investigação é o fato de ter realizado um amplo trabalho exegético sobre os textos de Santo Agostinho. Isso não era incomum naquele período, pois o Doutor de Hipona permaneceu, durante séculos, uma das principais referências para o estudo da teologia. Sendo Floro profundo conhecedor dos escritos agostinianos, é perceptível que não se tenha afastado dos limites doutrinais traçados pelos Santos Padres acerca dessa questão.

Também é razoável concluir que os grandes teólogos do período carolíngio, entre os quais se podem destacar Santo Alcuíno e Rabano Mauro, conheciam igualmente tal questão. Essa concepção teria permanecido uniforme ao longo das diversas fases do período medieval.

[1] FLORUS DE LYON. *Ratramni Corbeiensis monachi, Aeneae, Sancti Remigii, Parisiensis et Lugdunensis episcoporum [...] opera omnia*, ed. Jacques-Paul Migne, *Patrologia Latina*, t. 121, Paris, 1852, col. 1118.

CAPÍTULO 7

SÉCULOS XI, XII e XIII - SACRO IMPÉRIO ROMANO GERMÂNICO, GÁLIA, GRÃ-BRETANHA E PENÍNSULA ITÁLICA

Durante as reformas gregorianas promovidas por São Gregório VII, Manegoldo de Lautenbach (c. 1030–c. 1103), cônego regular de Santo Agostinho e um de seus mais importantes defensores, examinou igualmente essa questão, sem se afastar em nada do juízo formulado pelos Santos Padres.

Imbuído de zelo e cauteloso quanto à recepção da filosofia clássica nas escolas teológicas — não sem razão, aliás —, Manegoldo escreveu uma obra contra Wolfelm, mestre de Colônia (c. 1040–depois de 1103). Nesse escrito de caráter apologético, atacou veementemente os filósofos clássicos e algumas de suas ideias, procurando demonstrar a completa incompatibilidade de certos conceitos filosóficos com a fé cristã.

Entre essas ideias encontrava-se a concepção dos antípodas, isto é, de regiões situadas em lados diametralmente opostos da superfície terrestre. Macróbio (c. 370–c. 430), filósofo romano neoplatônico do século IV, sustentava que a comunicação entre os habitantes de uma parte do globo e os da outra era impossível, em razão das barreiras erguidas pela própria natureza. A esse respeito, Manegoldo escreve:

Você mal parecia me ouvir quando eu o adverti do grande perigo envolvido em falar de certos outros assuntos: a esfera e os orbes e a harmonia celeste, o cálculo equivocado das dimensões do sol e da lua e do orbe da terra; mas, sobretudo, a disposição das quatro regiões habitáveis dispostas no circuito deste ponto terrestre. Segundo a fé que você deposita em seu Macróbio, as regiões que ele chama de "Antípodas" e "Antoicos" são dispostas de tal modo que a viagem entre elas é impossível. **E uma vez que você admite que existem quatro regiões habitadas por homens, e que nenhuma comunicação entre elas é possível por causa das barreiras erguidas pela natureza, você deve explicar — diga-me, eu lhe suplico! — como é verdadeira, e pode razoavelmente ser cumprida, a confissão da Santa Igreja Apostólica: que o Salvador veio para a salvação de todo o gênero humano — como foi predito pelos primeiros pais, quando este mundo estava ainda, por assim dizer, em suas faixas de recém-nascido, e depois pelos patriarcas e profetas, que anunciaram Sua Vinda de modos diversos e de muitas maneiras evidentes [Hb 1,1], e, enfim, na plenitude dos tempos [Gl 4,4], quando ela foi tornada esplendidamente manifesta pelas inefáveis obras de Sua humildade e caridade.** Mas como isso poderia ser, se três raças de homens, como afirma o referido Macróbio, podem existir separadas, além desta região habitável na qual o clima temperado das zonas do céu e da terra nos permite residir — **três raças às quais a notícia da nossa salvação não pode chegar?** Por que é que o fiel, aquele a quem o Senhor encontrou como um homem segundo o Seu próprio coração [At 13,22], exclamou no espírito da verdade — Deus manifestou Sua justiça à vista dos povos [Sl 97,2], e, **no mesmo lugar, todos os confins da terra verão a salvação do nosso Deus** [Sl 97,3]! — **se alguns confins da terra são habitados por homens que não ouviram as palavras de nossos profetas e apóstolos, posto que foram impedidos pela natureza, incapazes de atravessar as insuperáveis extensões de água, de frio e de calor?** [1]

[1]MANEGOLDO DE LAUTENBACH, *Liber contra Wolfemum*, cap. IV, p. 40; [Peeters, 2002]

A indignação de Manegoldo pode ser facilmente compreendida à luz das citações das Sagradas Escrituras. De fato, como admitir que Cristo veio para a salvação de todos, se existiriam homens que, completamente apartados das terras cristãs, jamais teriam recebido a "notícia de nossa salvação", isto é, o Evangelho, nem poderiam recebê-la em razão dos obstáculos intransponíveis erguidos pela natureza? Para eles, a salvação seria completamente impossível.

Trata-se, mais uma vez, do problema dos ignorantes invencíveis. O que mais chama a atenção, porém, é que a indignação de Manegoldo se intensifica diante da incapacidade de conceber uma via extraordinária pela qual tais infiéis pudessem salvar-se, independentemente da pregação eclesiástica do Evangelho. Daí suas perguntas reiteradas: "Diga-me, eu lhe suplico"; "Mas como isso poderia ser [...]?".

Ricardo de Poitiers (c. 1115–c. 1173), historiador e importante monge de Cluny do século XII, afirma que Manegoldo "era mais erudito do que todos os seus contemporâneos nas letras divinas e seculares" [2].

7.0.1 Cardeal Roberto Pullen (c. 1080–1146) - Grã-Bretanha

Na passagem do século XI para o XII, destaca-se o cardeal Roberto Pullen. Já no século XII, combateu Pedro Abelardo e escreveu numerosas obras, entre elas os *Sententiarum Theologicarum Libri Octo*, obra que serviu de referência para o estudo da teologia até ser suplantada pelos *Libri Sententiarum* de Pedro Lombardo.

Para compreendermos o que Pullen afirma e por que o faz, basta considerar o contexto de sua obra. O autor trata amplamente de questões como a ignorância e a negligência, refletindo sobre suas consequências para os atos morais e para a consciência humana. *En passant*, no curso dessas discussões mais amplas, introduz o caso dos judeus e dos gentios, estabelecendo entre eles uma diferença de culpabilidade: os primeiros rejeitaram a pregação do Evangelho e, portanto, possuem culpa; os segundos, ao contrário, nunca ouviram a pregação de Cristo e, por isso, não possuem essa mesma culpa.

Pullen parte dessa ausência de culpa para investigar como ela deve ser compreendida e a quantos casos de consciência a ignorância invencível poderia

[2]Robert Ziomkowski, ed.; Manegold of Lautenbach, Liber contra Wolfelmum. Dallas Medieval Texts and Translations, 1. Louvain/Paris: Peeters, 2002. ISBN 978-90-429-1192-5. p. 130.

estender-se. Prescindindo, porém, dessa discussão sobre os atos morais, uma vez que nosso interesse recai sobre seu posicionamento acerca da salvação dos infiéis, verifica-se que a posição de Pullen permanece a mesma que a dos demais autores: o gentio invencivelmente ignorante é condenado. Há, contudo, uma diferença importante: concebe-se, pela primeira vez, outro meio pelo qual o conhecimento do Evangelho poderia chegar a esse pagão, a saber, por meio de uma "inspiração".

Essa mesma possibilidade de inspiração divina será posteriormente desenvolvida na formulação lapidar de Santo Tomás de Aquino sobre a questão.

Assim se segue o texto de Pullen:

> Os judeus não têm desculpa em seu pecado, pelo qual não creem em Cristo, porque ele veio até eles; logo, os gentios, aos quais nada foi anunciado a seu respeito, têm desculpa.
>
> Mas de que modo têm desculpa? Porventura o fato de não crerem em Cristo é pecado para eles, assim como para os judeus, mas eles têm desculpa em seu pecado, enquanto os judeus não a têm?
>
> Os pecados leves, por exemplo, costumam ser desculpados, nos batizados e nos casados, pela virtude dos sacramentos precedentes, de modo que não lhes sejam imputados. Mas, **onde não existe remédio algum, sobretudo nas trevas dos gentios, como pode ser desculpado aquilo em que verdadeiramente se delinque?** Porventura, entre os fiéis, os remédios desculpam a culpa, enquanto, entre os infiéis, se desculpa aquilo que não é culpa, mas é considerado como tal?
>
> **Contudo, visto que sem fé é impossível agradar a Deus (Hb 11,6), será que os gentios desagradam a Deus porque não possuem fé? Certamente não lhe agradam, porque não são justos; com efeito, sem fé não podem ser justos. Mais ainda, desagradam-lhe porque aqueles que pecaram sem a Lei perecerão sem a Lei (Rm 11,12). Não podem deixar de pecar, porque não possuem a proteção proveniente da fé, pois esta é a vitória que vence o mundo: a nossa fé (1Jo 4,5).**
>
> Portanto, não agradam porque não são justos e desagradam porque pecaram; talvez, porém, não porque não creem em Cristo. Com

efeito, embora possa acontecer que alguém desagrade a Deus sem fé, pode, contudo, suceder que isso não provenha da falta de fé, mas de outra causa. [Alguns teólogos discordam disso, entre os quais está Pio II enquanto doutor privado, N. do T.]

Assim, se um homem não casado, ao gerar um filho, ofende a Deus, não o faz porque gera, mas porque comete fornicação. Do mesmo modo, alguém que está sem fé não agrada a Deus; contudo, não porque não crê, mas porque, não crendo, vive mal contra a consciência.

Se, porém, não crer em Cristo não constitui culpa alguma para aqueles aos quais nada foi comunicado a seu respeito, porque isso de modo algum pode ser conhecido por si mesmo, não deveria também estar isento de culpa tudo aquilo que permanece oculto de maneira semelhante? Se, portanto, alguma culpa é ignorada desse modo e, por isso, de maneira alguma é evitada, será que se contrai culpa ao praticá-la? Assim, aquele que ignora Cristo sem culpa, que culpa comete se não o honra com os devidos obséquios?

Devemos, então, absolver tais ignorantes — entre os gentios, da idolatria, e, entre todos os homens, da culpa de qualquer mancha, por maior que seja —, de modo que não lhes sejam imputados quaisquer crimes, por maiores que sejam, sempre que não os conheçam nem pela comunicação de outrem, nem possam conhecê-los por si mesmos, por serem, com efeito, de entendimento limitado; embora devam submeter-se ao juízo por outras coisas pelas quais sua consciência permanece culpada?

Se alguém afirmar isso, discordará não tanto do senso humano quanto da opinião comum. Caso alguém prefira conservar esta última, deverá dizer que se encontra numa condição a ignorância pela qual nem se crê em Cristo nem se lhe presta a devida honra, e noutra condição aquela pela qual se cometem crimes, de modo que a primeira defenda aquele que não crê, enquanto a segunda engane aquele que delinque.

Mas aquele que assim fala deve demonstrar pela razão — seja por esta, seja por outra — por que fala desse modo. Se não tivesse ocorrido a corrupção do entendimento humano [isto é, o obscurecimento do entendimento humano pelo pecar, chamado de

caecitatis mentis, isto é, cegueira da mente], este compreenderia plenamente aquilo que convém à religião; **e, por isso, aquele que, privado de forças, acumula imundícies é justamente repreendido**.

Todavia, ainda que suponhas o retorno à pureza originária, ele não será capaz de compreender, sem revelação, o mistério escondido desde os séculos (Cl 1,26); e, por isso, a fé na Encarnação é ignorada sem culpa enquanto nada se ouve a seu respeito.

Ou, finalmente, estabelecerá uma razão igual de ambos os lados: de um lado, aquele que ignora será ignorado; de outro, aquele que não crê já está julgado. [Para os obtusos em entendimento, "Aquele que ignora será ignorado", isto é, condenado, N. do T.]

Mas, então, de que modo o gentio é desculpado em comparação com os judeus? **Porventura ser desculpado significa que a culpa lhe é imputada em menor grau, *de modo que o pagão seja condenado porque não crê*, mas o judeu o seja mais gravemente, a tal ponto que, feita a comparação entre ambos, o gentio não tenha pecado, enquanto o judeu o tenha?**

Mas o mal que não pode ser conhecido e que, por isso, não é praticado contra a consciência, embora do coração procedam furtos, homicídios e os demais atos dignos de punição, por que razão é censurado? Porventura também isso possui uma razão, mas ela permanece escondida entre os segredos do Filho?

Porventura, assim como, em todos os tempos, **Deus ilumina misericordiosamente uns pela audição e outros por inspiração, concedendo-lhes a fé; e, pelo mérito da fé, uma vez dado o conhecimento das coisas que conduzem à salvação e das que conduzem à condenação, despoja do mal e adorna com o bem**, precedendo a graça em todas as coisas e cooperando o livre-arbítrio; assim também, servindo-se de seu juízo oculto, **em razão de méritos perversos, cega a mente, seja para que não creia, seja para que, mesmo que tenha crido, enlouqueça pela falta de discernimento entre o bem e o mal, e, por vezes, nas matérias examinadas, nega-lhe**

a força para agir bem?

> Por que, porém, ele se compadece deste e endurece aquele (Rm 9,15), não esperes conhecer antes de seres bem-aventurado. [3]

Talvez a maior dificuldade do texto resida na constante alternância entre duas questões distintas: a falta de fé e as más obras, bem como a relação destas últimas com os juízos da razão prática. Essa alternância é compreensível, pois, como dissemos, o propósito de Pullen não era tratar *ex professo* da condição dos infiéis negativos, mas invocá-la como termo de comparação para esclarecer um problema mais amplo: a ignorância invencível enquanto aplicável às más obras em geral.

Entretanto, o texto continua a demonstrar que permanece inalterado o entendimento acerca da salvação daqueles que nunca ouviram a pregação do Evangelho: eles são condenados e descem diretamente ao inferno após a morte, por carregarem a mancha do pecado original e de outros pecados atuais.

[3]ANSELMUS CANTUARIENSIS, Sanctus. Omnia quae reperiri potuerunt opera: tribus distincta tomis. Coloniae: Apud Maternum Cholinum, 1573. p. 167-168.

CAPÍTULO 8

Santo Anselmo de Cantuária, Doutor da Igreja - Península Itálica

Santo Anselmo (c. 1033–1109) não trata expressamente do caso dos ignorantes invencíveis, mas emite um juízo digno de atenção. De fato, os defensores da tese de que podem salvar-se os homens que jazem em trevas dificilmente admitem a proposição de que "somente os cristãos se salvam", pois isso seria manifestamente contrário ao que sustentam.

Alguns poderiam admitir tal proposição, mas mediante uma distinção feita à maneira de Karl Rahner (1904–1984): os pagãos, judeus, hereges e cismáticos que se salvassem seriam "cristãos anônimos" ou "cristãos *coram Deo*". Curiosamente, como dirá posteriormente certo teólogo, creem ser possível que um homem possua duas religiões ao mesmo tempo: uma que seria vivida conscientemente e intencionalmente e outra à qual aderiria mediante vagas noções e um ambíguo desejo de pertença à Igreja, servindo, assim, a dois senhores diferentes. Aquilo que o Evangelho julga contraditório acaba por adquirir sentido na mente de tais maliciosos.

De qualquer modo, a concepção que possuem da cristandade é, iniludivelmente, diametralmente oposta à concepção tradicional; por isso, aplicam o termo "cristão" segundo outros critérios. Ademais, é manifesto que a distinção

terminológica expressa pela fórmula "cristãos anônimos" somente se sustenta mediante o desenvolvimento de uma tese que possibilite a salvação de tais infiéis; caso contrário, essa distinção não teria razão de existir.

Tal tese, contudo, somente veio a ser desenvolvida séculos depois da morte desses Santos Doutores, como demonstramos no presente trabalho, e é inteiramente oposta à concepção que aqueles santos homens possuíam acerca do destino eterno de tais infiéis. Como, portanto, atribuir a esses textos um sentido claramente não pretendido por seus autores? É esse o afastamento que se procura estabelecer em relação à *mens auctoris*, a fim de encontrar no texto um sentido alheio ao autor, nele inexistente e, em realidade, oposto à sua intenção.

Esse modo caviloso de interpretar manifestou-se historicamente entre os hereges dos primeiros séculos, como no caso dos arianos e semiarianos, que ressignificavam os textos, atribuindo-lhes um sentido contrário ao pretendido por seus autores. Com o passar dos séculos, o mesmo procedimento verificou-se entre inúmeros outros hereges, inclusive entre os casuístas denunciados por Concina.

Inserimos esta nota explicativa não apenas a propósito de Santo Anselmo. Como veremos adiante, muitos outros teólogos recorrerão a esse argumento ao discutir o problema dos ignorantes invencíveis, rejeitando, com base nele, a salvação de tais infiéis. É, portanto, de capital importância formular essas observações e responder a tais dificuldades antes de prosseguir.

Enfim, eis como se segue a sentença de Santo Anselmo realizando uma exegese em I Coríntios, cap. IX, versículo 24:

> "Todos correm, mas um só recebe o prêmio." — **Correm, com efeito, os judeus; correm os hereges; correm alguns cristãos que não estão predestinados à vida; pois todos esses esperam alcançar o prêmio no fim e tendem a ele pelo estádio da vida presente. Mas um só povo de cristãos predestinados, que corre legitimamente, recebe o prêmio; pois somente a unidade daqueles que são o corpo de Cristo alcança a palma.** E porque nem todos os que correm recebem o prêmio, por isso: "Correi assim" — fazendo o que pertence à corrida e evitando o que a impede — "para que o alcanceis." Convém que sejais cautelosos e desembaraçados ao correr, para que não aconteça não alcançardes o prêmio pelo qual correis. Pois nem

> todos o alcançam. Correi crendo, esperando, desejando, fazendo o bem, afligindo o corpo, orando, amando e perseverando em toda obra boa. [1]

8.1 Papa Honório III - Península Itálica

Este papa enquanto doutor privado escreve algo de certa importância:

> Quatro serão as diferenças dos homens no juízo de Deus: Primeira: aqueles que serão julgados e não serão condenados; Segunda: aqueles que serão julgados e serão salvos; Terceira: aqueles que serão julgados e serão condenados; Quarta: aqueles que não serão julgados e serão condenados. Os que serão julgados e não condenados são todos os santos e todos os perfeitos, a quem foi dito pelo Senhor no Evangelho: "Na regeneração, quando o Filho do Homem se assentar no trono da sua majestade, vós vos assentareis sobre doze tronos, julgando as doze tribos de Israel" (Mat. 19,28). E Isaías diz: "O Senhor virá para julgar com os anciãos do seu povo e com os seus príncipes" (Is. 3,14). Serão julgados e salvos os demais justos, a quem será dito por Cristo: "Vinde, benditos de meu Pai" (Mat. 25,34). Serão julgados e condenados todos os maus cristãos, a quem será dito: "Ide, malditos, para o fogo eterno" (Mat. 25,41). ***Não serão julgados e serão condenados todos os infiéis, como os pagãos e judeus. Por isso o Senhor diz no Evangelho: "Quem não crê já está julgado, porque não crê no nome do Filho unigênito de Deus" (Joan. 3,18).*** [2]

Esta citação pode parecer pouco significativa à primeira vista e, de fato, não possui o mesmo peso das anteriores. O que lhe confere importância, entretanto, é a interpretação que o papa, ainda que na qualidade de doutor privado, atribui às palavras do Evangelho.

De acordo com nossos adversários, a mera fé implícita em Jesus Cristo e na Santíssima Trindade seria suficiente para a salvação dos infiéis negativos.

[1] MIGNE, Jacques-Paul (ed.). Patrologiae cursus completus: series secunda, in qua prodeunt Patres, Doctores Scriptoresque Ecclesiae Latinae a Gregorio Magno ad Innocentium III: tomus CLXXXVI. Parisiis: J.-P. Migne, 1854. cols. 867-868.

[2] HONÓRIO III. *Honorii III Romani Pontificis Opera Omnia*. Ed. César Auguste Horoy. Tomus III. Paris: Imprimerie de la Bibliothèque Ecclésiastique, 1879, cols. 659-660.

Entretanto, ao vincular a condenação de todos os infiéis, tanto pagãos quanto judeus, ao texto evangélico que estabelece a necessidade de crer em Cristo, o papa parece sugerir a exigência de fé explícita nesse mistério. Apenas com a exigência de tal fé explícita pode-se chegar à condenação de todos os infiéis, incluindo aqueles que não conhecem tais mistérios; caso contrário, com a fé implícita, pode-se salvar algum infiel, a saber, aquele que ignora os mistérios da fé. Assim, a mesma proposição universal e geral não seria verdadeira.

8.2 Papa Inocêncio III - Península Itálica

Muito mais explícito que o anterior, Inocêncio III diz em carta aos prelados da Polônia:

> **Inocêncio, bispo, servo dos servos de Deus, a todos os fiéis de Cristo estabelecidos na Livônia, Prússia, terra de Culm, Gotlândia, Olândia, Vinlândia, Estônia, Semigália, Curlândia e Letônia, bem como nas demais províncias e ilhas de neófitos e pagãos: saúde e bênção apostólica.** A inefável disposição do Criador revelou de tal modo aos ***homens***, desde a criação do mundo, as suas realidades invisíveis, que elas, compreendidas por meio das coisas que foram feitas, são contempladas — ainda que como por um espelho e em enigma —, assim como também a sua virtude sempiterna e a sua divindade, de modo que o homem não seja escusável; porque, tendo conhecido o Senhor, não o glorificaram como Deus nem lhe deram graças, mas se desvaneceram em seus pensamentos, e o seu coração insensato foi obscurecido, trocando a glória do Deus incorruptível pela semelhança da imagem do homem corruptível, das aves, dos quadrúpedes e das serpentes, e preferindo servir à criatura em vez de ao Criador. Mas Deus onipotente, para que não perecesse uma criatura tão digna, criada à imagem e semelhança do Criador e colocada acima das aves do céu e dos animais de toda a terra, e para que ele próprio não fosse frustrado em seu propósito — pois criou o homem para que este o conhecesse, o amasse e, tendo-o conhecido e amado, o possuísse, tornando-se assim bem-aventurado com uma felicidade inestimável —, levantando-se por causa da miséria dos indigentes e do gemido dos pobres, ***propôs, mediante a fé em seu sangue, o seu Filho unigênito, Jesus***

Cristo, como propiciador, para a manifestação de sua justiça, em razão da remissão dos delitos precedentes, a fim de que ele, sendo justo, justificasse aquele que é pela fé em Jesus Cristo, sem a qual ninguém pode absolutamente ser justificado, conforme testemunha o profeta, que diz: "O justo viverá pela fé." ***Proposta, portanto, esta via para se chegar ao Deus vivo e verdadeiro, o príncipe deste mundo cegou de tal modo as mentes de alguns infiéis que a luz do Evangelho não consegue iluminá-los; mas, ainda envolvidos pelas trevas da infidelidade, não invocam o Senhor, que está próximo de todos os que o invocam em verdade.*** Pois:

"Todo aquele que invocar o nome do Senhor será salvo."

Mas, visto que, como diz o Apóstolo: "Como invocarão aquele em quem não creram? Ou como crerão naquele que não ouviram? E como ouvirão sem quem pregue? E como pregarão, se não forem enviados?" (Rom. 10, 14-15), o Senhor suscitou outrora o espírito de nosso venerável irmão W., bispo de Sabina, anteriormente bispo de Módena. Dirigindo-se ele repetidas vezes, por mandato da Sé Apostólica, àqueles pagãos, conduziu ao conhecimento da verdade uma multidão não pequena dos que habitam nas proximidades de vossas regiões, [tendo extirpado entre eles muitas espécies de erros], nos quais aqueles infelizes se encontravam de tal modo envolvidos que, não possuindo o culto do nome cristão, aplicavam toda a sua intenção somente ao culto das coisas visíveis. O mesmo bispo, porém, erguendo os olhos [e vendo que vossas regiões já estavam brancas para a messe, uma vez que Jesus Cristo, nosso Deus e Senhor, olhando clementemente para o vosso povo, conforme soubemos, se dignou abrir-lhe a porta da salvação], e suspirando, com todos os seus desejos e com todas as fibras de sua alma, por essa sua especial delícia, isto é, pela conversão desse mesmo povo, suplicou-nos — a nós que, embora indignos, ocupamos na terra o lugar daquele que disse a seus discípulos: "Rogai ao Senhor da messe que envie trabalhadores para a sua messe" — e a nossos irmãos, com grande insistência de súplicas e abundância de lágrimas, que nos dignássemos enviá-lo à messe do Senhor, desejoso de completar o

> curso da obra iniciada e preparado até mesmo, caso fosse necessário, para beber por vós o cálice da paixão. [3]

O papa estabelece a necessidade absoluta de crer em Cristo para alcançar a salvação, pois sem esta "ninguém pode absolutamente ser justificado". Essa necessidade deve ser entendida como referente à fé explícita, pois ele vincula a fé à pregação eclesiástica do Evangelho ao citar Romanos 10,14-15. A fé meramente implícita, evidentemente, não dependeria dessa pregação.

Este texto quase certamente refere-se a povos que não haviam recebido qualquer pregação, tendo em vista a citação de São Paulo feita por Inocêncio, em que o Apóstolo trata daqueles a quem nenhuma pregação do Evangelho chegou. Algumas outras expressões empregadas pelo papa, como "a luz do Evangelho não consegue iluminá-los" [ut lux evangelica eos non valeat illustrare], ou ainda das outras vezes que, tendo pregado o dito bispo, ele os "conduziu ao conhecimento da verdade" [ad agnitionem veritatis adduxit], e posteriormente que Deus a tal povo "se dignou abrir-lhe a porta da salvação" [ostium eius salvationis sit aperire dignatus]. Tudo isto indica que não havia efetivo conhecimento do Evangelho. Além disso, pequenas expressões como "ainda envolvidos pelas trevas" [sed adhuc infidelitatis tenebris obvoluti], que parecem indicar que até o momento não haviam sido libertados de tal condição pela pregação. Verifica-se, além disso, de que não havia qualquer culto cristão em tais locais, e não que tivesse sido abolido, destruído ou rejeitado.

Alguém que não conseguiu ser iluminado pelo Evangelho, e que foi conduzido ao conhecimento da verdade, demonstrando que Deus abriu-lhe a porta da salvação após o início de tais pregações, pois até então permanecia envolvido pelas trevas certamente não parece ser um homem que conhecia o cristianismo até aquele dado momento. É possível certamente uma notícia vaga da existência do cristianismo, em razão da proximidade geográfica, mas não um efetivo conhecimento de quaisquer de suas verdades para que pudessem ser culpavelmente rejeitadas.

Isto elimina de antemão qualquer objeção que possa surgir de que esta necessidade de fé explícita se refere somente a uma necessidade de preceito que teriam tais pagãos, e que Inocêncio não teria por isso indicado uma necessidade absoluta da fé explícita para todos os homens. Basta atentamente seguir a

[3]INOCÊNCIO III. Epistola CLXXV. In: INOCÊNCIO III. Innocentii III Romani Pontificis Opera Omnia. Accurante J.-P. Migne. Tomus II. Paris: J.-P. Migne, 1855 (Patrologiae Cursus Completus: Series Latina, t. 215), cols. 1009–1012.

ordem natural do texto, que migra de uma fundamentação geral para um problema particular, e que antes mesmo de chegar a ele, coloca de modo antecipado a necessidade da pregação do Evangelho.

8.3 Santo Tomás de Aquino, Doutor da Igreja - Explicação do Posicionamento Tradicional

Santo Tomás (1225–1274) supõe a existência de infiéis negativos, apesar de não ficar muito claro isto. Assim, expõe Caetano Corazza C.R.M.:

> Confirma-se também pelo que diz São Tomás (II-II, q.10, a.1, in c.): falando dos infiéis "negativos", isto é, daqueles que nada ouviram da fé, afirma: "Os que assim são infiéis são de fato condenados por outros pecados que sem a fé não podem ser remitidos, mas não são condenados pelo pecado de infidelidade". ***Ora, como não fala condicionalmente ("se houvesse tais"), mas absolutamente ("os que assim são infiéis"), supõe que tais infiéis existem de fato; e como afirma que são condenados apenas por outros pecados, não por não crerem, reconhece neles ignorância invencível acerca das coisas da fé.*** [4]

Precisamos discorrer sobre a posição completa de Santo Tomás quanto à fé divina. Seu posicionamento elimina a possibilidade de qualquer pagão, judeu, herege e cismático em situações de ignorância invencível serem salvos enquanto permanecem em tal estado, encerrando definitivamente a questão de modo lapidar. Aqui trataremos também de toda a escola de São Tomás, que o seguiu.

Antes de prosseguirmos, vale salientar antecipadamente que existem diferentes leituras sobre São Tomás. Os dominicanos entendem o Doutor de sua Ordem de um modo, e mesmo entre estes há desentendimentos - como entre o Cardeal Caetano e Domingo Báñez. Por outro lado, o mesmo sucede com os jesuítas, que o entendem sob uma perspectiva diferente.

Naturalmente, possuímos perfeito conhecimento a respeito do comportamento de ambas as ordens em relação a este Santo Doutor. E, aliás, de igual modo

[4]CORAZZA, Caietanus. *Tractatus theologici-morales de conscientia, seu de regula interna actuum humanorum, et de peccatis: methodo scholastica dispositi.* Venetiis: Apud Laurentium Basilium, 1735, **p. 215**.

conhecemos o comportamento, a malícia, os comentários e os subterfúgios daqueles que, hoje, defendem os jesuítas e toda sua teologia monstruosa. Não aprofundaremos nada disto aqui. Dizemos apenas que rejeitamos a leitura realizada pelos membros da Companhia de Jesus, excetuando alguns poucos homens.

Enfim, dividimos o posicionamento de Santo Tomás em três partes principais. A primeira consiste na necessidade da fé explícita em Cristo; a segunda consiste no lugar orgânico que a autoridade da Igreja ocupa na nossa fé divina e, por fim, na terceira traremos distinções importantíssimas para compreendermos o problema.

8.4 Parte I - Fé Explícita em Cristo

Esta leitura sobre São Tomás possuem João de Santo Tomás [5], Jean Baptiste Gonet (1616–1681) [6], Vincent Contenson (1641–1674) [7], Vincenzo Ludovico Gotti (1664–1742) [8], Santo Antonino de Florença (1389–1459) [9], Francisco de Araújo (1580–1664) [10], Pedro de Lorca (1559–1604) [11], Daniello Concina (1687–1756) [12], Giovanni Pattuzzi (1700–1769)[13], Francisco Toledo

[5]DE SANTO TOMÁS, João. *Cursus theologicus*, *In Secundam Secundae D. Thomae*, disput. IV, artic. I, quest. I, n. 14

[6]BAPTISTA GONET, Joanne. *Clypeus Theologiae Thomisticae*, 1671, tom. IV, disp. VI, art. V, n. 71

[7]CONTENSON, Vincent. *Theologia mentis et cordis, seu Speculationes universae doctrinae sacrae*. Editio novissima, perutili supplemento de extrema unctione, ordine et matrimonio aucta et locupletata, in duos tomos commodius divisa. Tomus I. Venetiis: Apud Joannem Baptistam Recurti, 1727, p. 543–548.

[8]GOTTI, Vincenzo Ludovico. *Theologia scholastico-dogmatica juxta mentem Divi Thomae Aquinatis, ad usum discipulorum ejusdem Angelici Praeceptoris accommodata*. Tomus II. Venetiis: Ex Typographia Balleoniana, 1793, p. 362–363.

[9]DE FLORENÇA, Antonino. *Sancti Antonini Archiepiscopi Florentini Ordinis Praedicatorum Summa theologica in quattuor partes distributa*. Pars prima. Veronae: Ex Typographia Seminarii, apud Augustinum Carattonium, 1740, cols. 451–454.

[10]DE ARAUJO, Francisco. *De fide, spe et charitate in Secundam Secundae Angelici Doctoris commentarius*. Salmanticae: apud Sanctum Stephanum Ordinis Praedicatorum, 1635, p. 180–183.

[11]DE LORCA, Pedro. *Commentaria et disputationes in Secundam Secundae Divi Thomae*, Matriti, praelo et expensis Ludovici Sánchez, 1614, p. 120-122.

[12]CONCINA, Daniello. *Theologia christiana dogmatico-moralis*, t. I: *In Decalogum* (Romae, 1763; prostant venales Venetiis apud Simonem Occhi), p. 30–31.

[13]VINCENZO PATUZZI, Giovanni. *Ethica christiana sive Theologia moralis ex purioribus Sacrae Scripturae divinaeque traditionis fontibus derivata, et S. Thomae Aquinatis doctrina continenter illustrata*, v. 3, Bassani, apud Remondini, 1770, p. 13–15.

(1532–1596)[14] e Domingos da Santíssima Trindade [15], para citar alguns.

Fundamentam-se no que diz São Tomás na *Suma Teológica*, II-II, q. 2, arts. 7 e 8, ao discorrer sobre a necessidade de crer em tais mistérios; e, posteriormente, na q. 10, art. 1, ao tratar dos infiéis negativos e afirmar que estes se condenam pela falta de fé explícita em Cristo.

Recorrem também ao *Comentário às Sentenças*, *Sent. II, 28, Q. 1, A. 4, ad 4*, *Sent. III, dist. 25, q. 2, art. 2, q. 2*, bem como *De Veritate*, 14, a. 11, ad 1. Em tais textos, São Tomás não deixa de recorrer sempre à necessidade de se crer explicitamente em tais mistérios, pelo que Deus enviaria um instrutor, seja um pregador ou seja um anjo, para tal homem ignorante.

Existem ainda outras passagens de São Tomás citadas para provar esse ponto, mas julgamos já ter exposto o suficiente.

A citação mais relevante julgamos ser a da Suma Teológica, II-II, q. 10, art. 1, enquanto o Santo Doutor discorre sobre a infidelidade negativa:

> Considerada, porém enquanto negação pura, como no caso dos que nunca ouviram falar nas verdades da fé, não implica essencialmente pecado, mas antes, pena, porque tal ignorância das coisas divinas é resultante do pecado do primeiro pai. Assim, os infiéis, dessa maneira, **condenam-se, certo, por causa de outros pecados, que não podem, sem a fé, ser perdoados**; não porém pelo pecado de infidelidade. Por isso, o Senhor diz: Se eu não viera e não lhes tivera falado, não teriam eles pecado; **o que Agostinho explica como referente aquele pecado *pelo qual não creram em Cristo***.

Aqui, referindo-se aos infiéis que não receberam a pregação do Evangelho, São Tomás afirma, com base em Santo Agostinho, que eles "não creram em Cristo". É manifesto que essa afirmação só pode ser entendida como uma referência à fé explícita. Caso contrário, seria necessário admitir que poderiam crer em Cristo

[14]TOLEDO, Francisco de. *Francisci Toleti e Societate Jesu S.R.E. presbyteri cardinalis in Summam theologiae S. Thomae Aquinatis enarratio: ex autographo in Bibliotheca Collegii Romani asservato.* Nunc primum edidit Iosephus Paria, S.J. **Tomus II: qui est in Secundam Secundae**. Romae: Typis Sacrae Congregationis de Propaganda Fide, 1869. p. 82.

[15]DOMINICUS A SANCTISSIMA TRINITATE. *Bibliotheca theologica septem libris distincta: in qua exacto ordine reponuntur cuncta ad completam sacrae doctrinae, vel theologiae notitiam spectantia.* Tomus quintus: complectens libri quarti partem, in quo agitur de sacra doctrina quoad munus ordinandi et explicandi locos theologicos. Romae: Typis et sumptibus Philippi Mariae Mancini, 1668, p. 457-464.

mediante uma fé meramente implícita e, assim, poderiam salvar-se, conclusão contrária àquela sustentada por São Tomás que aponta sua condenação.

Depois desta, o juízo que faz em *De Veritate*, 14, art. 11, ad 1 é também significativo:

> **Obj.** — "É possível que alguém seja criado numa floresta ou entre lobos; tal homem não pode conhecer explicitamente coisa alguma acerca da fé." **R. — É próprio da Divina Providência prover a cada homem aquilo que é necessário para a salvação** [...] contanto que, de sua parte, não haja impedimento. **No caso de um homem que busca o bem e evita o mal, seguindo a direção da razão natural, Deus ou lhe revelaria, por inspiração interior, aquilo em que deveria crer, ou lhe enviaria algum pregador da fé** [...]

8.5 Parte II - Autoridade da Igreja e nossa fé divina

Esta questão foi completamente esquecida pelos manualistas, e não é quase discutida no século XIX e XX. Trata-se do que diz Santo Tomás na Suma Teológica, II-II, q. 5, art. 3.

Nesta questão, o Santo Doutor investiga a condição dos que têm fé e, no artigo terceiro, pergunta se o herético pode ter fé nos demais artigos caso negue um único. Sua resposta é de imenso valor quando afirma:

> O herético, que descrê um artigo, não tem o hábito da fé informada, nem o da informe. E a razão é que a espécie de qualquer hábito depende da razão formal do objeto, a qual, desaparecida, a espécie do hábito não pode subsistir. Ora, ***é o objeto formal da fé a verdade primeira manifestada pelas Sagradas Escrituras e pela doutrina da Igreja. Por onde, quem quer que não adira, como a uma regra infalível e divina, à doutrina da Igreja, procedente da verdade primeira manifestada pela Sagrada Escritura, não tem o hábito da fé***. **Aceita, porém as verdades da fé de modo diferente do que, por ela as aceitaria. *Assim como quem admitisse mentalmente alguma conclusão, sem lhe conhecer o meio por que é***

demonstrada, manifestamente não tem dela a ciência, mas só a opinião.

Francisco Marín-Sola, O.P., dedica um importante trecho de sua obra, *La evolución homogénea del dogma católico* [16], para tratar desta questão e faz uma vigorosa defesa do posicionamento de Santo Tomás contra seus adversários, nomeadamente o marrano Francisco Suárez (1548–1617) e Gabriel Vázquez (1549–1604). Para qualquer homem interessado em compreender cabalmente este posicionamento, recomendamos a leitura de tal trecho, que aqui referenciamos.

Prosseguimos, portanto, de modo a resumir o que quer dizer São Tomás em tal texto: nada mais do que Santo Agostinho anteriormente quis exprimir ao afirmar que não creria no Evangelho se não fosse pela autoridade da Igreja. Para esta tarefa, podemos naturalmente nos delongar, para que seja perfeitamente compreensível, mesmo para os mais simples.

Quando perguntam a um homem "por que você crê em tais mistérios?", tem-se, na resposta de tal fiel, o objeto formal de sua fé, isto é, a autoridade na qual se apoia e que o leva a aderir com a inteligência a tais mistérios. A importância disto é que a natureza desta autoridade determina a natureza da própria fé: assim, uma autoridade humana, que é falível, acarretaria uma fé humana e falível. A fé, entretanto, precisa ser firme, indubitável e apoiar-se em algo infalível, de modo que haja completa certeza e convicção por parte do fiel a respeito dela, o que tais autoridades humanas certamente não produzem. Para tanto, os teólogos dizem que a fé divina deve-se apoiar na autoridade de Deus. Certamente, Deus não pode se enganar e nem nos enganar, de modo que quando alguém diz que "crê porque assim Deus revelou", sua fé está radicada na mesma autoridade de Deus. Esta fé possui uma certeza absoluta e completa, e é propriamente fé.

Ao contrário, se o fiel responde que crê "porque muito estudou", "porque possui afeição pela liturgia católica" ou "porque os seus estudos históricos assim o levaram a concluir", todos estes são raciocínios meramente humanos, falíveis e, portanto, inúteis. Certamente, tal homem poderia ter errado em seus estudos, bem como seu gosto subjetivo não exprime um juízo inabalável, mas pode ser mudado com o tempo. Tal homem, na realidade, não possui a fé

[16] Marín SOLA, Francisco. *La evolución homogénea del dogma católico*, 1923, cap. III, sec. III. Veja em: https://www.zelanti.net/pt/articles/o-lugar-organico-da-autoridade-da-igreja-em-nossa-fe-divina?languageSelected=pt

divina e é, de fato, um infiel, possuindo uma fé meramente humana.

Porém, o ponto que agora vemos é o que diz São Tomás em tal texto: a fé divina, que é exigida para a salvação, deve apoiar-se na autoridade de Deus revelador **e, segundo a sentença de São Tomás e de sua escola, na autoridade da Igreja Católica Romana.** Se se pergunta a um homem o motivo de ele crer assim, e for respondido algo diferente que não inclua a Igreja, tal homem não possui a fé divina. É completamente imperativo a *qualquer homem* que possua fé que ele "crê porque assim a Igreja determina". Caso contrário, tal pessoa não crê verdadeiramente. O motivo de São Tomás pensar assim é explicado por Marín-Sola, e não nos aprofundaremos aqui.

Isto é significativo, como é evidente, pelo fato de que nenhum infiel ignorante invencível poderá dizer que crê porque a Igreja Romana assim o leva a crer. Afinal, sem conhecer a Igreja, não pode se apoiar nela para ter fé. A única fé que tal infiel poderia possuir é humana, pensando a partir de seu próprio juízo que Deus revelou, mas sem receber tal proposição de uma autoridade infalível. Ora, sem crer na Igreja, é impossível ter a fé necessária para salvar-se. Desse modo, é impossível a salvação desse ignorante. É por motivos similares que, como veremos em Santo Antonino de Florença posteriormente, em seu próprio capítulo, bem como ao discutirmos os documentos do Papa Pio IX, ambos dizem que a "fora da Igreja, não há verdadeira fé". Esta fé só pode ser encontrada na Igreja, que é uma sociedade visível. Se o homem não conhece esta sociedade visível, não pode conhecer a mesma fé verdadeira e, portanto, privado desta, permanece em suas trevas em direção à destruição eterna.

Marín-Sola (1873–1932) cita extensamente vários defensores deste ensinamento tradicional de Santo Tomás, baseado nas palavras de Santo Agostinho. Aqui estão seus nomes, juntamente com alguns outros que, no curso de nossas próprias pesquisas, encontramos com juízo similar sobre esta matéria. Aqueles citados por Marín-Sola são: Cardeal Caetano, Domingo Báñez, João de Santo Tomás, Gonet, Contenson, Salmanticenses e Cardeal Gotti, cujas citações podem ser encontradas em seu trabalho, sem necessidade de reproduzi-las aqui.

Da nossa parte, incluímos Santo Antonino de Florença [17], Santo Afonso Maria

[17] DE FLORENÇA, Antonino. *Op. cit.*, col. 440.(Ver Apêndice IV - Nota [1])

de Ligório (1696–1787) [18], São João Eudes (1601–1680) [19], Daniello Concina [20], Agostino Matteucci (1697–1777) [21], Giovanni Battista Casali (c. 1715–1792) [22], Matthias Faber (1586–1653) [23], Francisco Palanco (1644–1720) [24] e, como veremos adiante, São Vicente Ferrer (1350–1419), tendo sido esta doutrina posteriormente ensinada pelo Magistério.

Apenas como nota, antes de prosseguirmos, a todos aqueles que forem conferir tais citações, desejamos destacar a extrema gravidade do juízo que Battista Casali e Matthias Faber fazem da necessidade da fé explícita em Cristo, tratada na parte anterior. De tal modo, Casali chega a afirmar que, na prática, esse indiferentismo casuísta e laxista leva, inegavelmente, ao ateísmo.

Contudo, de longe, o juízo mais grave sobre essa questão foi emitido por São João Eudes, aqui mencionado, o qual é digno de ser gravado com fogo no coração de todo fiel:

> "Para que tenhais uma verdadeira fé naquilo que Deus revelou, ***é necessário que acrediteis na Igreja Católica, na qual somente podeis aprender com certeza o que Deus revelou.*** **Por essa razão, depois de ser perguntado se credes em Deus, também vos é perguntado se credes na Igreja Católica. Certamente, *aqueles que não creem na Igreja Católica não podem ter fé divina nos mistérios em que acreditam*, mas apenas uma fé natural e humana; uma**

[18]LIGUORI, Alfonso Maria de'. Istruzione al popolo sovra i precetti del Decalogo per bene osservarli e sovra i sagramenti per ben riceverli: per uso de' parrochi e missionari e di tutti gli ecclesiastici che s'impiegano ad insegnare la dottrina cristiana. In: LIGUORI, Alfonso Maria de'. *Opere morali italiane*. Torino: Giacinto Marietti, 1880. v. IX da coleção *Opere di S. Alfonso de Liguori*, p. 903-904.(Ver Apêndice IV - Nota [2])

[19]EUDES, João. *Man's contract with God in baptism*. Tradução e adaptação do francês por J. M. Cullen. Philadelphia: Peter F. Cunningham, 1859, p. 49-52.

[20]CONCINA, Daniello. *Theologia christiana dogmatico-moralis*, t. I (Romae, 1749), p. 234–249. Veja em: https://orecolhedor.com/fora-da-igreja-catolica-romana-nao-ha-salvacao/ (Ver Apêndice IV - Nota [3]).

[21]MATTEUCCI, Agostino. *Opus dogmaticum adversus hetherodoxos, tum antiquos, tum recentes: complectens controversias fidei*. Coloniae Agrippinae: Sumptibus Wilhelmi Metternich Bibliopolae, sub signo Gryphi, 1716, p. 88–89.(Ver Apêndice IV - Nota [4])

[22]CASALI, Giovanni Battista. *De profanis et sacris veteribus ritibus opus tripartitum*. Pars III: *De sacris Christianorum ritibus*. Francofurti et Hannoverae: Sumptibus Thomae Henrici Hauensteinii, 1681, p. 534–537. Aqui o seu posicionamento quanto aos católicos fica implícito, mas percebe-se que é fundamentado na necessidade de revelação mediata e da proposição externa autoritativa, pois afirma referindo-se aos turcos, "não têm essa fé *como proposta por algum profeta*". Quem cumpre tal revelação mediata é certamente apenas a Igreja.(Ver Apêndice IV - Nota [5])

[23]FABER, Matthias. *Concionum opus tripartitum, pluribus in singula Evangelia argumentis instructum*. Pars I. Ingolstadii: Typis Gregorii Haenlin, 1631, p. 110-111. (Ver Apêndice IV - Nota [6])

[24]PALANCO, Francisco. *Tractatus de fide theologica in 2. 2. Divi Thomae*. Matriti: Ex officina Lucae Antonii de Bedmar & Narvaez, 1701, p. 613–617. (Ver Apêndice IV - Nota [7])

> **fé de sua própria fantasia, fundada na luz de seu próprio juízo, sujeita ao erro, e não nas promessas de Jesus Cristo**. Somente a Igreja Católica possui essas promessas, e somente em seu testemunho repousa o fundamento da fé cristã. Como ela possui as promessas divinas para todos os dias, até o fim dos tempos, não há razão para duvidar de qualquer coisa que ela proponha à nossa crença. (…) **Por mais ignorante que sejais, tendes a verdadeira fé se acreditardes, sem exceção, em tudo o que a santa Igreja Católica crê e ensina; por outro lado, por mais instruído que sejais, perdeis o dom e a virtude da fé se rejeitardes qualquer doutrina que ela ensina, pois a fé dela é a vossa regra.** 'Como há apenas uma fé', diz São Paulo, 'querer dividi-la é destruí-la'. Os hereges não apenas diferem da Igreja na fé, mas também divergem entre si, uma prova de que não possuem a verdadeira fé, que é una. A santa Igreja Católica nunca permitiu, e nunca permitirá, uma diferença de fé em relação a qualquer artigo. Sua fé é a mesma em todos os tempos, em todos os lugares e em todos os seus verdadeiros filhos. Assim, sua fé é una e a única verdadeira fé. Deveis estar extremamente desejosos de preservar a fé em toda a sua pureza, pois sem ela é impossível fazer qualquer coisa que mereça o Céu. 'Sem a fé, é impossível agradar a Deus'. Aqueles que não a possuem podem praticar todas as virtudes morais: justiça, sobriedade, castidade, esmolas, orações, mortificação; **e não apenas isso ocorre com os hereges**, mas é uma verdade que deve ser lembrada: essas boas ações, a menos que tenham a fé como princípio, nunca lhes merecerão o Céu. A lei de Moisés, por mais santa que fosse, só podia salvar aqueles que a observavam por meio da fé. Quando, portanto, observardes que aqueles que não creem na Igreja praticam algumas boas obras, oferecem muitas orações e levam uma vida austera, não acrediteis que por isso estejam no caminho da salvação, a menos que tenham a verdadeira fé; ***cometeis um pecado enorme se acreditardes que eles podem ser salvos fora da Igreja, que podem ter fé sem acreditar nela, ou que podem ser salvos sem a fé***."

De qualquer modo, esta postura de Santo Tomás quanto ao lugar orgânico que a Igreja ocupa em nossa fé divina é significativa. Por meio dessa perspectiva, é possível compreender, com pleno domínio do estado da questão, aquilo que

estava implícito nos escritos dos Santos Padres — Agostinho, Próspero e Fulgêncio —, já mencionados anteriormente. Ao ler tais textos novamente, como recomendamos ao leitor, percebemos que a fé era ligada por estes santos diretamente à pregação do Evangelho — e, portanto, à de seus principais mistérios: Cristo e a Santíssima Trindade —, pregação esta realizada mediante a Igreja e por ela sustentada.

Não apenas sustentamos que esse entendimento reflete a mentalidade dos Santos Padres, que conectam a fé explícita com a proposição e autoridade de Igreja visível, sendo evidente que é de todo compatível com ela, mas também o identificamos no próprio São Paulo, ao declarar ser a Igreja "coluna e sustentáculo da verdade" em sua Epístola a Timóteo; do mesmo modo, tal perspectiva constitui o fundamento de suas indagações na Epístola aos Romanos: *"Quomodo ergo invocabunt, in quem non crediderunt? Aut quomodo credent ei, quem non audierunt? Quomodo autem audient sine prædicante? Quomodo vero prædicabunt nisi mittantur? sicut scriptum est: Quam speciosi pedes evangelizantium pacem, evangelizantium bona!"*

Este posicionamento reflete o pensamento do Evangelho, dos Santos Padres e, como veremos adiante, de textos como o do Concílio de Florença.

CAPÍTULO 9

Parte III - Algumas últimas considerações e distinções

9.1 I. - O sentido dos mistérios

Compartilhamos, sem dúvida, alguns mistérios com os hereges e cismáticos. Porém, para ser mais preciso, compartilhamos apenas nominalmente, pois o sentido que atribuímos a tais mistérios é diverso do sentido que atribuem estes réprobos a eles. Assim, os arianos dizem confessar a Cristo, mas qual Cristo? Os protestantes dizem confessar a igreja, mas certamente não a Igreja Católica Romana. Diversamente creem em tais mistérios.

Na parte anterior, vimos que a proposição da Igreja é necessária para a nossa fé divina. Entretanto, ficou implícito que a explicação provida pela Igreja para o dogma, dando-lhe sentido, é igualmente importante, pois o intelecto deverá, pela fé, aderir à explicação proporcionada a respeito dos mistérios. A partir do momento que uma explicação é errônea, a fé é falsa e, em realidade, não se crê verdadeiramente em tal dogma.

Não creem, assim, os protestantes no artigo da Igreja, muito menos os arianos creem em Cristo. Levaremos, contudo, isto às suas últimas consequências, desenvolvendo outros pontos nesta parte.

Apenas para ilustrar o que dizemos, citamos São Roberto Belarmino (1542 -

1621) sobre esta matéria:

> Contra isso, digo, em primeiro lugar, que o Símbolo é realmente um só, não, porém, apenas quanto às palavras, mas quanto ao sentido e à fé; por isso, não possuímos o mesmo Símbolo se discordamos acerca de sua interpretação. Além disso, se bastasse aceitar as palavras do Símbolo, quase nenhum dos antigos hereges teria sido justamente condenado. Com efeito, os arianos, os novacianos, os nestorianos e quase todos os demais aceitavam as palavras do Símbolo dos Apóstolos; mas, porque a divergência dizia respeito ao sentido, foram condenados e expulsos da Igreja Católica. [1]

A respeito disto, segue-se o que diz São Tomás na Suma Teológica, II-II, q. 1, art. 3 a respeito de se a fé é susceptível de falsidade:

> Todo objeto de uma potência, de um hábito ou mesmo de um ato, só o é mediante a sua razão formal. Assim, a cor não pode ser vista senão pela luz; e uma conclusão não pode ser conhecida senão mediante a demonstração. **Ora, como já se disse, é a razão formal do objeto da fé a verdade primeira. Logo, *ela nada pode alcançar senão enquanto dependente da verdade primeira, que não é susceptível de nenhuma falsidade, assim como o ser não inclui o não ser nem o bem, o mal. Donde se conclui que a fé não é susceptível de nenhuma falsidade*.**

Existem alguns pontos sobre essa questão que poderiam aprofundá-la, mas não há necessidade para tanto; dado um eventual caso, entretanto, remetemos tal discussão aos mesmos escritos de Francisco Palanco [2].

Ancorada em explicações dos mistérios da fé diversas daquelas propostas pela Igreja, tal fé falsa não é propriamente fé, mas apenas um conjunto de opiniões humanas falíveis e, portanto, incapazes de conduzir à salvação. Isso é precisamente o contrário do que pretendiam sustentar os adversários protestantes de São Roberto Belarmino, citados logo acima.

Mais concretamente, a interpretação errônea do artigo referente à Igreja

[1] BELARMINO, Roberto. On Laymen or Secular People. Chapter 19. In: BELARMINO, Roberto. *On Temporal and Spiritual Authority*. Edited and translated by Stefania Tutino. Indianapolis: Liberty Fund, 2012, p. 88.

[2] PALANCO, Francisco. *Op. cit.*, p. 89-93.

professada pelos hereges — os quais negam à Igreja Católica Romana a infalibilidade e lhe atribuem, por exemplo, a prática da idolatria — constitui uma negação do artigo "Creio na Igreja". Com efeito, apoiados em outros critérios e princípios, eles creem que sua própria seita é a verdadeira Igreja. Crer verdadeiramente na Igreja implica, por outro lado, crer em tudo aquilo que ela ensina; e essa fé é exigida para a salvação. Assim, manifestamente também não creem os hereges em tudo o que a Igreja ensina.

Por outro lado, os cismáticos orientais possuem uma compreensão diversa a respeito da procedência do Espírito Santo, e creem erroneamente acerca da Terceira Pessoa da Santíssima Trindade. Do mesmo modo, os protestantes compreendem de modo diverso o sacrifício da Missa, bem como o mistério da predestinação. Esta fé errônea em nada lhes aproveita a salvação e, a ignorância invencível apenas pode retirar a pecaminosidade de assim crer, mas não o fato de que creem erroneamente.

Neste mesmo sentido, os cismáticos orientais, ainda que supostamente compartilhando todos os dogmas com os católicos, pelo simples fato de rejeitarem o primado do Romano Pontífice e sua infalibilidade, da qual decorre a infalibilidade da própria Igreja e, por via de consequência, a veracidade extrínseca de todos os mistérios por ela propostos, encerram, por isso mesmo, em manifesta situação de condenação por não possuírem fé implícita em tudo o que a Igreja Romana ensina.

Ademais, não se pode invocar que tais cismáticos orientais em ignorância invencível, ou quaisquer outros hereges, poderiam crer de modo indeterminado na verdadeira Igreja. Assim diz São Vicente Ferrer:

> **Primeira.** ***Crer condicionalmente e sem determinação nos artigos da fé — por exemplo, crer numa coisa se for assim; ou dizer que, em geral, se crê em tudo o que é verdadeiro — não basta ao fiel cristão, porque tal crença não procede da fé. Pois, como diz Santo Tomás, a fé cristã possui a máxima certeza e não admite dúvida alguma acerca do seu objeto (II-II, q. 4, a. 8). Ora, já foi dito que crer na Igreja una, santa, católica e apostólica é um artigo de fé. Por conseguinte, não basta ao fiel cristão a credulidade condicional e indeterminada na Igreja, e, portanto, no verdadeiro papa, porque uma coisa implica a outra, como já foi dito.*** Segunda. **Se tal creduli-**

> **dade indeterminada e condicional bastasse ao fiel cristão,** ***seguir-se-ia daí que os gregos e outros cismáticos teriam fé suficiente na Igreja de Cristo, porque todos eles têm essa espécie de credulidade condicional e indeterminada na Igreja. Mais ainda: qualquer homem admitirá de boa vontade todas as falsidades e absurdos, supondo que sejam verdadeiros. Contudo, é certo que os cismáticos não creem devidamente na Igreja católica, e por isso são chamados cismáticos, isto é, cortados e separados da Igreja, porque não creem na Igreja romana***. Assim escreve São Mateus: "Aquele que não ouvir a Igreja, seja para ti como um gentio ou publicano" (Mt 18,17), isto é, como gentio, pagão e infiel, segundo explica Santo Agostinho. Por conseguinte, permanece firme o que dizíamos antes. [3]

Note bem o nosso leitor que São Vicente Ferrer diz: pelo fato de não crerem na Igreja Romana explicitamente, estão consequentemente fora dela e, por via de consequência, não possuem sua fé. É preciso crer explicitamente na autoridade da Igreja Romana e, por via de consequência, implicitamente em tudo o que por ela é ensinado. Isto reforça, ademais, o posicionamento tomista e o julgamento sintético de São João Eudes de que se deve crer na Igreja. Sem crer na Igreja, é impossível crer em todos os seus ensinamentos, o que todos os teólogos concordam que é necessário para a salvação.

Linhas a seguir, diz o Anjo do Apocalipse:

> Quarta. Fora da Igreja não há salvação, como dizem comumente os santos doutores. Por isso a Igreja foi figurada na arca de Noé, fora da qual ninguém pôde salvar-se do dilúvio (Gn 7,21-23). **Aqueles que não creem de modo explícito e determinado no verdadeiro papa não entram em uma Igreja determinada e, por conseguinte, estão fora da Igreja, como foi demonstrado no capítulo anterior**. A esse propósito se lê: "Deves saber que o Bispo está com a Igreja, e a Igreja com o Bispo; e se alguém não está com o Bispo, não está com a Igreja" (Graciano, Decreto, II, causa 7, q. 1, c. 7: "Scire debes"). Logo, de novo fica manifesto o

[3]FERRER, Vicente. "Tratado del cisma moderno de la Iglesia", parte I, cap. IV, razões 1–2, e cap. V, razão 4, in José M. de Garganta e Vicente Forcada (dirs.), *Biografía y escritos de San Vicente Ferrer* (Madrid: La Editorial Católica, 1956), p. 428–430; Veja em: https://pt.scribd.com/document/228899097/San-Vicente-Ferrer-Tratado-Del-Cisma-Moderno

nosso intento.

Martinus Becanus [4] desenvolve este problema, tratando ainda da necessidade crer nos mistérios de acordo com seu verdadeiro sentido.

De modo contrário, é verdadeiro o que diz Renato Massuet ao comentar Santo Irineu sobre a idolatria dos hereges, citando Tertuliano e os Santos Padres Jerônimo, Agostinho, Cirilo, Atanásio e Lúcifer de de Cagliari contra os antigos hereges, como reflete sobre os novos - luteranos, zuinglianos, sacramentários e calvinistas. De fato, tais protestantes e todos os demais hereges não creem verdadeiramente em Cristo, e nem mesmo em Deus, mas fabricaram para si ídolos. Mencionamos a parte mais importante.

> ***Além disso, ao apresentarem Cristo como nascido de sua mãe de modo comum, ignorante, ensinando impropriamente e raciocinando absurdamente; como alguém que, oposto ao juízo de Deus, não pôde merecer nem satisfazer por nós; como alguém que, por fraqueza de ânimo, esqueceu-se de ser o Redentor do mundo; que se recusou a cumprir seu ofício; que emitiu votos irrefletidos, que deviam ser castigados, revogados, e que contrariavam sua vocação; que pediu ao Pai coisas impossíveis de serem concedidas; e que, finalmente, sendo culpado de todos os pecados do mundo, sujeito à maldição e ira divina, proferiu na morte palavras cheias de desespero — esses erigem e estabelecem um Cristo totalmente novo, isto é, um ídolo abominável, a ser adorado e cultuado por eles. Pois um Cristo assim jamais foi anunciado pelos Apóstolos, jamais foi pregado pelos Discípulos, jamais foi crido pelos Mártires, jamais foi invocado pelos Confessores, jamais foi temido pelas Virgens, jamais foi cultuado até hoje por toda a Igreja dos cristãos, etc. Portanto, que o Espírito Santo abra os olhos desses cegos, para que, reconhecendo e abandonando a hedionda abominação dos seus ídolos, possam algum dia retornar ao culto do único e verdadeiro Deus e de seu Cristo, conservado até hoje na Igreja Católica.*** [5]

[4] BECANUS, Martinus. *Compendium manualis controversiarum hujus temporis de fide et religione.* Tyrnaviae: Typis Collegii Academici Societatis Jesu, 1762, **p. 401–402**. (Ver Apêndice IV - Nota [8])

[5] MASSUET, René. *Sancti Irenaei episcopi Lugdunensis et martyris Detectionis et eversionis falso*

Semelhante juízo faz Cornélio a Lapide (1567–1637) em seu comentário ao livro de Eclesiástico sobre os hereges:

> **Que os reis e príncipes cristãos tomem nota deste lugar, e aprendam que não basta que eles próprios sejam ortodoxos e piedosos, *mas que devem também requerer de Deus que extirpe, na medida do possível, os hereges e a heresia*, e que façam todos os seus súditos ortodoxos, e cultores da verdadeira fé e religião; pois se Asa e Josafá são chamados reis piedosos, e é considerado pecado grande, ou antes o maior, de idolatria, que não tenham arrancado as alturas, ou que tendo-se unido e casado com idólatras, certamente são considerados semelhantes a esse pecado, aqueles que toleram hereges e heresias, mais ainda, que permitem que elas prosperem e cresçam, e que façam alianças temerárias com eles contra a Igreja e seus príncipes: pois isso é favorecer os hereges, e favorecer a heresia, e reprimir a fé verdadeira e os fiéis, ou antes combater o herege; pois a heresia é idolatria. *Pois o herege verdadeiramente faz da sua heresia como um ídolo, e propõe o culto a outro ídolo, antes de tudo, o herege forma e cultua um Deus não verdadeiro, mas fictício e falso. Pois aquele que diz que Deus não tem Filho, como ensinavam os arianos; ou que não é trino em pessoas, como ensinavam os sabelianos; ou que não existe livre-arbítrio, como ensinam os modernos; ou que falsamente atribui outra coisa qualquer a Ele, certamente não adora o Deus verdadeiro, mas forma outro deus, que não existe, e por isso cultua uma divindade falsa, e um ídolo feito por ele mesmo; pois o Deus verdadeiro tem Filho, é trino em pessoas, tem livre-arbítrio, etc. Portanto, um Deus sem Filho, sem três pessoas, sem livre-arbítrio, etc., certamente não é verdadeiro, mas fictício e falso, e por isso diabólico e um ídolo.*** [6]

cognominatae agnitionis, seu Contra haereses libri quinque. Após as recensões de Franciscus Feuardentius e Joannes Ernestus Grabe; edição, estudo e notas de René Massuet. Parisiis: Typis et sumptibus Joannis Baptistae Coignard, 1710., p. 60. (Ver Apêndice IV - Nota [9])

[6] LAPIDE, Cornelius a. *Commentarius in Ecclesiasticum.* Venetiis: Apud Hieronymum Albriccium, 1703, cap. XLIX, p. 764.

Por semelhante razão, diz Cornélio a Lapide posteriormente:

> Assim, **nunca é lícito alegrar-se com a pregação e propagação da heresia, mesmo entre os pagãos; pois, embora anunciem Cristo, ao mesmo tempo anunciam muitas heresias sobre Ele, ou sobre Sua Igreja e Seus Sacramentos, *as quais são mais perniciosas que o próprio paganismo*; de modo que é muito melhor não receber deles nenhuma verdade ou doutrina, *do que absorvê-la contaminada por tantos erros e heresias.*** [7]

Assim, resumimos o presente ponto dizendo que: os protestantes, cismáticos orientais não creem em Deus - tendo em vista que o inteligem erroneamente -, mas em ídolos. De fato, não adoram o mesmo Deus que os católicos. Por outro lado, acrescentamos que não creem no artigo da Igreja, não creem em Nossa Senhora, não creem em Cristo - atribuindo mentiras e blasfêmias a respeito de Seu nascimento, morte, ressurreição e de suas pregações.

Isto, entretanto, dá surgimento a outra questão. Afinal, se tais mistérios do Símbolo são necessários apenas por necessidade de preceito, por que crer erroneamente sobre eles pode ter implicações terríveis? Isto já foi respondido por Martino Becano (1563–1624), mas iremos explicitar ainda mais a natureza do problema.

9.2 II. - A fé implícita é incompatível com a crença errônea em qualquer dogma, mesmo em ignorância invencível

Na parte anterior já explicamos esta parte brevemente, mas é preciso nos aprofundar ainda mais e trazer, para tanto, argumentos de teólogos.

Para verdadeiramente entendermos o problema adiante, precisamos entender, antes de tudo, a fé implícita. Nisto, referenciamos a explicação dos irmãos Walenbruch - Adriano Walenburch (1609–1669), Pedro Walenburch (1610–1675) [8].

[7] LAPIDE, Cornelius a. Commentarius in Epistolam ad Philippenses, cap. I, ad v. 18. In: LAPIDE, Cornelius a. *Commentaria in Sacram Scripturam*. Tomus IX: *Complectens commentaria in omnes S. Pauli epistolas*. Neapoli: Apud I. Nagar, 1858, p. 467.

[8] WALENBURCH, Adrianus de; WALENBURCH, Petrus de. *De controversiis tractatus generales, contracti*.

Tendo a devida compreensão da natureza da fé implícita, deve-se entender que é incompatível com ela crer em algo que seja contrário a ela. Por exemplo, um homem que erroneamente crê que Cristo possui somente a natureza divina, excluindo d'Ele a natureza humana, reputando-O como mero espírito, não poderiam crer na visibilidade de Cristo.

De fato, os teólogos exigem que todos devem crer em todos os artigos da fé. Porém, alguns não são tão necessários como crer em Cristo e na Santíssima Trindade - qual seja, por exemplo, a Assunção de Nossa Senhora. Estes possuem necessidade de preceito. Ora, se não devem ser cridos explicitamente por todos obrigatoriamente, devem ser cridos ao menos implicitamente. Qual é o modo como crerão em todos estes artigos implicitamente? Como todos estes artigos são ensinados pela Igreja infalivelmente, deve-se crer em tudo o que a Igreja ensina. Esta fé é necessária para a salvação do homem, segundo concordam todos os teólogos.

Porém aqui entra a problemática que nossos adversários parecem não reconhecer. Se tais hereges e cismáticos não creem na Igreja Romana, mas a reputam por falsa, idólatra, e não infalível, não podem crer em tudo o que esta ensina. Assim, ficam privados da salvação. Será dito: "mas possuem ignorância invencível". Certamente podem possuir, mas isto tira apenas a pecaminosidade de crerem erroneamente, mas não faz essa ignorância invencível que um homem possa crer implicitamente em uma Igreja que explicitamente rejeita. A fé, relembrando, reside no intelecto e este não pode de modo algum aderir a duas proposições contraditórias.

Isto é senão o que diz o Willem Hessels van Est (1542–1613) a respeito daqueles pagãos, recém-descobertos na América:

> 'Ao deus desconhecido…' Aqui se poderia perguntar: Por que, então, eles não teriam fé implícita se adorassem como o Deus verdadeiro um deus que lhes era desconhecido? Resposta: Primeiramente, porque o culto ao Deus verdadeiro não pode coexistir com o culto a ídolos. Depois, porque a fé explícita no único Deus verdadeiro é exigida de todos. Ainda, **porque *é incompatível até mesmo com a fé implícita se algo for crido que seja contrário a ela*, como ocorreu ao se colocar este Deus Desconhecido no mesmo patamar dos deuses dos pagãos, isto é, com**

Tractatus I, Examen III, § 15, "De fide implicita", nn. I–II. Dublinii: Apud H. Fitzpatrick, 1796, p. 31. (Ver Apêndice IV - Nota [10])

> **falsos deuses e, portanto, demônios. Pois, a menos que Ele seja reconhecido como o único e exclusivo Deus, Ele não é verdadeiramente reconhecido...** [9]

Ampliando este mesmo ponto, é possível chegar à conclusão que é impossível para os protestantes possuírem implicitamente a fé católica, pois conforme diz Orestes Brownson (1803–1876):

> Sabemos o que os teólogos dizem acerca da ignorância invencível, e não os contradizemos. **A ignorância invencível desculpa do pecado naquilo de que alguém é invencivelmente ignorante; mas ela não concede fé, nem virtude**; e sem fé, sem virtude positiva, nenhum homem pode ser salvo. O homem que sustenta implicitamente a fé católica, mas erra por ignorância invencível a respeito de algumas de suas consequências, e até mesmo de alguns dogmas, pode ser salvo; ***mas como se pode dizer que alguém sustenta implicitamente a fé católica, se nada sustenta, ou rejeita todo princípio que a implique? Não é seguro aplicar aos protestantes, que realmente negam tudo o que é católico, uma regra que é muito justa quando aplicada a católicos sinceros, porém ignorantes, ou a católicos que erram por ignorância inculpável***. O protestantismo não se encontra na posição de uma heterodoxia comum; não é mais cristão do que o paganismo grego e romano. [10]

Como podem crer em tudo o que a Igreja ensina implicitamente, se creem erroneamente que a mesma Igreja não é verdadeira e explicitamente a rejeitam? Como podem os cismáticos gregos crerem na infalibilidade da Igreja Romana e, por via de consequência, em tudo o que ensina, se não reputam o Papa por infalível? A infalibilidade da Igreja e a consequente certeza que possuem os católicos em tudo o que ela ensina não deriva desta mesma infalibilidade do Romano Pontífice? A ignorância invencível pode tirar desta crença errônea a sua pecaminosidade, mas não pode de modo algum fazer que uma crença errônea se converta, por isto, em verdadeira. Nem pode mudar de tal modo o intelecto que, aderindo a uma proposição errônea, possa aderir simultaneamente a uma correta.

---

[9] VAN EST, Willem Hessels. *Annotationes In Praecipua Ac Difficiliora Sacrae Scripturae Loca* (Atos dos Apóstolos, cap. 17), 1699, p. 598

[10] BROWNSON, Orestes A. *The works of Orestes A. Brownson.* Collected and arranged by Henry F. Brownson. v. 8. Detroit: Thorndike Nourse, Publisher, 1884., p. 456

Compreendam, assim, que a única coisa que faz a ignorância invencível é desculpar o homem do pecado de infidelidade, e nada além disto. Ela não concede a fé, não é capaz de mudar a ordem natural das coisas, nem é capaz de transformar o falso em verdadeiro. Isto tudo é, porém, o que querem fazer crer os probabilistas, casuístas e laxistas, que reduzem toda a questão a uma questão de consciência, como bem denunciaram Concina e Miguel de Elizalde (1610–1678).

Até aqui não se seguem senão os desdobramentos naturais da teologia tomista, aprofundada por inúmeros teólogos. Vê-se, com razão, o quanto se esforçaram os laxistas e probabilistas por esquecer tudo isto, e o quanto se empenharam em destruir os fundamentos da verdadeira teologia para que pudesse converter, por subterfúgios inacreditáveis, atos de idolatria em atos meritórios à salvação.

Prossigamos, entretanto, para vermos como continuou a desdobrar-se a teologia ao longo dos séculos. Até chegarmos à conclusão, entretanto, deveremos ainda ponderar muitas outras questões.

9.3 CONTINUAÇÃO DO SÉCULO XIII

A mesma heresia, denunciada séculos antes por Santo Agostinho e São Filástro, que assegurava impiamente que cada um poderia salvar-se em sua própria seita, desde que vivesse honestamente, ressurge durante o período medieval. Porém, desta vez, sendo atribuída aos sarracenos. A respeito desta matéria, o eminente Riccoldo da Monte di Croce (c. 1243–1320) no século XIII/XIV:

> A quarta classe deles é chamada, em sua língua, **Horise**, palavra que significa "heresia". **A opinião deles é que cada um se salva em sua própria lei; que a cada povo ou nação foi dada por Deus uma lei na qual deve salvar-se; e que todas as leis são igualmente boas para aqueles que as observam, não devendo nenhuma ser preferida a outra**. Estes são considerados suspeitos pelos turcos e tidos como uma espécie de cismáticos; e, se forem descobertos, são queimados. Por isso, sustentam sua opinião não manifestamente, mas em segredo. Encontrei um homem dessa classe quando estive em Quios. Ele entrava nas igrejas dos cristãos, persignava-se com o sinal da cruz, aspergia-se com água benta e dizia abertamente: A vossa lei é tão boa quanto a nossa. Isso nenhum turco de outra opinião faria,

> nem mesmo para salvar a própria vida. [11]

É interessante perceber como que uma heresia gnóstica, iniciada segundo alguns por Simão, o Mago, e que encontrou recepção nas terras do Egito e de Alexandria foi ser reconhecida, séculos depois, como ensinamento de algumas seitas, aparentemente secretas, do próprio islamismo. Por acaso, séculos depois, foi introduzida dentro da Igreja por uma ordem cheia de marranos. Fique, entretanto, esta observação como mera nota marginal, por enquanto.

Riccoldo, entretanto, diz em outra parte:

> Com efeito, o próprio Maomé disse aos sarracenos: Depois de mim, vós vos dividireis em setenta e três divisões, das quais uma será salva, **e todas as demais serão destinadas ao fogo.** Essa sentença é tida entre eles por tão autêntica que não é rejeitada nem pelo sábio **nem pelo ignorante**. Outra sentença a esse respeito encontra-se no Alcorão, no capítulo chamado *Marien*, que significa Maria: ***todos os sarracenos irão para o inferno***. ***Creio que essa sentença é absolutamente verdadeira***, embora tenha sido proferida pela boca do mais mentiroso dos homens. E, nisso, o falso profeta concordou com a Verdade Primeira, que disse: **Largo é o caminho que conduz à perdição, e muitos são os que caminham por ele.** É manifestamente evidente, a partir do que foi dito, que o caminho dos sarracenos é largo, que muitos sarracenos caminham por ele e que eles se dirigem ao inferno. Isso não consta somente da boca da Verdade, mas também da boca de seu próprio profeta. [12]

Voltaremos, depois, a tais pontos. Por enquanto, basta-nos mencionar este pequeno fato.

Apesar de tudo o que demonstramos até agora, existem aqueles espíritos que incessantemente tentam desfazer-se de São Tomás, procurando em outros teólogos um posicionamento que possam adotar. Conhecemos bem a malícia de nossos adversários. Aceitam São Tomás, mas fingem não entender o motivo de se excluir a escola dos agostinianos, de São Boaventura (c. 1221–1274), de

[11] DE MONTECROCE, Ricoldo. *Confutatio Alcorani*, cap. V, in *Turchicae spurcitiae et perfidiae suggillatio et confutatio*, ed. Jean Lemaire de Belges, trad. Bartolo Piceno da Montearduo (Parisiis: [Josse Bade], apud Fratres de Marnef, [ca. 1514]), fol. XXXVII (37).

[12] DE MONTECROCE, Ricoldo. *Propugnaculum fidei, toti christianae religioni adversum mendacia et deliramenta Saracenorum, Alchorani praecipue maxime utile*. Edição e comentários de Marcus Antonius Serafini. Venetiis: Apud Dominicum de Imbertis, 1609, p. 17.

Duns Escoto (c. 1265–1308), de Egídio Romano (c. 1243–1316), de Raimundo Lúlio (c. 1232–c. 1315/1316), de João Baconthorpe (c. 1290–1348), e mesmo de Guilherme de Ockham (c. 1287–1347).

Alegam que os escolásticos tratam as mais diversas opiniões das escolas e, por isso, caso não tratemos delas também, incorremos em um distanciamento quanto ao mesmo espírito de controvérsia, característico das escolas. Sob esse discurso singelo e que, a princípio, nada parece ter de errado, tentam dar legitimidade e voz a outras escolas, dentre as quais a de Santo Tomás seria apenas mais uma. E, assim, chegam gradualmente na ímpia conclusão de que Santo Tomás não é nada mais do que um entre muitos teólogos de sua época, asseverando que sua autoridade não é como fizeram crer posteriormente.

Não nos cabe, por ora, aprofundar este assunto, que reservamos para outra ocasião. Contudo, como nosso intuito é confundir ainda mais nossos adversários, faremos uma concessão meramente dialética e vejamos o que dizem as outras escolas sobre estas questões, e iniciaremos com os escotistas. Este estudo será importante mesmo para demonstrar o início do ataque, ainda distante e informe, ao posicionamento tradicional.

9.4 Duns Escoto - Posicionamento de Sua Escola

Sem nos delongarmos de modo desnecessário, trazemos aqui o posicionamento dos principais escotistas a respeito da necessidade da fé explícita em Cristo e, por via de consequência, na Santíssima Trindade. São eles: Bartolomeo Mastrio (1602–1673), Bernardo Sannig (1638–1704) e Crescentius Krisper (c. 1679 - 1749).

Bartolomeo Mastrio, um dos maiores escotistas, assim diz sobre a questão:

> Deve-se dizer que, embora a primeira sentença seja muito piedosa e provável (sic), ***a segunda é, contudo, muito mais provável e mais conforme às Escrituras e aos Padres: a saber, que, depois da suficiente promulgação do Evangelho, a fé explícita em Cristo Mediador — em sua divindade, morte e ressurreição — é necessária com necessidade de meio, não somente para a bem-aventurança, mas também para a justificação de todos aqueles que possuem o uso da***

> ***razão. Assim ensinam São Boaventura, no livro III das Sentenças, distinção 25, artigo 1, questão 3, e Escoto, no mesmo lugar, questão 1, sob a letra F, onde afirma existir a mesma necessidade da fé em Cristo Redentor que da fé em Deus Criador.*** **Por isso, como a fé explícita em Deus Criador é absolutamente necessária para a salvação, assim também o é a fé explícita em Cristo Redentor.** […] **Mas, ao contrário, aquele que ignorasse invencivelmente a fé explícita em Cristo — admitindo-se que tal ignorância possa existir mesmo depois da suficiente promulgação do Evangelho, o que muitos negam** — e que, com o auxílio da graça interior, observasse toda a lei natural, teria direito, em virtude da fidelidade divina, ***a ser instruído por Deus na fé explícita em Cristo, seja por iluminação interna, seja por pregação externa***. Por isso, **aquele que fosse condenado sem a fé explícita em Cristo invencivelmente ignorada não seria condenado por falta dessa fé, que não lhe seria imputada em razão da ignorância invencível, mas por algum pecado pessoal cometido contra a lei natural.** ***Se tivesse observado essa lei com o auxílio da graça, que não falta a ninguém, teria finalmente sido iluminado por Deus acerca da fé explícita em Cristo***. **Não constitui objeção que não esteja em seu poder próximo possuir a fé explícita, porque é suficiente que ela esteja em seu poder remoto, mediante a cooperação com o auxílio da graça divina, pela qual Deus o excita segundo as ocasiões que se apresentam. Desse modo, está sempre em seu poder dispor-se para receber de Deus a fé.** [13]

Às objeções que o Cardeal de Lugo, Suárez e Rodrigo de Arriaga (1592–1667) colocam a esta tese, Bartolomeo Mastrio responde-as, no curso de sua exposição, de modo suficiente e satisfatório.

Em segundo lugar, temos Bernardo Sannig, também uma das principais autoridades escotistas, que assim expõe a questão:

> **Na Lei Evangélica suficientemente promulgada, também**

[13]MASTRI, Bartolomeo. *Disputationes theologicae in tertium librum Sententiarum: quibus ab adversantibus, tum veterum, tum recentiorum iaculis, Scoti theologia vindicatur.* Editio novissima, a mendis expurgata et indicibus necessariis locupletata. Tomus III. Venetiis: Apud Paulum Balleonium, 1698, p. 349–351.

é necessária a todos os adultos, com necessidade de meio para a salvação, a fé explícita na Trindade e em Cristo Mediador, em sua divindade, humanidade, morte, ressurreição e mistérios semelhantes. *Assim ensinam Escoto, no livro III das Sentenças, distinção 25, questão 1; São Tomás; Alexandre de Hales; São Boaventura; Ricardo e vários outros antigos escolásticos*; contra Compton, Suárez, Arriaga, Lugo e os demais autores mais recentes; e, entre os escotistas, contra Pôncio, Aretino e Herincx. [...] Prova-se o antecedente pelo exemplo de uma criança criada nas florestas. Se ela [uma criança criada nas selvas], ao alcançar o uso da razão, fizer aquilo que está ao seu alcance, receberá uma luz enviada do céu. Por essa luz, embora ainda nada tenha ouvido acerca de Cristo, poderá obter a fé em Deus, converter-se a ele por essa fé e, produzindo um ato de amor, ser justificada desse modo. **Respondo negando o antecedente. Quanto à sua prova, digo que, se tal criança fizer aquilo que está ao seu alcance, observando a lei natural, Deus, em virtude de sua fidelidade, lhe infundirá uma luz enviada do céu, pela qual será iluminada não somente acerca da fé em Deus, mas também acerca da fé em Cristo e de seus mistérios.**

Ou, certamente, Deus a visitará por meio de um anjo ou de um homem que lhe pregue Cristo, assim como Cornélio foi visitado em Atos 10, e como ocorreu com os habitantes das Índias. Esse é, com efeito, um privilégio da lei da graça. Nesse caso, se ela produzir um ato sobrenatural de amor a Deus, seguir-se-á realmente a justificação, mas já na dependência da fé explícita anteriormente recebida em Cristo. **Por essa mesma solução fica refutada a afirmação de Compton, no lugar citado, número 7, segundo a qual não existe nas Escrituras nem na experiência fundamento algum para afirmar que Deus enviará anjos, pregadores humanos ou mestres da fé àqueles que fazem tudo aquilo que podem.** [14]

[14]SANNIG, Bernard. "*Quorum articulorum fides actualis explicita omnibus adultis in Lege Evangelica sit necessaria necessitate medii?*". In: *Schola theologica Scotistarum, seu cursus theologicus completus.* Tomus IV. Vetero-Pragae: Typis Urbani Balthasari Goliasch, 1676, quaestio XVIII, p. 37–39.

Por fim, encerramos com a exposição de Crescentius Krisper, que certamente pode ser contado entre os maiores escotistas:

> Sustento, em segundo lugar: embora seja provável (sic) que, na lei da graça, não seja necessário para a salvação, com necessidade de meio, que alguém creia explicitamente no mistério da Encarnação, que Jesus Cristo foi verdadeiro Deus e homem, em sua morte e ressurreição, mas que seja suficiente crer implicitamente nessas coisas e explicitamente que Cristo é nosso Mediador e Salvador; ***é, contudo, mais provável que, depois da suficiente promulgação do Evangelho, seja necessário, com necessidade de meio, crer explicitamente em todas as coisas mencionadas, assim como no mistério da Santíssima Trindade. Esta é a sentença de Escoto, no livro III das Sentenças, distinção 25, questão 1, § Sed posito, perto do fim, contra alguns autores mais recentes.*** [...] **Prova-se, em segundo lugar, porque Santo Agostinho, no livro *Da graça e da natureza*, ensina expressamente que aqueles que, sem culpa própria, não ouviram o Evangelho de Cristo não são escusados da fé explícita em Cristo. Ele não fala da fé implícita, pois esta pode existir sem a pregação do Evangelho. Ensina, contudo, que eles são justamente condenados, porque não estão sem pecado: seja aquele que contraíram originalmente, seja aquele que acrescentaram por seus maus costumes. *Se não acrescentassem pecado algum, mas observassem a lei natural, não morreriam antes que Deus iluminasse pessoas assim acerca da fé explícita em Cristo, Deus e homem etc., seja pelo ministério de um homem, seja pelo de um anjo, seja mediante inspirações interiores, como foi dito em caso semelhante na questão precedente, segunda proposição, acerca da fé em Deus.*** Logo, como Santo Agostinho não escusa ninguém dessa fé, ela será necessária com necessidade de meio, e não apenas de preceito, pois desta última são escusados aqueles que, sem culpa própria, não creem. [...] Quanto à segunda objeção, digo que, segundo muitos autores, não existe em todo o mundo povo algum que possa ignorar Cristo, pois o som dos Apóstolos espalhou-se por toda a terra. **Se, contudo, existisse entre os índios algum povo assim, Deus não negaria àquele que,**

> **com a graça divina, faz aquilo que está ao seu alcance a graça da iluminação acerca de Cristo, seja por iluminação interna, seja pela pregação externa de um homem.** Isso não seria um milagre, pois, como Deus estabeleceu segundo a lei ordinária que a fé em Cristo é necessária para a salvação, como consta da primeira prova, pertence também à lei ordinária prover o homem dos meios para essa fé. **E, se Deus nos concede, sem nós, graças atuais e prevenientes interiormente, por que não concederia também a iluminação acerca daqueles mistérios necessários de Cristo, uma vez que essa fé nos é tão necessária quanto as graças pelas quais nos são infalivelmente propostas as verdades que devem ser cridas?** [15]

Assim, não se salvam os pagãos, os judeus, e mesmo os hereges que não creem verdadeiramente em Cristo, mas em um falso ídolo. Do mesmo modo, aqueles cismáticos que creem erroneamente a respeito da Santíssima Trindade e negam que o Espírito Santo proceda do Pai e do Filho.

Mais uma vez, apesar de que alguns possuam necessidade de preceito, como é o caso da procedência do Espírito Santo, a partir do momento que acreditam em algo erroneamente a respeito deste mistério, ainda que invencivelmente, eliminam a possibilidade de crer implicitamente nele. Aliás, ao mesmo tempo que sustentam uma falsa opinião a respeito de Deus, não inteligem Deus, mas um ídolo, conforme ensina São Tomás, inúmeros santos e teólogos [16].

9.5 Egídio Romano - Posicionamento de sua Escola

Naturalmente, para expormos a visão de sua escola, seguimos seu maior sistematizador, Frederico Niccolò Gavardi (1640–1715), além de alguns outros expositores da escola.

Aqui, segue-se o que diz o teólogo:

[15] KRISPER, Crescentius. *Theologia scholae Scotisticae, seu solida expositio quatuor librorum Sententiarum Scoti Doctoris Subtilis.* Tomus II. Augustae Vindelicorum: Sumptibus Matthiae Wolff, 1729, p. 166–167.

[16] ESCOBAR, Mark. Judeus e muçulmanos não adoram o verdadeiro Deus. Tradução de Elvira Mattoso. *O Recolhedor*, 4 fev. 2026. Texto original publicado em 1.º set. 2025. Disponível em: https://orecolhedor.com/judeus-e-muculmanos-nao-adoram-o-verdadeiro-deus/. Acesso em: 27 jul. 2026.

Além disso, quando o beatíssimo Padre Agostinho afirma que a fé pela qual os antigos foram salvos não difere da nossa, exceto porque eles criam que Cristo haveria de vir, enquanto nós cremos que já veio, isso significa crer explicitamente, porque é crer mediante termos próprios. Com efeito, a condição daquele que haveria de vir não produz um sentido implícito; do contrário, nem sequer os Profetas teriam crido explicitamente em Cristo, porque ele ainda haveria de vir. ***Essa sentença é expressamente ensinada pelo Mestre das Sentenças, por São Tomás, em II-II, questão 2, artigo 7, e por numerosíssimos e doutíssimos autores recentes de nossa escola em seus manuscritos.*** **9. Conclusão única.** ***A fé explícita em Cristo sempre foi necessária para a salvação com necessidade de meio; e, embora antes da vinda de Cristo não fosse necessário a todos crer explicitamente na Encarnação, na paixão, na ressurreição e nos demais mistérios — pois aos simples bastava crê-los implicitamente, crendo explicitamente em Cristo —, depois da vinda de Cristo tornou-se necessária a todos e a cada um a fé explícita em todos esses mistérios.*** […] **14.** Argumenta-se, em segundo lugar: ***Ninguém jamais pôde salvar-se sem ter sido incorporado ao corpo de Cristo. Ora, somente pela fé explícita em Cristo somos incorporados ao corpo de Cristo. Logo, sem fé explícita em Cristo ninguém jamais pôde salvar-se.*** Prova-se a premissa maior. Ninguém pôde salvar-se sem participar do sangue de Cristo, que nos mereceu a graça pela qual somos salvos. Ora, somente um membro incorporado pode participar do sangue do corpo de Cristo, pois um membro separado do corpo não participa de seu sangue, como é evidente. Logo, ninguém pode salvar-se sem estar incorporado ao corpo de Cristo. Prova-se a premissa menor. Se alguém fosse incorporado ao corpo de Cristo mediante a fé implícita em Cristo, seguir-se-ia que aquele que crê em Deus remunerador seria corretamente chamado cristão e estaria dentro da Igreja, que é o corpo místico de Cristo. ***Com efeito, aquele que é incorporado a Cristo é corretamente chamado cristão, isto é, membro de Cristo, e diz-se estar dentro da Igreja, corpo místico de Cristo. Mas a consequência é falsa, porque ninguém é chamado cristão***

> ***senão aquele que crê explicitamente em Cristo, nem está dentro da Igreja senão aquele que no batismo crê explicitamente em Cristo***. Logo, somente pela fé explícita em Cristo somos incorporados ao corpo de Cristo. [...] [17]

Por outro lado, aqui expomos também o que diz Fulgêncio Schautheet (1623 - 1708):

> **Depois da suficiente promulgação da Lei Evangélica, é necessária a todos os adultos, para a justificação e a salvação, com necessidade de meio, a fé explícita em Cristo Redentor, pela qual se crê que ele é Deus e homem e que, por sua paixão e morte, redimiu o gênero humano.** [...] Obj. **3. Se a fé explícita em Cristo Redentor é necessária a todos para a salvação, então existiram antigamente, e ainda agora existem, muitos povos para os quais é impossível alcançar a salvação por falta de um meio necessário.** Respondo negando a consequência. Aqueles que careceram do meio necessário para a salvação puderam salvar-se, porque a aquisição desse meio estava em seu poder. Com efeito, podiam consentir nas graças prevenientes de Deus, que os excitavam a fazer o bem e evitar o mal, como ordena a lei natural inscrita na mente de todos. ***Se tivessem observado essa lei durante algum tempo, Deus infalivelmente lhes teria ensinado, por si mesmo ou por meio de outro, os mistérios da fé necessários para a salvação, nos quais eles poderiam crer. Desse modo, poderiam possuir o meio necessário para a salvação.*** [18]

[17] GAVARDI, Friderico Nicolao. *Theologia exantiquata iuxta orthodoxam Beatissimi Ecclesiae Magistri Augustini doctrinam a Doctore Fundatissimo B. Aegidio Columna expositam.* Libri II Sententiarum, tomus II. Neapoli: In officina typographica Camilli Cavalli, 1690, p. 444-448.

[18] SCHAUTHEET, Fulgentius. *Prima pars S. theologiae, ad difficiliores quaestiones contractae.* Bruxellis: Typis Judoci de Grieck, 1700, p. 375–376.

CAPÍTULO 10

João Baconthorpe - Posicionamento de sua Escola

Devido a peculiaridade desta escola, extremamente pequena, citaremos um de seus teólogos. Não julgamos necessário aprofundar-nos em uma escola minoritária. Entretanto, a obra que citaremos destina-se ao ensino nos conventos carmelitas, composta de amplos tomos, pelo que é possível ver até certo grau a autoridade que possui nesta escola. Portanto, eis o que diz Pedro Andreas Gauggi:

> Quanto, porém, ao estado da Lei Evangélica, pode-se conhecer aquilo que deve ser crido explicitamente por Contenson, livro VII, dissertação 2, capítulo 2:
>
> > Todos os adultos estão obrigados não somente a crer implícita e genericamente, isto é, de modo confuso, em tudo aquilo que Deus revelou e que a Igreja Católica propõe como objeto de fé, ***mas também a crer explícita, distinta e articuladamente que Deus é uno e trino, remunerador das boas obras, e que o Filho de Deus se encarnou no tempo; de tal modo que nenhuma pessoa dotada de razão, por mais rude e ocupada que seja, pode salvar-se sem o conhecimento e a fé explícitos nessas ver-***

> ***dades.*** **Além disso, teólogos eruditos, aos quais São Tomás favorece consideravelmente, apoiados em sólido fundamento, afirmam que os artigos relativos ao nascimento, à paixão, à morte, à ressurreição e à ascensão de Cristo, bem como ao juízo universal**, e ainda aos sacramentos do batismo, da penitência e da Eucaristia, devem ser aprendidos por todos os católicos e cridos explicitamente.
>
> [1]

Em resumo, simplesmente concorda com o juízo da escola tomista.

[1]GAUGGI, Petrus Andreas. *Enchiridion theologicum scholastico-dogmaticum, juxta mentem Joannis de Baccone.* Tomus sextus: *De Deo authore gratiae, et virtutum largitore.* Romae: Ex Typographia Hermatheniana, 1766, p. 289.

CAPÍTULO 11

Raimundo Lúlio - Posicionamento de sua Escola

Possuímos perfeito conhecimento da influência de Lúlio ao longo dos séculos - bem como conhecemos as desculpas que seus discípulos mais eminentes apresentam para defendê-lo. Mais perfeitamente, entretanto, sabemos qual é a intenção oculta daqueles que o propagam em nossas terras.

Apenas dizemos ao leitor atento que não pretendemos de modo algum dizer que Lúlio não fosse ecumenista. Esta temática, ainda pouco tratada no Brasil, não deixará de vir à luz no momento oportuno e, naturalmente, *quidquid latet apparebit*.

No Brasil, o autor que mencionamos é chamado entre os defensores de Lúlio de "seu mestre". Trata-se de Raymundo Pascual (1708 - 1791) que, em vida, combateu outro que veneram em tais círculos, o beneditino Benito Jerónimo Feijoo (1676 - 1764). Este último havia atacado Raimundo Lúlio e Pascual compromete-se na defesa daquele marroquino.

Enfim, sem mais palavras, eis o que diz para defender Lúlio:

> Em quinto lugar, anota-se o seguinte neste livro: Os sarracenos não podem ser salvos, visto que estão condenados pelo pecado original. Questão 8. Considerando apenas estas palavras, parece que este Censor pretende que Lúlio entenda que os sarracenos,

enquanto ainda vivem esta vida, já estão condenados, tal como os desgraçados encerrados no inferno; e, por isso, não podem ser salvos, assim como estes, porque no inferno não há redenção. Não creio que a dita proposição tenha sido anotada com outro sentido, porque aquela proposição: **"Os sarracenos não podem ser salvos", no seu sentido óbvio, entende-se a respeito deles enquanto permanecem sarracenos e não recebem o batismo, modo pelo qual é verdade que não podem ser salvos, porque locuções semelhantes são usadas por toda parte pelos cristãos e proferidas dos púlpitos para exprimir a necessidade da Fé Cristã e do Batismo para a salvação**; não negam, porém, aquela potência ***pela qual os sarracenos podem converter-se à Fé Cristã***, ou pela graça extraordinária de Deus podem extrair um ato de amor a Deus, ou uma contrição perfeita pelos pecados atuais, e assim serem purificados simultaneamente do pecado original; porque estas coisas, a não ser que sejam expressas, não se subentendem em locuções semelhantes.

Daí ser fácil pensar que aquela expressão causal: "Visto que estão condenados pelo pecado original", transmite este sentido: "Visto que estão entregues à condenação pelo pecado original", **assim como costumamos dizer que homens perversíssimos já estão condenados**; não é justo, porém, entender que os sarracenos sejam afetados por uma condenação semelhante à dos que foram lançados ao inferno, porque isto, a respeito de homens que vivem neste mundo, é um absurdo máximo, o qual não é justo crer que Lúlio tenha proferido.

II. Isto foi dito inspecionando apenas as palavras anotadas; mas é de se admirar muito que este Censor, que leu a questão e a solução em Lúlio, tenha anotado estas palavras e não tenha percebido o erro tipográfico na palavra damnati [condenados]. Na verdade, até o bom Homero por vezes cochila; mas ouçamos Lúlio: "**Questão 8. Se todos os homens poderiam ser salvos, de modo que nenhum fosse condenado, *dado que todos fossem cristãos? E por que os sarracenos são condenados, se creem que creem em Deus*? E por que Deus permite tantos infiéis? Por**

acaso não seria melhor que todos fossem cristãos? Solução. Considerando o meio e a sua definição, respondo assim: pressupondo que todos os homens fossem cristãos e se ativessem ao princípio, meio e fim para o qual existem, poderiam ser salvos; mas aqueles que se desviaram do meio, não podem ser salvos, visto que o fim não pode ser alcançado sem o meio. Os sarracenos, porém, não podem ser salvos, visto que estão deviati [desviados] (não damnati [condenados], como se encontra por erro tipográfico na edição examinada por este Censor) pelo pecado original; e que o pecado original existe, provámo-lo no livro dos artigos da Fé."

III. Da reflexão sobre este texto completo e, ao mesmo tempo, sobre o título da questão, primeiro, aparece não apenas o erro tipográfico na palavra damnati, que foi posta no lugar da palavra deviati, mas também quão facilmente se poderia reconhecer que os sarracenos estão desviados da salvação pelo pecado original; porque, estabelecido este princípio de que aqueles que estão desviados do meio da salvação não podem ser salvos, ***Lúlio deduz a conclusão de que os sarracenos não podem ser salvos***; e, por conseguinte, a causa ou a razão pela qual não podem ser salvos deve ser porque estão desviados; de outro modo, **não se reconheceria o discurso que compreende este silogismo: *Aqueles que estão desviados do meio da salvação não podem ser salvos; mas os sarracenos estão desviados do meio da salvação pelo pecado original; logo, não podem ser salvos***. Portanto, a não ser que alguém queira voluntariamente fazer Lúlio passar por extremamente estúpido e inconsequente, deve reconhecer que Lúlio ali pretende dizer que os sarracenos estão, não condenados, mas desviados do meio da salvação pelo pecado original; e, por conseguinte, desvanecem todas as objeções que poderiam ser levantadas contra o texto citado, a partir da suposta condenação dos sarracenos enquanto ainda vivem esta vida. Segundo, ainda que Lúlio tivesse de fato escrito que os sarracenos estão condenados pelo pecado original, pelo contexto deve-se entender

que são condenados quando morrem por causa do pecado original, ou que após a morte são condenados, ou que, pelo pecado original, enquanto vivem, estão entregues à condenação. **A razão é que na questão se indaga: "por que os sarracenos são condenados?". O que, sobre quem quer que se entenda, refere-se ao momento em que morrem**, e assim pressupõe que, enquanto vivem, não estão condenados.

Daí ser fácil entender a solução desta questão, mesmo que nela se dissesse que estão condenados, sob algum dos sentidos apresentados, que são os únicos que correspondem à questão proposta.

IV. Em terceiro lugar, do mesmo texto, depreende-se quantas coisas Lúlio abrange em poucas palavras; ***pois ele supõe que o Batismo, pelo qual os homens se tornam cristãos, é o meio necessário para a salvação, e isto já está suposto na própria questão, quando se pergunta: "Se todos os homens poderiam ser salvos, de modo que nenhum fosse condenado, dado que todos fossem cristãos?". Pois, de tal questão, pressupõe-se como algo fixo que a Cristandade é uma disposição necessária para a salvação, como é certo para todos***; como, porém, a questão é sobre todos, e nos adultos requer-se o cumprimento da lei cristã, por isso, supondo que todos os homens fossem cristãos, se eles se ativessem ao princípio, meio e fim para o qual existem, a saber, o princípio da graça santificante, o meio da Fé e das demais virtudes, conforme estão sob preceito, e o fim da perseverança até a morte, poderiam ser salvos, porque estas coisas são necessariamente pré-requeridas para obter a salvação; e, por isso, se tivessem estas coisas, poderiam ser salvos e, de fato, alcançariam a salvação. ***Esta doutrina, certamente, que Lúlio ali prescreve, é pura doutrina católica, nem necessita de outras doutrinas para ser estabelecida, visto que consta abertamente do Evangelho***.

V. Da solução desta questão deduz-se a resolução de outra, a

saber: "Por que os sarracenos são condenados, se creem que creem em Deus?". Ou seja, por que são condenados a seu tempo, isto é, quando morrem, e não enquanto ainda vivem, porque a questão se entende no sentido vulgar em que costumamos falar de coisas semelhantes. Para a solução disto, Lúlio premissa que aqueles que estão desviados do meio da salvação, isto é, de tudo aquilo que é requerido para obter a salvação — como é dito e suposto na questão precedente: o Batismo, a graça, a fé e as outras virtudes com a caridade e a perseverança final —, não podem ser salvos, como é evidente, porque sem o meio, o fim não pode ser alcançado; e porque os sarracenos estão desviados deste meio pelo pecado original (pois é certo que eles estão infectados com o dito pecado e, consequentemente, estão destituídos da graça e das demais coisas que são o meio necessário para a salvação), por isso, ainda que creiam que creem em Deus, sob este desvio, não podem ser salvos.

VI. **Portanto, aquela proposição: "Os sarracenos não podem ser salvos", entende-se apenas no mesmo sentido em que comumente dizemos que ninguém sem o batismo pode ser salvo, que ninguém fora da Igreja de Cristo pode obter a vida eterna, e muitas outras coisas semelhantes: entende-se, pois, que com o pecado original, e enquanto estiverem sem o batismo e as outras coisas que são o meio necessário para a salvação, não podem ser salvos.**

Pois Lúlio não profere uma proposição totalmente absoluta de que os sarracenos não podem ser salvos, mas sim uma proposição determinada, não só por aquilo que se supõe na questão sobre a necessidade do batismo, mas também por aquela expressão causal "visto que estão desviados pelo pecado original", isto é, enquanto estiverem assim desviados, como também se supõe naquela máxima geral: "aqueles que estão desviados do meio da salvação, não podem salvar-se". *Que, porém, os sarracenos possam ser salvos de modo absoluto, assim como todos os infiéis, na medida em que podem converter-se à fé Católica*

> ***e ordenar-se sob o meio da salvação, Lúlio ensina na solução da terceira questão, dizendo que Deus permite que existam tantos infiéis para que os fiéis tenham um sujeito ou matéria para converter os infiéis; e, para inculcar isto, acrescenta: "Por isso, disse Cristo ao Bem-aventurado Pedro: 'Pedro, se me amas, apascenta as minhas ovelhas'; e também disse: 'Quem quiser vir após mim, tome a sua cruz e siga-me'. Donde parece que os infiéis se fariam cristãos, e se não se fazem, acautelem-se aqueles por meio dos quais poderiam ser cristãos e não se importam, porque se lê no Evangelho: 'Ai daquele homem por quem vem o escândalo'".*** [1]

Qual é o interesse daqueles que, defendendo Lúlio, deixam de mencionar estes juízos de seu mestre? Aliás, se não é isto que ensinam — e sabemos certamente que não é —, o que ensinam, então? Por que deixam de mencionar aos próprios familiares e melhores amigos, por exemplo, que, caso não se convertam à fé católica, estarão eternamente perdidos após o término da presente vida? Por que, afinal, não exprimem semelhante juízo a respeito dos protestantes, dos hinduístas e dos ocultistas? Seria tão fácil dizer que todos eles estão eternamente perdidos, tanto os ignorantes quanto aqueles que rejeitaram culpavelmente o Evangelho, pois todos ainda carregam o pecado original e/ou não possuem a fé católica.

Sabemos perfeitamente a resposta a tais perguntas e que a estes cabem, sem reserva, aquilo que é narrado no Evangelho de São Mateus 18, 6: "*Filius quidem hominis vadit, sicut scriptum est de illo: væ autem homini illi, per quem Filius hominis tradetur! Bonum erat ei, si natus non fuisset homo ille. Respondens autem Judas, qui tradidit eum, dixit: Numquid ego sum Rabbi? Ait illi: Tu dixisti.*".

[1] PASQUAL, Antonio-Raymundo. *Vindiciae Lullianae, sive demonstratio critica immunitatis doctrinae illuminati Doctoris B. Raymundi Lulli martyris, ab erroribus eidem a Nicolao Eymerico impactis.* Tomus tertius. Avenione: Apud J. Garrigan, 1778, p. 382–385.

CAPÍTULO 12

Agostinianos - Posicionamento de sua Escola

Quanto aos agostinianos, bem conhecemos sua escola. Quanto a ela, apresentamos o testemunho de seu mais célebre representante, Giovanni Lorenzo Berti (1696–1766).

Quanto a tal agostiniano, eis o que se segue:

> **PROPOSIÇÃO II. No presente estado da nova lei, é necessária para a salvação a fé explícita na Encarnação do Senhor e na Trindade.** Que essa fé é necessária foi demonstrado acima, no capítulo IV, p. 353, e o mesmo é confirmado pela proposição precedente. Que, porém, essa fé deva ser explícita prova-se, primeiramente, pelas Escrituras [...] [Segue-se um longo trecho com citações]
>
> **PROPOSIÇÃO III. Essa fé é absolutamente necessária não somente para a salvação, mas também para a justificação. I.** Demonstra-se, primeiramente, pelo Apóstolo aos Gálatas II, 16: Sabendo, porém, que o homem não é justificado pelas obras da lei, mas pela fé de Jesus Cristo, também nós cremos em Cristo Jesus, para sermos justificados pela fé de Cristo. E aos Hebreus X, 19: Tendo, portanto, irmãos, confiança para entrar no santuário pelo

sangue de Cristo. **II.** Pelo Concílio de Trento, sessão VI, capítulo 6:

> Dispõem-se para a própria justiça quando, despertados e auxiliados pela graça divina, concebendo a fé pelo que ouviram, movem-se livremente para Deus, crendo serem verdadeiras as coisas divinamente reveladas e prometidas e, sobretudo, que o ímpio é justificado por Deus mediante a sua graça, pela redenção que está em Cristo Jesus.

[...] **Além disso, objetarás:** não é crível que Deus, que deseja que todos os homens sejam salvos e cheguem ao conhecimento da verdade, condene aqueles que, observando a lei natural, não podem ouvir o Evangelho e padecem de ignorância invencível dos mistérios da fé. Com efeito, por qual culpa o Senhor justo e misericordioso abandonará alguém que vive entre os bárbaros e conduz uma vida honesta? Certamente, embora se diga que o Evangelho foi anunciado por todo o mundo, ainda existem, segundo Agostinho, em *Da natureza e da graça*, capítulo 2, povos remotos — ainda que, conforme se afirma, pouquíssimos — aos quais o nome de Cristo ainda não chegou. Essa opinião de Agostinho, embora alguns discordem dela, é confirmada pelos povos remotíssimos de nós que, ainda hoje, em grande parte ignoram completamente a fé cristã. Ao menos para eles será suficiente a fé implícita ou a disposição da alma para crer. Pois, se aos que creem basta o batismo em desejo quando não pode ser aplicado de fato, por que, para os que fazem o que está ao seu alcance, não bastará o voto e o desejo da fé quando não se pode possuir a fé explícita? Finalmente, se uma criança regenerada pelo batismo for abandonada nas florestas, ou se for muda e surda e, ao chegar ao uso da razão, não puder ouvir o Evangelho, porventura não alcançará a salvação, ao menos essa criança, expiada pelo sacramento de Cristo e ornada da justiça inerente Logo, a fé explícita em Cristo não é.. tão necessária que, ao menos em algum caso, não se possam possuir sem semelhante fé a justiça e o Reino dos Céus.

RESPOSTA. Não basta para a salvação que alguém não transgrida a lei natural. Com efeito, embora nem mesmo isso possa ser feito como convém sem a graça atual e alguma fé em Cristo,

segundo a nossa sentença confirmada em outro lugar, é consenso de todos que isso não pode ser feito de maneira que baste para a justificação. Com efeito, se a respeito da lei recebida por um único povo, o dos judeus, diz o Apóstolo em Gálatas II, 21: Se a justiça provém da lei, então Cristo morreu em vão, com quanto maior razão se dirá isso a respeito da lei da natureza, recebida por todo o gênero humano? Assim diz Agostinho no citado capítulo 2 de *Da natureza e da graça*, n. 2. Deus deseja, certamente, a salvação de todos os homens, mas não mediante uma vontade absoluta, eficaz e, como dizem, consequente. Esta diz respeito somente aos predestinados. Por isso, diz o santo Padre em *Da correção e da graça*, capítulo 7, n. 11: **Tanto aqueles que não ouviram o Evangelho quanto aqueles que, tendo-o ouvido e tendo sido transformados para melhor, não receberam a perseverança; aqueles que, tendo ouvido o Evangelho, não quiseram vir a Cristo, isto é, crer nele, visto que ele próprio diz: "Ninguém vem a mim se isso não lhe for concedido por meu Pai"; e aqueles que, em razão da tenra idade, não puderam crer, mas somente poderiam ser libertados da culpa original pelo banho da regeneração, e que, não o tendo recebido, morreram e pereceram: todos estes não foram separados daquela massa que consta estar condenada, indo todos, por meio de um só homem, para a condenação. *Portanto, os povos bárbaros reprovados por causa do pecado original são abandonados, pelo justo juízo de Deus, na massa da perdição.* Contudo, não são condenados em razão da ignorância invencível da fé cristã, mas pela culpa original ou pelo acréscimo de sua própria vontade, como declarei com base no próprio Agostinho, na p. 242. Caso esses povos sejam separados da condenação original pela liberalidade da graça divina: Não há dúvida de que se providencia que ouçam o Evangelho e, quando o ouvem, creem e perseveram até o fim na fé que opera pela caridade, como diz o mesmo santo Padre no citado capítulo VII, n. 13.**

Disso se evidencia o que se deve dizer a respeito da criança. Se, depois do batismo, chegar ao uso da razão e não abandonar Deus mediante uma transgressão voluntária, o Evangelho lhe será anun-

> ciado por um homem, por um anjo ou por uma íntima e divina inspiração. [...] Acrescento somente, para coroar esta questão, que São Francisco Xavier, ao rei do Japão que lhe perguntava por que havia ido para lá, deu a seguinte resposta: ***fora enviado para pregar a lei divina, pois ninguém poderia estar salvo e incólume sem cultuar casta e piedosamente a Deus e a seu Filho Jesus Cristo, vingador e Salvador de todas as nações***. Assim fala o Apóstolo das Índias na *Epístola* 7 do livro III, traduzida para o latim por Horácio Tursellino, p. 115 da edição romana. ***Com efeito, se aqueles que não ouviram o Evangelho podem alcançar a salvação sem a fé em Cristo, por que Xavier foi ao Japão? Por que, dentre os nossos, Diogo Ortiz, João Ximenes, Estácio e outros, seguindo o exemplo dos Apóstolos, dirigiram-se às regiões mexicanas e peruanas e às demais terras remotíssimas e incultíssimas dos bárbaros? Com razão, portanto, a Faculdade de Lovaina proibiu que se ensinasse que, no presente estado, a fé explícita em Deus uno e trino e em Jesus Cristo Salvador não é tão necessária que, sem semelhante fé, a salvação não possa ser obtida, conforme relata Antônio Rolliers nas Teses de Lovaina do ano de 1721. Com razão, Inocêncio XI declarou, na proposição 64, que não é capaz de receber a absolvição aquele que ignora os mistérios da Santíssima Trindade e da Encarnação. Com razão, finalmente, a Igreja, no Símbolo atribuído a Atanásio, depois de expor esses mesmos mistérios, declara: Esta é a fé católica; quem não a crer fiel e firmemente não poderá salvar-se.*** [1]

Conforme pode ser visto, a Faculdade de Lovaina proibiu o ensino de tal tese, bem como houve censuras por parte da Santa Sé quanto à possibilidade de se absolver um ignorante de tais mistérios. Isto, entretanto, é parte do que veremos a seguir.

[1] BERTI, Giovanni Lorenzo. *Opus de theologicis disciplinis.* Tomus secundus: *Continens dissertationes de originali peccato, de haeresibus adversus liberum arbitrium et gratiam, de ipsa gratia reparatoris; necnon legum praescriptiones, humanorumque officiorum praecepta.* Venetiis: Ex Typographia Remondiniana, 1760, p. 306-308.

CAPÍTULO 13

Santo Alberto Magno, Doutor da Igreja - Posicionamento

A escola de Santo Alberto não durou até o século XVI, mas durou até o século XV. Entretanto, deixamos aqui consignado o juízo de tal Doutor sobre esta matéria.

> Parece-me certamente necessário e verdadeiro que, desde o princípio do estado de pecado, jamais alguém tenha sido salvo pela graça senão mediante a fé no Mediador. O Mediador, porém, pode ser considerado de duas maneiras: *em particular, segundo os sacramentos pelos quais exerceu a mediação*; ou universalmente, segundo quaisquer meios pelos quais quisesse exercê-la. **Quanto ao primeiro modo, parece-me, segundo o Mestre Hugo, que o afirma expressamente, que os antigos não eram obrigados a crer explicitamente; *mas, segundo o segundo modo, todos o eram*.** [1]

Este juízo, a princípio obscuro, é esclarecido por Reginald Schultes (1873 - 1928):

> Depois da Queda, porém, também é necessária a fé no Redentor.

[1] ALBERTUS MAGNUS. *Commentarii in tertium librum Sententiarum*. In: *Opera omnia*. Cura ac labore Stephani Caesaris Augusti Borgnet. Volumen XXVIII. Parisiis: Apud Ludovicum Vivès, 1894, p. 475-476.

> Contudo, a situação era diversa na Antiga e na Nova Aliança. No Antigo Testamento, diz Alberto, "era exigida, *meo iudicio* [segundo o meu juízo], a fé em um Redentor futuro, mas apenas implicitamente, isto é, *sine specificatione modi* [sem especificação do modo], exceto naqueles que haviam recebido uma revelação especial ou haviam sido instruídos por outros"; e, ainda nesse caso, "somente na medida em que fossem capazes de compreender tal instrução". Para os *simplices* [os simples] do Antigo Testamento, portanto, bastava crer em um Redentor em geral, sem determinação mais precisa do modo da redenção ou da pessoa do Redentor — *universaliter secundum quaecunque mediare vellet* [universalmente, segundo quaisquer meios pelos quais ele quisesse exercer a mediação] —, enquanto os instruídos, ao contrário, deviam crer nele de maneira determinada, isto é, também nos atos salvíficos particulares da redenção — *in particulari secundum sacramenta quibus mediavit* [em particular, segundo os mistérios pelos quais exerceu a mediação]. ***No Novo Testamento, porém, todos — modo omnes [agora todos] — estão obrigados à fé explícita no Redentor: "in particulari secundum sacramenta quibus mediavit" ["em particular, segundo os mistérios pelos quais exerceu a mediação"] (art. 2).*** [2]

[2]SCHULTES, Reginald M. "Der selige Albert der Große". In: *Fides implicita: Geschichte der Lehre von der fides implicita und explicita in der katholischen Theologie*. Erster Band: *Von Hugo von S. Viktor bis zum Konzil von Trient*. Regensburg; Rom: Verlag von Friedrich Pustet, 1920. Parte I, seção 8.

CAPÍTULO 14

São Boaventura, Doutor da Igreja - Posicionamento de sua Escola

Conforme já foi dito anteriormente, São Boaventura acreditava na necessidade da fé explícita em Cristo para a salvação. Para completar, entretanto, tal dito, citamos aqui novamente uma das maiores autoridades desta escola, Marcus a Baudunio (1606 - 1692):

> ***DIGO 6. Depois da promulgação do Evangelho, a fé explícita na Encarnação é necessária por necessidade de meio: assim ensinam os nossos três Doutores.*** **Prova-se, em primeiro lugar, pela Escritura.** Mateus XXVIII: **"Pregai o Evangelho a toda criatura; quem crer e for batizado será salvo; quem, porém, não crer será condenado."** João XIV: **"Credes em Deus; crede também em mim."** João VI: **"Se não crerdes que eu sou, morrereis em vosso pecado."** Ora, o Evangelho trata propriamente de Cristo; logo, é necessário que tenhamos fé explícita em Cristo, caso queiramos salvar-nos. **Prova-se, em segundo lugar, pelos Padres.** Santo Atanásio diz no Símbolo: **"É necessário para a salvação eterna que se creia fielmente na Encarnação de nosso Senhor Jesus Cristo."** Santo Irineu, livro III, capítulo 21, diz: **"Aqueles**

que ignoram Cristo Emanuel, que nasceu da Virgem, são privados do dom que é a vida eterna." Santo Agostinho, no livro III sobre a Epístola aos Gálatas, diz: **"Tornam-se filhos da sabedoria, proporcionando-lhes isso a fé no Mediador."** São Jerônimo, sobre o capítulo III da Epístola aos Efésios, diz: **"Não podemos ser filhos, a menos que antes recebamos a fé em Cristo, Filho de Deus, e a sua inteligência." Prova-se, em terceiro lugar, pela razão.** O modo ordinário de justificar os homens adultos é mediante o batismo conferido em nome da Trindade e mediante a proposição da Encarnação, da Morte e da Ressurreição de Cristo. Logo, ordinariamente, a fé explícita em Cristo e na Trindade é requerida como meio regularmente necessário para a justificação. Confirma-se: assim como, depois da promulgação do Evangelho, exige-se dos adultos, para a justificação, a fé explícita na Trindade e na Encarnação, também se exige para a salvação a fé explícita na Trindade e na Encarnação, porque os adultos não se salvam sem antes serem justificados. [1]

[1]BAUDUEN, Marc de. *Paradisus theologicus: unius et trium doctorum, Angelici, Seraphici et Subtilis, horumque conciliatoris, fonte irriguus*. Editio secunda. Tomus posterior. Lugduni: Apud Ioannem Molin, Typographum Regium, in vico Granario, sub signo S. Iusti, 1667, p. 209.

CAPÍTULO 15

Sobre as outras escolas

Julgamos ter percorrido de modo suficiente as diversas escolas, com exceção da nominalista. Em relação à nominalista, referenciamos o supracitado estudo de Reginald Schultes, fazendo quanto a este certas reservas. Entre os nominalistas, Durando (1270–1334), bem como Gabriel Biel (c. 1410 - 1495) concordam com a necessidade da fé explícita em Cristo e na Santíssima Trindade; Durando, aliás, coloca que para aquele ignorante, caso siga a lei natural, Deus enviará um instrutor, seja um pregador, seja um anjo.

Existem, como sabemos, outras escolas, mas não julgamos necessário expô-las. O exposto é suficiente para constatar que este não era um posicionamento exclusivo de uma das escolas, mas refletia o ensino dos teólogos de cada

CAPÍTULO 16

SÉCULOS XIV e XV - PENÍNSULA IBÉRICA, PENÍNSULA ITÁLICA - SERMONISTAS

Os séculos XIV e XV, extremamente conturbados socialmente, foram os mesmos séculos de São Vicente Ferrer e São Bernardino de Siena (1380 - 1444), que darão seus próprios testemunhos sobre a questão. Além destes, colocamos aqui o juízo de inúmeros outros teólogos, completamente esquecidos com o tempo. Estes teólogos eram, em sua grande maioria, pregadores célebres de seu período, sermonistas de grande conhecimento teológico.

16.1 São Vicente Ferrer e São Bernardino de Siena

São Vicente Ferrer trata *ex professo* o tema, colocando-a como um questionamento de sua época, aparentemente:

> **Digo que a terceira condição daqueles que morrem mal e sem a graça é a dos pagãos e gentios, que não creem em Jesus Cristo, como são os judeus, os agarenos e outros infiéis; e todos vão para o inferno**, porque os bens que fazem de nada lhes aproveitam, ainda que dessem todos os dias mil

florins por amor de Deus, e jejuassem, e dormissem sobre a terra, e usassem cilício. Tais obras, sem fé, de modo algum podem agradar a Deus. Pois é necessário que quem se aproxima de Deus creia que Ele existe e que é remunerador dos que O buscam (cf. Hebreus 11). Assim como os serviços de um servo infiel não agradam ao rei, nem são aceitos por ele, ainda que seja muito diligente, porque o fundamento é a fidelidade; assim também os serviços dos infiéis não são meritórios para a vida eterna. Por isso se diz: "sem fé é impossível agradar a Deus". ***Alguém poderia dizer: "Irmão, o que estais dizendo? Parece que o contrário é verdadeiro. Pois é possível que haja um gentio ou algum agareno, crendo ter boa fé, e se soubesse que a nossa é melhor, a receberia; portanto, tal não será condenado. O mesmo se diga dos tártaros distantes, que não conhecem Cristo nem ouvem pregar sobre Cristo. Por que, então, tais são condenados?". Respondo que são condenados pelos pecados que cometem. Pois, se houver um judeu ou agareno que leve uma boa vida moral, de tal modo que não seja avarento, luxurioso etc., este em breve seria iluminado por Cristo e teria a fé cristã; ainda que fosse selvagem, Deus lhe enviaria um anjo. Mas, porque vivem em pecados, tendo os olhos fechados pela malícia obstinada, por isso são condenados por sua malícia.*** Dou-te uma semelhança: de um ébrio que, em sua embriaguez, mata o pai ou a mãe, sem saber o que faz. Acaso tal estaria sem culpa? A resposta é: não está sem culpa. E se se disser: "mas estava embriagado"; solução: porque se embriagou por completo, ser-lhe-á imputado. O mesmo se dá com os infiéis, que se embriagam de soberba, avareza, luxúria etc., e matam as próprias almas. Isto lhes é imputado. O mesmo com os judeus etc., que por sua malícia fecham os olhos a si mesmos; o mesmo com os mouros, porque não permitem disputas nem pregações. Mas, se levassem uma boa vida moral, seriam iluminados. "Se alguém quiser fazer a vontade d'Aquele que me enviou, vivendo moralmente bem, conhecerá a doutrina, isto é, a cristã, se vem de Deus" (São João 7). [1]

[1]FERRER, Vicente. *S. Vincentii Ferrerii, ex Sacro Praedicatorum Ordine concionatoris celeberrimi, Commune*. Opera et studio Caspari Erhard. Augustae Vindelicorum: Sumptibus Joannis Strötter, ejusque

Em vários outros trechos, contudo, trata a respeito dos infiéis, afirmando sem cessar que vão todos para o inferno, indistintamente. Assim, diz em outra obra:

> **O mesmo se aplica a Deus, que quer que todos tenham o bem da salvação celestial, isto é, *ordenou que todos os infiéis venham à fé e sejam batizados, e eles não quiseram obedecer, por isso são condenados.*** [2]

Depois, diz ainda em outra obra:

> Por isso, João diz: "Vi uma grande multidão". Isto se manifestará no juízo geral, quando os bons forem recebidos à direita: será uma grande multidão e quase inumerável. Mas, comparados aos condenados que estarão à esquerda, poucos serão os salvos. Por exemplo: antes do advento de Cristo, passaram-se quase cinco mil anos, e naquele tempo ninguém era salvo, com exceção de uns poucos de Abraão, e eram conservados no limbo até o advento de Cristo, que devia colocá-los no paraíso. **Todos os outros, porém, eram condenados. E depois que Cristo veio e a lei evangélica foi publicada ao mundo pelos apóstolos, ninguém pôde ser salvo a não ser os cristãos. Por isso, todos os judeus, sarracenos, tártaros e turcos, pigmeus, hereges e maus cristãos, cismáticos desobedientes, e os que morrem em pecado mortal, todos estes são condenados, *porque ninguém se salva a não ser quem tem [tenet] a lei de Cristo e morre sem pecado mortal*; e estes são muito poucos.** Por isso Cristo [diz]: "Muitos são os chamados, mas poucos os escolhidos", comparativamente. Sobre esta matéria, Isaías usa uma comparação ou similitude: "Como se as poucas azeitonas que restaram fossem sacudidas da oliveira, e os cachos, quando a vindima tiver terminado. Ali levantará a sua voz e louvará quando o Senhor for glorificado" [Isaías 24]. Item, outra similitude: pois muitas são as pedras preciosas no mundo, de modo absoluto, mas, de modo respectivo, comparando-as com as outras pedras, são poucas. Assim, de modo absoluto, os santos

Filii; typis Antonii Maximiliani Heiss, 1729, p. 80-81.

[2] FERRER, Vicente. *Sermones sancti Vincentii fratris Ordinis Praedicatorum de tempore: pars aestivalis*. Venetiis: per Iacobum de Leucho, impensis vero Lazari de Soardis, 26 sept. 1496, f. 60.

> são muitos. [3]

Ainda, no mesmo Tratado do Cisma Moderno, que referenciamos anteriormente para tratar dos gregos cismáticos, emite o seguinte juízo sobre a fé explícita em Cristo e na Santíssima Trindade:

> Agora bem, para salvar-se é necessário crer explicita e determinadamente em um só Deus, trino em pessoas e uno em essência, e de igual maneira em um Salvador, Jesus Cristo, e não basta crer indeterminadamente e sob condição em um só Deus ou em um só Salvador. [4]

Saindo da Península Ibérica e indo para a Itálica, encontramos São Bernardino de Siena. Este santo compôs um sermão em que trata *ex professo* do assunto, do mesmo modo como fizera São Vicente Ferrer. Antes de prosseguir, notamos que o santo trata diretamente da heresia de que *cada um pode salvar-se em sua própria seita* e a atribui ao Islã.

Assim, diz São Bernardino de Siena:

> Três tipos de fé podem ser distinguidos: fé errônea, morta e viva. A primeira, digo, é a fé errônea. E esta é a fé de todos aqueles que estão fora do seio da santa Igreja Romana, como todos os sarracenos, de qualquer seita que sejam encontrados. Além disso, todos os hereges e cismáticos. E a todos os supramencionados o Profeta diz: "Erraram na solidão, em lugar inabitado", isto é, deste mundo, que está, de fato, sem a água da graça que salva a alma. [...] A terceira é a fé viva, que é, de fato, informada pela caridade de Deus. Sobre ela é dito em Hebreus 11: "Sem fé é impossível agradar a Deus." Essa palavra pode ser um outro tema. Dessa palavra, torna-se ainda mais claro que todos aqueles que estão na fé errônea, como sarracenos, hereges, e assim por diante, e também todos aqueles que, embora estejam no seio da Igreja Católica e partem sem caridade, correm perigo eterno. Porque, não participando da caridade de Deus, que é a fonte de toda a bondade, podem ser chamados, com toda a verdade, de maus. Sobre eles

[3]FERRER, Vicente. *Sermones de tempore et de sanctis*, pars III: *Sermones de sanctis* (Nurembergae: Antonius Koberger, 28 jun. 1492), f. [122v]

[4]FERRER, Vicente. "Tratado del cisma moderno de la Iglesia", parte I, cap. V, razão 3, in José M. de Garganta e Vicente Forcada (dirs.), *Biografía y escritos de San Vicente Ferrer* (Madrid: La Editorial Católica, 1956), p. 428–430; Veja em: https://pt.scribd.com/document/228899097/San-Vicente-Ferrer-Tratado-Del-Cisma-Moderno.

o Senhor diz no texto mencionado: "Ele destruirá maldosamente os maus." **Há, de fato, muitos errôneos, enganados por sua cegueira, que, por causa de diversas leis e seitas, ou pelas palavras de Maomé ou de outros errantes, creem que cada um é salvo em sua própria fé ou seita, contanto que a creia como boa e dada por Deus, e que o que ele faz agrada a Ele. Essas pessoas se admiram que aqueles que fazem o que fazem por Deus devam ser condenados, pensando que nisso prestam um serviço a Deus. E embora ajam de forma errada, agem, no entanto, por ignorância, assim como diversas seitas no mundo e, entre os cristãos também, muitos e muitas encantamentos de ervas e outros erros seguem, mas fazem isso por ignorância e de forma simples. Admira-se também, e principalmente, o fato de que aqueles que por Deus, ou por causa de Deus, suportam todo o suplício não apenas pacientemente, mas (ao que parece) com alegria, como ouvimos de muitos hereges em nossos tempos, que receberam com alegria o fogo e outros tormentos, dizendo, de fato, que suportam ou sofrem tudo por Deus, e tendo isso também no coração, como cremos. Mas todos os supramencionados são maus, pois são encontrados fora da única e católica Igreja, ou fé, e fora da caridade. E perecerão para a eternidade, como foi dito, testemunha o Apóstolo em 1 Coríntios 13: "Se eu entregar meu corpo para ser queimado, mas não tiver caridade, de nada me aproveita", ou seja, para escapar da perdição eterna.**

***Para entender, no entanto, que esse erro é excessivamente condenável e a mais alta heresia*, e a causa mais justa da condenação de todos os que a seguem e de todos os que morrem fora da única e católica fé e caridade, pode-se mostrar de forma muito clara a tripla obrigação à qual cada um está obrigado. A primeira é a da circunspeção, a segunda é a do conhecimento, a terceira é a da consideração.** [...] A terceira circunspeção é a da oração. Pois não se deve dizer que não leve consigo uma oração fiel e devota, especialmente em caso de tamanha necessidade. Quando se chega ao ponto de o homem não ter, pela razão humana, o que deve fazer

ou crer, deve implorar o auxílio do Salvador. Por exemplo: se um sedutor (como acontece no tempo do Anticristo), sob o pretexto de ser um verdadeiro católico e verdadeiro Doutor, pregar a um simples e indouto algum erro de impiedade, e essa alma simples pura e instantemente pedir o auxílio de Deus, Deus desviará seu coração para que não creia nele, a menos que a isso se oponha a negligência ou outra culpa oculta ou manifesta. O mesmo deve ser dito sobre aquele que encontra pregadores de sentido contrário e adversos, ou seja, um fiel e outro infiel, um zelador das almas, outro pregando a si mesmo; e não é suficiente, pelo seu próprio senso, ou pelas palavras deles, ou pela vida, discernir plenamente em quem mais é obrigado a crer. Deus não exigirá que ele ajude a fé, mas, como não tem, pela razão humana, o que fazer, deve implorar o auxílio divino, como diz Agostinho, e rogar com toda a instância, para que o próprio Deus, o iluminador das almas, lhe mostre o caminho da verdade e aplique seu coração à parte mais salutar da contradição. E assim diz Tiago 1: "Se alguém de vós necessita de sabedoria, peça-a a Deus, e ele a dará; peça-a, porém, com fé, não duvidando de nada." ***No entanto, onde a ignorância é invencível, que é quando o homem não tem, pela razão humana, o que fazer, ali deve implorar (como foi dito) o auxílio divino, para que não se precipite temerariamente. Pois ali tudo pertence a Deus fazer, onde o homem não tem o que fazer por si mesmo. Por exemplo: se o anjo das trevas se transfigurar em tal figura ou forma, na qual nada possa aparecer ao homem em que não pareça ser Cristo, é somente de Deus guardar o homem. E nada mais resta ao homem ali, a não ser implorar o auxílio divino. E nunca se deve duvidar de que o Deus auxiliador está presente para aqueles que o invocam piamente, e também para aqueles que não o invocam, a menos que alguma culpa deles se oponha. Portanto, no caso predito e em casos semelhantes, dizemos que Deus desviará o coração do homem da impiedade da adoração do diabo e da impiedade dos erros que pusemos, a menos que a culpa se oponha. E os modos e caminhos de guardar aqueles que ele quer guardar são inumeráveis para o Deus onipotente, testemunha o Profeta no Salmo 144:***

"O Senhor guarda todos os que o amam, e destruirá todos os pecadores", isto é, permitirá que se percam em diversos erros. Por isso, em Provérbios 2: "Ele guarda a salvação dos retos, e protege os que andam com simplicidade. Guardando as veredas da justiça, e conservando os caminhos dos seus santos." Considera, pois, o que foi dito nestes três capítulos, e verás que todos os que erram do caminho da verdade e a ignoram, erram por sua culpa. Não se pode encontrar entre eles quem não seja negligente na previsão, em evitar os perigos e erros, na atenção, em investigar por si mesmo a verdade, ou em inquirir dos outros e na pregação, em implorar o auxílio de Deus.

Três atos, ou deveres, do intelecto: *Existe um triplo ato, ou dever, ao qual todo intelecto está obrigado. O primeiro é o de aversão, o segundo é o de conversão, e o terceiro é o de adesão. Como, por exemplo, quando o Santíssimo Sacramento é elevado durante a missa, todos estão obrigados a fazer três coisas: primeiro, desviar os olhos de qualquer vaidade; segundo, voltar os olhos para a hóstia consagrada; terceiro, com toda a mente e todo o esforço, aderir-se totalmente a Cristo naquele sacramento por meio da devoção. Assim também é o caso aqui.* O primeiro ato do intelecto é o de aversão, ou seja, não crer no que é falso. Assim como a livre vontade deve desviar-se de todo desejo maligno e não consentir com ele, o intelecto humano, ou a razão, deve desviar-se de toda crença maligna e não dar seu assentimento a ela de modo algum. Isso é possível por meio de sua própria luz, ou por uma luz alheia. Pela própria luz, por meio da própria investigação; pela alheia, que é a revelação divina ou a instrução humana. Portanto, assim como a vontade humana consente de forma condenável com o que é maligno, o intelecto humano assente de forma condenável com o que é falsamente crido. Por isso, ele deve corrigir-se, ou procurar sua correção por meio de um dos caminhos que mencionamos. Não é lícito errar em tais coisas, nem mesmo ignorá-las. Isso é aceito por todas as nações. Até mesmo os idólatras disseram que quem duvida que os deuses devem ser honrados merece punição. A sentença da nossa fé também é que aquele que duvida da fé é infiel. O segundo ato do intelecto é o de conversão, ou seja, crer no que

é verdadeiro. Assim como a livre vontade, ou o afeto, tem o dever de sua própria operação, que é querer o que deve ser desejado, o intelecto também tem o dever de sua operação, que é crer ou conhecer o que é verdadeiro. Portanto, assim como não é lícito ao afeto desejar coisas condenáveis ou não desejar coisas salutares, também não é lícito ao intelecto crer em coisas ímpias e falsas, ou não crer em coisas salutares e verdadeiras. **Por isso, nem o erro, nem a ignorância do que se deve crer, desculpam jamais alguém da perdição. Compreendendo isso, Jó 9 diz: "Se eu ignorar, ou seja, errando, minha ignorância estará comigo", ou seja, para minha perdição.** O terceiro ato do intelecto é o de adesão. Se o intelecto humano não está menos obrigado a Deus em suas operações do que o próprio afeto, e nunca é lícito ao afeto amar o que é contrário a Deus, ou o que é contrário às coisas que são d'Ele, da mesma forma, nunca é lícito a ele não amar a Deus, ou não amar as coisas que são d'Ele. Assim, nunca é lícito ao intelecto crer em coisas contrárias a Deus, ou às coisas que são d'Ele; nem é lícito não crer n'Ele ou nas coisas que são d'Ele. Pois o que é não amar no afeto é não crer, ou não compreender, ou não conhecer no intelecto. Tal ato intelectual de adesão é crer em Deus. Pois, como Agostinho diz acima (sermão 6, artigo 3, e capítulo 2, próximo ao fim): "Crer em Deus é, crendo, amar a Deus, crendo, ir a Deus, crendo, aderir-se a Ele, e crendo, incorporar-se aos seus membros." E, como lá fica claro, segundo Boaventura, tal fé, para que se volte para Deus, exige necessariamente quatro coisas: a união da caridade, que ordena para o amor de Deus (e esta é a primeira diferença de Agostinho); a operação do bem (e esta é a segunda); a perfeição do mal (e esta é a terceira); e o amor ao próximo (e esta é a quarta).

Considerai, portanto, todos os que perecem, e os encontrareis culpáveis e negligentes no triplo ato mencionado, ou seja, por não se desviarem da falsidade, por não se converterem à verdade, ou por não praticarem a própria verdade. Aquele que negligencia em fazer o bem que sabe que deve ser feito merece não receber o conhecimento de fazer o que ainda não conhece. É de se esperar de cada um que, se ele tiver negociado bem com o talento do intelecto, com toda a diligência, nas coisas em que ele pôde

por si mesmo, que isso também lhe seja multiplicado, ou seja, aumentado, de modo que ele também receba, por dom da revelação divina ou da inspiração, coisas maiores às quais não pode chegar por si mesmo; ou também que lhe seja pregada a doutrina, ou a pregação salvadora. Por exemplo: se alguém estivesse isolado dos homens e quisesse negociar com o talento de seu intelecto, pela consideração das coisas visíveis seria fácil para ele encontrar o Criador, e muitas outras coisas a partir Dele; ou seja, que Ele deve ser amado, honrado, glorificado, etc. E se ele negociasse bem com o que encontrasse, Deus lhe acrescentaria outras coisas por meio da inspiração, ou da doutrina, ou da pregação que Ele mesmo lhe providenciaria. **Portanto, deve-se crer plenamente que Deus não quer abandonar ninguém que se esforce de verdade para aderir a Ele; e nisso concorda Alexandre de Hales. Além disso, cada virtude é mais apta e mais fácil para o seu próprio ato e fim do que para qualquer outro. Por exemplo, o nariz não vê, a orelha não come, nem o olho anda propriamente, e assim por diante. É evidente que nossa virtude intelectiva é mais apta e mais fácil para buscar e encontrar a Deus, no que aqui é exigido e útil, do que para buscar ou encontrar qualquer outra coisa; especialmente porque Deus está sempre pronto para ajudar aqueles que se esforçam em direção a Ele e se aproxima daqueles que se aproximam d'Ele. Por isso, em Tiago 4, diz-se: "Aproximai-vos de Deus, e Ele se aproximará de vós."**

Primeiramente, é necessário que aqueles que são encontrados fora da fé católica e fora da caridade pereçam eternamente devido à inconveniência. Na verdade, a partir do que já foi dito, fica abundantemente claro que ao intelecto foi imposta uma lei e um limite em suas operações, e que foi limitado o que ele pode crer e o que pode não crer, e, novamente, o que lhe é lícito não crer ou ignorar. E, novamente, que a ignorância é condenável, ou seja, em certas pessoas e em certas coisas ignoradas. Da mesma forma, a credulidade de certas pessoas é condenável e ímpia, e, portanto, nenhuma delas desculpa da condenação total

aqueles que se envolvem nelas. **Talvez a ignorância desculpe de tanto, pois não parecem pecar tanto aqueles que agem mal por erro ou ignorância, quanto aqueles que pecam conscientemente ou contra a própria consciência. Se a ignorância desculpasse de tudo, muitas inconveniências absurdas se seguiriam, das quais três são apresentadas aqui. Primeiro, porque o mal seria desculpável; segundo, porque o mal seria praticável; terceiro, porque o mal seria louvável e recompensável.** ***A primeira inconveniência seguir-se-ia porque o mal seria desculpável. Visto que todos os pecadores erram e ignoram, e quanto mais pecam, mais erram e ignoram, todos os pecados e feitiços seriam desculpáveis. Além disso, os pecados maiores seriam mais desculpáveis, pois trazem consigo maiores erros e trevas para os pecadores. Por isso, seria necessário chegar a tal loucura que seria lícito a cada um crer ou descrer o que lhe aprouver, e que nenhuma lei seria dada ao intelecto. Consequentemente, não haveria lei para o afeto, nem para a ação. E, portanto, nenhuma lei deveria ser mantida de forma absoluta, pois, partindo desse pressuposto, qualquer coisa poderia ser mantida e realizada, já que o erro e a ignorância desculpariam em todos os lugares. Disso se segue que nada é virtude ou vício de forma absoluta, pois quem crê que uma virtude é um vício, ou vice-versa, agirá virtuosamente de acordo com a virtude ou de acordo com o vício. O que seria contra a divina Escritura, que em Isaías 5 diz: "Ai dos que chamam o bem de mal, e o mal de bem; que colocam as trevas por luz, e a luz por trevas; que colocam o amargo por doce, e o doce por amargo."*** **A segunda inconveniência seguir-se-ia, que o mal seria praticável. Da inconveniência anterior, esta outra se seguiria: que ninguém erraria, nem crendo, nem agindo, pois cada um deveria crer no que crê, e fazer o que faz, de acordo com a crueldade de seu erro. A terceira inconveniência seguir-se-ia, que o mal seria louvável e recompensável. Segundo esse erro, Deus seria igualmente adorado com vícios e com virtudes. E os costumes viciosos seriam igualmente corretos, e do**

> **ponto de vista do juízo, igualmente louváveis, pois seriam igualmente recompensáveis, já que não importa o que ou como cada um age, mas apenas o que ele crê que está fazendo, ou o que ele pretende, ou de que forma. E por este caminho, os ídolos deveriam ser igualmente adorados como o Altíssimo Deus, se se crer que devem ser adorados da mesma forma. E Deus seria negado de forma meritória e religiosa, se se cresse que Ele deve ser negado. E aquele que praticasse essas impiedades deveria ser louvado e até mesmo recompensado. E, como o Profeta diz no Salmo 9, "o pecador se alegrará nos desejos de sua alma, e o iníquo será abençoado." Uma mente discreta percebe quão inconvenientes são todas essas coisas.** [...] [5]

São Bernardino coloca, de modo antecipado, a ignorância em conexão com a mesma heresia de que cada um poderia salvar-se em sua própria seita, desde que creia erroneamente que ela ; emite, então, um gravíssimo juízo a respeito dela, isto é, de que trata-se de um erro "excessivamente condenável e **a mais alta heresia**".

Este santo foi o primeiro a expor, de modo pleno, os absurdos a que chegarão séculos depois os probabilistas. Segundo eles, um índio com uma consciência errônea inculpável, devido a sua ignorância invencível, pratica atos idolátricos, reputando-os por certos. A sentença escolástica, entretanto, diz que tais atos idolátricos, como não são praticados contra sua consciência, não podem ser pecados. Ao contrário, como a consciência errônea deles assim o impelem a agir, reputando tais atos por certos, são em realidade bons e meritórios para a salvação eterna.

Sob essa linha de raciocínio, as conclusões são claras: o mal torna-se virtuoso, ao menos subjetivamente; o homem mais satânico poderia receber a salvação eterna, desde que cresse, invencivelmente, que não peca agindo de tal modo, mas faz algo de bom e justo. Verifica-se, assim, o que diz São Bernardino.

[5]DE SIENA, Bernardino. *Sancti Bernardini Senensis Ordinis Seraphici Minorum opera omnia*. Opera et labore Joannis de La Haye. Venetiis: in aedibus Andreae Poletti, 1745. t. 2, p. 122–126.

CAPÍTULO 17

Posicionamento antiprobabilista de São Bernardino de Siena, Miguel de Elizalde e as Orações na Sexta-Feira Santa

Sobre isto o que foi exposto por São Bernardino de Siena, referenciamos o antiprobabilista Miguel de Elizalde, que dedica a isto uma grande exposição. Entra em detalhes quanto a tais pontos, demonstrando inteiramente a falsidade de tais visões teológicas que visam inocentar todos os pagãos, judeus, hereges e cismáticos de seus crimes, desde que não hajam contra sua consciência errônea, fazendo aquilo que suas seitas pedem e, assim, podendo alcançar a salvação eterna.

Julgamos digno de ser citado, entretanto, a interpretação que faz das súplicas da Igreja na Sexta-Feira Santa, que demonstram cabalmente a mentalidade da Igreja a respeito de tais povos, suas ignorâncias e fraudes:

> A essas coisas estão conformes, acrescentando-lhes enorme força, as orações públicas que a Mãe Igreja, regida e dirigida pelo Espírito Santo, profere na Sexta-feira da Paixão. Primeiramente, pede a Deus onipotente que purifique o mundo de todos os erros. Depois passa especificamente aos heréticos e cismáticos e pede que Deus, nosso Senhor, os liberte de todos os erros e se digne reconduzi-los

à Santa Mãe Igreja Católica e Apostólica; que olhe para as almas enganadas pela fraude diabólica e que, abandonada toda perversidade herética, os corações dos que erram retomem o bom senso e regressem à unidade da verdade. ***A Igreja ora aqui pelos que erram e pelos enganados; não, portanto, por aqueles que sabem ou duvidam que erram e assim reconhecem que pecam. Ninguém que saiba ou duvide é propriamente enganado, iludido ou errante. Todo erro e assentimento excluem o assentimento contrário e também a dúvida, como é sabido. A Igreja supõe, entretanto, que aqueles por quem ora perecem e estão fora dela e de sua unidade***. A isso respondeu-me um leitor de maneira excessivamente irrefletida. A Igreja ora precisamente por esse motivo, como é manifesto; e diz expressamente:

> Deus onipotente e eterno, que salvas a todos e não queres que ninguém pereça, **olha para as almas enganadas pela fraude diabólica etc**.

Tornam-se certamente do diabo mediante o próprio engano diabólico e herético. Em seguida, a piedosíssima Mãe dirige-se aos judeus e à perfídia judaica e oferece preces pela cegueira desse povo, para que Deus retire o véu de seus corações e eles conheçam Jesus Cristo, nosso Senhor. ***Ela supõe que a mente deles está coberta por esse véu e que a perfídia existe não por conhecimento, mas por cegueira; por isso, pede-lhes o conhecimento. A Santa Mãe não segue, portanto, este caminho:***

> ***Eles não sabem o que fazem; logo, não pecam. Não reconhecem, não duvidam nem percebem; antes, possuem um véu para que não vejam; logo, são inocentes ou não são pérfidos.***

Finalmente, a Igreja ora pelos pagãos, para que Deus onipotente retire a iniquidade de seus corações e, abandonados os ídolos, eles se convertam ao Deus vivo e verdadeiro. Entretanto, ao menos a maioria dos pagãos considera verdadeira a própria religião; não duvida dela nem sabe que a nossa é verdadeira. Pelo contrário, julga que o culto

> **dos ídolos é religião, e essa é a sua própria religião**. Para defendê-la, matou e ainda mata inúmeros mensageiros e ministros da verdade. ***Tu os desculpas da iniquidade em razão da ignorância invencível. A Santa Igreja, porém, supõe que o próprio culto dos ídolos é iniquidade. Tu lhes concedes até o céu, caso procedam corretamente em sua religião e não cometam alguma coisa grave contra as suas consciências errôneas. Ser-lhes-á dado, portanto, um céu que não poderia ser concedido pelo Deus vivo e verdadeiro, ao qual não se converteram, mas pelos ídolos que têm mãos e não apalpam? Por isso, supondo que perecem, a Igreja ora por eles ao Deus eterno, que não procura a morte dos pecadores, mas sempre a vida. Esses são os sentimentos da Santa Mãe Igreja, que é coluna e fundamento da verdade, e contra cuja autoridade não prevaleceriam nem Agostinho, nem Jerônimo, nem qualquer outro doutor ou opinião.*** [1]

Isto é apenas parte do comentário que faz. Omitimos aqui a parte em que se refuta cabalmente a posição probabilista, em razão de seu tamanho e densidade. Para os interessados, entretanto, leiam a obra do eminente teólogo.

Apenas como pequena observação marginal, é perceptível que os mesmos jesuítas, bebendo as doutrinas venenosas daqueles probabilistas da Companhia, foram agentes importantíssimos para as mudanças litúrgicas na Semana Santa para finalidades ecumênicas. Esta conexão oculta, entretanto, entre tais eventos históricos fica reservada para uma outra investigação.

17.1 Sermonistas - Antônio Vercellis e Osvát de Laskó

Prosseguindo, ainda nos séculos XIV e XV possuímos inúmeros pregadores.

Citamos, para tanto, Antônio de Vercellis (c. 1410/1420–1483)[2], eminente

[1] ELIZALDE, Miguel de. *De recta doctrina morum: secunda pars, divisa in duos libros, nempe quintum et sextum.* Friburgi: apud Davidem Irbisch, 1684., pt. 2, p. 39-41

[2] DE VERCELLIS, Antonius. De fidei christiane duodecim mirabilibus excellentiis: sermones quadragesimales fratris Antonii de Vercellis Ordinis Fratrum Minorum de Observantia; item eiusdem Tractatus de virtutibus. Impressum expensis Joannis Rynman de Oringaw, per Henricum Gran, civem in imperiali oppido

teólogo de sua época. Antônio é notável, pois dedica inúmeros sermões para provar, de diferentes pontos de vista, a condenação de todos os infiéis. Assim, analisa as excelências de tal condenação, o quão justa é ela, o quão inconveniente seria se não fosse assim. Repete, em grande medida, o que foi dito por São Bernardino, mas acrescenta mais nove inconveniências, e leva todo o posicionamento tradicional às últimas consequências. Divide seu sermão "sobre a certeza da condenação de todos os infiéis" em cinco partes - primeiro, as autoridades em que se apoia tal posicionamento; segundo, as razões para que todos se condenem; terceiro, as inconveniências que se seguiriam caso nem todos fossem condenados; quarto, casos de grande similitude a este; quinto, inúmeros exemplos do que foi dito. Segue-se a estas cinco partes inúmeras divisões e sermões, provando cabalmente a veracidade deste posicionamento por meio de escolásticos, Santo Agostinho, São Gregório Magno, São Fulgêncio e até mesmo por meio dos filósofos antigos.

Neste grande percurso, Vercellis encontra a objeção que sempre fazem os modernos a respeito dos homens em terras distantes, que nunca ouviram a pregação da fé cristã, e repete naturalmente o mesmo posicionamento tradicional de que um homem, em ignorância invencível, deve fazer tudo o que está ao seu alcance, seguindo a lei natural, orando piamente a Deus. Assim procedendo, Deus certamente enviaria um instrutor, seja um anjo, seja um homem para sua iluminação, e assim se converteria. Caso contrário, tal homem estará eternamente condenado.

Junta-se a Vercellis o sermonista Osvát de Laskó (c. 1450–1511), de terras húngaras, que com razões similares a este e a São Bernardino, repete o mesmo posicionamento tradicional. Este, repetindo Vercellis diz:

> O primeiro ensinamento que devo explicar é sobre a justa condenação dos infiéis. **Digo que todos os infiéis — pagãos, turcos, judeus, hereges, cismáticos e todos os outros que, envolvidos em diversos erros, se encontram fora desta única e verdadeira fé — são justamente condenados.** E isto posso provar de três modos: primeiro, pelas autoridades; segundo, pelas razões; terceiro, pelas revelações. Primeiro, pelas autoridades, porque todos os que não creem em Cristo nem mantêm a fé cristã serão condenados. [...] **Pois, se disser um infiel: "Eu procurei e quis ouvir de alguém qual era a verdadeira fé, mas, como**

Hagenaw, 1513., ff. CCLIIIr–CCLVIIIv.

estou muito distante dos cristãos, nunca ouvi falar dessa fé; para mim foi impossível conhecê-la, e, ainda que tivesse ouvido algo muito pouco sobre ela, era-me impossível ir a terras cristãs para ser instruído nessa fé e recebê-la, por causa de muitos impedimentos", — por que, então, dizes que este infiel é justamente condenado, se a regra de direito afirma que ninguém é obrigado ao impossível? A isso se responde que tal desculpa não tem valor algum, pois, em tal caso, aquele que ignora está obrigado a orar a Deus com súplicas para que o ilumine e lhe revele qual é a fé cristã; e, se não o fizer, será inexcusável, por causa da multiplicidade de bens [e sinais] que Deus oferece para levar o homem à verdade. [3]

[3]LASKÓ, Osvát de. *Quadragesimale Gemma fidei intitulatum: tractans de sacrosancta orthodoxaque fide catholica, compilatum per quendam fratrem Hungarum Ordinis Minorum de Observantia ex conventu Pesthiensi.* Hagenaw: expensis Johannis Rynmann, per Henricum Gran, 1507., fol. XXVIr - XXVIIv.

CAPÍTULO 18

SÉCULO XV - Concílio de Constança e Florença

18.1 Concílio de Constança

Iniciamos pelo Concílio de Constança, destinado a condenar os erros de João Wycliffe (c. 1328–1384) e Jan Hus (c. 1372–1415), sobre o qual fazemos dupla observação. Primeiramente, em tal Concílio é condenada a proposição:

> Não é necessário para a salvação acreditar que a Igreja Romana é superior às outras igrejas [Non est de necessitate salutis credere Romanam ecclesiam esse supremam inter alias ecclesias] [1].

Certamente dirão nossos adversários que isso diz respeito ao artigo da Igreja, contido no Símbolo dos Apóstolos, sobre o qual todos os teólogos inicialmente consideram como tendo necessidade de preceito e, portanto, basta a fé implícita. Entretanto, como já vimos anteriormente ao falarmos do posicionamento de São Tomás, a Igreja possui importância capital para a nossa fé divina, de modo que sem ela é impossível que possuamos certeza dos mistérios da fé cristã.

[1] CONCÍLIO DE CONSTANÇA. *Concilium Constantiense Documenta*. 1414–1418. Edição não identificada; transcrição eletrônica proveniente de *Documenta Catholica Omnia*. Wikisource Latina. Veja em: https://la.wikisource.org/wiki/Concilium_Constantiense_Documenta; Acesso em: 28 jul. 2026.

Isto se baseia, é claro, na infalibilidade da Igreja Romana, como todos os tomistas sustentam. A mesma infalibilidade, entretanto, deriva da própria Igreja Romana, isto é, do papa. Assim, crê-la como suprema entre as Igrejas e, portanto, reconhecer sua infalibilidade é necessário à salvação, pois sem reconhecê-la enquanto tal, é impossível elicitarmos um ato de fé divina. Vê-se, assim, que o contrário de tal sentença proscrita é completamente condizente com o posicionamento de São Tomás e dos Doutores da Igreja supracitados.

Por outro lado, há mais um documento emanado em razão do Concílio de Constança. Deste trata-se a *Inter cunctas*. Antes de prosseguirmos para tal citação, é necessário atentar-se ao tipo de questão que lidaremos agora.

18.2 *Inter Cunctas* e as orações pelos infiéis mortos

Pelo que vimos até agora, todos sempre sustentaram de modo inequívoco que todos que se encontram fora da Igreja Católica Romana, independente de serem ignorantes invencíveis ou não, estarão eternamente perdidos caso não se convertam à fé católica.

Isso levou, certamente, a uma questão prática. Se todos infiéis se condenam, caso não se convertam até o fim de suas vidas, então certamente não podemos rezar e fazer exercícios de piedade por eles, esperando que alcancem a vida eterna. De fato, tais súplicas podem se aplicar somente aos que vão para o purgatório; os infiéis, ao contrário, vão todos para o inferno, onde não há redenção.

Entretanto, os modernos sustentam que tais infiéis poderiam converter-se interiormente, sem qualquer manifestação exterior, nos últimos momentos da vida, razão pela qual seria possível supor que teriam sido salvos. Esse entendimento, porém, não corresponde ao posicionamento tradicional da Igreja.

O posicionamento tradicional da Igreja a esse respeito resulta da sua compreensão mesma de que fora da fé católica não pode haver salvação. Todos que terminam suas vidas fora da unidade católica estão eternamente perdidos.

Em prova disso, ao final da bula *Inter cunctas*, Martinho V coloca o modo pelo qual os inquisidores irão exercer seu ofício, e coloca uma série de questionamentos a serem feitos para aqueles que são suspeitos de heresia, a fim de confirmar se são hereges ou não. Eis o que diz:

> Sobre os artigos supramencionados, porém, ***qualquer pessoa suspeita a respeito deles, ou que seja apanhada afirmando-os, deverá ser interrogada conforme o modo descrito abaixo.*** Em primeiro lugar, se conheceu João Wyclif da Inglaterra, João Hus da Boêmia, Jerônimo de Praga, ou algum deles; e de onde obteve conhecimento deles; e se, enquanto estavam vivos, teve convivência ou amizade com eles, ou com algum deles. Igualmente, se, sabendo que eles ou algum deles foram excomungados, participou conscientemente com eles, considerando e dizendo que tal participação não era pecado. ***Igualmente, se após a morte deles, orou pelos mesmos ou por algum deles, e exerceu publicamente ou em oculto obras de piedade, afirmando que eles serão bem-aventurados e salvos. [Item utrum post mortem eorum pro eisdem seu aliquo eorum oraverit, & publice vel occulte opera pietatis exercuerit, asserens eos fore beatos & salvos]*** **Igualmente, se os considerou e disse que eram santos, ou algum deles, e lhes prestou venerações como a santos.** [2]

Aqui, de modo explícito, o papa coloca que orações feitas, seja em público - como é o caso da celebração de Missas -, seja em privado - como é o caso das orações particulares dos fiéis - são sinais de heresia, pois asseguram que tais homens puderam ser salvos, bem como seus seguidores ainda podem alcançar a salvação. Tal prática deriva senão de uma heresia a respeito do dogma de que fora da Igreja nenhum homem pode salvar-se. Retornaremos posteriormente a este ponto; por ora, isto é suficiente.

18.3 Concílio de Florença

No documento *Cantate Domino*, realizado e promulgado pelo Concílio de Florença, o Papa Eugênio IV encerra a questão, ensinando o posicionamento tradicional. Isto será confirmado, posteriormente, pelos teólogos.

Eis o que se segue no documento:

> **Ela crê, professa e predica firmemente que nenhuns dos**

[2] MARTINHO V, Papa. *Inter cunctas*. In: COCQUELINES, Charles (org.). *Bullarum, privilegiorum ac diplomatum Romanorum Pontificum amplissima collectio*. Romae: typis et sumptibus Hieronymi Mainardi, 1741. t. 3, pt. 2, p. 419 et seq., especialmente p. 424.

> **que existem fora da Igreja Católica, não só pagãos, mas também judeus, hereges e cismáticos, podem tornar-se participantes da vida eterna, mas irão para o fogo eterno, que foi preparado para o diabo e para os seus anjos (Mt 25,41), a não ser que antes do fim da vida sejam agregados a ela [à Igreja Católica]; e que vale tanto a *unidade do corpo eclesiástico*, que só aos que nela permanecem aproveitam para a salvação os sacramentos eclesiásticos, e produzem prêmios eternos os jejuns, as esmolas e outros ofícios e exercícios de piedade da milícia cristã; e que ninguém, por muitas esmolas que dê, e mesmo que derrame o sangue pelo nome de Cristo, pode salvar-se, se não permanecer no seio e na unidade da Igreja Católica.** [3]

Que tal documento trate da Igreja visível não há dúvida, pois afirma expressamente "tanto vale a unidade do corpo eclesiástico". Fora da Igreja visível, isto é, dos cristãos, encontram-se todos os pagãos, judeus, hereges e cismáticos, que não podem alcançar a salvação eterna. Somente os cristãos, assim, podem ser salvos.

Os cristãos possuem fé explícita em Cristo, apoiam-se na Igreja para sustentar sua fé divina, bem como creem implicitamente em tudo o que ela ensina. O que nos permite, entretanto, analisar com mais perfeição o contexto são os documentos da própria época, pelo que podemos formular um juízo razoável a respeito das razões que levaram o Concílio a adotar tal fórmula.

Para analisar com perfeição tal contexto, comecemos por Pio II e avançaremos para os teólogos que participaram do Concílio.

18.4 Concílio de Florença - Teólogos e papas

No século XV, os turcos cresciam cada vez mais em poder e ameaçavam constantemente a cristandade. Não por acaso, neste século Pio II escreveu epístolas convocando cruzadas contra os turcos, que infelizmente não lograram êxito.

Entre tais epístolas escritas pelo papa, vê-se a epístola dirigida a Mehmed II,

[3] EUGÊNIO IV, Papa. *Cantate Domino*. Tradução de Gustavo Petrônio Toledo. Texto latino extraído de *Bullarum diplomatum et privilegiorum sanctorum Romanorum Pontificum Taurinensis editio*, t. 5, p. 58–65. O Recolhedor, 4 set. 2025. Acesso em: 28 jul. 2026. Veja em: https://orecolhedor.com/cantate-domino/

em que diz:

> A tua lei (como dizem) julga que cada homem pode salvar-se em sua própria religião, se viver castamente e com justiça, a não ser que, deixando a tradição de Maomé, passe a outra. Também dizem estar escrito em tua lei (pois é frequentemente contraditória em si mesma) que a ninguém é aberta a salvação senão nela. ***Nós, ao contrário, sentimos e estamos certos de que o caminho da vida está aberto somente ao cristão, se viver bem*; pois assim disse a nossa Verdade no Evangelho: "Quem crer e for batizado será salvo; quem não crer será condenado."** ***Tu, portanto, se crês no século futuro, se queres ser salvo, se desejas cuidar bem de tua alma, deves receber a fé da Igreja Romana — fora da qual não há salvação — e o Batismo. Por estas duas chaves, a fé e o Batismo, se abrem as portas do paraíso, mas somente àqueles que vivem de modo conforme à fé; pois a fé sem obras é morta. É preciso dar ouvidos ao Evangelho e seguir a doutrina de Cristo, que não engana a ninguém.*** [4]

Sobre este texto, primeiro começa por formular a mesma acusação que os apologetas formulavam a respeito do Islã e de seus ensinamentos errôneos: que o Islã sustentaria que cada um pode salvar-se em sua própria religião. Depois, manifestando a crença de toda a cristandade, diz que apenas aqueles que são cristãos, isto é, possuem a fé da Igreja Romana e o batismo podem salvar-se, sendo necessário "dar ouvidos ao Evangelho" - entenda-se especialmente a fé explícita em Cristo e na Santíssima Trindade - para a salvação.

Do mesmo modo, Santo Antonino de Florença, que participou do Concílio diz:

> **De modo semelhante, se alguém cresse que qualquer pessoa em sua fé, como judeus, sarracenos, etc., se salva, desde que observe sua lei e viva segundo o ditame da razão natural, isso seria um pecado mortal; pois seria duvidar de sua própria fé, *e até mesmo não crer em Cristo*, que diz em Marcos, no último capítulo: "quem, porém, não crer, será condenado". Ninguém pode, de**

[4]PIO II, Papa. *Epistola ad Mahometem, Turcorum imperatorem.* Texto latino extraído principalmente de *Annales Ecclesiastici*, t. 29, de Cesare Baronio, Odorico Rinaldi e Giacomo Laderchi. Cracoviae: Ultra montes, 2018. 61 p. Edição eletrônica. Veja em: https://www.ultramontes.pl/pius_ii_papa_epistola_ad_mahometem.pdf

> **fato, ser salvo a não ser *na fé da Igreja Católica* (dist. 24, q. 1, "quia ex sola").** [5]

Em outra parte, diz o mesmo santo:

> Jesus é encontrado no templo da Igreja militante, e de modo muito mais perfeito, porque pela fé viva; daí em Efésios 3: "Habite Cristo pela fé em vossos corações". Pois, sendo Cristo a cabeça da Igreja, como diz o Apóstolo, e os verdadeiros fiéis seus membros, é necessário que Cristo esteja neste templo; caso contrário, os membros estariam mortos, separados da cabeça. **E porque nenhum [nullus] pagão, judeu ou herege está ou pode [potest] estar no templo desta Igreja, *visto que não tem fé*; por isso Cristo não está neles, mas sim o diabo**. Daí Agostinho: "O que está fora da Igreja é do diabo, assim como na Igreja é de Cristo; por isso, é como se fosse entregue ao diabo quem é removido da comunhão eclesiástica" (11ª questão, 3. Toda). **É certo que *todos* os infiéis estão fora da comunhão eclesiástica**, pois, na verdade, até mesmo os fiéis que não vivem retamente, mas transgridem os preceitos de Deus e da Igreja, segundo o mérito, não estão na Igreja de Deus; por isso Cristo não está neles. Daí São Jerônimo: "A Igreja de Deus é não ter mancha, isto é, de pecado, nem ruga, isto é, de duplicidade ou de erro". E por isso, quem quer que esteja maculado por alguma sujeira do pecado, isto é, mortal, não pode ser dito da Igreja, nem sujeito a Cristo (De Poenit. Dist. 1. Igreja). **Aos que estão fora da Igreja, isto é, pela fé sem obras, que é morta, não pode haver salvação, mas perdição e condenação, assim como, em figura, todos os que foram encontrados fora da arca no tempo de Noé, pereceram no dilúvio. Portanto, é preciso esforçar-se ao máximo para que cada um esteja no templo da Igreja não apenas em número, mas também em mérito, e ali somente sejam feitas as obras do Pai celestial, isto é, verdadeiramente virtuosas e meritórias; daí também a salvação; porque "nas coisas que são de meu Pai me convém estar", diz Cristo.** [6]

[5] DE FLORENÇA, Antonino. *Op. cit.*, *Pars secunda*, col. 1147.

[6] DE FLORENÇA, Antonino. *Op. cit.*, *Pars quarta*, col. 1193

Semelhante juízo, aliás, fez também um dos principais teólogos do Concílio de Florença, Juan de Torquemada (1388 - 1468) [7]. Em uma obra que dedicou a atacar o Islã, diz:

> "...porque, pelas coisas expostas acima, fica suficientemente claro... que a lei de Maomé, como mostramos acima, contém os desvios mais excessivos da verdadeira fé, e está cheia de erros e vícios. **Portanto, é impossível (impossibile est) que nela possa haver esperança de salvação para alguém**[**spes sit alicuius salutis**] **.**"

Em outro capítulo da mesma obra, diz:

> "**De fato, se Cristo crucificado é escândalo para os judeus e loucura para os gentios, certamente na seita dos sarracenos, que são contados entre os gentios, ninguém** [**nullus**] **poderá ser salvo.**"

Ainda, também em outro capítulo, diz:

> "A partir dos pontos cuidadosamente considerados acima, podemos reunir doze excelências ou prerrogativas de dignidade, pelas quais a lei dos cristãos se distingue da seita de Maomé, **em razão das quais os sarracenos e quaisquer outros infiéis** [**alii infideles**]**, se desejam tornar-se participantes da verdadeira bem-aventurança, devem, abandonando toda outra seita** [**omnia alia secta**]**, correr prontamente à fé de Cristo e à religião cristã, fora da qual não há salvação, para nela serem incorporados** [**incorporari**]."

É notório que Torquemada não concebe outro modo de salvar-se senão convertendo-se, isto é, "correndo prontamente à fé de Cristo e à religião cristã", sendo "incorporados" na Igreja visível.

Bem sabemos, entretanto, o que nossos adversários objetam a esse respeito. Alegam que Torquemada, em sua *Summa de Ecclesia*, admite que os hereges meramente materiais podem pertencer à Igreja. O autor teria em vista os católicos que, durante o Cisma do Ocidente, não conseguiam identificar o verdadeiro papa e, por isso, muitas vezes acabavam reconhecendo como legítimo

[7] DE TORQUEMADA, João. *Contra principales errores perfidi Machometi* (Romae: ex Typographia Gulielmi Facciotti, 1606), cap. XXII, p. 153; cap. XLVIII, p. 217–218.

um falso pontífice.

Quanto a isto, não vemos, com efeito, como que a situação de católicos pode ser parecida, em algum sentido, com a de um índio cometendo antropofagia no meio da selva. De qualquer modo, concordamos com o juízo de São Vicente Ferrer que no capítulo V de sua obra *Tratado do Cisma Moderno*, referenciada anteriormente, aponta que é necessário à salvação, enquanto durar o cisma, determinar-se pelo verdadeiro papa.

18.5 Casos de Martírios

Por esta verdade de fé, que negam nossos adversários, foi jorrado o sangue de mártires. Afirmavam sem dúvidas que todos aqueles que não se convertessem à fé católica, mas que continuassem a seguir a lei de Maomé teriam o mesmo destino de seu mestre, o inferno.

Apontamos aqui dois martírios. O primeiro assim é narrado pelos cronistas:

> O jovem Pache F. Pacífico, como assim se chamava, **respondeu que queria viver e morrer na santa e católica Fé que professava, e que fora dela ninguém poderia salvar-se de qualquer modo**. Ao ouvir isso, o apostata lhe deu um tapa cruel e terrível. Ele suportou com paciência e muito gosto. Chegou a ouvidos do renegado Alípio este acontecimento; e, embora exteriormente não demonstrasse, foi profundamente comovido em seu íntimo, acusando sua consciência pelo enorme erro em que havia precipitado o jovem, como cego, precipitadamente. Seu coração, pouco a pouco, começou a se dispor; e assim passou a dar ouvidos às exortações que o Padre Missionário diligentemente lhe fazia chegar, por meio de alguns que eram enviados para lhe falar, e ele próprio depois o fez, induzindo-o a confessar seu delito e desatino. Conheceu, enfim, Alípio, o seu erro; e, penitente, depois de alguns dias, tratou de se preparar, com jejuns e orações, para poder apresentar-se publicamente e desfazer o que havia cometido contra Deus e Sua Lei, por temor das consequências. Já reconciliado com a Igreja e sacramentalmente absolvido de suas culpas, recebeu a Santíssima Eucaristia como quem se prepara para enfrentar uma batalha, com tal devoção e tais lágrimas que o próprio Padre Francisco Pacífico e os demais cristãos presentes se

> admiraram, entendendo, como de fato aconteceu, que aquele jovem daria inteira satisfação de seu erro a todo o mundo. Feito isso, vestiu o hábito negro e o capucho, com a correa, despedindo-se de seu médico espiritual, e dirigiu-se ao tribunal ou divã do Moro. Ao chegar, diante de todos, declarou solenemente: — ***Sabei que já não sou eu muçulmano, mas muito cristão, e que me apresento aqui para confessar e dizer que vossas leis são ímpias e falsas, e que todos os que as guardam se condenam ao Inferno para sempre, a menos que se convertam à Fé de Cristo meu Senhor, que é a que salva.*** [8]

O segundo caso assim é narrado:

> **Do Martírio de Frei Guilherme, frade Menor e natural da Inglaterra** Neste tempo, em Salamastro, um lugar de Mouros, Frei Guilherme, de nação inglesa, foi martirizado, pela confissão da santa fé Católica. Este santo varão, pregando, foi questionado pelos Mouros sobre o que ele pensava de Maomé e de sua lei. **Ele respondeu: "Penso conforme me ensina a fé de Jesus Cristo, nosso Redentor." E, perguntado sobre o que a lei dos cristãos dizia a respeito de Maomé, respondeu: "*A fé cristã, na verdade, diz que Maomé e todos os que o seguem são gente perdida e condenada, e a sua lei é enganosa e má.*"** Ouvindo isso, os Mouros, com grande ímpeto, arremeteram contra ele e o levaram para uma prisão, pondo seus pés em um tronco. Logo a fama correu por todo o povo: "Um 'porco' (palavra que os Mouros usam para grande desonra dos cristãos, por se maldizerem ou repreenderem) dizia tais e tais coisas contra o grande profeta Maomé e sua lei." E fez-se uma grande assembleia e concurso de povo que, com grandes clamores, dizia: "Tragam-nos aqui aquele porco, e se ele ainda insistir em sua proposta, que seja morto na presença de todos nós." Foi então levado para lá o santo varão, e posto como cordeiro entre lobos. Com grandes alaridos e vozes furiosas, perguntaram-lhe: "Dize-nos, homem desgraçado, se ainda estás em tua primeira opinião; porque, se não negares a tua fé, serás morto aqui com grande vilipêndio." **O**

[8] DE JESÚS, Luis. *Historia general de los religiosos descalzos del orden de los ermitaños del gran padre y doctor de la Iglesia San Agustín.* Madrid: Lucas Antonio de Bedmar, 1681. t. 1, p. 231.

> **bem-aventurado mártir, alheio ao temor, respondeu: "A lei de Jesus Cristo, nosso Redentor, é boa e verdadeira, e por ela eu desejo morrer. *Vossa lei é enganosa e mortífera, e leva aos infernos a vós, com vosso falso profeta Maomé.*"** Ouvidas estas palavras, os Mouros levantaram grandes clamores, e um deles, arremetendo contra o santo Mártir, meteu-lhe uma espada pelo corpo. Mas o Mártir de Deus, nosso Senhor, com admirável constância, recobrando forças de novo pelo grande desejo que tinha de morrer pela confissão da fé, pôs a mão sobre a mortal ferida que aquele Mouro lhe tinha dado no flanco e, com altas vozes, louvava a fé daquele alto Rei Jesus Cristo, nosso Redentor, maldizendo feiamente a falsa lei de Maomé. E os Mouros, arremetendo contra ele outra vez e dando-lhe muitas feridas, cruelmente o mataram. E desta maneira, o leal servo do Senhor subiu à glória Celestial, como coroa de martírio. [9]

Semelhante profissão de fé não podem fazer nossos adversários, pois não creem que todos aqueles que seguem a lei de Maomé se condenam, mas apenas aqueles que culpavelmente rejeitam o Evangelho e continuam a crer em Maomé. De fato, baseados como estão em uma teologia probabilista, jesuíta, de fundo islâmico e gnóstico, conforme vimos, serão capazes de dialogar com os muçulmanos e, assim, conseguirão evitar o martírio.

[9]LISBOA, Marcos de. *Las tres partes de las Chronicas antiguas de la Orden de los Frayles Menores de Nuestro Seráfico Padre San Francisco.* Salamanca: Imprenta de Antonia Ramírez, a costa de Nicolás de Santa Ana, 1626. t. 2, p. 96–97.

CAPÍTULO 19

Concílio de Florença - Outros teólogos

Voltando, assim, à nossa discussão original sobre Florença, vemos ao que provavelmente tentaram responder os Padres do Concílio: a mesma heresia muçulmana que, aparentemente, infiltrava-se dentro da cristandade e que afirmava que cada um poderia ser salvo dentro de sua seita, desde que vivesse seguindo os ditames da razão natural. Não por acaso, aliás, ao final do século XV e início do XVI, veremos o início formal do desenvolvimento da tese de nossos adversários. Adiantamos, entretanto, que não é por conta tão simplesmente da descoberta das Américas.

Enfim, se nada disto do que falamos vos convence ainda, nada do que trouxemos, veremos agora a visão dos teólogos a respeito do mesmo Concílio. Os teólogos de mais alto prestígio extraíram de tal citação a necessidade da fé explícita em Cristo e a condenação de todos os pagãos, judeus, hereges e cismáticos, por mais que sofressem de ignorância invencível.

Vejamos o que diz Melchior Cano (1509–1560), um dos mais célebres teólogos da cristandade, responsável pelos primeiros ataques aos excessos da Companhia de Jesus:

> **27.** Além disso, no capítulo *Firmiter*, *De summa Trinitate et fide catholica*, lê-se: "Há uma só Igreja universal dos fiéis, fora da qual

ninguém absolutamente se salva". ***Ora, aquele que vive ou sob a lei de Moisés ou sob a lei natural, ignorando a fé de Cristo, não é parte da única Igreja Católica; logo, não se salva.*** **Também no Concílio de Florença, sob Eugênio IV, encontras a mesma coisa explicada mais claramente:**

> A sacrossanta Igreja Romana crê firmemente que nenhum daqueles que morrem fora da Igreja Católica — nem pagãos, nem judeus, nem heréticos, nem cismáticos — pode tornar-se participante da vida eterna, mas que irão para o fogo eterno, a menos que, antes do fim da vida, tenham sido agregados a ela; e que a unidade do corpo eclesiástico possui tamanha eficácia que ninguém, por maiores que sejam as esmolas que tenha feito, pode salvar-se, a menos que tenha permanecido no seio e na unidade da Igreja Católica.

Encontras quase a mesma coisa nas *Extravagantes*, *De haereticis*, cap. 3, e na extravagante ***Unam sanctam***, *De maioritate et obedientia*. Também pertence a este assunto o testemunho de Jerônimo, causa 24, questão 1, cap. *Quoniam vetus*; o de Cipriano, cap. *Loquitur* e cap. *Alienus*; o de Agostinho, cap. *Firmissime*, causa 15, questão 1; e muitas outras passagens referidas pelo cardeal Torquemada, no livro I da *Summa Ecclesiastica*, capítulo 21. ***Erram, portanto, aqueles que, já promulgada a Nova Lei, permitem a alguém a salvação eterna sem fé explícita. E não percebem quão longe se estende esse erro.*** Pois devem igualmente conceder a entrada no Reino dos Céus sem o batismo recebido de fato ou em desejo, contra o Concílio de Trento, sessão 6, decreto *De iustificatione impii*, capítulo 4, e até contra o Evangelho, quando diz: "Se alguém não renascer" etc. **Pois, se agora são suficientes aos adultos os mesmos meios que eram suficientes antes da lei de Cristo, não vejo, certamente, por que consequência os remédios da lei natural e da lei escrita teriam sido revogados para as crianças. Confessem, portanto, ou que as crianças, quando não existe possibilidade de batismo, se salvam — o que a Igreja de Cristo não admite —, ou, como fazemos nós, neguem aos adultos a salvação sem a fé no Evangelho. 28.**

> Digam-me também aqueles aos quais agrada a sentença contrária se os judeus aos quais chegou o Evangelho, mas que observam a lei de Moisés, se salvam ou não. Se não se salvam, tem-se aquilo que queremos demonstrar. **Se, porém, também se salvam, para que serve, então, a definição acima transcrita do Concílio de Florença? E para que serve igualmente aquela doutrina sobre a qual nós, católicos, concordamos: que, depois da promulgação do Evangelho, as observâncias legais não podem ser guardadas sem perigo de perdição, e que todos os que as observam dessa maneira são alheios a Cristo e não podem, de modo algum, tornar-se participantes da vida eterna, a menos que alguma vez se arrependam desses erros?** [1]

Melchior Cano não se posiciona quanto a isto apenas uma vez. Em sua tão célebre análise dos escritos do bispo protoecumenista e alumbrado Bartolomé Carranza (1503–1576), Cano efetivamente demonstrou as influências heréticas de tal prelado e, enfim, logrou êxito perante a Inquisição. O bispo Carranza foi preso durante 1558 e 1576, em razão das denúncias do eminente teólogo.

Na análise de tal documento em que Cano denuncia o prelado à Inquisição, faz-se a seguinte censura, pelo que Cano mostra de modo inequívoco que concorda, também, com a necessidade de se crer na autoridade da Igreja:

> [Censura]: **"E ainda que, para o homem ser justificado antes do batismo, seja opinião provável (sic) que baste o voto implícito dele, como o tinham Cornélio e o Eunuco,** contudo, para a salvação última e para entrar no céu, *não temos por sentença provável que baste fé implícita em Cristo e em sua Igreja Católica*, e batismo in voto, conforme aquilo: praedicate evangelium omni creaturae etc. Porque de outra maneira, entre os judeus e pagãos, poderiam agora salvar-se alguns, como se salvavam na lei da natureza, incluídos naquela fé que havia de ser revelada. *O que é contra o Concílio Florentino e até mesmo, ao que parece, contra o Lateranense, que determina quod extra Ecclesiam Catholicam non est salus*." [2]

[1] CANO, Melchor. *Relectio de sacramentis in genere. Opera.* Romae: ex Typographia Forzani et Soc., 1890. v. 3, n. 27–28, p. 217–220.

[2] TELLECHEA IDÍGORAS, José Ignacio (ed.). *Fray Bartolomé Carranza: documentos históricos. VI: Audiencias III (1563).* Madrid: Real Academia de la Historia, 1981. proposição 99, p. 324.

Talvez seja confuso ao leitor ler que Cano considere opinião provável que a fé implícita em Cristo para a justificação. Juntamente a Domingo Báñez (1528 - 1604) e Diego Álvarez (c. 1550 - 1635), pensava Cano que para a justificação bastaria a fé implícita em Cristo, mas negava que o homem poderia terminar a presente vida e ser salvo sem a fé explícita em Cristo. Esta posição, um tanto quanto confusa, não retira entretanto o mérito de suas citações que demonstram de modo inequívoco o fato de que nenhum infiel, por mais ignorante que seja, possa salvar-se sem conhecer a Cristo e sua Igreja, como pretendem nossos adversários.

Além de Melchior Cano, há Alessandro Pesanti, que assim diz:

> Em segundo lugar, prova-se a conclusão [de que a fé explícita em Cristo é necessária por necessidade de meio] a **partir dos Concílios de Florença e de Latrão, capítulo Firmiter, os quais definem que fora da Igreja de Cristo não há salvação, nem pode alguém se salvar no paganismo [gentilismo no latim, N. do T.]**. Ora, o homem é membro da Igreja por meio da fé explícita em Cristo; **donde se segue que os que ignoram essa fé invencivelmente não são da Igreja**. E no Concílio de Florença, sessão 2, diz-se que a Igreja Romana crê firmemente que ninguém, estando fora da Igreja, pode tornar-se participante da vida eterna, mas irá ao fogo eterno, a não ser que antes do fim da vida tenha sido agregado [à Igreja]. A partir dessa definição, argumento assim: **Se alguém que ignora invencivelmente a fé em Cristo pudesse salvar-se, então um judeu, observando a lei de Moisés e ignorando invencivelmente a lei de Cristo, se salvaria — *o que é contrário ao Concílio.*** [3]

Miguel de Elizalde, o mesmo que nos providenciou uma explicação das súplicas que a Igreja faz durante a Semana Santa, agora nos explica o texto de São Fulgêncio, que serviu de base para o Concílio de Florença:

> Por isso, a matéria é proposta, sob outros termos, como sendo de fé no título *De haereticis*, capítulo *Firmissime*, onde se diz:
>
> > **Sustenta firmissimamente e de modo algum duvides de que todo herético ou cismático participará,**

[3] PESANTI, Alessandro. *Brevia commentaria ac disputationes in universam theologiam D. Thomae.* Coloniae Agrippinae: sumptibus Conradi Butgenii, 1617. p. 491.

> **juntamente com o Diabo e os seus anjos, do incêndio do fogo eterno, a menos que, antes do fim da vida, tenha sido incorporado e reintegrado à Igreja Católica etc. A todo homem que não conserva a unidade da Igreja Católica, nem o batismo, nem a esmola, por mais abundante que seja, nem a morte sofrida pelo nome de Cristo poderão ser úteis para a salvação.**

Ora, nenhum homem inteiramente inculto ou bárbaro está dentro da unidade da Igreja Católica sem a fé, e sem uma fé reta e, agora, também explícita em Jesus Cristo. Isso é evidente quando há entre os homens uma discussão acerca da matéria, pois todo outro homem existente no mundo ou não possui religião nem fé alguma, ou é infiel e idólatra, ou judeu, ou maometano, ou herético, ou cismático, ou algo semelhante. Nenhum, porém, dos membros dessas religiões, nem aquele que não professa religião alguma, está dentro da unidade da Igreja; nenhum idólatra, nenhum judeu, nenhum maometano, nenhum calvinista, nenhum luterano, nenhum homem dessa espécie é fiel. E não se deve discutir sobre isso, como também foi dito no primeiro livro. Logo, nenhum deles é justificado ou salvo. [...] No capítulo *Firmiter*, *De summa Trinitate*, declara-se:

> Há uma só Igreja universal dos fiéis, fora da qual ninguém absolutamente se salva.

Encontram-se igualmente afirmações semelhantes no *Decretum*, causa 24, questão 1, capítulos *Alienus*, *Profanus* etc. Mas, para que ninguém, cuidando pouco das Escrituras, dos concílios, dos Santos e dos direitos, ou lendo-os insuficientemente, pudesse ou quisesse ser desculpado por isso, a Santa Igreja apresentou essa matéria a todos de maneira acessível no próprio Breviário. No domingo dentro da oitava da Epifania, São Leão proclama:

> É isto, com efeito, que justifica os ímpios; é isto que transforma pecadores em santos: que, no único e mesmo Senhor nosso Jesus Cristo, sejam cridas a verdadeira

divindade e a verdadeira humanidade.

[...]

Mais adiante, testemunha que os fiéis criam de modo unânime, à época, na necessidade absoluta da fé explícita em Cristo e diz a quais delírios o posicionamento contrário produziria entre os fiéis - e que, hodiernamente, verificamos:

> ***É inútil, portanto, que alguém ouse opinar isto ou aquilo em contrário, pois ninguém o crê ao menos no coração, talvez nem sequer aquele que professa semelhante opinião. Todos os fiéis estão firmissimamente persuadidos de que não foi dado aos homens outro nome sob o céu no qual seja necessário que nos salvemos senão o de Jesus Cristo; e de que, sem o seu conhecimento e sem a fé já também explícita nele, ninguém é justificado ou salvo, aqui ou ali, em qualquer lugar entre as nações ou entre os bárbaros.*** **Com efeito, não existe fiel algum que não dê graças a Deus — ou ao menos não julgue que deva dá-las —, e graças imensas, pelo dom da fé, mediante o qual se torna fiel e crente, filho da Igreja Católica, e crê, entre as demais coisas, principalmente em Jesus Cristo, considerando essa graça necessária à justificação e à salvação.** ***Logo, não existe ninguém que não esteja plenamente persuadido de que, sem essa fé, não poderia ter sido justificado nem salvo***.
>
> **Para tornar isso absolutamente evidente, suponhamos e imaginemos alguém persuadido de que poderia ter sido justificado e salvo entre os gentios sem qualquer conhecimento ou fé em Cristo, em sua morte e em sua cruz, observando corretamente alguma religião ou lei; ou entre os judeus ou maometanos, cumprindo a lei deles. Pois, como dizem, da suposição em ato de uma coisa possível não se segue inconveniente algum.**
>
> Ponham, portanto, em ato, pertencente a alguma religião ou a nenhuma, aquele que afirmam poder ser justificado e salvo sem a reta fé em Jesus Cristo. Seja ele, por exemplo, luterano, pois ao menos conhece Cristo. ***Em primeiro lugar, esse fiel***

que assim crê não deveria dar graças por sua fé, pelo menos como por coisa necessária para si, visto que, segundo supomos, julga que poderia ter sido salvo até entre luteranos ou gentios. Não apresentarão, porém, fiel algum que pense desse modo. Admitida essa opinião, ele não deveria, além disso, dar graças de modo algum, nem por coisa necessária nem por coisa útil, e assim não deveria dar absolutamente graças; ou seria obrigado a enlouquecer e desatinar.

Com efeito, vir-lhe-ia à mente que as religiões e leis dos maometanos, dos luteranos, dos índios ou dos bárbaros são mais suaves, mais agradáveis e mais conformes ao mundo e à carne do que a verdadeira lei cristã. Isso é manifesto pela notoriedade do próprio fato e não necessita de prova; todos os teólogos o supõem no tratado sobre a fé, entre os argumentos de credibilidade, e nós também o indicamos na primeira parte, questão 2. Ele concluiria:

> Eu poderia ter observado alguma daquelas leis mais fácil e comodamente do que observei e observo agora a lei cristã, mesmo com a graça que de fato me foi concedida, ou que é concedida aos homens para a vida ordinária. Naquela lei, porém, segundo se supõe, eu poderia ter sido justificado e salvo.

Concluiria então, em seu delírio:

> Logo, teria sido melhor para a minha justificação e salvação se eu tivesse sido idólatra, ou um habitante das florestas que seguisse apenas a razão natural, ou maometano, ou luterano.

Certamente não lhe restaria argumento seguro algum pelo qual soubesse que a fé e a lei cristãs lhe são mais úteis, caso pudesse ter sido justificado e salvo em outra religião. Por isso, ao menos duvidaria e não saberia o que lhe teria sido melhor. Logo começaria a duvidar e não saberia se deveria dar graças a Deus ou antes queixar-se; nem se os bárbaros deveriam antes dar-lhe graças. Ó Deus, quantas coisas nos vêm à mente, se eu fosse capaz de explicá-las!

Talvez ele blasfemasse e dissesse:

> **Por que foi necessário que nos tornássemos cristãos, que fôssemos afligidos pela vida, morte e cruz do Salvador, que se lançasse fogo sobre a terra e a espada, se, sem tantas e tão grandes coisas, poderíamos ter sido justos, como ainda hoje outros o podem? Por que conhecer os horrendos nomes da mortificação, da abnegação, da humildade, dos jejuns e dos votos, mediante os quais precisamos travar uma guerra cruel contra nós mesmos e maltratar-nos, ou viver tristes e atormentados pelo remorso da consciência? Eis que aquele índio nada conhece dessas coisas e, contudo, é justificado e salvo; a ignorância dele é-lhe mais útil do que a graça concedida a mim.**

Afaste Deus dos corações dos fiéis pensamentos tão insensatos. Demos todos imensas graças pela fé mediante a qual cremos naquele que foi crucificado, morto e sepultado, sem a qual jamais coube a alguém a justificação. **Nenhum dos evangelizadores jamais duvidou disso. Nenhum deles disse a algum índio ou bárbaro: Trazemos-vos uma lei e uma fé mediante as quais podereis, desta ou daquela maneira, ser justos e salvar-vos mais facilmente; poderíeis salvar-vos também sem elas, mas nelas estareis mais seguros. Nenhum evangelizador, repito, acreditou nisso nem o confessou aos outros. Com uma única declaração dessa espécie, o Evangelho teria certamente sido destruído por toda parte.** Todos anunciam que trazem uma fé sem a qual todos perecem e ninguém se salva. ***Acaso enlouqueceremos e já se deverá deliberar se é melhor deixar os infiéis, os heréticos e todos os enganados em seu erro e em sua ignorância?*** Eles julgam falso o verdadeiro, mal o bem, e estão inteiramente livres de escrúpulo. Logo, não pecariam. Mais ainda: se, mediante a graça concedida sobrenaturalmente a todos por toda parte, realizassem atos sobrenaturais, mereceriam também a vida eterna, segundo as opiniões — ou sonhos — de alguns, que refutamos suficientemente no primeiro livro. ***Acaso, ao***

> ***menos, como eu dizia, deliberaremos se convém evangelizar, visto que poderiam ser justificados sem a fé e sem o Evangelho? Seria necessário examinar quanto mais fácil e seguramente — ou quanto mais dificilmente — seriam justos com a fé e o Evangelho. E quem, suplico, mediria essas coisas com a palma da mão ou as calcularia com os dedos? Tudo deveria certamente ser abandonado e profanado. Afirmam comumente acerca dos fiéis que seria mais seguro deixá-los nas ignorâncias que julgam invencíveis, para que não pequem mais. Mas, do mesmo modo, facilmente declaram invencíveis as ignorâncias dos infiéis e dos heréticos. Se, portanto, eles podem ser justos e salvos sem a fé e sem o Evangelho — pois, se são justos, também são salvos —, sejam abandonados, e sejam omitidos o cuidado de defender a fé, as orações e tudo aquilo que é de máxima importância no governo da Igreja.*** [4]

Apresentamos ainda o que diz Pedro de Aragão (c. 1545 - 1592):

> **A fé explícita em Cristo, neste tempo, é simplesmente necessária, com necessidade de fim, para alcançar a glória.** ***Cano sustenta essa conclusão no lugar citado, conclusão terceira, e a considera tão certa que julga errôneo afirmar o contrário.*** [...] Comentando essas palavras, ***diz São Bernardo***, na epístola 77 a Hugo:
>
> > Não disse: "Quem não for batizado será condenado", mas: "Quem não crer", para que se prescrevesse uma necessidade da fé no Evangelho maior do que a do batismo. Com efeito, pode acontecer que alguém se salve sem o batismo, quando não há possibilidade de recebê-lo; mas a necessidade de crer no Evangelho é tão grande que, em qualquer circunstância, aquele que não crer será condenado.
>
> [...] Também no capítulo *Firmiter*, *De summa Trinitate et fide catholica*, diz-se que há uma só Igreja universal dos fiéis, fora da

[4] ELIZALDE, Miguel de. *Op. cit.*, pars prima, § III, *Indelebilis persuasio fidelium assertam fidei necessitatem denuo sancit*, p. 41-42.

qual ninguém absolutamente se salva. ***Ora, aquele que ignora invencivelmente a fé em Cristo não pertence à Igreja; logo, não pode salvar-se***. No Concílio de Florença, sob Eugênio IV, sessão segunda, define-se o mesmo com maior clareza. Diz-se, com efeito, que:

> A sacrossanta Igreja Romana crê firmemente que nenhum daqueles que se encontram fora da Igreja — nem pagãos, nem judeus, nem heréticos, nem cismáticos — pode tornar-se participante da vida eterna, mas que irão para o fogo eterno, a menos que, antes do fim da vida, tenham sido agregados a ela.

Dessa passagem extraio o seguinte argumento: se aquele que ignora invencivelmente a fé em Cristo pudesse salvar-se, seguir-se-ia que um judeu que observasse a lei de Moisés e ignorasse invencivelmente Cristo se salvaria. A consequência, porém, é contrária à determinação do Concílio de Florença. Logo, [não pode salvar-se]. **Acerca dessa matéria, *deve ser consultado Torquemada, no livro I de sua Summa, capítulo 2, e Cano, no lugar citado*, onde prova essa mesma conclusão mediante muitos outros testemunhos e razões.** [5]

O mesmo juízo faz Francisco de Ovando sobre o cap. *Firmiter*, que serviu de base para a definição do Concílio de Florença. O teólogo diz sem reservas que a crença que sustentam nossos adversários - oriunda da seita islâmica - é herética:

> A razão a favor dessa opinião comum é que, por analogia, ***também se poderia admitir que um judeu fosse salvo, ignorando invencivelmente que o Messias já veio — o que seria um escândalo, visto que a Sinagoga já foi sepultada com honra, e as cerimônias que professavam a vinda futura de Cristo agora apontam para uma falsidade; e não convém que Deus coopere com tais crenças — como se cooperasse, com auxílio especial, para um erro ou***

[5]ARAGÓN, Pedro de. Comentário à *Summa theologiae*, II-II, q. 2, a. 7. In: **ARAGÓN, Pedro de.** *In Secundam Secundae Divi Thomae Doctoris Angelici commentariorum.* Salmanticae: excudebat Ioannes Ferdinandus, 1584. t. 1, p. 134–135.

> ***mentira. Seguir-se-ia também que qualquer um poderia salvar-se dentro de sua própria religião, o que é herético. Pois há uma só Igreja universal dos fiéis, fora da qual absolutamente ninguém se salva, como ensina o capítulo Firmiter, sobre a Santíssima Trindade.*** [6]

Não distante disto está Angelo Vericelli, que assim responde a sentença jesuíta de Suárez e do Cardeal de Lugo, confirmando nosso posicionamento como certo de fé e testemunhando que, em sua época, todos os cristãos assim criam e tinham por certo:

> Essa sentença é expressamente contrária a Suárez, De fide, disputa 12, seção 4, e ao Eminentíssimo Lugo, De fide, disputa 12, número 104, os quais ensinam que pode ser salvo o catecúmeno que crê com fé explícita que há um só Deus, doador dos dons sobrenaturais, mesmo que morra antes de ter sido de modo algum instruído sobre Cristo, ou antes de saber que Cristo é o Redentor. ***Prova-se, em primeiro lugar, porque é certo de fé que os judeus e os maometanos, por mais invencivelmente e inculpavelmente que ignorem que Cristo é o Redentor, não se salvam — como se lê no capítulo Firmiter, De summa Trinitate, e no Concílio Florentino, sessão última, no Decreto da União, e como é evidente pelo senso comum de todos os fiéis***. Mas, se a sentença de Suárez fosse verdadeira, e se crer que este Cristo é o Redentor não fosse meio necessário para a salvação, seguir-se-ia que muitos maometanos se salvariam. Provo a consequência: segundo Suárez, o catecúmeno, pelo simples fato de ser instruído que há um só Deus remunerador, mesmo ignorando Cristo, logo recebe o hábito infuso sobrenatural da fé, e assim pode ser elevado por Deus à contrição sobrenatural de seus pecados, e então, morrendo nesse estado, se salva. Mas o mesmo se pode dizer do maometano: pois este, invencivelmente ignora que Cristo é o Redentor (pois tanto faz ignorar totalmente quanto negar invencivelmente), e crê que há um só Deus remunerador; logo, também este maometano receberá o hábito infuso da fé, e poderá ser elevado ao ato de contrição, e assim se salvará. [7]

[6] OVANDO MOGOLLÓN DE PAREDES, Francisco de. *Breviloquium scholasticae theologiae in quatuor libros Magistri Sententiarum.* Salmanticae: apud haeredes Mathiae Gastii, 1584. lib. III, p. 42–43.

[7] VERRICELLI, Angelo Maria. *Quaestiones morales ut plurimum novae ac peregrinae, seu Tractatus de*

Não diferente juízo emite o autor da *Concordância entre o Direito Pontifício, Cesáreo com a Razão Teológica*, Francisco Valente. O mais significativo deste, entretanto, é que apresenta várias provas pelas quais se demonstra que Santo Tomás de Aquino, bem como Santo Agostinho e muitos outros Santos Padres, aderem a esta absoluta necessidade da fé explícita em Cristo. Após apresentar isto, diz:

> ***Dessa sentença dos Santos Padres, tão bem fundada nas Sagradas Letras, procederam algumas declarações da Igreja, as quais tornaram muito mais sólido o primeiro fundamento desta prova. Com efeito, no capítulo* Firmiter*, na extravagante* Unam sanctam *e no Concílio de Florença, sessão 2, diz-se que ninguém se salva fora da Igreja Católica. Ora, é manifesto que essa Igreja é a congregação dos fiéis, os quais professam a fé em Cristo. Logo, fora da congregação daqueles que professam explicitamente a fé em Cristo, ninguém se salva.*** [8]

De modo ainda mais significativo, diz o dominicano francês Joseph Mayol (séc. XVIII - 1701), que acusa nossos adversários de não apenas contrariarem as definições de tais Concílios, mas toda a Tradição da Igreja:

> ***Por fim, se a fé implícita em Cristo fosse suficiente para a salvação no estado do Evangelho, seguir-se-ia que um judeu, com a Lei Mosaica, poderia agora ser salvo; pois pode ocorrer que ele ignore invencivelmente a fé explícita em Cristo. O mesmo se deve dizer de uma criança após o uso da razão, bem como de um adulto mais rústico e ignorante: o judeu teria, com efeito, fé implícita em Cristo sob o véu dos sacrifícios, ou na providência divina, pela qual — segundo os adversários — poderia salvar-se. Isso, porém, é contrário ao Concílio de Florença, na última sessão, no decreto de união, e contrário à tradição comum da Igreja, segundo a qual ninguém pode ser salvo não sendo cristão nem católico; pois pela fé apenas implícita em Cristo, alguém***

apostolicis missionibus. Venetiis: apud Franciscum Baba, 1656. p. 11.

[8]VALENTE, Francisco. *Concordia iuris pontificii cum Caesareo, et cum theologica ratione*. Parisiis: apud Sebastianum et Gabrielem Cramoisy, 1654. p. 365.

> ***não pode ser chamado cristão. Do contrário, aquele que tem apenas fé explícita em Deus como fim sobrenatural, mas não dá assentimento ao instrutor quanto aos mistérios da nossa religião, por não os considerar dignos de fé nem suficientemente provados, poderia ser chamado cristão, o que é absurdo. Do mesmo modo, se algum ariano ignorasse invencivelmente a falsidade de sua seita, poderia ser chamado católico e salvo — o que não se pode admitir. Com efeito, segundo aquilo que se lê no capítulo Firmiter, De summa Trinitate et fide catholica: "Fora da única Igreja Católica e Apostólica não há salvação, nem remissão dos pecados."*** [9]

Do mesmo modo, Pedro de Lorca assim responde:

> ***A segunda razão é a seguinte: Segundo penso, nenhum católico ousará conceder que, neste tempo, alguém não cristão possa salvar-se. Ora, ninguém é cristão senão pela fé explícita, pois é nisso que o cristão se distingue do judeu. De outro modo, o judeu poderia ser chamado cristão, visto que professa a fé implícita em Cristo.*** [...] **Essa doutrina ainda pode ser confirmada pelo seguinte argumento: A fé implícita em Cristo basta agora para a salvação; logo, um judeu ou um herético pode salvar-se. Provo a consequência: pode haver um judeu ou um herético, especialmente um ariano, que ignore invencivelmente a falsidade daquelas coisas nas quais sua seita se afasta da verdade católica — por exemplo, uma criança ou alguém muito rústico. Esse possui fé implícita em Cristo e fé explícita na justificação e no fim sobrenatural. Logo, [poderia salvar-se].** ***Entretanto, o Concílio de Florença, na última sessão, no decreto de união, definiu que nenhum judeu ou herético pode salvar-se.*** [10]

A mesma interpretação sobre o Concílio de Florença pode verificar-se no dominicano espanhol Francisco de Araújo:

---

[9] MAYOL, Joseph. *Summa moralis doctrinae thomisticae circa decem praecepta Decalogi.* Avenione: apud Franciscum Sebastianum Offray, 1704. v. 1, p. 25.

[10] DE LORCA, Pedro. *Op. cit.*, p. 122-123.

> A terceira razão é esta: no estado presente, ninguém que não seja cristão pode salvar-se. Ora, todo cristão distingue-se do não cristão pela fé explícita na Trindade e em Cristo. **De outro modo, o judeu e o herético que possuíssem fé implícita nesses mistérios, contida no conhecimento explícito de outras verdades de fé, seriam cristãos e poderiam salvar-se; e não haveria razão alguma para que a fé deles não fosse verdadeira e infusa. Isso, porém, é contrário à definição do Concílio de Florença, na última sessão, no decreto de união. Logo, [a fé explícita na Trindade e em Cristo é necessária]**. [11]

Vale mencionar que tudo isto vale também para os hereges e cismáticos - visto que não possuem fé explícita em Cristo, nem na Santíssima Trindade -, conforme diz Bartolomeu Durand em resposta aos que creem que cada um pode salvar-se em sua própria seita:

> **Esta fé, sem a qual é impossível agradar a Deus (Hebreus 11:6), é a fé em Cristo, definida como "o fundamento das coisas que se esperam, a prova das realidades que não se veem". É a fé pela qual "compreendemos que os mundos foram formados pela palavra de Deus, de modo que o visível veio a existir a partir do invisível" (Hebreus 11:3). Pela fé, Abel ofereceu a Deus um sacrifício superior ao de Caim; Enoque foi arrebatado para não ver a morte; Noé, advertido sobre o que ainda não se via, construiu a arca para salvação de sua família; Abraão obedeceu ao chamado para uma terra desconhecida; Sara, embora estéril e avançada em idade, concebeu pela fé na promessa divina. Enfim, esta fé, sem a qual é impossível agradar a Deus, é a mesma cujo aumento os Apóstolos pediam ao dizer: "Senhor, aumenta a nossa fé!" (Lucas 17:5). E esta fé, absolutamente necessária para a salvação, não existe na religião dos arianos (que creem que o Verbo Divino é uma criatura, embora Cristo tenha declarado ser Deus ao dizer: "Eu e o Pai somos um" – João 10:30); nem na dos sabellianos (que negam as três Pessoas divinas, embora Cristo fale do Pai e do Espírito Santo que procede d'Ele);**

[11] DE ARAUJO, Francisco. *Op. cit.*, p. 181

> **nem na dos pelagianos (que dizem ser a graça supérflua para uma vida virtuosa, embora Cristo afirme: "Sem Mim, nada podeis fazer" – João 15:5); nem na dos eutiquianos e outros (que negam que Cristo seja verdadeiro Deus ou verdadeiro homem, apesar dos testemunhos bíblicos). Se esta fé necessária para a salvação estivesse presente em alguma dessas religiões, não haveria outra, pois "a fé é una" (Efésios 4:5). Logo, quem vive em religiões onde esta fé não existe não pode salvar-se. Ora, esta fé só existe na Igreja Romana, como se demonstrará. Portanto, ninguém fora dela pode agradar a Deus ou alcançar a vida eterna, pois não possui a fé de Cristo, que está unicamente na Igreja Católica Apostólica, da qual surge a esperança da bem-aventurança, conforme diz Paulo: "Ninguém pode lançar outro fundamento, além do que já está posto, que é Jesus Cristo" (1 Coríntios 3:11).** [12]

Há ainda Alonso de Oropesa (†1468), Superior Geral da Ordem de São Jerônimo, no século XV e que viveu o período do Concílio. É notável, aliás, que nega que os infiéis adorem o mesmo Deus que os cristãos. Eis o que diz:

> ***Mas, se alguém porventura tivesse nascido e crescido num lugar onde jamais pudesse conhecer Cristo, nem a sua fé, nem a lei evangélica — como poderia ocorrer nas nações bárbaras remotíssimas de nós ou em qualquer outro lugar onde existisse a mesma dificuldade —, responde Santo Tomás, no comentário ao terceiro livro das Sentenças, e também insinua o mesmo no comentário ao segundo, embora o caso não seja exatamente o mesmo, dizendo que, contanto que fizesse o que estivesse ao seu alcance, isto é, vivendo segundo a lei natural com aquela fé implícita mencionada e entregando fielmente o restante nas mãos de Deus, como costumavam fazer aqueles que se salvavam nos tempos antigos, Deus lhe revelaria o que deveria fazer para alcançar a salvação eterna a que aspirava, do mesmo modo como se disse que Deus o havia revelado àqueles dois homens mencionados, o eunuco etíope e o centurião Cornélio; e também***

[12] DURAND, Barthélemy. *Fides vindicata*. Venetiis: apud Sebastianum Coleti, 1726. p. 560–563.

se poderia deduzir da Escritura que o mesmo ocorreu com outros. **Ainda em nossos tempos encontramos alguns que, inspirados de maneira admirável unicamente pela graça divina, chegaram à fé católica provenientes de terras remotíssimas semelhantes**. Pois Deus é fiel e bom para aqueles que nele esperam, e jamais os abandona, permitindo que pereçam, se com bom espírito esperam nele e o invocam de todo o coração. Com efeito, o próprio ato de crer, invocá-lo e esperar nele já é um dom procedente de sua imensa bondade. Deus todo-poderoso possui inúmeros caminhos e modos de iluminar, ensinar, dirigir e conduzir até o fim os seus eleitos. Tampouco submeteu a sua onipotência àqueles que o servem na terra, nem sequer aos próprios sacramentos, a ponto de não poder converter e salvar os seus fiéis sem eles, como diz o Mestre das *Sentenças* em seu quarto livro. [„,] Essas palavras são originalmente de São Cipriano, no quarto livro sobre o Batismo. **Mas, deixando de lado tudo isso, deve-se concluir, quanto ao nosso tema, que ninguém pode salvar-se fora desta santíssima, imaculada e única Igreja de Cristo, nem adere verdadeiramente à fé aquele que não crê e confessa reta, íntegra e explicitamente esta fé evangélica.** ***Isso permanece verdadeiro ainda que ele creia e confesse com todo fervor que existe um só Deus, reconhecendo-o também como todo-poderoso e criador do céu, da terra e de todas as coisas visíveis e invisíveis, que deu a lei ao povo judeu por meio de Moisés etc. Tais coisas, embora verdadeiras, não o são segundo o aspecto preciso determinado pela fé católica, mediante a determinação explícita dos demais artigos professados pela Santa Igreja, a saber: que o Deus todo-poderoso, criador do céu e da terra, é trino e uno — Pai, Filho e Espírito Santo etc. —; que o Filho de Deus se encarnou na Virgem, nasceu de uma Mãe Virgem, e tudo o mais que se refere a isso. Esse é, com efeito, o único Deus verdadeiro que os seus fiéis confessam desse modo na Igreja, e não existe nenhum outro fora dele. Mas, como os infiéis não creem neste único Deus segundo essas determinações concretas da fé, deve-se concluir que não creem em Deus algum, pois não existe nenhum fora dele,***

segundo expõe Santo Tomás na Suma Teológica.

Com efeito, embora seja verdade que Deus é uno, todo-poderoso e criador de todas as coisas, não é verdade que ele não seja trino — Pai, Filho e Espírito Santo — nem que o Filho não se tenha encarnado etc. Os infiéis não apenas deixam de afirmar tudo isso, mas o negam; e, não reconhecendo em Deus todas essas coisas, tampouco confessam o Deus verdadeiro. A situação torna-se ainda mais grave porque, ao negá-las, acabam por negar o verdadeiro Deus, fora do qual não encontrarão nenhum outro acerca do qual os crentes possam dizer com verdade que creem em Deus. Não existe, com efeito, um Deus criador de todas as coisas, todo-poderoso, que deu a lei a Moisés etc., que não seja trino e uno — Pai, Filho e Espírito Santo — e cujo Filho não se tenha encarnado, nascido e padecido etc., como confessa a Santa Igreja. *Ao contrário, aquele mesmo de quem cremos todas aquelas coisas é o único e verdadeiro Deus de quem confessamos e cremos todas estas coisas. Ele não pode ser dividido ou multiplicado de modo que permaneça conosco por meio da fé e, ao mesmo tempo, esteja separado deles por causa de sua falsa crença, de tal maneira que, crendo naquelas coisas e negando estas, continuem ainda a crer no Deus verdadeiro. Com efeito, deixam-se levar por sonhos e não creem no Deus verdadeiro aqueles que acolhem em sua fé somente aquele rude e antigo Testamento, negando o perfeitíssimo estado evangélico; por isso são justamente chamados infiéis. O mesmo deve ser dito dos pagãos que creem em um único Deus todo-poderoso.* [13]

Santo Antonino, com efeito, repete o mesmo ensinamento sobre a salvação de tal infiel - que deve se converter:

[13]OROPESA, Alonso de. Capítulo XXII. In: OROPESA, Alonso de. *Luz para conocimiento de los gentiles*. Estudo, tradução e edição de Luis A. Díaz y Díaz. Madrid: Universidad Pontificia de Salamanca; Fundación Universitaria Española, 1979. p. digital 82–88. Versão eletrônica: Biblioteca Antológica. Veja em: https://www.biblioteca-antologica.org/es/wp-content/uploads/2017/10/OROPESA-Luz-para-conocimiento-de-los-gentiles.pdf

> Mas, para o esclarecimento desta matéria, diz o bem-aventurado Tomás, em II-II, questão 10, que a infidelidade pode ser entendida de dois modos. De um modo, segundo a pura negação, isto é, chama-se infiel alguém unicamente pelo fato de não possuir a fé. E, nesse sentido, a infidelidade não possui razão de pecado, como ocorre naqueles que nada ouviram acerca da fé; antes, possui razão de pena, porque semelhante ignorância das coisas divinas resultou do pecado do primeiro pai. ***Aqueles, porém, que são infiéis dessa maneira são certamente condenados, conforme aquelas palavras do último capítulo de Marcos: Quem não crer será condenado***. Esses, contudo, são condenados por causa dos outros pecados, que não podem ser perdoados sem a fé; não são, porém, condenados pelo pecado de infidelidade. Por isso, Santo Agostinho, tratando daquelas palavras de Cristo: Se eu não tivesse vindo e lhes falado, não teriam pecado, diz que Cristo fala do pecado pelo qual não creram nele, isto é, do pecado de infidelidade. ***Contudo, como dizem os doutores, deve-se piedosamente crer que, se alguém estivesse num lugar onde nada tivesse ouvido nem pudesse ouvir acerca da fé, e vivesse segundo a razão natural, sem se envolver em outros vícios, Deus não o abandonaria, mas, de algum modo, o iluminaria, por si mesmo ou por meio de outra pessoa, para que cresse. Pois Deus tem misericórdia de quem quer e endurece a quem quer.*** Logo, tais homens não devem ser salvos contra a própria vontade, mas querendo-o. Assim como o homem pereceu ao obedecer à serpente pela vontade de seu próprio arbítrio, também cada um se salva, quando a graça de Deus o chama, mediante a conversão de sua própria mente e pela fé (*Distinção 45, De Iudaeis*). [14]

Além destes casos de teólogos, queremos demonstrar enfim que historicamente tal noção da ignorância invencível era bem conhecida pelos teólogos à época, e que os Padres do Concílio de Florença estavam cientes desta noção.

Assim diz o dominicano João Ragúsio em oração pública, realizada em 1433, aos Padres do Concílio contra os hussitas:

> Do mesmo modo os leigos, se tivessem sido obrigados às duas

[14]ANTONINO DE FLORENÇA. *Op. cit.*, *Pars secunda*, col. 1146.

espécies, teriam pecado mortalmente não fazendo diligência, nem pedindo aquilo que lhes competia para a salvação. Assim como não é desculpado o leigo se não é batizado nem pede para ser batizado, porque cada qual é obrigado a fazer diligência para ter aquilo sem o qual não pode ser salvo. **A consequência é igualmente clara: pois todo aquele que peca mortalmente, e não se contrita nem se confessa ao menos no extremo da vida, é contado certamente entre os condenados. Mas é manifesto que, desde muitos centenas de anos desde que a supradita comunhão sob uma só espécie foi introduzida, nenhum dos santos sacerdotes que assim ministravam aos leigos, nem mesmo os próprios leigos que assim recebiam, contristaram-se ou se confessaram deste rito como se tivessem pecado mortalmente; e assim todos teriam sido condenados, e por conseguinte todos os nossos pais, e os dos boêmios, e os que nos precederam e a eles no reino da Boêmia, estariam condenados e destinados a penas e fogos eternos — o que nem eles, nem qualquer pessoa de mente sã afirmaria. E assim, além disso, pelos tais que morreram deste modo não se deveria orar, nem fazer outros sufrágios por eles; e por conseguinte, os que afirmam a supradita comunhão sob ambas as espécies não deveriam orar por seus pais, nem exercer quaisquer outras obras de piedade — o que creio que não só entre nós católicos, mas também entre os próprios adversários seria ímpio afirmar e ouvir.** Nem basta dizer que os predecessores foram salvos por uma só espécie porque não tinham conhecimento das Escrituras, mas agora, desde que as Escrituras foram abertas e reveladas, não basta só sob uma espécie, mas deve-se comungar sob as duas; ***porque ninguém é desculpado por ignorância de algo que tem obrigação de saber por necessidade, e especialmente quando aquelas coisas que devem ser cridas explicitamente estão expressamente postas na Sagrada Escritura, pois quem ignora será ignorado***. E seguir-se-ia, pela mesma causa, que todos os pagãos e infiéis seriam salvos: é evidente, porque ignoram que o batismo é de necessidade de salvação, os mandamentos de Deus, os artigos da fé, os sacramentos e outras coisas que na Igreja são de necessidade de salvação.

15

[15]LABBE, Philippe; COSSART, Gabriel (org.). **Sacrosancta concilia ad regiam editionem exacta**: quæ nunc quarta parte prodit auctior. Tomus duodecimus: ab anno M. CCCCXIV ad annum M. CCCCXXXVIII. Lutetiae Parisiorum [Paris]: Impensis Societatis Typographicæ Librorum Ecclesiasticorum, 1672. p. 1069.

CAPÍTULO 20

SÉCULO XVI - Início da Revolução Teológica

Alguns historiadores creem erroneamente que a fé implícita veio da necessidade de simplesmente explicar a salvação daqueles povos indígenas, que por séculos não conheceram a fé cristã.

Para tratarmos corretamente da mudança de mentalidade, é preciso recapitular. A heresia de que cada um poderia se salvar em sua própria seita, oriunda dos erros do gnóstico Simão, o Mago, acaba por chegar no Egito e Alexandria. No século IV, Santo Agostinho e São Filástro reputam tal heresia como sendo de autoria de Retório e sua seita.

Séculos depois, a mesma heresia chega enfim a ser ensinada pelos islâmicos, conforme se vê entre os apologetas medievais, especialmente Riccoldo da Montecroce, que relata ter sido um ensino um tanto quanto secreto e esotérico dentro do Islã. Do mesmo modo, assim afirma São Bernardino de Siena e Pio II. A cristandade vê-se ameaçada com o avanço dos turcos no século XV, territorialmente, e também espiritualmente.

Enfim, não por acaso, no início do século XVI, podemos ter certeza que esta heresia enfim penetra na cristandade, conforme se vê nas palavras do dominicano Guillaume Pépin (c. 1465 - 1533), que presenciou a virada deste século:

> O oitavo erro foi o de Apeles, de quem se narra na História Eclesiástica, que dizia que cada um poderia ser salvo em sua própria lei e seita, como, por exemplo, os judeus observando à risca a lei de Moisés, da mesma forma os sarracenos observando a lei de Maomé, e assim por diante com os semelhantes. **Este mesmo erro ainda hoje parece ser sustentado por muitos cristãos, quais são aqueles que dizem: *Por que serão condenados aqueles homens que nunca ouviram falar de Cristo, ou da Sua lei? Certamente Deus seria duro e injusto se condenasse tais pessoas perpetuamente por causa disso.*** Mas este erro é refutado no presente Evangelho por aquilo, a saber, que o Senhor da vinha, ao cair da noite, não mandou que a recompensa fosse dada a ninguém, senão somente àqueles que tinham trabalhado na Sua vinha. Onde, pela vinha do Senhor, **entende-se a Igreja militante, como foi dito, fora da qual estão todos os infiéis. *Tais pessoas, portanto, não receberão no fim da vida a recompensa no céu com os anjos do Senhor, mas sim o suplício eterno no inferno com o diabo e os seus anjos. E se houver alguns entre eles que simplesmente não ouviram nada sobre a fé de Cristo, no entanto, ainda assim serão condenados, não em razão da infidelidade, mas por causa de outros pecados que cometeram, e que não podem ser remitidos sem a fé, como diz Santo Tomás [de Aquino]* (II-II, questão 10, artigo 1)**. [1]

Ao mesmo tempo que mais uma vez reafirma o posicionamento tradicional, Pépin testemunha a mentalidade de muitos cristãos da época que aceitavam tal heresia. Quando se analisa de maneira mais ampla o contexto do final do século XV e do início do século XVI, encontram-se acontecimentos de grande importância. Entre eles, destacam-se as falsas conversões de judeus na Espanha, das quais resultou o fenômeno do criptojudaísmo.

Há acadêmicos [2] que analisam esse fenômeno marrano na Espanha e destacam, naturalmente, a nova mentalidade que esses grupos teriam introduzido no

[1] PÉPIN, Guillaume. *Sermonum dominicalium ex epistolis et evangeliis totius anni pars aestivalis.* Venetiis: apud Ioannem Antonium Bertanum, 1588. p. 138.

[2] INGRAM, Kevin. Juan de Malara's New-Christian Humanism. In: INGRAM, Kevin (org.). *The Conversos and Moriscos in Late Medieval Spain and Beyond*. Leiden; Boston: Brill, 2021. v. 4: *Resistance and Reform*, p. 111–127. DOI: 10.1163/9789004447349_007.

interior da Igreja acerca de determinadas matérias. Ao mesmo tempo, é amplamente conhecido que a Companhia de Jesus teve especial projeção na Península Ibérica e que nela ingressaram numerosos cristãos-novos provenientes dessas terras [3], entre os quais se encontrava Francisco Suárez.

Seria razoável estabelecer uma conexão entre esses três fatos? Provavelmente. Muitos elementos parecem apontar nessa direção. Segundo Carlos Alberto Disandro (1919 - 1994), com o advento da Companhia, a teologia cristã teria sofrido uma "rabinização" e sua moral, uma "talmudização" [4]. A distância entre esses fenômenos e certas seitas esotéricas do Islã não seria, segundo essa interpretação, significativa.

Concretamente, existia, no plano político, um contexto muito favorável à atuação da Companhia. Pode-se mencionar, a título de exemplificação histórica, uma Cúria Romana bastante receptiva a ideias alheias à doutrina católica. Não por acaso, homens como o cabalista Egídio de Viterbo (1472 - 1532), o célebre Caetano (1469 - 1534), Morone (1509 - 1580) e Pole (1500 - 1558) — estes últimos frequentemente incluídos pela historiografia entre os chamados *spirituali* — compartilhavam o mesmo espaço eclesiástico com figuras de reconhecida virtude e ortodoxia, como Carafa (1476 - 1559), posteriormente Paulo IV, e Ghislieri (1504 - 1572), posteriormente São Pio V.

Estes últimos, entretanto, não deixaram de perseguir os erros que atribuíam àqueles. Morone, com efeito, foi encarcerado por Paulo IV, enquanto São Pio V determinou que fossem expurgadas das obras de Caetano diversas passagens consideradas errôneas. Essas censuras, aliás, somente foram removidas na nova edição das obras de Caetano publicada durante o pontificado de Leão XIII.

Tais *spirituali*, suspeitos de heterodoxia e filoprotestantismo, bem como acusados de condescendência para com os hereges, receberam ainda o apoio de membros da Companhia. A esse respeito, podem ser mencionadas as relações do segundo superior-geral da Ordem, Diego Laínez (1512 - 1565), com os cardeais Morone e Pole.

Em 24 de janeiro de 1558, Laínez escreveu a Ribadeneira, ordenando-lhe que

[3] MARYKS, Robert Aleksander. *The Jesuit Order as a Synagogue of Jews: Jesuits of Jewish Ancestry and Purity-of-Blood Laws in the Early Society of Jesus*. Leiden; Boston: Brill, 2009. (Studies in Medieval and Reformation Traditions, 146). DOI: 10.1163/ej.9789004179813.i-282.

[4] CLEMENTE XIV, *El breve que abolió a la Compañía de Jesús: Dominus ac Redemptor*, introdução e tradução de Carlos A. Disandro (La Plata: Ediciones Hostería Volante, 1966), p. 4.

se dirigisse ao confessor do rei Filipe II (1527 - 1598), a fim de obter, por intermédio dele, a intercessão do monarca em Roma em favor de Morone e Pole. Após a morte de Paulo IV, Morone foi reabilitado por Pio IV, enviado a Trento e, posteriormente, tornou-se presidente do Concílio de Trento, com o apoio de Diego Laínez e Salmerón (1515 - 1585) [5].

O ódio marrano, na expressão de Rivanera Carlés, que os jesuítas nutriam contra Paulo IV e contra cardeais de insigne reputação constitui mais um dos numerosos episódios dramáticos da história da Companhia. Em meio aos embates da Ordem de Santo Inácio com Carafa, o célebre pontífice chegou a dizer que "temia que algum dia não saísse dela um diabo".

Esse contexto, do qual os jesuítas puderam servir-se com habilidade, possivelmente impediu diversas condenações e retaliações que poderiam ter sofrido por parte de Roma. Nossos adversários, adeptos do romantismo eclesiástico, podem alegar que essas interpretações não passam de teorias conspiratórias e que, embora talvez possuam algum respaldo histórico, em nada afetam o campo teológico.

O curso da história eclesiástica, contudo, demonstra recorrentemente o contrário: acontecimentos políticos exerceram profunda influência sobre o desenvolvimento da teologia, sendo a questão da usura um dos exemplos mais claros. A teologia pode servir, e certamente serviu em determinadas circunstâncias, a interesses sociopolíticos e econômicos.

Para aqueles que examinam atentamente o problema, não é difícil perceber que os interesses irenistas e ecumenistas dos *spirituali*, personificados na figura do cardeal Caetano, encontraram terreno fértil na Companhia, que contava em suas fileiras com numerosos cristãos-novos. Os dois grupos possuíam, aliás, inúmeras características comuns. Egídio de Viterbo e seus estudos cabalísticos certamente não seriam mal vistos por um cristão-novo; tampouco, aliás, a condescendência e as concessões de Caetano em exegese com os luteranos seriam vistas pelos jesuítas como algo grave, tendo em vista os episódios de inculturação e laxismo pastoral cometidos pelos missionários da Companhia em terras americanas e asiáticas.

Sobre este último caso, não é difícil perceber, por exemplo, como que os jesuítas foram os primeiros representantes da ideia de que os muçulmanos e

[5]RIVANERA CARLÉS, Federico. Anejo B: Los cristianos nuevos y la Compañía de Jesús. In: RIVANERA CARLÉS, Federico. *La judaización del cristianismo y la ruina de la civilización*. Buenos Aires: Instituto de Historia S. S. Paulo IV, 2008. v. 2, p. 407–417.

cristãos poderiam adorar o mesmo Deus, conforme se vê em Francisco Suárez e nas obras do Cardeal de Lugo. Certamente, esperar juízo contrário por parte deles seria um contrassenso, tendo em vista que os membros de sua ordem religiosa não deixaram, nas terras do Paraguai, de considerar apropriado chamar Deus de "Tupã" e utilizar outros nomes blasfemos para designar a Santíssima Trindade ou Nossa Senhora, conforme historia Disandro a respeito das denúncias do bispo Bernardino de Cardenas (1579? - 1668) dirigidas contra a Companhia [6].

Aliás, os dois grupos possuíam também interesses similares na reforma da Igreja, que era empreendida à época por ocasião do Concílio de Trento. Certamente, desejavam mutuamente uma mudança radical na cosmovisão católica. Se é certo, entretanto, que os *spirituali* não lograram êxito em tal empresa, fracassando diante de Paulo IV e São Pio V, não há como dizer o mesmo sobre a Companhia.

Sob essa ótica, a filosofia de Francisco Suárez revela, em muitos pontos, um distanciamento da escolástica e um direcionamento crescente à filosofia moderna, algo analisado dentro do debate acadêmico moderno [7]. Do mesmo modo, o enfraquecimento da teologia moral por meio do probabilismo, fazendo-se adotar opiniões cada vez mais laxas, favoráveis à consciência e modernizando, por consequência, os costumes cristãos, como denunciaram no século XVIII os antiprobabilistas.

Quanto à teologia dogmática, na controvérsia *de Auxiliis*, sabe-se o encerramento inesperado que tiveram. O proceder de Molina configurava facilmente uma modernização da visão da graça, distanciando-se do ensino dos Santos Padres, o que ficou mais do que comprovado pelos dominicanos. De fato, esta era a visão dos cardeais, teólogos e mesmo de Clemente VIII dentro das Comissões, inclinados como estavam em condenar a obra de Molina. O encerramento inesperado desta controvérsia é senão resultado das complexas relações da Companhia de Jesus com a Sereníssima República de Veneza, que acabaram por provavelmente influenciar a decisão final de Paulo V sobre a

[6]DISANDRO, Carlos A.; STREET, Jorge L. *La Compañía de Jesús contra la Iglesia y el Estado: documentos americanos, siglo XVII*. La Plata: Ediciones Hostería Volante; Instituto de Cultura Clásica Cardenal Cisneros, 1970. (Homo Conditor, 1: Serie Americana y Argentina).

[7]Para tanto, veja-se: CASALINI, Cristiano (ed.). *Jesuit Philosophy on the Eve of Modernity*. Leiden; Boston: Brill, 2019. 473 p. (Jesuit Studies: Modernity through the Prism of Jesuit History, 20). ISBN 978-90-04-39439-1; e-ISBN 978-90-04-39441-4; PEREIRA, José. *Suárez: between scholasticism and modernity*. Milwaukee: Marquette University Press, 2007. 384 p. (Marquette Studies in Philosophy, 52). ISBN 978-0-87462-750-3.

controvérsia [8].

Enfim, podem ser citadas muitas outras coisas, mas abstenhamo-nos aqui e tratemos do assunto que nos convém. Na presente matéria, dos ignorantes invencíveis, a motivação política não foi muito diferente. Tratava-se de justificar as práticas laxistas, ecumenistas e inculturalistas da Companhia. Esta heresia, enfim, penetrou, séculos depois, nos ensinamentos heréticos do Conciliábulo Vaticano II.

Como diz, em juízo sintético, o referenciado Federico Rivanera Carlés: "Assim como o judaísmo é um Estado dentro do Estado, a judaizante Companhia de Jesus se converteu em uma espécie de Igreja dentro da Igreja".

[8]SERRY, Jacques-Hyacinthe. *Historiae congregationum de auxiliis divinae gratiae, sub summis pontificibus Clemente VIII et Paulo V, libri quatuor*. Publicado sob o pseudônimo Augustinus Le Blanc. Lovanii: apud Aegidium Denique, 1700.

CAPÍTULO 21

SÉCULO XVI e SÉCULO XVII - Antiprobabilismo, São Roberto Belarmino e a Eclesiologia

Assim como contra os *spirituali* não faltaram os zelosos pontífices Paulo IV e São Pio V, à Companhia não faltaram as condenações de Alexandre VII, Beato Inocêncio XI (1611–1689), Clemente XI, Clemente XIV, além de Bento XIV, bem como a contrarreação, parcialmente eficaz, daqueles jesuítas de altíssimo nível, como são Miguel de Elizalde e o superior-geral, Thyrsus González de Santalla.

Em meio a essa reação, percebendo os excessos e desvios dentro da teologia católica quanto ao dogma da salvação, o dominicano Francisco de Vitória formulou a seguinte resposta:

> "**Quando postula-se a ignorância invencível sobre o assunto do batismo ou da fé cristã, não se segue que uma pessoa possa ser salva sem o batismo ou a fé cristã**. Pois os aborígenes a quem nenhuma pregação da fé ou religião cristã chegou **serão condenados por pecados mortais ou por idolatria, mas não pelo pecado da incredulidade**. Como diz São Tomás, entretanto, se fizerem o que está ao seu alcance, acompanhados de uma boa vida conforme a lei da natureza, ***é consistente com a***

> ***providência de Deus que Ele os ilumine quanto ao nome de Cristo.***" [1]

Uma das questões mais tratadas pelos apologetas pós-tridentinos foi, sem dúvida, a da Igreja. O estudo aprofundado da Igreja, realizado dois séculos antes por Juan de Torquemada em razão do cisma do Ocidente e da confusão doutrinária da época, voltou a ter especial relevância durante o período do Concílio de Trento, em razão do protestantismo. Dentro do campo eclesiológico, veremos sem dúvidas algumas "inflexões" para a tese moderna, mesmo entre os jesuítas.

Sem dúvida, os apologetas da Companhia aprofundaram seus estudos a respeito da Igreja, e o ápice desse esforço foram as *Disputationes de Controversiis* de São Roberto Belarmino, em defesa do poder papal. A respeito disto, o Padre Boulin, fervoroso atacante dos excessos da Companhia, tido em grande estima por Mons. Umberto Bénigni (1862 - 1934), São Pio X e por todo o círculo da *Sodalitium Pianum* emitiu gravíssimo juízo, do qual não tiramos um *iota*. Sob o pseudônimo de I. de Récalde - Inácio de Récalde, referindo-se a Santo Inácio de Loyola - eis o que diz:

> A verdadeira glória de Belarmino como escritor são principalmente suas Controvérsias. Este espírito, ***mais receptivo do que inventivo***, mais amplo em superfície do que em profundidade (1), ***assimilava rapidamente e reexibia, sob uma forma acessível e conveniente a todos, o que ele havia colecionado, com demasiada facilidade às vezes***. É um excelente pedagogo, não um chefe de escola. **Ele tem muito talento, nenhum gênio. Ele desenvolveu e apresentou habilidosamente uma matéria quase nova, sem precisar introduzir com força, como fez Suárez na escolástica, Molina na controvérsia sobre a predestinação e a graça de Deus, ou os casuístas na moral, para renovar seu tema e transformá-lo em algo próprio da Companhia, em invenções escandalosas**. As polêmicas contra os protestantes seguiam seu curso, sem que ninguém tivesse ainda tempo de compor a Suma ou mesmo de procurar a fórmula que se impunha. É a honra de Bellarmino ter encontrado essa fórmula. E isso não o coloca no primeiro plano

[1] DE VITORIA, Francisco. *De Indis et de Iure Belli Relectiones*, ed. E. Nys, tr. J.P. Bates (The Classics of International Law), Washington, 1917, p. 142 *apud* Francis A. Sullivan, *Op. cit.*, p. 70

dos grandes espíritos. Comparado a Santo Tomás de Aquino, ou mesmo a Bossuet e a Joseph de Maistre, **ele é apenas um vulgarizador**; como originalidade de forma ou de pensamento, ele não tem nem a explosão de vivacidade sempre renovada, nem o dom do estilo de certos de seus adversários protestantes, ou de um Veuillot contra o livre pensamento contemporâneo. Mas ele compilou, esclareceu, submeteu a uma classificação metódica a espécie de jornalismo religioso de sua época, que vai da pregação ao panfleto e guerreia de forma dispersa contra a heresia. ***Ele é o enciclopedista ortodoxo da Contra-Reforma, o grande Larousse para as universidades do Antigo Regime, das controvérsias anti-huguenotes; ele escreveu, ao menos, o curso de estudos superiores, o manual exaustivo de uma ramificação adventícia da ciência sagrada (1).*** Vejamos, por outro lado, **que essa notável obra não está sem defeitos; mas, sobretudo, são as outras teorias de Bellarmino que muitas vezes provocaram os fogos cruzados da contradição. Seus escritos sobre o Poder espiritual e temporal dos Papas, sobre as relações entre a Igreja e o Estado, sobre a obediência cega, etc., não estão isentos de críticas**. E não se teme muito que a Companhia de Jesus ressuscite seus excessos de pensamento; o que mais choca frequentemente nele são suas falhas de caráter. A Companhia, sem dúvida, se abstém de insistir nisso; ela se esforça para disfarçá-las, na verdade. Mas já sofre com impaciência que se fale sobre isso, sob o pretexto de que a reabertura da causa de canonização cobre tudo. Ainda é tempo, contudo, de chegar a um entendimento sobre isso, ou pelo menos de se esclarecer, sem prevenção nem reticências (1 - Nota de rodapé). […] (1 - Nota de rodapé) Mesmo sobre a soberania puramente espiritual do Papa, as ideias de Bellarmino nem sempre são justas ou, ao menos, nem sempre claras. **Fénelon ainda se apoiava nele para defender, sem dúvida, a indestrutibilidade do Séquito romano, mas também para repelir a infalibilidade pessoal dos Pontífices: Quam generalia Concilia, fatente Bellarmino, negant, como ele escreve em seu primeiro Memorial ao Cardeal Fabroni** (Fénelon inédito, por Ernest Jovy, in-8, de 486 páginas, na editora autor, 40, rua de la Tour, em Vitry-le-François, 1917. Cf. Ami du Clergé de

> 17-24 de fevereiro de 1921). Contudo, Couderc (II, p. 205, nota 1), fingindo ignorar sobre o que se trata, toma como um elogio à "infalibilidade", esta proposição feita de forma muito séria por Fénelon a Clemente XI sobre as doutrinas galicanas: "Salvaremos tudo o que o Cardeal Bellarmino considera ser da fé e deixaremos à liberdade das opiniões tudo o que não seja da fé, segundo esse mesmo cardeal." Deve-se ver ainda como o jesuíta Daubenton, assistente da França e correspondente assíduo de Fénelon, em suas cartas ao arcebispo de Cambrai, totalmente a favor da Companhia, ridicularizava "os nossos romanos, muito mais atentos a estabelecer a infalibilidade do Papa do que a destruir o jansenismo..." Jesuítas de ontem, jesuítas de sempre! Alegadamente "sus citados de Deus" para defender a Igreja romana, eles se encontram como por encanto, — no dia seguinte, — os infalibilistas de ontem. (Cf. Carta do Cardeal de Hobenlohe, nas Memórias do Príncipe Chlodvig de Hohenlohe-Schillingsfürst, publicadas por Friedrich Curtius, trad. C. W. Chrystal, 2 vol. Londres, 1907). [2]

Não pretendemos de modo algum tirar os méritos do santo doutor. Certamente, em tempos modernos, onde basta ter grande influência por meio de seus escritos, segundo Pio IX, para preencher um dos requisitos de doutoramento, não há problema algum com o que foi dito pelo Pe. Boulin.

Mas, afinal, por que mencionamos isto? Por que falamos de Belarmino? A razão é simples. Se Belarmino é um vulgarizador da teologia católica - como, aliás, seus próprios estudiosos dizem [3] - de modo que apenas reproduziu o conteúdo dos livros antigos a respeito de eclesiologia, seus juízos repetem senão aquilo que sempre foi ensinado dentro das escolas. Isso é, de fato, significativo ao analisar a sua compreensão a respeito do dogma *Extra Ecclesiam nulla salus*.

Qual juízo faz o santo doutor a respeito da necessidade da Igreja ser visível e como ele a aplica para aqueles que estão fora, incluindo os infiéis negativos que a ignoram? Eis o que se segue:

---

[2]BOULIN, Abbé. Pseud.: (RÉCALDE, I. de.). *La Cause du Vénérable Bellarmin: l'Autobiographie, Votum de Passionei, Lettre à Clément VIII*. Paris: Librairie Moderne, 1923. p. 54–56.

[3]A propósito de *La Théologie de Bellarmin*, de J. de la Servière (Paris, Beauchesne), a *Revue historique*, n.º 198, observa com muita propriedade: **"O que confere interesse à obra de Belarmino não é sua originalidade, mas seu caráter de síntese da teologia católica, fazendo frente à Reforma; o Sr. de la Servière o afirmou muito bem logo no início."** (BOULIN, *Ibid.*, p. 55)

> Em último lugar, prova-se o mesmo [que a Igreja visível não pode deixar de existir] pela razão natural. **Com efeito, primeiramente, se alguma vez permanecesse no mundo só a Igreja invisível, então alguma vez também seria impossível a salvação àqueles que estão fora da Igreja**. ***Pois não podem salvar-se a menos que entrem na Igreja, assim como no tempo de Noé necessariamente pereciam aqueles que não tinham entrado na Arca. Mas eles não podem entrar na Igreja que ignoram; portanto, ficam sem remédio.*** [4]

O que o santo jesuíta aqui expressa é diametralmente oposto ao que dizem os proponentes modernos da tese de que um ignorante invencível pode salvar-se enquanto conectado à "alma da Igreja". Belarmino entende que só podem entrar na Igreja e, assim, estarem no caminho da salvação, aqueles que a reconhecem visivelmente.

Por outro lado, sabemos as objeções que colocarão. Assim, dirão que Belarmino reconhece a possibilidade de alguém estar conectado à Igreja por um desejo explícito de pertencer a ela. Quem seria este? O catecúmeno. A confusão que nossos adversários cometem aqui é muitíssimo similar àquela que cometeram ao analisar Juan de Torquemada, quando este discute a questão dos "hereges materiais" referindo-se aos católicos que, em tempo de cisma, tinham que se decidir pelo verdadeiro papa.

Isto em nada fere o nosso posicionamento. Em resposta a isso, recomendamos a leitura do trecho em que o Pe. Michael Müller, respondendo aos católicos liberais, responde a essa mesma objeção, e cujo juízo aqui reproduzimos:

> Belarmino e Billuart apresentam como exemplo os catecúmenos e as pessoas excomungadas, caso possuam fé, esperança e caridade; Perrone, tanto quanto pudemos verificar, apresenta apenas os catecúmenos como exemplo. ***E é evidente, pelo conjunto de seu raciocínio, que tudo o que dizem sobre este ponto deve restringir-se aos catecúmenos e àqueles que se encontram substancialmente na mesma categoria que eles; pois não apresentam quaisquer outros exemplos, e somos obrigados a interpretar estritamente toda exceção à regra, de modo que ela constitua a menor exceção***

[4] BELLARMINO, Roberto. *De controversiis Christianae fidei adversus huius temporis haereticos.* Tomus II. Editio novissima. Pragae: Typis Wolfgangi Wickhart; Francofurti: Apud Casparum Zachariam, 1721. p. 87

> ***possível***. Se, portanto, a nossa conclusão permanece verdadeira, não obstante a aparente exceção no caso dos catecúmenos e daqueles que se encontram substancialmente na mesma categoria, nada do que esses autores dizem pode impedir que ela permaneça universalmente verdadeira. [...]

Depois, ainda falando sobre este assunto e referindo-se ao caso dos ignorantes invencíveis, diz o Pe. Michael Müller:

> O caso dos catecúmenos resolve a questão de todos aqueles que se encontram substancialmente na mesma categoria. As únicas pessoas que, não sendo catecúmenos, podem encontrar-se nessa mesma categoria são aquelas que receberam validamente o batismo e se acham na mesma relação com o sacramento da Reconciliação em que os catecúmenos se encontram com o sacramento da Fé. **As crianças validamente batizadas, por quem quer que tenham sido batizadas, tornam-se membros do Corpo de Nosso Senhor e, se morrerem antes de chegar ao uso da razão, vão imediatamente para o céu. Porém, as pessoas que, tendo chegado ao uso da razão, *foram batizadas em uma comunidade herética, ou aquelas que foram batizadas em tal comunidade ainda na infância e continuaram a aderir a ela depois de terem alcançado a idade da razão — pois não pode haver diferença entre essas duas classes —, quer por ignorância, quer não, estão, como vimos, fora da unidade e, portanto, fora da caridade, sem a qual nada são. Sua fé, se a possuem, de nada lhes aproveita; seus sacramentos são sacrílegos.*** A chaga do sacrilégio é mortal, e o único modo possível de ser curada é pelo sacramento da Reconciliação ou da Penitência. Mas, para que essas pessoas estejam na mesma relação com esse sacramento em que os catecúmenos se encontram com o sacramento da Fé, ***é necessário que deixem de aderir às suas comunidades heréticas, que saiam do meio delas, procurem e encontrem a Igreja, reconheçam-na como a Igreja, creiam no que ela ensina, submetam-se voluntariamente às suas leis, batam à sua porta, queiram entrar, permanecendo à espera de entrar assim que ela lhes abrir e disser: "Entrai."*** **Se fizerem tudo isso, encontram-se substancialmente na**

> **mesma categoria dos catecúmenos; e, se forem impedidas pela morte de receber visivelmente o sacramento em sua realidade, poderão salvar-se, não enquanto simplesmente unidas à alma da Igreja, mas enquanto, de fato, unidas ou restauradas à sua comunhão externa. Pela renúncia voluntária à sua comunidade herética ou cismática, pelo reconhecimento explícito da Igreja, pelo retorno efetivo à sua porta, por suas disposições e pela vontade de nela entrar, tornam-se efetivamente, ainda que não formalmente, membros tanto do Corpo quanto da alma da Igreja. *As pessoas excomungadas encontram-se na mesma condição que essas. Estão excluídas da Igreja, a menos que se arrependam. Se se arrependem e recebem o sacramento visível da Reconciliação, seja de fato, seja pelo desejo, podem salvar-se, porque a Igreja, ao excomungá-las, quis a sua emenda, e não a sua exclusão do povo de Deus; porém, não temos autoridade para afirmar a sua salvação sob qualquer outra condição.*** [5]

Com isso respondemos que, *de modo algum* pode-se estender o caso dos catecúmenos ao de infiéis em ignorância invencível. Assim, dizemos que *nenhum teólogo* de insigne reputação, especialmente durante os séculos XVI e XVII listou como possível um infiel estar dentro da Igreja por um "desejo implícito", como fizeram depois os probabilistas. São Roberto Belarmino, Billuart (1685 - 1757) e outros assim o dizem.

Em prova disto que aqui afirmamos, eis alguns eclesiólogos do período reiterando o mesmo ensinamento de São Roberto. Eis o que diz Henrique Marcellius (1593 - 1664):

> Proposição VII. Mais fácil é extinguir o sol do que obscurecer a Igreja. Do mesmo modo, em Homilia 4, sobre o capítulo 6 de Isaías, Eusébio diz: mais fácil é o mundo inteiro perecer do que a Igreja tornar-se invisível. De fato, se a Igreja em algum momento fosse invisível no mundo, também seria impossível a salvação, não só daqueles que estão fora da Igreja, mas também dos que estão nela.

[5] MÜLLER, Michael. *The Catholic Dogma: Extra Ecclesiam Nullus Omnino Salvatur*. Chapter V, Part II: Of Those Heretics who are not guilty of the sin of Heresy. New York: Benziger Brothers, 1888. Veja em: https://en.wikisource.org/wiki/The_Catholic_Dogma:_Extra_Ecclesiam_Nullus_Omnino_Salvatur/Chapter_V/Part_2

> O consequente é errôneo e contraditório à providência e à bondade divinas. Logo, também é falso aquilo de que decorre. **A primeira parte da proposição prova-se porque nenhum infiel pode salvar-se, a não ser que, do modo que lhe é possível, se una à Igreja, visto que fora dela não há salvação. Ora, não pode unir-se à Igreja se não pode reconhecê-la, se ela for de todo invisível. *A segunda parte também se prova, porque ninguém se salva ordinariamente na Igreja (falo dos adultos e que usam da razão) sem que de algum modo a reconheça e a ouça, e a ela, como convém, obedeça. Ora, nem reconhecê-la, nem ouvi-la, nem obedecer-lhe devidamente pode, se a ignorasse completamente. Logo, segundo o curso ordinário da vida humana, a salvação é impossível tanto aos que estão dentro quanto aos que estão fora da Igreja, se ela fosse de todo invisível.*** [6]

O mesmo é dito por Virgílio Sedlmayr:

> **Prova-se também pela razão: se em algum tempo no mundo tivesse existido somente a Igreja invisível, então naquele tempo a salvação para os que estão fora da Igreja teria sido impossível. Ora, é mais do que falso que a salvação seja impossível ao homem; logo, nunca existiu no mundo somente a Igreja invisível. Maior prova: fora da Igreja tanto pode haver salvação quanto a houve no tempo de Noé fora da arca. E, se a Igreja é invisível, tampouco se patenteia a entrada nela, já que é desconhecida; portanto, se a Igreja é invisível, a salvação é impossível para os que estão fora da Igreja.** [7]

Depois, diz Louis Baily:

> TERCEIRA PROVA [de que a Igreja necessariamente deve ser visível]: A partir de argumentos teológicos. **1º. Pelo que foi dito, fora da Igreja ninguém pode ser salvo. Como, portanto, Deus quer que todos se salvem, como diz o Apóstolo,**

[6] MARCELLIUS, Henricus. *De inexpugnabili regno Christi Danielis prophetae vaticiniis et aliis divinae Scripturae documentis*. In: *Sapientis pacifici filiorum Dei*, pars III. Coloniae Agrippinae, 1659. p. 18.

[7] SEDLMAYR, Virgilius. *Tractatus de locis theologicis et quaestione ad locos praeambula*. Tegernsee: Typis Monasterii Tegernseensis, 1736. p. 267.

> **certamente todos podem dirigir-se à Igreja. Mas como, por que via, poderiam dirigir-se a ela, se fosse invisível? PROVA 8ª. Por razão teológica. Fora da Igreja ninguém pode ser salvo, pelo que foi dito. Ora, se a Igreja pudesse ser obscurecida de tal modo que se tornasse invisível, ninguém poderia conhecê-la nem a ela se dirigir; logo, então, a salvação não poderia ser obtida, o que é errôneo.** [8]

Depois, diz o insigne dominicano Charles-René Billuart:

> ***1º Fora da Igreja não há salvação; logo, se a Igreja visível viesse a falhar, a salvação tornar-se-ia impossível. Pois quem poderia entrar numa Igreja invisível?*** [Extra Ecclesiam non est salus: ergo, si Ecclesia visibilis deficiat, salus sit impossibilis; quis enim Ecclesiam invisibilem ingredi potest?] [9]

Eis o que diz Dalmatius Kick, franciscano observante:

> Prova 3, pela razão. **Se a Igreja visível tivesse em algum momento falhado, ou pudesse falhar, o caminho da salvação — que fora da Igreja não se encontra — teria sido tornado de todo impossível. Pois nenhum homem pode entrar numa sociedade invisível e cuja constituição em lugar determinado ele ignora; logo.** [10]

Ainda, por mais paradoxal que possa ser, eis o juízo de um jesuíta no degenerado século XIX:

> **Se, porém, fora da verdadeira Igreja de Cristo não se dá salvação, esta Igreja deve ser visível, de tal modo que possa ser discernida por sinais certos. Do contrário, a salvação seria impossível.** E, de fato, há quatro sinais pelos quais principalmente e com facilidade se pode reconhecer qual é, no mundo dos homens, a sociedade que professa a verdadeira doutrina

[8] BAILLY, Louis. *Tractatus de Ecclesia Christi, ad usum seminariorum et sacrae theologiae alumnorum.* Divione: Apud Edmundum Bidault, 1776. p. 14.

[9] BILLUART, Carolus Renatus. *Summa Sancti Thomae hodiernis academiarum moribus accommodata, sive Cursus Theologiae juxta mentem Divi Thomae.* Editio nova, accurate emendata. Tomus IX: *Tractatus de fide et regulis fidei.* Parisiis: Apud Méquignon Juniorem, 1827. p. 225.

[10] KICK, Dalmatius. *Universa theologia dogmatico-scholastica pro sacrae scientiae studiosis et amatoribus concinnata.* Tomus I: *Prolegomena.* Augustae Vindelicorum et Oeniponti: Sumptibus Josephi Wolff, 1765. p. 165.

> de Cristo, ou seja, qual é nesta terra a verdadeira Igreja de Cristo. E são estes: Unidade, Santidade, Catolicidade, Apostolicidade. [11]

De fato, tudo isto não é senão decorrência do que afirma o Concílio de Florença ao dizer que é preciso estar agregado ao corpo eclesiástico e que, fora dele, todos os pagãos, judeus, hereges e cismáticos se condenam.

Acrescentamos ainda, mas sem desejar um aprofundamento neste ponto, que apesar de todos estes teólogos mencionarem que o catecúmeno esteja dentro da Igreja Católica Romana, existem antigos decretos de Concílios regionais, aprovados por papas, que parecem contradizer esta mesma ideia. Este é o caso, por exemplo, do Concílio de Braga II, celebrado em 572, aprovados depois por São Gregório VII. Eis o que diz o referido Concílio:

> Igualmente foi estabelecido que, aos catecúmenos que morrerem sem a redenção do batismo, do mesmo modo não se lhes faça nem comemoração na oblação, nem se lhes preste o ofício de salmodia; pois também isso foi praticado [até o momento] por ignorância. [12]

Nesse sentido, os antigos decretais pontifícios colocavam que só podem ser celebradas missas por aqueles que morreram dentro da comunhão da Igreja. Contudo, isto é uma controvérsia que não aprofundaremos aqui.

[11] BOYLESVE, Marino de. *Cursus philosophiae complectens logicam, metaphysicam, ethicam; accedit compendiosa religionis demonstratio et historia philosophiae.* Lutetiae Parisiorum: Julien, Lanier et Sociorum, 1855.

[12] TOLEDO, Gustavo Petrônio. **Concílio de Braga II (572) e os catecúmenos**. *O Recolhedor*, 19 jun. 2026. Disponível em: https://orecolhedor.com/concilio-de-braga-ii-e-os-catecumenos/. Acesso em: 29 jul. 2026.

CAPÍTULO 22

SÉCULO XVII - Santa Inquisição Romana e a Tese Jesuítica

O fato que agora narraremos, entretanto, é algo de extraordinária importância para o desenvolvimento desta controvérsia. Trata-se de um episódio quase que completamente esquecido pela historiografia, tanto católica quanto secular. Nenhum dos escritores que trataram desta temática nos séculos XIX e XX citam este documento, esquecido como esteve nas gavetas de antigas bibliotecas. Aqui, resgatamos a memória deste documento e assim trazemos à discussão deste dogma.

Trata-se do Processo Inquisitorial nº 10.652 da Inquisição de Lisboa. Abre-se por este processo uma denúncia contra dois padres da Companhia - Antônio Vieira (1608–1697) e Inácio Mascarenhas - recaindo acusação sobre a proposição herética que teriam feito ambos os jesuítas em disputa com o Dom João de Piçarro, capelão de Sua Majestade. O que defenderam, afinal, os jesuítas? Na denúncia do capelão e de Sebastião César de Menezes, bispo não confirmado de Coimbra, em 1652: "o judeu e o herege se podiam salvar na sua lei e seita, tendo consciência errônea ou ato de contrição". Em contrário, o capelão do rei dizia que "sem a fé católica não podia haver ato de contrição, nem salvação".

Nove anos antes do início deste processo, é mencionado que enquanto Piçarro

estava absorto a ler um breviário em voz alta, Vieira o interpelou. **Disse-lhe que aquilo que estava a ler não era verdade**. Piçarro, naturalmente, argumentou que deveria ser verdade, porque estava escrito no breviário. Eis, então, o que respondeu aquele jesuíta:

> "[...] se um homem fosse criado por seus pais em qualquer das seitas contrárias à Nossa Santa Fé católica e, depois de doutrinado nela, a seguisse tendo-a por boa, ainda que depois alcançasse o conhecimento de Nossa Santa Fé; se, contudo, não soubesse determinar em qual delas havia de alcançar a salvação e, nesta dúvida, recorresse com a consideração a Deus e dissesse que fosse servido encaminhá-lo no que devia seguir para se salvar, que era o seu principal intento, e sobre isto seguisse e continuasse na crença da dita seita em que se criara, sendo sempre o intento de abraçar a salvação, bastaria para a alcançar."

Contudo, a situação é ainda mais grave. O processo, com efeito, que iniciou em outubro de 1652 narra que em outra ocasião mencionada no documento, Piçarro encontrava-se no quarto do príncipe juntamente com os dois jesuítas e com Sebastião César de Menezes. Num dado momento, Piçarro lamentou o destino de um inglês protestante que havia sido recentemente enforcado e levado para ser queimado na Igreja de São Paulo. O capelão havia tentado converter o dito protestante, juntamente com um homem erudito. Os esforços, é claro, foram vãos, tomado como estava o inglês pela pertinácia. Enfim, Piçarro lamentou que este inglês estivesse queimando, agora, no inferno.

É claro que o juízo do capelão afrontou o espírito ecumenista dos jesuítas, e Inácio imediatamente disse, como fazem os nossos adversários, que isto era "temerário". Qual era a justificava? Mais uma vez, disse: "o homem se poderia salvar seguindo sempre sua seita de seus erros e acabando neles porquanto o homem poderia estar sempre firme entendendo que a dita sua seita era a verdadeira, e que só com estar batizado e não tendo feito pecado mortal bastaria para se salvar".

O que isto difere da tese adversária sobre os hereges em "ignorância invencível"? De fato, dizem eles que basta um homem, nascendo em uma seita, conservar a virtude da fé infusa no batismo, guardar-se de todo pecado mortal quando chegar à idade da razão - sem entender que, ao chegar nesta idade da razão, o homem perde a fé - e, assim, poderá ser salvo.

Enfim, o capelão respondeu-lhe que não se podia alegar ignorância neste caso, uma vez que lhe foram explicados os mistérios da fé católica, que ele, o inglês, obstinadamente recusou por falsos. Mascarenhas, entretanto, não desarmou e retrucou: "[…] que aquela proposição era temerária, pois negava que se podia concorrer com atos de contrição com quem tinha consciência errônea. Entanto que se um herege for doutrinado na fé católica por alguma pessoa e instruído, e a tal pessoa herege aceitasse a tal doutrina e instrução, que ainda que este depois tornasse a largar a fé católica, por lhe parecer que a pessoa que o instruíra e doutrinara não era de crédito e autoridade, para com isso se apartar da seita e heresia que tinha professado. Este tal herege se poderia salvar morrendo na crença de sua heresia tendo, com consciência errônea, ato de contrição." [1]

Parece, até o momento, que a discussão está fora do campo da ignorância invencível, pois é o que afirmou Piçarro. Como veremos, quando convocados os qualificadores do Santo Ofício para analisar o dito processo, os companheiros de sua Ordem não deixaram de defender Inácio de heresia, invocando de todos os modos o argumento da ignorância invencível.

Enfim, Mascarenhas só viria a ser chamado à mesa do Santo Ofício em fevereiro de 1653. Entretanto, em novembro do ano passado, Vieira já estava atravessando o Atlântico. No dia 18 de fevereiro de 1653, Mascarenhas encetou, de forma convicta e com grande erudição a defesa da consciência individual como critério último da salvação, invocando inclusive a autoridade de Santo Tomás de Aquino! Enfim, disse que precisava de mais tempo e pediu que lhe deixassem trazer os fundamentos de sua posição por escrito.

Enfim, o processo foi extremamente longo, com a Inquisição não demonstrando aparentemente grande preocupação. De fato, apenas cinco anos depois, a Inquisição de Lisboa remeteu o caso para Roma, após terem sido dados os pareceres de inúmeros qualificadores, que condenavam ou absolviam Mascarenhas, e que listaremos depois.

Enfim, em 9 de março de 1658, há uma resposta de Roma. O Cardeal Barberini (1597 - 1679), da Sagrada Congregação do Santo Ofício, com aprovação de Alexandre VII, escrevia para Lisboa uma carta em que as proposiões de Mascarenhas eram censuradas "para além de qualquer dúvida" [2]. As afirmações de Mascarenhas foram consideradas errôneas, temerárias, heréticas,

[1] DGA/TT-Lisboa, Inquisição de Lisboa, processo 10.652, fl. 12-12v.

[2] ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 10.652., fl. 136

escandalosas, próximas de erros e que favoreciam os hereges, incluindo o juízo que este emitiu em relação ao destino daquele inglês, julgando Piçarro "temerário" por ter afirmado sua condenação eterna.

Assim, foram chamados à mesa do Santo Ofício para abjurarem dos seus erros, Inácio Mascarenhas, vários qualificadores do Santo Ofício que o defenderam, entre os quais estavam vários jesuítas. Eis os nomes: 1) Pe. Inácio Mascarenhas S.J.; 2) Pe. Miguel Tinoco S.J. (Provincial da Companhia); 3) Frade Simão de Mendonça, Religioso da Ordem da Santíssima Trindade; 4) Frade João de Silveira, Carmelita Descalço; 5) Frade Antônio da Natividade, Religioso dos Eremitas de Santo Agostinho; 6) Pe. Edmundo Gueli S.J.; e 7) Pe. Luís Reis S.J..

Quais foram, afinais, as proposições proscritas por Roma? Eis como se segue, ao final do documento:

1. ***É um juízo temerário afirmar que o referido luterano foi condenado; pois aquele poderia salvar-se até o fim seguindo a sua seita, não tendo, de outro modo, cometido após o Batismo qualquer pecado mortal, em razão de sua consciência errônea. Os Padres Qualificadores julgaram que a referida proposição era injuriosa, temerária, e que o seu autor deveria retratá-la; e, além disso, acrescentaram que ela era próxima do erro.***
2. **Por também se segue que tendo ignorância invencível *circa fidem*, não crendo em alguns mistérios de nossa Santa Fé, não pecaria e se salvaria o tal herege.** Quase todos os Padres Qualificadores foram de parecer que essa proposição, aplicada ao presente herege, era temerária, injuriosa, escandalosa e favorável à heresia. Quatro acrescentaram que era errônea.
3. Podia haver neste luterano consciência errônea e ignorância invencível, que o excusa de culpa contra a fé. **Os Padres Qualificadores foram de parecer que essa proposição, aplicada a este luterano, era temerária e escandalosa. Um acrescentou que era errônea, e outros propuseram que se lhe aplicasse a mesma censura atribuída à primeira proposição.**
4. Nos *[ilegível no manuscrito]* enquanto consideramos este

herege, podia fazer ato de contrição. **Os Padres Qualificadores julgaram que essa proposição era errônea. Dois acrescentaram que era herética.**

5. Seria pecado neste herege tendo consciência errônea obrasse contra aquilo que ela se dictava, passando à nossa fé. **Os Padres Qualificadores foram de parecer que essa proposição, considerada em si mesma e absolutamente, não devia ser censurada; contudo, enquanto aplicada a este luterano, assim circunstanciado, era temerária e escandalosa.**

A Inquisição acabou por absolver e confirmar o juízo de Piçarro, censurado por Mascarenhas. Como se vê, com aprovação papal, a carta assegurava a veracidade do juízo de Piçarro, e que o dito luterano em tais circunstâncias, após ter sido enforcado e queimado nesta presente vida, encontrou seu destino eterno nas chamas do inferno.

A relevância deste caso é notória. O julgamento realizado pelos jesuítas a respeito do destino daquele herege eram senão o desdobramento natural de sua própria teologia e que, como vimos, quando aplicada na prática foi completamente censurada por Roma. De igual modo, a mesma teologia utilizada pelos adversários é aqui julgada em seus efeitos práticos e em suas últimas consequências [3].

De fato, enquanto tais teólogos laxistas foram chamados para abjurar de seus erros por terem tido pareceres favoráveis a Mascarenhas, há por outro lado aqueles que Roma confirmou o juízo. Entre tais, destaca-se o agostiniano Manuel Caldeira, qualificador da Sagrada Inquisição em Lisboa. O longo parecer, extremamente severo, de Manuel é senão o que todos os fiéis devem aderir em casos similares:

> ***Resolvo primeiramente que prudentemente e como católico julgou Gonçalo a condenação eterna do herege, que morreu pertinaz na crença de seus erros, e em sua seita, propondo-se suficientemente antes da morte a verdade de nossa Santa Fé, pois viu que o dito herege não seguiu antes resistiu a verdade da Escritura Santa,***

[3]Para analisar com mais detalhes o caso e outros em que esteve envolvido Antônio Vieira, veja: REVISTA DE HISTÓRIA DA SOCIEDADE E DA CULTURA. Coimbra: Instituto de História da Sociedade e da Cultura da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, n. 16, 2016. p. 163–187. ISSN 1645-2259.

> ***dos Concílios e das definições da Igreja, morrendo sem fé sobrenatural necessária para a salvação, como fica dito***
>
> Respondo em segundo - **Que Francisco hereticamente julgando o dito Gonçalo por temerário, dizendo poder-se o dito herege salvar, seguindo sempre seus erros em sua seita, tendo ser ela verdadeira, (no que vês?) a dizer que sem verdadeira fé de ordem sobrenatural, e sem ouvir e seguir a regra infalível da Igreja, seus Concílios e definições, poderia este tal herege alcançar a vida eterna: o que é contra a verdade católica, como (foi) dito, n. 7 e 9. Pelo que o dito Francisco se demonstra pertinaz neste seu dito, e formalmente herege** [...] ***Mais claramente se mostrou herege o dito Francisco quando esse na ocasião do relapsado que morreu afirmativo na lei de Moisés, que o dito se podia salvar morrendo, como morres nesta crença: porque direitissimamente foi contra o Evangelho de São João, qui in eum non credit iam iudicatus est, quia non credit in nomine Unigeniti filii Dei contra o Símbolo de Santo Atanásio alegado no n. 8, e contra o que nos ensina a fé: pondo-se me parece que o dito Francisco é herege, se pertinazmente perseverar nestes erros, e se não desdizer advertido do que deve crer como promete.***

Como já mostramos anteriormente, os cristãos ainda mantinham convicta a noção de que todos aqueles povos se perderiam eternamente, crendo na necessidade absoluta da fé no Evangelho e em seus principais mistérios, bem como na necessidade absoluta de se recorrer à Igreja visível e crer em sua autoridade para ser salvo. Nesse sentido, sabiam e tinham por certo que somente os católicos poderiam ser salvos.

Em um cenário com condenações similares, de uma cristandade ainda convicta de sua fé e que, como vimos, chegava a derramar seu próprio sangue por esta verdade, o que fizeram os teólogos que continuavam a sustentar tal heresia? Continuaram a sustentar essa crença, mas de modo secreto.

Por exemplo, é registrado que em 1689, um grupo de teólogos reunido na igreja jesuíta de São Roque, em Lisboa, foi consultado sobre se um luterano ou

um calvinista, batizado no âmbito de sua própria confissão religiosa, poderia alcançar a salvação - caso como que idêntico ao respondido pela Inquisição décadas antes. A resposta foi positiva, contanto que tal indivíduo permanecesse em ignorância invencível da verdadeira fé e não incorresse em pecado mortal; caso o tivesse cometido, seria ainda necessário que realizasse um ato de contrição ou manifestasse amor a Deus.

Entretanto, preocupados com uma eventual denúncia de sua tese herética, advertiram que **"Nem a resposta se diga diante de pessoas menos prudentes que possam ter ocasião de algum escândalo ou ruina spiritual"** [4].

A mesma tese que atualmente ensinam publicamente em artigos e livros era, então, à época reservada somente àqueles homens de grande saber teológico, que reservavam tais segredos para círculos de teólogos. O mesmo que os maometanos séculos antes fizeram, fazem agora tais teólogos, em sua maioria jesuítas.

[4]SCHWARTZ, Stuart B. *Cada uno en su ley: salvación y tolerancia religiosa en el Atlántico ibérico*. Trad. Federico Palomo del Barrio. Pról. James S. Amelang. Madrid: Ediciones Akal, 2010, p. 152–153.

CAPÍTULO 23

CONTINUAÇÃO - SÉCULOS XVI e XVII - Sermonistas e Exegetas Pós-Tridentinos

Os sermões dirigidos ao povo, como vimos, não poderiam conter tais verdades. Qual era, então, o teor de tais sermões? Nada mais do que o oposto do que ensinavam aos seus iniciados.

Vemos, assim, condenações intensas, pregações fervorosas a favor desta verdade de fé católica, especialmente quando discorriam a respeito da verdade de quão poucos se salvam. Do mesmo modo, veremos inúmeros exegetas afirmando a mesma verdade. Por exemplo, em juízo a respeito do destino de todos os anglicanos, bem como de Henrique VIII, dizia um pregador:

> Deplorável coisa é que um Rei [Henrique VIII], que havia obtido do Papa Leão XI o título de Defensor da Fé, chegasse a renunciá-la e, com seu mau exemplo, fizesse todo o reino fazer o mesmo. Mau era que o Rei se perdesse; mas que por sua causa se perdessem tantos milhões de almas, como se perderam no espaço de duzentos anos, desde que Henrique introduziu o Cisma em seu Reino? ***Isto se deveria chorar com lágrimas de sangue: e que pela torpeza de um Príncipe, seja condenado ao Inferno todo um Reino, que antes era muito Católico?*** Inferi agora,

> (homens) levadas pela sensualidade, a consequência do primeiro pecado do Rei. Antes o Nome de Jesus Cristo era louvado em todos os povos da Inglaterra; e agora é publicado o nome infame de Calvino, e de Martinho Lutero, e de outros Heresiarcas; e com a perdição deste Reino, rebelou-se contra a Santa Igreja Católica o da Escócia, a quem imitou a Holanda, Genebra, com os demais Cantões, que renunciaram a Fé Católica, com o mau exemplo daquele Reino. **Cada uma destas almas que se condenam é uma consequência da obstinada lascívia de Henrique; pois todos morrem sem a Fé Católica, porque o Rei a renunciou. Figuremos agora um Reino de todos estes perdidos, e que Henrique preside nesta Babilônia e Caverna infernal: ali, em lugar de beijar a mão [como sinal de respeito], ouve a voz terrível daqueles Condenados, que continuamente vociferam: "maldito seja Henrique, que por haver seguido seu mau exemplo, estamos condenados eternamente." Outros, cheios de raiva, estão gritando: "maldita seja Ana Bolena, que pelo exemplo de sua torpeza, estamos ardendo nestas chamas infernais." Esta é a música que fazem seus vassalos, e todos quantos seguiram em seus erros a Henrique e à perdida Ana, e a farão enquanto Deus for Deus. Não penses, cristão, que isto seja parábola, nem hipérbole, mas sim História verdadeira; pois o que refiro de Inglaterra, e de seu Cisma, eu o tirei de Autores muito clássicos, como são, o Dr. Sandero, o Padre Pedro Ribadeneyra, o Padre Nicolas Causino, e outros. No que toca à representação e figuras do Inferno, infere-se claramente do Evangelho** [1]**.**

O mesmo juízo sobre tais terras de infiéis é feito pelo bispo José de Barcia y Zambrana:

> **Quem não sabe que sem a Fé Católica é impossível salvar-se? "Sem fé", escreve o Apóstolo, "é impossível agradar a Deus" (Hebreus 11:6). Pois estendei a vista por todo o mundo; percorrei, fiéis, suas quatro partes: Ásia, África,**

[1] RIBOT Y DE ALEGRE, Joseph. Camino real a la perfeccion evangelica: que conduce al alma con seguridad por medio de la ley natural al descanso feliz de la Bienaventurança eterna. Barcelona: Jayme Surià Impressor, 1732. p. 425-426.

América e Europa. Já faz mais de seis mil anos que esta terra começou a ser habitada quase toda por Adão e seus descendentes. Depois foi despovoada com o Dilúvio. Noé voltou a povoá-la, e começaram as Monarquias: o celebrado Império dos Assírios e Caldeus, o dos Medos e Persas, o dos Gregos, o dos Romanos. Passai por toda a terra que aqueles quatro rios do Paraíso fecundam: o Ganges, o Nilo, o Tigre e o Eufrates. Que máquina de Reinos e Províncias dilatadas! Em quantas delas encontrareis a Fé do verdadeiro Deus, e de Nosso Redentor Jesus Cristo? *Em muitíssimo poucas: porque em umas partes não creem, em outras creem mal, e em muito poucas creem bem.* Pois em tantos milhares de anos, em tanta sucessão de gerações, qual seria o número dos Católicos? Curtíssimo. Qual o dos Infieis e Hereges? Só Deus pode contá-lo; mas já se vê que seria de muitíssimos milhões. *Pois todos estes milhões de Infieis e Hereges se condenaram ao inferno em todo o tempo passado.* Vedes como a razão o convence? Mas, sem sair do tempo presente, a quem não admira ver quase toda a face da terra coberta de infidelidade? Ver que mesmo depois do tempo da lei Natural, e da Escrita, e (o que mais assombra) depois da Redenção do Gênero Humano e da publicação da Lei da Graça, uma parte tão grande do mundo ainda está nas trevas de seus erros? Porque o que é toda a terra dos cristãos, se comparada com a que há de infieis, senão um rincão muito estreito? E o restante? Tiranizado pelo Príncipe das trevas, sem que os tenha alcançado o resplendor do Sol da Justiça. E o restante? Terra estéril, onde (como nos montes de Gelboé) não cai água nem orvalho do Céu. Pois valha-me Deus! (agora a experiência faz a sua demonstração) Quantos terão morrido neste ano? Quantos neste mês? Neste dia? A esta hora em que eu estou dizendo isso, quantos estarão expirando? Oh, que lástima inconsolável! *Tantos como expiram, tantos se condenam em todas essas terras dos Infieis e Hereges. Chegai às margens daquele lago do inferno e vereis que rios caudalosos de condenados entram nele, para jamais*

> ***voltar a sair*. Já não me admiro do que o outro Santo Eremita disse ao Papa Inocêncio III, quando ainda era Cardeal, que viu almas caírem no inferno como quando neva muito, que a multidão dos flocos obscurece o ar. Já não estranharei o que o outro Filipe, Chanceler de Paris (que apareceu condenado ao seu bispo), perguntou se o mundo havia acabado. E como o bispo lhe replicasse, por que dizia isso, ele respondeu: "Porque nos trinta dias que estou no inferno, são tantos os que desceram a ele, que eu não acreditaria que em todo o mundo pudesse haver outros tantos." Vedes como a experiência mostra que são muito poucos os que se salvam?** [2]

Eis outro testemunho:

> Filhos meus, muitas e incessantes graças devemos dar a Deus, porque, tendo Ele criado tantas nações e criaturas de povos tão numerosos — **infiéis, mouros, judeus e hereges — que, por não possuírem a luz da nossa Fé, infelizmente se condenam**, Ele nos fez nascer em uma pequena porção do mundo ocupada pelos Cristãos Católicos; e quis que mamássemos a Santa Fé aos seios de nossas mães, sem que tivéssemos merecido tão grande e especial favor do Criador e Pai Divino. [3]

Por outro lado, eis o que diz Laurêncio de Aponte:

> Com a minha opinião, não digo nada incomum: de dez vezes cem mil almas que formam um milhão, dificilmente uma ou duas são eleitas; de dez vezes cem mil homens, dificilmente um ou dois são predestinados. Dez vezes cem mil réprobos, dificilmente dois predestinados correspondem. Entendo isso da seguinte forma: que, após o dia do juízo, os predestinados, tomados coletivamente, estarão de um lado, e os réprobos do outro (não falo dos anjos). Para cada dez vezes cem mil réprobos, apenas um ou dois predestinados serão postos em oposição. E para que não consideres

[2]BARCIA Y ZAMBRANA, Joseph de. Despertador christiano de sermones doctrinales, sobre particulares assumptos: dispuesto para que buelva en su acuerdo el pecador, y vença el peligroso letargo de sus culpas, animandose à la Penitencia. Tomo segundo. Madrid: Juan Garcia Infanzon, 1693. p. 433.

[3]CARABANTES, Joseph de. Platicas dominicales, y lecciones doctrinales de las cosas mas essenciales, sobre los evangelios de las dominicas de todo el año, para desempeño de parrocos, y aprovechamiento de feligreses. Tomo primero. Madrid: Juan de Arixtia, 1717. p. 56-57.

> isso uma exageração, provo-o com o seguinte raciocínio: podemos distinguir três épocas: antes da lei escrita, ou depois da lei escrita, e novamente, antes de Cristo, ou depois de Cristo. **Se for antes da lei escrita, como dificilmente havia uma casa fiel, certamente então dificilmente um em dez vezes cem mil era salvo. Se te assustas com isso, recorda que no dilúvio, perecendo os demais, dificilmente oito almas em toda a arca se salvaram. Mas vamos ao tempo da lei: que povo era aquele? Certamente pode-se inferir da extensão de sua terra; pois muitas vezes dissemos em outro lugar que, em comprimento, ela mal tinha cinquenta léguas, e em largura, mal dezoito. Se comparares esta parte em relação a todo o mundo, o que será? Dificilmente uma parte. Da mesma forma, os homens que estavam nela em relação a todos os que estavam no mundo. Mas então não havia salvação fora de Israel. Então, quantos se salvavam? Dificilmente um em dez vezes cem mil. Se considerares que a maior parte de Israel também pereceu, nem mesmo um corresponderá. Mas vamos ao tempo depois do nascimento de Cristo, quando o orbe cristão é maior. De quatro partes do mundo, quantos são os cristãos? A África inteira ou é gentia, ou maometana; o mesmo acontece com a Ásia. E a Europa, de toda a sua extensão, tu não tirarás como pura, a não ser a Itália e a Espanha; pois as outras, embora sejam católicas, têm infinitos hereges. Que são, então, estas em comparação com o mundo inteiro, quando tu também vês a América, ou o novo mundo inteiro, como gentio, dificilmente com quatro de nossos cristãos existindo?** [4]

Vejamos o que diz o beneditino Beda Seeauer (1716 - 1785):

> Lembro-me de ter lido certa vez que um piedoso pastor e pregador rico em espírito, anos atrás, em Welschland, apresentou no púlpito, em um domingo, uma figura sobre aquelas palavras do Evangelho: "Muitos são chamados, mas poucos são escolhidos". Numa representação incomum e com grande ruído, moveu os ouvintes

[4]APONTE, Laurentio de. In Sapientiam Salomonis commentaria: cum homiliis, digressionibus scholasticis, ac paraphrasi. Tomus secundus. Parisiis: Dionisium Bechet, 1651. Cap. XIX, Num. 12, Homil. 112, p. 985.

e induziu a uma atenção concentrada. O pregador apresentou uma maçã redonda no púlpito e dirigiu-se aos ouvintes assim: **"Vede, amados filhos! — disse ele — esta maçã redonda representa o mundo, que consiste em quatro partes; e é justamente nestas quatro partes que a maçã pode ser dividida." Ao cortar a primeira parte da maçã, disse: "Esta é a Ásia, uma grande parte do mundo, que contém cinco grandes impérios: o Turco, o Tártaro, o Persa, o Chinês, o Indiano; mas esta parte do mundo é quase toda pagã, incrédula, bárbara — seja removida, pois seus habitantes não irão para o Céu." Em seguida, cortou a segunda parte: "Esta parte é a África, novamente uma grande parte do mundo, com mais províncias e reinos do que dias há no ano; nesta parte do mundo, quase todos vivem na escuridão da idolatria e da incredulidade — seja removida." A terceira parte cortada: "É a América, onde se encontram centenas de milhares de idólatras e incrédulos; embora seja uma grande parte do mundo, seja removida." Como Cristo mesmo disse em João 3:18: "Quem não crê já está condenado." Após esta tripla divisão, resta a quarta e menor parte do mundo, a Europa. "Nesta parte do mundo — disse ele — deve-se procurar e encontrar necessariamente a maioria dos eleitos para o Céu;" mas mesmo isso não o satisfez, pois começou a cortar esta menor parte, Europa, uma por uma. Na Europa há a Bretanha ou Inglaterra, Suécia, Dinamarca, Saxônia, Noruega, Holanda, Prússia e muitas outras grandes províncias, onde se encontram centenas de milhares de cismáticos, protestantes, calvinistas, luteranos, ateus e outros incrédulos sem fim.** Dessas pessoas, ele queria dizer, moralmente falando, que a esperança de que pertençam aos eleitos é mínima, embora eles não sejam de todo cortados do caminho para o Céu. Todos os incrédulos do vasto mundo foram criados por Deus para o Céu e resgatados com o precioso sangue do Filho de Deus, de forma mais que suficiente. Depois de cortar muitas partículas da Europa, restou-lhe apenas um pequeno pedaço. "Vede!" — disse ele — "nesta parte do mundo estão os verdadeiros cristãos católicos, ó rebanho verdadeiramente pequeno! Verdadeiramente pequeno rebanho!" Mas

> estaria isso correto? É certo que todos são eleitos? "Ah, meu Deus!" suspirava ele tristemente, "quantos católicos existem entre nós que são mesquinhos, invejosos, orgulhosos, blasfemos, ladrões, violentos, injustos, impuros, insaciáveis, bêbados, dos quais, porém, na Sagrada Escritura, o Apóstolo Paulo diz expressamente (1 Cor 6,10) que não possuirão o Reino de Deus!" Ah! Podemos calcular então, quanto sobra em excesso, e quão grande será o número dos eleitos? Não é verdade que, no perigoso mar deste mundo, sem comparação, mais navios de almas naufragam do que chegam ao porto da salvação, como disse São Bernardo: "Das quatro almas que partem do porto, dificilmente uma escapa; no mar deste mundo, de quatro navios de almas, talvez nenhum chegue ao destino." [5]

O mesmo diz o pregador Anton Ginther, repetindo o mesmo exemplo de Seeauer:

> Feita esta nossa consideração, um certo pregador italiano chamado Knittel subiu, há poucos anos, à cátedra em uma célebre cidade da Itália, no Domingo da Septuagésima, e sobre aquelas palavras do Evangelho: "Muitos são chamados, poucos, porém, escolhidos" (Mt 22,14), pronunciou este discurso com grande movimento e fruto. Produziu ele uma maçã redonda e disse: — **Eis, dizia ele, o mundo está dividido em quatro partes; dividamos também nós esta maçã em quatro partes (o que fez com a faca). A primeira parte, dizia, é a Ásia, mas esta parte é gentia e pagã; seja rejeitada. A segunda parte é a África, igualmente servindo a ídolos; seja rejeitada. A terceira é a América, mas infiel e idólatra; seja rejeitada, pois aquele que não crê já está julgado (Jo 3,18). Resta, portanto, apenas a quarta parte da maçã, isto é, a Europa; e quantos nela são verdadeiros fiéis de Cristo? Na Europa há a Grã-Bretanha, mas herética; cortou-se (e ele removeu uma parte); há a Suécia, mas luterana (cortou-se outra); há a Dinamarca e a Noruega, ambas heterodoxas (cortou-se a terceira); há a Holanda, igualmente herética (cortou-se a quarta). Saxônia, Prússia e assim por diante, nas demais**

[5] SEEAUER, Beda. Concionator panegyrico-moralis in quatuor partes divisus: das ist: auserlesene in vier Theil verfasste Lob- und Sitten-Predigen. Augspurg und Innsprug: Joseph Wolff, 1753. p. 76-78.

> **províncias da Europa infectadas pela heresia — depois de tantas partes cortadas, resta uma pequena parcela da maçã: eis, dizia ele, a parte remanescente é a dos católicos. Ó, pequeno rebanho!** [6]

Sobre a mesma questão da quantidade daqueles que serão salvos, diz Dom Marcelo Fernandi da Bari:

> Resta ainda outra pergunta a ser feita: quais serão mais numerosos, os condenados ou os predestinados? Responde-se que, se a comparação for feita especialmente entre todos os cristãos católicos, devemos piamente e racionalmente crer que os predestinados serão mais numerosos que os condenados. Prova-se assim: Adão teve três filhos: Caim, Abel e Sete; destes, dois foram predestinados: Abel e Sete; e um condenado, que foi Caim. Noé teve três filhos: Sem, Cam e Jafé; destes, dois foram abençoados: Sem e Jafé; e um amaldiçoado, que foi Cam. Cristo, no seu colégio, teve doze Apóstolos; destes, onze foram predestinados e salvos; e um só condenado, que foi Judas. Além disso, na parábola do rei que fez o casamento de seu filho, de tantos que sentaram à mesa (representando os fiéis), somente um foi encontrado sem a veste nupcial. Mais ainda, na parábola dos três servos que receberam um talento, dois foram encontrados bons e um ingrato. A experiência também argumenta: a maioria dos cristãos morre confessada, comungada e fiel; portanto, deve-se supor piamente que os predestinados são mais numerosos que os condenados. **Mas, se fizermos a comparação universal, entre todos os homens, digo que os condenados são mais numerosos que os predestinados; e prova-se com razão, autoridade e exemplos. Com razão, porque o princípio da nossa salvação é a fé, como disse o Apóstolo: "Sem fé é impossível agradar a Deus" (Hebreus 11). O mundo divide-se em três partes: Ásia, África e Europa; destas, as duas primeiras são infiéis; da Europa, a maior parte são hereges e infiéis; portanto, os condenados são mais numerosos que os predestinados.** [7]

[6] GINTHER, Antonio. Currus Israel, et auriga ejus: ducens hominem Christianum per vias rectas, & in Sacra Scriptura fundatas in coelum. Pars prima: pro dominicis per annum. Augustae Vindelicorum: Sumptibus Georgii Schlüter & Martini Happach, 1726. p. 127.

[7] FERDINANDI, Marcello. Prediche quadragesimali: predicate in Napoli nella Chiesa dell'Annonciata l'Anno 1597. Secondo tomo. Venetia: Appresso Giorgio Varisco, 1606. p. 253-254.

Repitamos ainda o que diz Ludovico Bertha:

> Mas para que não seja necessário trazer os testemunhos de vários Padres, peço o teu próprio, e, mesmo relutante, admitirás a pequenez dos salvos. Três coisas, como sabes, são necessárias para a salvação: 1. O Batismo; 2. A Fé; 3. As boas obras. **Quantos milhões de milhões existem, existiram e existirão que nunca nasceram em Cristo? Quantos milhares de milhares nas quatro partes do mundo vivem ou viveram sem a luz da fé? Na Europa, que é a menor de todas as partes, reina a fé em Cristo, mas ainda assim não está por toda parte difundida. Na Ásia, América e África, poucos receberam alguma notícia do Criador, do Salvador. Oxalá todos os fiéis (que são muito menos numerosos do que os gentios, ateus, muçulmanos, judeus e outros inimigos da fé) tivessem fé viva e não morta! Não falo da Inglaterra, Escócia, Suécia, Dinamarca e grande parte da Alemanha, nem da Holanda, Zelândia e de vários reinos e províncias totalmente infectados pela heresia. Mas entre aqueles que se gloriam sob o nome de católicos, sob um só verdadeiro chefe, o Romano, quantos se encontram que demonstrem a fé por obras, como professam com palavras? Mostrou-se acima (p. 2, trato 2) que a maioria dos católicos vive muito pior do que os próprios gentios e infiéis.** [8]

Entre os jesuítas, eis o que diz o pregador Gregório Mastrilli:

> Esta é uma oportunidade única; uma vez que ocorre, não se repete: e se te alcança, serás conduzido para sempre. **Muitos são chamados, mas poucos são eleitos. Fazei comigo, pela graça da indução; no mundo, quão pequena parte ocupa o cristianismo? Pois já tudo foi tomado pelo demônio, com tantos gentios, idólatras, com tantos turcos e mouros. Quem possui a África? Quão pouco da Ásia é habitada por fiéis, e por quantos poucos esse pouco? Na Europa, quantos cismáticos, hereges, apóstatas, políticos? Entre os católicos, quantos poucos são bons cristãos? Poucos,**

[8] BERTHA, Ludovicus. Medicus christianus: detegens sanguineis lacrymis deplorandam ferrei hujus sæculi cæcitatem præsentium et imminentium plagarum originem. Antverpiae: Sumptibus Engelberti Gymnici, 1665. p. 143.

poucos são os eleitos. [9]

Ademais, este é o mesmo juízo do monge beneditino Conrad Demelmayer:

> Há muito tempo, um certo italiano, um Eclesiástico, plenamente instruído em todo tipo de conhecimento, apresentou publicamente um fruto, que trazia consigo na cátedra, dizendo apenas: "Eis o símbolo do mundo, que está todo posto no mal". Logo, tomado o cutelo, dividiu-o em partes, dizendo: "***Esta parte é a África Idolátrica, esta Ásia Idolátrica, esta América Idolátrica; portanto, que se rejeitem três partes***", pois está escrito: **"Quem não crê já está julgado"** (João 3). E que se mantenha apenas a quarta parte: a Europa Cristã. Mas o que há nela? **A Inglaterra herege, dela cortou uma parte; a Dinamarca herege, cortou outra; a Holanda herege, cortou uma terceira**; e finalmente cortou tantas partes quantas províncias infectadas pela heresia havia na Europa. **Então, permaneceu uma pequena partícula ortodoxa do fruto, realmente um rebanho diminuto** (Lucas 12). O que pensam, ouvintes, dessa pequena partícula? Vocês acreditam que os injustos não possuirão o Reino de Deus? Não se enganem: nem os fornicários, nem os adúlteros, nem os efeminados, nem os homens que se deitam com homens, nem os ladrões, nem os avarentos, nem os bêbados, nem os maldizentes, nem os rapaces possuirão o Reino de Deus (1 Coríntios 6). Se, então, dessa residual partícula dos ortodoxos se excluem os fornicários, adúlteros, etc., o que restará? Disse, e desceu de Pérgamo. Qualquer um conclui facilmente: **portanto, poucos são os eleitos.** [10]

O mesmo juízo é feito pelo pregador Maurício Hylaret:

> Como, então, se diz aqui que são poucos os eleitos? Deve-se entender isto dos cristãos. Respondo: não de modo absoluto, nem por comparação aos piedosos da antiga Sinagoga, ou ainda aos que viveram sob a lei da natureza, mas sim por comparação e

[9]MASTRILLI, Gregorio. Cento discorsi: intorno alla sacra passione, e morte del nostro Redentore, & al sacrosanto sacramento dell'Eucharistia, distinti in tre parti. Prima parte: trenta discorsi intorno all'ultima cena che fece il Signore a' suoi discepoli con lauar loro i piedi, e con darli il precetto dell'amor fraterno. Venetia: Appresso Agostino Pasini, 1619. p. 234-235.

[10]DEMELMAYR, Conradus. Chronicon philosophicum: per discursus historicos et philosophicos deductum ab Orbe condito usque ad modernum aevum. Ingolstadii: Typis Joannis Pauli Schleig, 1737. p. 89-90.

> consideração de toda a cristandade em relação às várias seitas e heresias, que neste século florescem por toda a terra. **Poucos, de fato, são os eleitos, verdadeiros cristãos de fato e de nome, como ensina a própria geografia de toda a terra habitável. Pois em toda a África e na maior parte da Ásia, e em grande parte da Europa, reina por toda parte o maometismo, ou seja, a profissão do Alcorão de Maomé. O judaísmo também, com exceção de poucos católicos, domina nessas regiões. A maior parte da Alemanha, quase toda a Inglaterra e a Escócia, e também algumas partes de nossa França — outrora tão cristianíssima, mas agora tão aflitíssima por causa das guerras civis dos huguenotes, renovadas pela terceira vez — sofre gravemente sob o luteranismo ou a heresia calvinista. Assim, pela difusão de tais seitas, a maior parte de nossa Europa se encontra arruinada. No Novo Mundo, é verdade, a fé de Cristo lança profundas raízes; mas a gentilidade e o paganismo, isto é, a idolatria, radicada há muitos séculos, ainda hoje permanece em muitíssimos povos. De modo que, em comparação com os idólatras, maometanos (a quem chamamos turcos ou agarenos), judeus, hereges e cismáticos, é realmente muito pequeno o número de verdadeiros cristãos católicos e ortodoxos que vivem dignamente para Deus.** [11]

Eis também o juízo de Antônio de Alvarado:

> Ponderando a excelência desta casa da Igreja, por ser artífice dela a Sabedoria divina; pelo fim para que a ordenou, que foi a sua glória e a tua salvação; pelos meios maravilhosos que te deixou para que a conseguisses, **e vendo que fora dela todos se condenam e perecem, como no tempo de Noé pereceram todos os que ficaram fora da arca: que mercê e benefício tão grande é, achares-te dentro da divina arca da Igreja?** Ter nascido de pais Cristãos, com cuja diligência alcançaste, mediante o santo batismo, o ser membro da Igreja Católica, tendo a mesma Fé que ela tem, e teres sido criado entre Cristãos, para que, uma vez que

[11] HYLARETUS, Mauricius. In quinquaginta duarum dominicarum totius anni evangelia: quae iuxta sanctae Rom. Ecclesiae usum, leguntur, homiliae: nunc primum in lucem editae: ac in tessaradecadas quatuor facili methodo distributae, & in duos tomos partitae. Tomus primus. Parisiis: Apud Claudium Chappelet, 1604. p. 150.

> tivesses chegado ao uso da razão, com a comunicação e exercício seu, aprendesses os mistérios a que a Fé te inclinava? **Pois que darás ao Senhor, porque entre tanta multidão de nações bárbaras, de infiéis, de Turcos, de Mouros, de Gentios, que adoram pedras, ou paus, e serpentes, quis que fosses Cristão, e que te coubesse a sorte no grêmio da Igreja, e na herdade, e casa do Senhor, e na arca do verdadeiro Noé, para que não perecesses com todo o outro restante do mundo, no dilúvio da infidelidade, onde tantos milhões de almas cada dia perecem? Olha quantas almas criou Deus no dia em que criou a tua, das quais umas caíram na Turquia, outras na Guiné, outras em Berberia, etc.** [12]

O franciscano antitalmudista Félix de Alamin (1637 - 1727) fez o mesmo juízo em seus sermões:

> **Considere como Deus te chamou à Cristandade, pois te pôde criar entre bárbaros, ou entre hereges cheios de erros e ignorâncias, onde todos estes se condenam; mas a ti trouxe-te à Igreja, onde podes salvar a tua alma e gozar da felicidade eterna, onde te deu para isso muitos meios espirituais, como são os Sacramentos, muitos Ministros, a leitura de livros espirituais, e contínuas inspirações com que chama à tua alma, para que se disponha, e a consiga livrar do inferno, e alcançar as glórias eternas.** Tira daqui afetos. De admiração da grandeza do benefício. Se no mesmo dia em que a tua alma foi criada, Deus criou muitas outras entre gentios, mouros e hereges, e a ti, sem mérito algum teu, entre Cristãos, não é um benefício estupendo? Se a milhões de homens deixou Deus nas trevas dos pecados, e a ti, sem o merecer, só por misericórdia, te pôs entre Cristãos, não é grande misericórdia? E se aqui te deu inúmeros meios para a tua salvação, e para que possas alcançar o Reino dos Céus, aos quais se acrescentam as contínuas inspirações e chamamentos de Deus, como se poderão ponderar tantos e tão grandes benefícios? [13]

[12] ALVARADO, Antonio de. Arte de bien vivir, y guia de los caminos del cielo. Tomo primero. 2. ed. Valladolid: Por Francisco Fernandez de Cordoua, 1613. p. 855.

[13] ALAMÍN, Félix de. Falacias del demonio: y de los vicios que apartan del camino real del cielo, en que se descubren muchos engaños del demonio, con que oculta los caminos verdaderos, y propone los falsos, y sus remedios generales, y particulares. Madrid: En la Imprenta de Blas de Villanueva, 1714. p. 88.

O mesmo diz Alonso de Villegas (1533 - 1603):

> **Quando se considera os muitos pagãos que há no mundo — tantos mouros, tantos idólatras, tantos judeus e tantos hereges — os quais todos sem remédio se condenam, parece que o coração se aperta: como permite Deus tal coisa, que sejam tantos os pagãos e tão poucos os cristãos? Não há por que isto aflija ao cristão, porque, conforme ao número dos predestinados, o qual há de cumprir-se antes que o mundo acabe, bastam os cristãos que há, o número é perfeito. Do que o cristão deve ter pena é de viver entre cristãos como pagão; se, tendo-lhe Deus feito mercê tão assinalada de pô-lo no número dos seus fiéis, ele há de ser tão ingrato que não a reconheça e se condene; se há de ser do número das virgens néscias. Isto é razão que cause pena e temor, assim como temiam os Apóstolos, e lhes causava dor ouvir a Jesus Cristo, na noite antes de sua morte, que lhes disse que um deles o havia de vender e se havia de condenar.** [14]

De modo ainda mais significativo, dois santos ensinam expressamente nossa visão. São eles São Leonardo de Porto Maurício (1676 - 1751) e São Lourenço de Brindes (1559 - 1619). Quanto ao primeiro, eis o que diz em seu célebre sermão a respeito da questão de quão poucos se salvam:

> Irmãos, deveis saber que a crença mais antiga é a Lei de Deus, e que todos nós a trazemos escrita em nossos corações; que ela pode ser aprendida sem mestre algum, e que basta ter a luz da razão para conhecer todos os preceitos dessa Lei. ***É por isso que até mesmo os bárbaros se escondiam quando cometiam pecado, porque sabiam que estavam fazendo o mal; e eles estão condenados por não terem observado a lei natural escrita em seu coração: pois, se a tivessem observado, Deus teria feito um milagre antes de os deixar ser condenados; Ele lhes teria enviado alguém para os ensinar e lhes teria dado outros auxílios, dos quais se***

[14]VILLEGAS, Alonso de. Flos sanctorum: quarta parte y discursos, o sermones, sobre los evangelios de todas las dominicas del año, ferias de quaresma, y de santos principales: en que se contienen exposiciones literales, dotrinas morales, documentos espirituales, avisos y exemplos provechosos para todos estados. Barcelona: En la emprenta de Jayme Cendrat, 1603. p. 430.

> ***tornaram indignos por não viverem em conformidade com as inspirações de sua própria consciência, que nunca deixou de os advertir do bem que deviam fazer e do mal que deviam evitar. Assim, é a própria consciência deles que os acusou no Tribunal de Deus, e que lhes diz constantemente no inferno: "A tua perdição vem de ti". Eles não sabem o que responder e são obrigados a confessar que são merecedores de seu destino. Ora, se estes infiéis não têm desculpa, haverá alguma para um católico que teve tantos sacramentos, tantos sermões, tantos auxílios à sua disposição?*** Como ousará ele dizer: "Se Deus ia me condenar, então por que me criou?" Como ousará falar desta maneira, quando Deus lhe dá tantos auxílios para se salvar? Terminemos, pois, de confundi-lo.
>
> Vós que sofreis no abismo, respondei-me! Há algum católico entre vós? "Certamente há!" Quantos? Que um deles venha aqui! "Isso é impossível, eles estão fundo demais, e fazê-los subir viraria todo o inferno de cabeça para baixo; seria mais fácil deter um deles enquanto está caindo." Assim, pois, falo a vós que viveis no hábito do pecado mortal, no ódio, no lamaçal do vício da impureza, e que estais a cada dia mais perto do inferno. Parai e voltai atrás; é Jesus quem vos chama e quem, com Suas chagas, como com tantas vozes eloquentes, vos clama: "Meu filho, se fores condenado, só tens a ti mesmo a culpar: 'A tua perdição vem de ti.' Levanta os teus olhos e vê todas as graças com que te enriqueci para assegurar a tua salvação eterna. **Eu poderia ter-te feito nascer em uma floresta na Barbaria; foi o que fiz com tantos outros, mas fiz-te nascer na Fé Católica; fiz-te ser criado por um pai tão bom, por uma mãe tão excelente, com as instruções e ensinamentos mais puros. Se fores condenado apesar disso, de quem será a culpa? Tua própria, meu filho, tua própria culpa: 'A tua perdição vem de ti.'"** [15]

Quanto ao segundo santo, eis o que diz:

> Irão para o suplício eterno todos os infiéis, todos os heréticos, todos

[15] DE PORT-MAURICE, LÉONARD. Sermons pour le Carême. Traduction de F.-I.-J. Labis. 2. ed. Tournai: H. Casterman; Paris: P. M. Laroche, 1867. Tome II. p. 195-198.

> os cismáticos e os maus cristãos; salvam-se somente aqueles que ou nunca pecaram, ou fizeram condigna penitência de seus pecados com os ninivitas, com o publicano, com Davi, com Madalena. [16]

Diz ainda o jesuíta Bernardino Manco:

> Vede o inferno cada vez mais povoado. Segundo o cálculo muito provável do Padre Riccioli, o mundo possui mil milhões de homens; desses mil milhões, apenas cem milhões são católicos. Digo, pois (excetuadas as crianças antes do uso da razão, que vão para o Limbo), que novecentos milhões de homens, sendo infiéis, hereges ou cismáticos, todos se condenam, todos vão para o inferno. [17]

Entre os exegetas, destaca-se Cornélio a Lapide que, seguindo a interpretação de São Remígio, Santo Alberto Magno e Nicolau de Lira sobre o profeta Zacarias, cap. XIII, versículos 8 e 9:

> "E acontecerá em toda a terra: duas partes dela serão dispersas", o que quer dizer: Em todo o mundo duas partes dos homens serão dispersas e perecerão, a saber, os Judeus e os Gentios; **pois todos os que permaneceram no judaísmo e no gentilismo serão condenados, somente a terceira parte, que será dos Cristãos, será guardada e será salva**. **Pois somente aqueles dentre os Judeus e os Gentios que se convertem ao Cristianismo são salvos**. **Assim [dizem] S. Remígio, Alberto e Lirano.** [18]

Outro teólogo da Companhia, Jacobo Tirino faz uma exegese sobre o profeta Isaías parecida com a de Cornélio e os santos citados:

> Porei neles um sinal, isto é, entre eles erguerei o meu estandarte, a saber, o da Cruz, ao qual a todos evocarei e convidarei. E por isso, **dentre aqueles que tiverem sido salvos, isto é, do número daqueles que, arrancados do Judaísmo e do Gentilismo, e conduzidos ao porto da salvação, a saber, o Cristianismo**,

[16] DE BRINDES, Lourenço. Quadragesimale, I-III *in* Opera Omnia, Officina Typographica Seminarii, 1938. p. 279.

[17] MANCO, Bernardino. I religiosi presto santi e perfetti: con la mira alla pura gloria di Dio. Venezia: Presso Gio. Battista Recurti, 1725. p. 62.

[18] LAPIDE, Cornelius a. Commentarii in Scripturam Sacram: tomus VII, complectens expositionem in Duodecim Prophetas Minores, indicibus necessariis illustratus. Editio recens. Lugduni; Parisiis: Apud J. B. Pelagaud, 1866. p. 780.

> tiverem sido, enviarei legados às Gentes no mar, isto é, aos povos insulares e às nações transmarinas, à África, à Itália: Em hebraico, Tubal também significa a Hispânia, segundo o testemunho de S. Jerônimo. Enviarei também à Grécia, e à Lídia [aos] que disparam a flecha, [e] a Meseque (em hebraico): o qual os Setenta retêm como nome próprio, e Leo Castrius quer que se entenda por Moscos ou Moscovitas. **Numa palavra, enviarei por todo o orbe [mensageiros] que atraiam comigo ao estandarte todos os povos, por mais remotos e bárbaros que sejam, e os conduzam à fé e à salvação.** [19]

Além disso, juízo severo faz Giuseppe Antonio Marcheselli (1676 - 1742) sobre a questão:

> **Tantos milhões de Hebreus que morreram nestes mil e setecentos anos, todos, *é de fé*, que estão condenados; e quantos ainda morrerem, também se condenarão. E Deus, no entanto, permanece bom, bondosíssimo. De cerca de cem milhões de almas, que atualmente faz a Europa, e a cada cinquenta anos aproximadamente uns partem e outros vêm: tirai-lhes os falsos Católicos, e os verdadeiros Hereges: quão poucos, depois, restam para o Paraíso! e Deus, contudo, permanece bom, bondosíssimo. De outros cem milhões de habitantes que faz a África, excetuando alguns poucos centenares de Cristãos na Guiné, Abissínia, Egito e Angola: todos os outros milhões depois são presa do Inferno. De trezentos milhões (segundo o cálculo mais modesto) que faz a Ásia, excetuando poucos milhares de Cristãos Católicos na Geórgia, Armênia, Índia e China: todos os outros milhões, e centenas de milhões são pasto do fogo; e Deus, no entanto, permanece bom, ótimo. De outros quatrocentos milhões de almas que faz a América, outro Mundo sob o nosso Mundo, excetuando alguns milhares de Cristãos no Peru, no Brasil, no México e nas Ilhas adjacentes ao istmo, todos os outros depois, *é de fé*, que se condenam; e Deus, contudo, permanece bom,**

[19] TIRINUS, Jacobus. Commentarius in Sacram Scripturam: duobus tomis comprehensus: primo quidem, post varia prolegomena, Vetus ferè Testamentum. Editio novissima prioribus longe emendatior. Tomus primus. Lugduni: Apud J. Baptistam & Nicolaum De Ville, 1702. Isaías, cap. LXVI, vers. 19, p. 424.

> **bondosíssimo.** [20]

Do mesmo modo, o 11º Superior-Geral da Companhia, Giovanni Paolo Oliva (1600 - 1681) afirma:

> Desses dois fins, o primeiro é universal e necessário, mas não suficiente para escapar das chamas eternas; o segundo basta para a salvação, mas se cumpre em poucos. **Pois, embora tenham sido resgatados da servidão de Satanás pelo sangue de Cristo, Nero, Calígula, Simão Mago e Juliano o Apóstata, todavia se condenaram; assim como hoje se condenam todos os Ateus, todos os Gentios, todos os Hereges, e inúmeros Cristãos, ainda que católicos, embora usufruam da liberdade que a todos os filhos de Adão foi reconquistada pelo Filho de Deus.** [21]

Não diferente juízo exprime Simplicio Gorla:

> **Pode-se dizer, por conjectura, que, se se tomarem aleatoriamente todos os homens do mundo, serão mais os réprobos, pois são tantos os Gentios, Turcos, Judeus, Hereges e outros infiéis, os quais todos, como tais, se condenam.** [22]

Do mesmo modo, veja o que diz Domenico Paolacci (1590 - 1646):

> Ó cristão, considera este benefício de Deus: Ele te plantou na vinha da Santa Igreja, que é uma dádiva da alma, para torná-la feliz eternamente com vida gloriosa. **Quantas almas criou Deus *ad mortem*? Quantos se condenam? Quantos Turcos? Quantos Idólatras? Quantos Pagãos? Quantos Gentios? Quantos Hereges? Quantos Cismáticos? E tu, Católico, que foste plantado na Santa Igreja, e tu sozinho chamado à vida. Aqui Ele pôs: animam meam ad vitam. Tu podes salvar-te e não os outros? Quos vocavit, hos et iustificavit, hos et magnificavit, hos et glorificavit — aqueles que Ele**

[20] ANTONIO MARCHESELLI, Giuseppe. Il cristiano occupato nel ritiro di diece giorni: per fare gli esercizj spirituali di Sant'Ignazio. Parte prima, che contiene gli esercizj della via purgativa. Ed. emendata, ed accresciuta dall'autore. Venezia: Appresso Domenico Lovisa, 1781. p. 170.

[21] OLIVA, Gio. Paolo. Quaranta sermoni: detti in varii luoghi sacri di Roma. Roma: Presso il Varese, 1670. p. 556.

[22] GORLA, Simplicio. Prediche quaresimali. Venezia: Appresso Paolo Baglioni, 1693. p. 239.

> **chamou, esses Ele justificou, esses Ele engrandeceu, esses Ele glorificou.** [23]

O jesuíta Giovanni Antonio Ardia (1655 - 1724) assim diz:

> XIV. Até aqui disse pouco. Como se concilia, com tal Misericórdia, a danação de tantos? **Gentios, maometanos, judeus, hereges, cismáticos, precipitam-se todos os dias no Inferno aos milhares.** [...] [24]

Terminamos aqui. Porém, julgamos digno de notar ainda que existem dois autores destes séculos que, percebendo o crescimento da posição contrária, professada por nossos adversários, dedicaram-se exclusivamente ao problema. São eles o inglês Pe. William Smith em seu livro *Qui non credit, condemnabitur* escrito em 1625. Depois deste, há ainda Jean Caumont, que escreveu o livro *The Firm Foundation of the Catholic Religion* no ano do Senhor de 1590. O que faz a existência de tais livros senão crer naquele fenômeno que o pregador Pépin, referenciado anteriormente, descreveu?

[23]PAOLACCI, Domenico. Pensieri predicabili sopra tutti gl'evangelii correnti nella Quaresima: parte seconda. Venetia: Appresso Francesco Baba, 1641. p. 24.

[24]ARDIA, Giovanni Antonio. Tromba quaresimale. Venezia: Presso Nicolo' Pezzana, 1729. p. 213.

CAPÍTULO 24

CONTINUAÇÃO: FINAL DO SÉCULO XVI - CONDENAÇÃO SINODAL PORTUGUESA

Se já não bastasse a condenação da Sagrada Inquisição, sob os auspícios de Alexandre VII, há ainda uma condenação regional realizada pelo clero português. Transcreveremos um trecho do Sínodo de Diamper, realizado de 20 a 26 de junho de 1599, convocado por Dom Aleixo de Meneses (1559 - 1617), arcebispo português de Goa, na cidade de Udayamperoor (Diamper) em Kerala, na Índia.

Assim está escrito em seu início:

> Celebrado pelo reverendíssimo senhor Dom Frei Aleixo de Menezes, arcebispo metropolitano de Goa, primaz de India, e partes orientaes, sede vacante do dito bispado, por authoridade de dous breves do Santíssimo Padre Clemente Papa VIII, nosso senhor, no terceiro domingo depois de pentecostes aos 20 dias do mez de junho da era de 1599, na igreja de todos os Santos, no lugar, e reyno do Diamper, sugeito ao el-rey de Cochim infiel, no qual se deu obediencia ao Summo Pontífice Romano e se sujeitou o dito bispado com todos os christãos delle á Santa Igreja Romana. [...]

Na Ação III, Decreto IV, está escrito:

> Tem informação o Synodo que pela communicação que os christãos deste bispado tem com os infieis, e morarem entre elles, se lhe apegão alguns erros e ignorancias dos mesmos infieis em alguns rudes e ignorantes, em especial tres communs entre todos os gentios destas partes, a saber, o cuidarem que há transmigração das almas que se mudão por morte em corpos de alguns animaes, ou doutros homens, o qual além de ser ignorancia clara, he erro e heregia manifesta contra a fé catholica, que ensina que nossas almas em morrendo são levadas ao ceo, inferno, purgatorio, ou limbo, conforme aos merecimentos de cada hum, sem nellas haver tal transmigração falsa e fabulosa. [Enumera-se o segundo erro - Tudo ocorre por necessidade, ou fado, contrariando o livre arbítrio] ***O terceyro que se pode cada hum salvar em sua ley, e que todas são boas, e encaminhão para o ceo: o que he erro manifesto, e heregia clara, porque não há ley de baixo da qual se possa pessoa alguma salvar, se não só a de Christo nosso salvador, porque só ella ensina a verdade, e todos os que vivem debaixo das outras seitas estão fora da saude eterna, e serão condemnados ao inferno, porque não ha ahy outro nome dado aos homens debaixo do qual possamos ser salvos, senão o de Jesu Christo Senhor nosso FIlho de Deos, crucificado por nós: os quaes erros todos manda o Synodo aos vigayros das Igrejas, e aos prégadores os persuadão muytas vezes ao povo rude, e aos confessores examinem seus penitentes, e se estão nelles, lhes ensinem a verdade católica.*** [1]

O que afirma tal sínodo senão a necessidade da fé explícita em Cristo ao se invocar o clássico argumento de que "não há outro nome dado aos homens debaixo do qual possamos ser salvos, senão o de Jesus Cristo" (Atos 4, 12)? O que diz senão que somente os que possuem a lei de Cristo - os cristãos - podem ser salvos, afirmando a condenação de "todos os que vivem debaixo das outras seitas"?

Conforme o Sínodo diz, tal erro veio da comunicação com os infiéis, que ali residiam. A respeito deste assunto, há certamente uma conexão histórica possível com os *conversos* que por lá viviam. No entanto, não nos aprofundare-

[1] PAIVA MANSO, Visconde de (cur.). Bullarium patronatus Portugalliae in ecclesiis Africae, Asiae atque Oceaniae: appendix - tomus I. Olisipone: Ex Typographia Nationali, 1872. p. 146 ss.; p. 180-181.

mos; para os interessados, sugerimos o livro do historiador Federico Rivanera Carlés, *Los conversos en las Indias: la historia detrás de la Leyenda Negra* [2].

[2]RIVANERA CARLÉS, Federico. *Los conversos en las Indias: la historia detrás de la Leyenda Negra*. 1. ed. Buenos Aires: Centro de Estudios Históricos Cardenal Juan Martínez Siliceo, 2011. 224 p. ISBN 978-987-26497-2-2.

CAPÍTULO 25

SÉCULO XVIII - Apostasia, Liberalismo e Contrarreação Probabiliorista

O caótico século XVIII é característico especialmente pelos libertinos, iluminados, deístas e ateus que constantemente atacavam as verdades da fé. Neste século, inúmeros tornam-se apóstatas, desertam da fé católica, muitas vezes tornando-se ateus [1].

Entre muitas objeções feitas ao cristianismo, uma é de particular interesse nosso - isto é, que a Igreja é completamente intolerante, pois ensina que todos os infiéis, mesmo que não tenham ouvido a pregação de Cristo, se condenam. Acusam esta doutrina de ser absurda, pois tal homem inocente iria se perder sem culpa alguma de sua parte. Como se vê, atacaram um espantalho, pois não compreenderam o que dizem os Santos Doutores e a própria Igreja a respeito do tópico.

Entretanto, tal objeção chegou a convencer certos fiéis, que tristemente apostataram. Para efeito de exemplificação histórica, eis o relato da apóstata Madame Roland (1754–1793):

[1] A respeito da propagação do ateísmo ao longo dos séculos, veja: MINOIS, Georges. *Histoire de l'athéisme: les incroyants dans le monde occidental des origines à nos jours*. Paris: Fayard, 1998. 671 p. ISBN 2-213-60130-5.

> **A primeira coisa que me repugnou na religião que professava com a seriedade de um espírito sólido e consequente foi a danação universal de todos aqueles que a desconhecem ou a ignoraram**. Achei mesquinha, ridícula, atroz a ideia de um criador que entrega a tormentos eternos esses inumeráveis indivíduos, frágeis obras de suas mãos, lançados sobre a terra em meio a tantos perigos e na noite de uma ignorância da qual já haviam sofrido tanto. — Enganei-me sobre esse artigo, é evidente; não estarei enganada sobre algum outro? Examinemos. — A partir do momento em que todo católico fez esse raciocínio, a Igreja pode considerá-lo como perdido para ela. Concebo perfeitamente por que os padres querem uma submissão cega e pregam tão ardentemente essa fé religiosa que adota sem exame e adora sem murmúrio; é a base de seu império, ele é destruído tão logo se raciocina.
>
> [2]

Tal episódio é senão a repetição histórica do que foi relatado pelo evangelista em São João 6, 60-68. Entretanto, Roland apenas faz testemunho histórico da verdade de fé católica que nenhum ignorante poderia salvar-se; assim criam todos os fiéis à época, assim pregavam todos os padres e todos os bispos. O seu discurso é senão mais uma constatação deste fato histórico.

Entretanto, Roland foi incapaz de enxergar aquilo que sempre ensinaram os santos: caso tal infiel fizesse tudo o que está ao seu alcance, auxiliado por graças atuais, seguindo a lei natural, Deus poderia iluminá-lo a respeito da fé católica. Assim, reconhecendo os principais mistérios da fé católica, bem como reconhecendo a autoridade da Igreja e desejando explicitamente o batismo, poderia enfim ser salvo. Do mesmo modo, entretanto, não conseguem compreender este raciocínio os nossos opositores e o que os separa da Madame Roland? Que, ao menos, esta não deturpou os ensinamentos da fé para satisfazer à sua débil compaixão humana e fraqueza moral.

Enfim, o responsável por deturpar essa tese foi senão Jean-Jacques Rousseau

[2]ROLAND, Madame. *Mémoires de Madame Roland: nouvelle édition critique contenant des fragments inédits et les lettres de la prison*. Éd. critique par Claude Perroud. Paris: Plon-Nourrit et Cie, 1905. t. II, p. 91–92.

(1712–1778), que acusou de intolerância a Igreja Católica. Eis, então, o que respondeu o grande apologeta Antonino Velsecchi (1708 - 1791):

> Contudo, Rousseau insiste, e explica e confirma o seu pensamento, com aquele argumento que, como é evidente, ele julga invicto. Logo, depois de ter dito que esta necessidade de reconhecer a Revelação divina, em vez de remover os obstáculos à salvação, os teria multiplicado, prossegue imediatamente dizendo que ela os teria tornado insuperáveis para a maior parte do gênero humano. **Aqui ele refere-se aos povos Silvestres, que estão envolvidos ou nos erros da idolatria ou do Maometismo, aos quais o Evangelho não foi anunciado. Ele enumera-os extensamente e da sua insuperável ignorância julga deduzir uma certa demonstração, com a qual mostra que o conhecimento da Religião Revelada sob pena de danação eterna não é justo. Pois aqui ele julga na verdade triunfar, e até nos provoca para que respondamos ao argumento com o qual confia esmagar-nos; a saber, que nós, no nosso sistema, fazemos de Deus um ser cruel e sem misericórdia. É assim, sem dúvida, que se escreve, quando ou não se entendem ou não se querem entender as questões sobre as quais se escreve. Nós dizemos, ou melhor, o próprio Evangelho o diz, que ninguém se salva fora da Religião Católica. Mas não dizemos (nem Rousseau nos pode acusar disso) que algum pagão seja condenado por esta única causa, por ter ignorado o Evangelho. São condenados os idólatras, são condenados os Maometanos, e tantas outras nações infiéis, por causa dos seus crimes infames com os quais ofendem os preceitos da razão e violam as próprias leis da natureza; são condenados. Ora, assim como por estes gravíssimos crimes merecem com justiça a condenação, assim com justiça merecem que lhes sejam subtraídos os meios que Deus, que ilumina todo o homem que vem a este mundo, lhes teria dado para conhecerem Jesus Cristo, que é o único nome debaixo do Céu dado aos homens, no qual a salvação eterna pode ser divinamente obtida. Que tens a opor a isto, Rousseau? É isto, porventura, fazer de Deus um ser cruel ou injusto, como imerecidamente nos objetas?** E assim queremos que seja respondido àquela terrível

> questão, para cuja resposta provocas todos os Intolerantes de todo o Orbe, que é esta: se o filho de um cristão age bem, quando, sem grande exame, segue a Religião de seu pai, porventura o filho de um turco agirá mal, cultuando do mesmo modo a Religião de seu pai? (b) **Respondemos: o primeiro, de facto, age bem, porque na religião pátria, além de nada ver que repugne à reta razão e às leis da natureza, nela já reconhece Cristo como única fonte e Autor da salvação. O outro age mal, porque na religião pátria muitas coisas lhe são ordenadas ou permitidas que são contrárias à reta razão e à natureza, e nela não se encontra nenhum conhecimento do único Autor e fonte da salvação, que é Jesus Cristo. E não O conhece por causa do obstáculo que põe à Clemência divina, pela qual, se este se esforçasse na medida das suas forças por seguir as leis da natureza, Deus, de um modo até singular, se fosse preciso, o teria iluminado**. [3]

Entretanto, embora alguns teólogos continuassem a ensinar a mesma doutrina tradicional acerca desse dogma, o contexto intelectual inaugurado por Jean-Jacques Rousseau e pelas acusações dos filósofos iluministas mostrou-se particularmente favorável às teses laxistas. Diante de casos como o de Madame Roland e da crescente deserção da fé cristã provocada pelas críticas dos deístas, não teriam esses autores encontrado, enfim, o ambiente propício para difundir suas concepções acerca da salvação, mitigando o alcance do dogma e, desse modo, "modernizando" a teologia?

Além disso, em reação aos excessivos rigores do jansenismo, tudo favorecia o surgimento de uma tese oposta, que sustentasse a possibilidade de salvação do ignorante invencível. Era precisamente esse indiferentismo que, a nosso ver, o contexto intelectual do século XVIII parecia exigir.

Foi, de fato, esse o caminho seguido por diversos autores do século XVIII. Essa tendência encontrou expressão particularmente clara na obra do jesuíta Giuseppe Maria Gravina (1668–1752), opositor dos jansenistas, que desenvolveu longamente a questão de saber se um judeu, um muçulmano ou um pagão poderiam alcançar a salvação. Suas obras, entretanto, acabaram sendo incluídas no *Index Librorum Prohibitorum*, em razão do que seus críticos

[3]VALSECCHI, Antonino. De fundamentis religionis et de fontibus impietatis: libri tres. Tradução de Aloysio Guerra. 2. ed. Venetiis: Apud Franciscum ex Nicolao Pezzana, 1772. p. 447

consideravam um notável laxismo.

Naturalmente, a quais autores recorreram esses teólogos? Voltaram-se, sobretudo, para antigos mestres do laxismo, como o cisterciense Juan Caramuel y Lobkowitz (1606–1682), frequentemente apontado como o principal representante dessa corrente; o jesuíta Hermann Busembaum (1600–1668); e o também jesuíta Claude La Croix (1652–1714). A eles somavam-se, ainda, autores tradicionalmente associados à suficiência da fé implícita e de outras teses laxistas, como Francisco Suárez, o Cardeal Juan de Lugo e outros.

Contra esses excessos e contra os abusos então cometidos em nome da fé católica levantou-se o dominicano Daniele Concina. Dominicano de reconhecida virtude, de notável ortodoxia e acérrimo opositor do probabilismo, escreveu a obra *Theologia Christiana Dogmatico-Moralis*, dedicada ao Papa Bento XIV. Nela, dedica o décimo terceiro capítulo ao seguinte tema: "**FORA DA IGREJA CATÓLICA ROMANA NÃO HÁ SALVAÇÃO. A OPINIÃO LAXA DOS CASUÍSTAS BUSEMBAUM, CARAMUEL, LA CROIX, SPORER E OUTROS É REJEITADA**".[4]

Membro de diversas Congregações Romanas e tido em altíssima estima por Bento XIV (1675–1758), Concina destrói a argumentação dos probabilistas que então atacavam esse dogma. Em sua obra, refere-se ao juízo do Pe. Miguel de Elizalde (1610–1684), o único que, segundo afirma, havia tratado *ex professo* dessa questão com notável profundidade, declarando ter em alta estima o seu parecer. Fundamentando-se no Magistério da Igreja e nos Santos Padres, Concina adverte para os perigos decorrentes dessa tese: o indiferentismo religioso e o tolerantismo.

Que se entende, porém, por *tolerantismo*? Certamente, se a consciência individual fosse, para os probabilistas, o critério último da salvação, abrir-se-iam facilmente as portas para a liberdade religiosa. Afinal, como impedir que um infiel, considerado ignorante invencível, praticasse sua própria religião, se esta, em última análise, pudesse conduzi-lo à salvação, uma vez que sua consciência errônea converteria atos objetivamente pecaminosos em bons e meritórios?

O processo inquisitorial anteriormente mencionado, quando examinado em seu contexto mais amplo, revela o mesmo cenário. Ao mesmo tempo em que

[4]CONCINA, Daniello. *Theologia christiana dogmatico-moralis*, t. I (Romae, 1749), p. 234–249. Veja em: https://orecolhedor.com/fora-da-igreja-catolica-romana-nao-ha-salvacao/.

se desenrolava o caso de Inácio Mascarenhas e do Padre Antônio Vieira, a liberdade de consciência tornava-se um dos temas centrais do debate na Inglaterra, onde a vida religiosa se fragmentava em numerosas seitas promotoras do anticlericalismo e da exaltação de uma religiosidade radicalmente interior e, segundo seus críticos, anárquica.

A controvérsia em torno da separação entre Igreja e Estado já vinha sendo discutida antes mesmo da eclosão da Guerra Civil Inglesa. A revolução, entretanto, desencadeou forças que deram origem a um pluralismo religioso irreversível, o qual persistiu mesmo após a Restauração. Com a proliferação das seitas, tornou-se praticamente impossível restabelecer uma ortodoxia capaz de servir como fundamento comum do pensamento religioso.

Em meio a esse cenário de crescente indiferentismo religioso, alguns bispos levantaram-se para solicitar ao Papa Inocêncio XII a condenação dessas teses. Entre eles figurava Jacques-Bénigne Bossuet (1627–1704), juntamente com dois arcebispos e outros dois bispos. Em carta dirigida ao pontífice, pediam, entre outras coisas, a condenação da tese sustentada por seus adversários:

> [...] Mas que isto esteja longe dos vossos tempos, ensinam-no tanto o esplendor do vosso pontificado como as palavras que, saídas da vossa boca, se difundiram por toda a Igreja. Por isso, suplicamos que, depois daquelas proposições principais, Vossa Santidade examine também esta: «Depois de promulgado o Evangelho, se a fé explícita em Cristo é absolutamente necessária, os teólogos discutem; se, porém, admitirmos que seja necessária, é preciso dizer (432), etc.» ***Proposições estas que devem ser afastadas das escolas cristãs, para que não permaneça a dúvida de se alguém pode salvar-se sem crer e invocar o nome de Cristo; pois disse o Senhor (João 11, 18): "Quem crê nele não é julgado;" encontrando-se assim o meio de justificação; "mas quem não crê, já está julgado;" abandonado a si mesmo, sem nenhum novo juízo, mas afogado na sua própria e anterior iniquidade.*** [„,] Santíssimo Padre,
>
> Da Vossa Santidade, os mais obedientes e devotíssimos servos e filhos CARLOS MAURÍCIO, arcebispo-duque de Reims. LUÍS ANTÔNIO, arcebispo de Paris. ***JACQUES BÉNIGNE, bispo de Meaux.*** GUIDO, bispo de Arras. HENRIQUE, bispo de

> Amiens.
>
> Em Paris, no sexto dia antes das calendas de março, no ano de 1697.
>
> Ao Santíssimo Senhor Nosso, o Papa Inocêncio XII. [5]

Infelizmente, nenhum desses apelos recebeu resposta por parte da Santa Sé. O insigne beato Inocêncio XI, seu predecessor, havia empreendido consideráveis esforços para conter o avanço do laxismo, sobretudo mediante a condenação de numerosas proposições laxistas. Entre elas, como vimos anteriormente ao tratar de Giovanni Lorenzo Berti, encontrava-se a tese segundo a qual não poderia receber validamente a absolvição aquele que ignorasse os mistérios da Santíssima Trindade e da Encarnação. Como de costume, porém, os adversários da verdade encontraram novos subterfúgios, pelos quais persuadiram muitos a aderirem aos seus erros. Em um contexto de indiferentismo cada vez mais difundido, tornava-se, pois, necessário reafirmar essa verdade de fé que tais autores procuravam pôr em xeque.

Nem por isso, entretanto, deixaram os santos desse período de ensinar a doutrina tradicional a respeito dos ignorantes invencíveis. Veja-se, por exemplo, o que afirma São João Maria Vianney (1786–1859):

> Quem é entre nós, meus irmãos, que, querendo bem se dar ao trabalho de penetrar o sentido destas palavras, não se sentiria profundamente impressionado e tomado de terror até o desespero, ao pensar que são verdadeiramente os maus cristãos aqueles infelizes que serão expulsos do reino dos céus e lançados nas trevas exteriores, isto é, meus irmãos, no inferno, onde haverá pranto e ranger de dentes; **enquanto idólatras e pagãos, que jamais tiveram a felicidade de conhecer Jesus Cristo, abrirão os olhos da alma, abandonarão o caminho da perdição, virão colocar-se no seio da Igreja e tomarão o lugar que esses maus cristãos perderam pelo desprezo das graças que haviam recebido**. Mas isso ainda não é tudo, meus irmãos. Os cristãos condenados sofrerão no inferno tormentos infinitamente mais rigorosos que os infiéis. **A razão é que esses estrangeiros serão condenados, em parte, porque nunca ouviram falar**

[5] BOSSUET, Jacques-Bénigne. Œuvres complètes de Bossuet, évêque de Meaux: classées, pour la première fois, selon l'ordre logique et analogique. Organizado por M. l'Abbé Migne. Petit-Montrouge (Paris): J.-P. Migne, 1857. t. 11. cols. 1118-1119.

> **de Jesus Cristo e de sua religião; viveram e morreram na ignorância. Enquanto que os cristãos, desde a idade da razão, viram a luz da fé brilhar diante deles como um belo sol, que lhes dava mais que suficientes claridades para conhecer o que deviam a Deus, ao próximo e a si mesmos.** [...] Daí concluo, meus irmãos, que os cristãos que pecaram com maior conhecimento, que tantas vezes foram obrigados a violentar-se a si mesmos para sufocar os remorsos da consciência, que desprezaram todas as santas inspirações e bons desejos que Deus lhes deu – é, pois, bem justo, digo eu, que a justiça de Deus se faça sentir mais rigorosamente sobre eles do que sobre os pobres infiéis que pecaram, em parte, sem conhecer o mal que faziam, nem saber a quem ofendiam, sem conhecer a bondade e o amor de um Deus para com suas criaturas. ***Se os idólatras – dizem os santos – são condenados por haver transgredido as leis de Deus que não conheciam ou que não tinham conhecido, qual será, então, o castigo dos cristãos que conhecem tão bem o mal que fazem, os deveres que têm a cumprir, que compreendem quanto ultrajam a Deus e os males que preparam para si por toda a eternidade, e que, apesar disso, continuam a pecar?*** [6]

No ocaso do século XVIII, a Revolução Francesa, com seus ataques a numerosos mosteiros e conventos, somada à supressão da Companhia de Jesus, contribuiu decisivamente para o encerramento da chamada segunda escolástica. Esse terceiro período da escolástica, na caracterização de Rafael Ramis Barceló, distinguiu-se por uma acentuada decadência. Diante desse cenário, alguns autores permaneceram fiéis aos princípios da primeira escolástica e aos seus principais Doutores, inclusive no interior da Companhia de Jesus; outros, porém, adotaram o sistema de Francisco Suárez; e, por fim, houve aqueles que realizaram um verdadeiro *ralliement* à filosofia moderna.

Entre os fatores que contribuíram para o declínio da segunda escolástica estava a crescente influência dos católicos liberais, profundamente marcados pelas ideias dos filósofos modernos, como Jean-Jacques Rousseau (1712–1778), entre outros. O poder secular, cada vez mais dissociado da fé, passou a exercer

[6]VIANNEY, Jean-Baptiste-Marie. Sermons du vénérable serviteur de Dieu Jean-Baptiste-Marie Vianney, curé d'Ars: tome premier: du Ier dimanche de l'Avent au Vendredi Saint. Lyon: Librairie Générale Catholique et Classique / Vitte et Perrussel, 1883. t. 1. p. 212-213

influência crescente sobre os seminários e conventos, interferindo diretamente no ensino da teologia e da filosofia.

Alguns poucos clérigos procuraram restaurar o antigo método das escolas e o sistema das disputas escolásticas, embora com reduzido êxito [7]. Foi esse o contexto que preparou o terreno para a "renovação da teologia" promovida por Leão XIII, cerca de um século mais tarde. Todavia, a nosso ver, essa renovação acabou sendo conduzida por homens formados em um ambiente profundamente influenciado pelo liberalismo então dominante; por isso, a terceira escolástica já nasceu marcada por erros que mais tarde se tornariam evidentes.

[7] A respeito de todo o cenário de queda da segunda escolástica, consulte: RAMIS BARCELÓ, Rafael. *La Segunda Escolástica: una propuesta de síntesis histórica.* Madrid: Dykinson; Universidad Carlos III de Madrid – Instituto Figuerola de Historia y Ciencias Sociales, 2024. p. 315-324.

CAPÍTULO 26

SÉCULOS XVIII e XIX - A consolidação do liberalismo católico, da tese jesuítica e as contrarreações papais e americanas

A terceira escolástica caracteriza-se, em grande medida, pelo método manualístico de exposição da filosofia e da teologia. Elaboravam-se, assim, manuais, geralmente divididos em vários tomos, que ofereciam uma apresentação sintética dos principais temas dessas disciplinas, com a finalidade de proporcionar ao futuro clérigo uma formação doutrinária ampla, ainda que necessariamente resumida.

Entretanto, esse método acabou por contribuir para um certo empobrecimento do pensamento católico. A síntese característica dos manuais frequentemente suprimiu a riqueza argumentativa presente nos grandes tratados escolásticos, reduzindo, por exemplo, a multiplicidade de razões empregadas na defesa de uma mesma tese. Naturalmente, os manualistas reproduziram, em larga medida, as conclusões dos tratadistas da segunda escolástica, mas, em regra, deixaram de examinar criticamente as nuances das diversas posições e, gradualmente, foram relegando ao esquecimento numerosas controvérsias do passado.

A título de exemplo, a controvérsia em torno do probabilismo e do laxismo foi

quase completamente omitida dos manuais de história da Igreja publicados no final do século XIX e no início do século XX. Nesse sentido, o Abbé Boulin formula o seguinte juízo:

> **Os Manuais de História da Igreja, mesmo os mais recentes, não lhe dão o lugar necessário para oferecer um quadro suficiente dessa época. Eles a esquivam ou a sufocam. O próprio Mourret, apesar de sua extensão, despacha-a em algumas linhas.** É para todo escritor uma questão candente. Ele não deve causar aos Jesuítas nenhuma pena, mesmo que leve. O editor é formal: ele não quer opiniões perigosas que prejudiquem o sucesso de sua dispendiosa empresa. Que o autor, como Tillemont, tenha então o pé seguro da mula, mas para reconhecer e seguir os caminhos batidos. Todos já esqueceram, apesar do acúmulo de referências e do aparato crítico, a grande palavra de Leão XIII: «***A primeira lei da história é não ousar dizer nada contrário à verdade e não ousar nada esconder dela***». [1]

É evidente que, com o progressivo esquecimento das antigas controvérsias teológicas, esses novos autores passaram a reproduzir, quase indistintamente, opiniões já anteriormente formuladas, sem submetê-las ao necessário exame crítico. Do mesmo modo, adotaram como expressão da verdade a tese jesuítica acerca da salvação, tal como havia sido empregada pelos apologistas liberais do final do século XVIII em resposta às acusações dos iluministas sobre a suposta intolerância da Igreja.

A partir do século XIX, a discussão em torno do dogma passou, em larga medida, a consistir na repetição das teses desenvolvidas por esses apologistas liberais. Multiplicaram-se, assim, as obras destinadas a explicar o "verdadeiro sentido" do dogma *Extra Ecclesiam nulla salus*. Tais explicações, em grande parte, nada mais eram do que desdobramentos das posições sustentadas pelos católicos liberais.

Essa interpretação é compartilhada por Mons. Joseph Clifford Fenton (1906–1969), que dedicou parte significativa de sua produção intelectual ao estudo desse dogma. Em sua obra *The Catholic Church and Salvation*, publicada em 1958, Fenton sustenta que, em larga medida, o pensamento católico do século XIX foi marcado pela influência do catolicismo liberal,

[1] BOULIN, Abbé. Pseud.: (RÉCALDE, I. de). Écrits des curés de Paris: contre la politique et la morale des Jésuites (1658-1659) avec une étude sur la querelle du laxisme. Paris: Éditions et Librairie, 1921. p. 56-57

o qual acabou por formular teses incompatíveis com esse dogma. Sob sua orientação, um de seus alunos, John J. King, elaborou um extenso estudo intitulado *The Necessity of the Church for Salvation in Selected Theological Writings of the Past Century*, publicado em 1960.

A principal limitação desses trabalhos consiste no fato de concentrarem sua atenção quase exclusivamente na distinção entre necessidade de meio e necessidade de preceito quanto à pertença à Igreja, relegando a um plano secundário questões que reputamos fundamentais: a necessidade da fé explícita; a indispensável autoridade da Igreja para o ato de fé divina; a impossibilidade de uma fé meramente implícita nos infiéis negativos; a necessidade de crer nos mistérios da fé segundo a explicação da própria Igreja; e a necessidade de que a fé na existência de Deus tenha por fundamento a revelação divina, e não a mera razão natural.

Sem essas noções preliminares devidamente estabelecidas, qualquer pessoa poderia ser considerada possuidora da verdadeira fé e, consequentemente, ligada, de algum modo, à Igreja. Incapazes de demonstrar a impossibilidade de um infiel negativo possuir fé divina enquanto permanece em seus erros, ainda que se encontre em ignorância invencível da religião cristã, esses autores chegaram, inevitavelmente, à conclusão de que tais infiéis estariam, de algum modo, no interior da Igreja. É precisamente essa a eclesiologia que, a nosso ver, seria posteriormente consagrada pelo Conciliábulo Vaticano II.

Não obstante, os pareceres desses autores sobre determinadas questões permanecem de grande interesse histórico. Com efeito, eles analisam um número expressivo de teólogos desse período e evidenciam o profundo estado de confusão em que se encontrava o ensino desse dogma. Um exemplo emblemático desse quadro é a explicação oferecida pelo bispo liberal Louis-Victor-Émile Bougaud (1824–1888).

Desse modo, eis o que diz a respeito deste bispo John King:

> Neste ponto, é necessário deixar as explicações propriamente ditas dos teólogos **e considerar uma obra que influenciou essa doutrina de modo indireto, porém profundo**. Em geral, nem sempre é fácil avaliar com precisão a influência de uma única obra sobre uma determinada doutrina. **No entanto, ocasionalmente nos deparamos com uma obra de proporções clássicas que, ao trazer uma orientação radicalmente nova a uma questão, a projeta em dimensões que antes ela não possuía**.

Tal obra, em relação à doutrina da necessidade da Igreja para a salvação, é o *Le christianisme et le temps présent*, em cinco volumes, de Émile Bougaud. Foi publicada durante os anos de 1872-84. O volume que nos interessa mais de perto é o volume quatro, que apareceu em 1882. **Esta obra é importante não por causa de sua explicação sobre a necessidade da Igreja, mas porque o autor desenvolve nela conceitos sobre a origem, a natureza e a extensão da Igreja que representam um afastamento acentuado da tradição dos eclesiólogos clássicos. Esses conceitos, legados pelo autor à teologia das últimas décadas do século XIX, perdurariam por várias décadas do século XX, trazendo assim para a questão da necessidade da Igreja um modo de explicação bastante diferente de tudo o que encontramos até agora.**

O capítulo um do volume quatro é intitulado "O Corpo da Igreja". É aqui que encontramos os conceitos mencionados acima. Falando sobre a origem da Igreja, Bougaud escreve: "Olhemos primeiro para a origem da Igreja, o momento em que ela apareceu. Qual é esse momento? Quem pode dizer? As origens da Igreja estão perdidas além de todas as coisas conhecidas. Para encontrar a primeira semente delas, é necessário voltar além de Jesus Cristo, além de Abraão, até mesmo além de Adão, àquele momento do qual o evangelista disse: 'No princípio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus' ".

A origem da Igreja reside na própria sociedade das Três Pessoas Divinas; pois o propósito da Igreja é atrair todos os homens para esta sociedade e reconduzi-los a Deus. De fato, a Igreja é concebida para dar aos homens uma participação nessa vida divina, mesmo nesta terra. As almas foram criadas "para viver a própria vida de Deus, mesmo nesta terra; e é por essa razão que, no próprio momento em que as criou, Deus instituiu a Sua Igreja, para que pudessem encontrar, nessa santa sociedade, a luz e o amor pelos quais Ele as fez." Em vista desse propósito, a Igreja pode ser chamada de "a sociedade das almas na luz e no amor". É, portanto, uma sociedade divina com o propósito mais sublime de todas as sociedades na face da terra. No entanto, essa sociedade desenvolveu-se lentamente e não apareceu de repente

sobre a terra em todas as suas perfeições. Foram necessários quatro mil anos para preparar esta grande obra: "Em cada era, acrescentava-se um traço, aumentando a luz, aperfeiçoando os ritos, espiritualizando o sacerdócio, até que veio Jesus Cristo, que elevou tudo: luz, amor, autoridade, hierarquia, à sua beleza máxima." Esse desenvolvimento da Igreja foi semelhante ao processo pelo qual Deus criou o universo físico; foi um processo gradual que culminava sempre em uma forma mais perfeita: "Mas, ao mudar de forma, o propósito permaneceu o mesmo: unir as almas a Deus e umas às outras no laço sagrado do amor. Ou melhor, a forma da Igreja só foi aperfeiçoada para satisfazer a um número maior de almas e para uni-las em uma luz mais eminente e em um amor mais profundo."

Assim, para Bougaud, a Igreja tem sua origem no mistério da Trindade; ela tem por propósito a comunicação da vida de Deus aos homens; em função desse fim, ela é definível nos termos da sociedade das almas na luz e no amor. Essa sociedade desenvolveu-se lentamente ao longo dos séculos até ser elevada e aperfeiçoada por Cristo.

Assim como é difícil determinar o início exato da Igreja por causa de seu caráter e propósito sublimes, também é difícil determinar a extensão da Igreja por causa do caráter sublime de seus membros: "***Como não podemos definir a origens da Igreja, assim também não podemos definir suas dimensões. Por direito, ela é tão ampla quanto o mundo. Ela foi criada para todas as almas. Todas pertencem a ela sem exceção, em todos os lugares e em todos os tempos***."

As almas humanas são a "matéria que compõe o corpo da Igreja". Todos os homens são chamados a participar desta vida divina, nesta sociedade que é a sociedade da luz e do amor; consequentemente, a extensão desta sociedade é enorme. No entanto, o autor insiste que a Igreja tem sim limites definidos; mas uma visão da Igreja que se restringe a esses limites visíveis do organismo visível é severamente limitada e deixa de perceber que existem prolongamentos secretos desta sociedade que vão além de suas fronteiras:

> "***Não que a Igreja não tenha limites fixos e definidos. A Igreja não é uma dispersão, um agrupamento confuso. Ela tem circunvalações exteriores óbvias, com uma grande porta visível chamada batismo, e uma porta invisível chamada amor. Apenas aqueles que entraram pela porta visível fazem parte oficialmente da Igreja. Mas quem quer que olhasse para a Igreja apenas sob este aspecto teria uma ideia pobre dela. Ela é mais vasta do que isso. Ela transborda suas fronteiras. Ela tem na sombra prolongamentos secretos que despertam a admiração.*** A Igreja, de fato, é a sociedade das almas no amor divino. Portanto, quem quer que ame a Deus, necessariamente participa dela. Quem quer que tenha conservado, na heresia ou no cisma, um verdadeiro amor a Deus, é um membro vivo da Igreja. E pouco importa que não tenha recebido o batismo, pertence a ela por direito, como aquelas crianças que, tarde da noite, vagueiam ao redor da casa do pai e, por causa da escuridão, não conseguem encontrar a porta."

Para visualizar a Igreja de forma adequada, é necessário incluir dentro dela todos aqueles que amam a Deus: "Eis a primeira categoria de almas que participam da Igreja: almas que amam a Deus com um amor sincero, quer tenham sido trazidas para dentro dos muros visíveis da Igreja pela porta do batismo, quer tenham sido trazidas para dentro das circunvalações invisíveis da Igreja pela porta do amor."

No entanto, para possuir uma ideia completa da Igreja, não basta estudar sua origem, a matéria que a compõe, nem sua magnífica extensão. É necessário prestar atenção também à determinação positiva de Deus e levar em conta a Igreja tal como Deus a estabeleceu por meio de Cristo. A Igreja foi estabelecida como uma sociedade visível, de acordo com as necessidades sociais do homem. Há também uma razão mais profunda para a visibilidade desta Igreja: "Havia ainda outra razão pela qual a imensa sociedade das almas não era uma dispersão, mas uma sociedade e uma sociedade

> visível, óbvia, fácil de ver e de encontrar. As almas foram criadas livres. Deus não quis lançá-las à força na luz e no amor. Ele havia resolvido não as admitir na Igreja eterna do céu, exceto sob a condição de que tivessem participado livremente da Igreja na terra." **Há três conceitos expostos aqui por Bougaud que fornecerão a base para várias explicações incomuns da necessidade da Igreja. Primeiro, a definição de Bougaud da Igreja como a "sociedade das almas na luz e no amor". Segundo, a visão da Igreja como sendo tão "ampla quanto o mundo". O terceiro é que a Igreja tem prolongamentos secretos de si mesma e que a entrada pode ser obtida pela "porta visível do batismo" ou pela "porta invisível do amor". Esta Igreja à qual ele se refere é obviamente uma Igreja ampliada, de dimensões mais amplas do que a Igreja Católica Romana. O pertencimento a esta Igreja "ampliada" pode ser obtido ou pela graça ou pelo batismo. Se tais conceitos fossem aplicados à doutrina da necessidade da Igreja para a salvação, seria difícil preservar qualquer significado real para essa doutrina; ela seria reduzível a uma mera tautologia: fora da graça não há salvação. Infelizmente, alguns apologistas tentaram evitar as dificuldades envolvidas na doutrina da necessidade da Igreja empregando os conceitos de Bougaud.**

Por outro lado, o Padre Emmanuel Barbier, acérrimo antiliberal, escrevendo em 1924, queixou-se dessa abordagem adotada pelos apologistas à época e não deixou de atribuir isto aos erros de Bougaud. Assim, diz:

> Monsenhor Bougaud já havia simplificado consideravelmente a dificuldade ao definir a Igreja como: *a sociedade das almas na luz e no amor* (era isso o que ele chamava de *corpo* da Igreja). Por meio dessa definição elástica, ele havia trazido para dentro da Igreja (para o corpo da Igreja) todas as almas que, no meio da heresia, do cisma e até da idolatria, amam a Deus com um amor sincero. ***Ele apenas se esqueceu de dizer se esse amor deveria ser sobrenatural, se supõe a fé, e como alguém pode ter fé, a verdadeira fé, na heresia, no cisma e, acima de tudo, na idolatria***. Ao abstrair dessas sutilezas escolásticas, ele explicou claramente aos homens e mulheres cristãos do *tempo presente* como

> todas as almas de boa-fé podem entrar na grande sociedade das almas pela *porta invisível que se chama amor*, e se tornar a *matéria do corpo da Igreja*. Não se encontraria, talvez, entre os apologistas a quem ele abriu o caminho, essa teoria mais aventureira a respeito do corpo da Igreja, **mas eles a mantiveram a respeito da alma, e "essa sociedade na luz e no amor" é de fato uma Igreja ampliada que eles estão pregando**.

Continua, então, King:

> Assim, as ideias de Bougaud encontraram rápida aceitação, embora fossem geralmente aplicadas à alma da Igreja. Seremos capazes de rastrear em muitas das abordagens subsequentes à questão da necessidade da Igreja o efeito das visões de Bougaud. Por causa da profundidade e grandeza dos conceitos espirituais envolvidos, e pela resposta fácil que fornecia a qualquer objeção contra a doutrina, essa abordagem era extremamente atraente, mas infelizmente, ao mesmo tempo, sumamente insatisfatória sob o ponto de vista teológico, uma vez que ampliava o conceito católico tradicional de Igreja e retirava muito da urgência quanto à necessidade do corpo eclesiástico visível que os homens chamam de Igreja Católica Romana. [2]

Caso mais emblemático, sem dúvidas, é daquele "católico" liberal Cardeal John Henry Newman. Aquele liberal acabou por simplesmente negar o próprio dogma. Sobre isso, explica King:

> Assim, Newman vê isso como acontece com outros dogmas: uma afirmação universal que admite exceções em sua aplicação real. Em seu sentido principal, aponta o fato de que a Igreja é a única Igreja "em que se encontram armazenadas as promessas, os sacramentos e os outros meios de salvação." O sentido derivado é que ninguém pode ser salvo "que não esteja nessa única e verdadeira Igreja." **E, no entanto, de modo estranho o bastante, isso não significa que "ninguém possa ser salvo sem a intervenção dessa única Igreja." Pois há exceções a essa necessidade, e elas são descritas na teologia católica pela "doutrina da**

[2]KING, John J. The necessity of the Church for salvation in selected theological writings of the past century. Washington, D.C.: The Catholic University of America Press, 1960. (Studies in Sacred Theology, second series, n. 115). Tese (Doutorado em Teologia Sagrada) – School of Sacred Theology, The Catholic University of America, Washington, D.C., 1960. p. 44-50.

> **ignorância invencível — ou seja, que é possível pertencer à alma da Igreja sem pertencer ao corpo...”** Embora já tenhamos visto o uso frequente da explicação corpo-alma entre teólogos anteriores, é aqui, nos escritos de Newman, que encontramos pela primeira vez a menção explícita de que essa explicação, na realidade, **descreve exceções na aplicação desse dogma**. Newman trata do dogma de forma oblíqua, mas apresenta uma exposição completa de sua visão sobre essa doutrina. **Devido à influência esmagadora do autor, essa explicação não podia deixar de alcançar ampla difusão.**” [3]

Enfim, inúmeros teólogos acabaram por reduzir a necessidade de pertencer ao corpo visível da Igreja, considerando-a como necessidade de preceito. Entretanto, seria necessário pertencer à alma da Igreja, considerando tal necessidade como necessidade de meio.

> Marotte, Newman, Jansen, Vincent, Morere e Russo continuam usando a explicação corpo-alma. No entanto, Vincent e Jansen acrescentam que é necessário com necessidade de preceito pertencer ao corpo da Igreja e necessário com necessidade de meio pertencer à alma. Newman afirma que a doutrina é apenas uma doutrina geral que admite exceções. [4]

O teólogo Johann Baptist Franzelin é outro caso de capital relevância, em razão de sua autoridade e sua influência durante o final do século XIX e, de igual modo, durante o século XX. Após a explicação de sua tese a respeito da salvação vir *per Ecclesiam* e ocorrer *in Ecclesiam*, King faz uma nota de valor:

> Franzelin não fez distinção entre um membro da Igreja e aquele que está dentro da Igreja meramente por desejo. Para ele, se uma pessoa não fosse membro da Igreja, ela estava fora dela. Pertencer à Igreja por desejo equivalia ao pertencimento, se não no foro externo na estimativa da *ecclesia militans*, ao menos no foro interno na estimativa de Deus e da *ecclesia triumphans*. Ele parecia unir o conceito de pertencimento ao conceito de estado de graça. Essa visão poderia levar a um conceito de pertencimento que não é totalmente visível. De fato, parece haver uma certa falta de precisão em suas observações a respeito da visibilidade do

[3] *Ibidem*, p. 37.
[4] *Ibidem*, p. 56

> pertencimento à Igreja. [5]

Como pode ser visto no presente caso e em muitos outros, o grande problema dos teólogos a partir disto é manter aquela visibilidade absoluta que os teólogos tradicionais mantinham, ao negar que um homem poderia salvar-se sem reconhecer a Igreja visível. Negando este ensinamento, certamente são incapazes de providenciar uma eclesiologia consistente.

O mesmo ocorre com De Groot, que expressamente nega o dogma. Eis o que diz:

> Em outro lugar, de Groot afirma que: "***De acordo com a via ordinária da Providência divina, os homens são salvos apenas na comunhão da Igreja; contudo, aqueles que se encontram em ignorância invencível da verdadeira Igreja podem, de acordo com uma via extraordinária, ser salvos pelo poder operante da graça; no entanto, considera-se que estes heréticos que erram de boa-fé pertencem à Igreja.***" No mesmo ano, H. Lambrecht vê a Igreja como necessária tanto com a necessidade de meios quanto com a necessidade de preceito. Esta necessidade é absoluta; a menos que o homem pertença à Igreja ao menos pelo desejo, ele não pode ser salvo. Zigliara afirma, em um corolário sobre o dever de investigar a verdadeira Igreja de Cristo, que a união com a Igreja é necessária para a salvação. A razão é a necessidade de ter alguma união com o corpo de Cristo. Nenhuma elaboração adicional é feita. [6]

Aqui vemos um teólogo admitindo a possibilidade de salvação fora da Igreja Romana *per accidens*:

> G. David, em 1893, expressa a doutrina simplesmente: "Fora da Igreja Romana, não há salvação." Ele explica essa afirmação em três observações: "1. Todo homem está obrigado, sob pena de pecado mortal, a aderir à Igreja Romana." Isto reflete apenas a necessidade de preceito. "2. ***Não é repugnante que se encontrem, per accidens, fora da Igreja Romana, meios suficientes para a salvação, e a própria salvação.***" Isso ocorre porque alguns homens estão escusados da necessidade de

[5] *Ibidem*, p. 65

[6] *Ibidem*, p. 71

> aderir à Igreja devido à ignorância invencível; e permanecem disponíveis para eles meios de salvação: fé, esperança, caridade, etc. "3. Aqueles que vivem fora da Igreja Romana em boa-fé pertencem à sua unidade de alguma maneira." Se estão em estado de graça, estão na alma da Igreja; mesmo se em pecado mortal, podem "por uma disposição de espírito, isto é, *por desejo*, pertencer ao corpo da Igreja." Para David, a necessidade fundamental é a de preceito. [7]

Esta tese é senão o que admitem nossos adversários. Aquela antiga noção de que cada um pode salvar-se em sua própria lei e seita penetrou de tal modo a cristandade que isso passou a ser o ensino de muitos teólogos. Isto, entretanto, ocorreu já na metade do século XVIII ao ser admitido que *per accidens* um homem pode salvar-se em sua própria seita. Eis o que diz o "apologista" jesuíta Vitus Pichler em resposta a uma objeção:

> **Objeção 1.** Todos os membros de qualquer seita, inclusive judeus e turcos, julgam possuir a verdadeira fé e a verdadeira religião. Logo, se erram, erram apenas por um erro invencível, ou seja, inculpável diante de Deus, erro esse que não exclui a felicidade eterna. Portanto, todos podem alcançar a felicidade eterna e salvar-se em qualquer seita. Logo, injustamente uma religião execraria outra como ímpia e condenável. **Resposta 1.** Concedo todo o primeiro entimema. Nego, porém, a ilação; ou distingo: ***que todos possam salvar-se em qualquer seita, acidentalmente e em razão da ignorância invencível, concedo***; que possam salvar-se por si mesmos e pela força dessa mesma seita, nego. [8]

Para fugir de possíveis condenações, apenas disseram "que cada um pode salvar-se em sua própria seita *per accidens*", e assim igualmente pode ocorrer que "fora da Igreja *per accidens* pode ocorrer de um homem ser salvo". Este é precisamente o posicionamento do Conciliábulo Vaticano II.

Mas afinal, como justificam a possibilidade de tais homens terem fé? Para justificar um possível ato de fé nessas falsas seitas colocam a famosa tese, que atribuem a São Justino Mártir, dos *semina Verbi* - isto é, sementes do

[7] *Ibidem*, p. 75

[8] PICHLER, Vito. Theologia polemica, in duas partes divisa: quarum prior generalia theologiae controversisticae fundamenta tradit, et principia… posterior exhibet materias particulares… Accedit in fine Examen polemicum super Augustana Confessione, cum ejus authentico textu. Pars prima. Editio sexta, et prima in hac forma. Antwerpiae: Ex Officina Plantiniana, 1746. p. 17.

Verbo. Seriam fragmentos de verdades existentes em tais seitas, que foram conservadas das revelações realizadas aos primeiros patriarcas. Esquecem, entretanto, de vários pontos.

É claro que esquecem da necessidade da Igreja para o nosso ato de fé divina, esquecem que os princípios de tais seitas acabam por rejeitar todas as crenças que os católicos sustentam e portanto não podem possuir fé implícita de modo algum. Esquecem, aliás, que Deus não pode ser conhecido senão verdadeiramente dentro da Igreja, e portanto não podem possuir sequer fé explícita em Sua existência e em ser remunerador.

Tampouco vale argumentar que poderiam conhecer Deus pela razão natural, pois de nada serve esta para a fé divina, conforme consta nas condenações das teses laxistas de Inocêncio XI (proposição 23). Assim, necessitando da explicação de suas seitas a respeito de tais mistérios, jamais serão capazes de possuir fé em razão das distorções que apresentam sobre Deus - por exemplo, rejeitar a Santíssima Trindade, ou rejeitar que o Espírito Santo não procede do Pai e do Filho, ou rejeitar que Deus nos concede livre arbítrio. Adoram tão somente ídolos.

Ademais, esquecem que são necessários milagres e profecias para terem certeza de sua fé, e tais seitas não possuem nenhum milagre e nenhuma profecia. Ao contrário, possuem somente enganos, dos quais evidentemente a fé divina que aqui discutimos não pode servir-se. Também, parecem esquecer que essas "sementes do Verbo" que existem em tais seitas servem senão para que, sob as aparências da verdade, creiam no erro e assim, permanecendo em suas seitas, sejam condenados. Este é o posicionamento de São Tomás, II-II, q. 172, art. 6:

> Por onde, o ensino mesmo dos demônios, com que instruem os seus profetas, **contém certas verdades, que o torna aceitável: pois, assim o intelecto se deixa arrastar à falsidade pela aparência da verdade, como a vontade, ao mal, pela aparência do bem**. Por isso diz Crisóstomo: **Admite–se que o diabo às vezes fale verdade, para fazer passar a sua mentira de mistura com essa verdade esporádica**.

Enfim, esforçam-se por esquecer o que disse Santo Agostinho:

> **Fora da Igreja ele pode ter tudo, exceto a salvação. Ele pode ter honra, ele pode ter sacramentos, ele pode cantar**

> **aleluia, ele pode responder Amém, ele pode ter o Evangelho, ele pode guardar e pregar a fé em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo: mas em nenhum outro lugar, senão na Igreja Católica, ele pode encontrar a salvação.** [9]

Entretanto, contra o indiferentismo cada vez maior, inúmeros papas pronunciaram-se sustentando o mesmo de sempre. Pio VIII denuncia em sua *Traditi humiliati*:

> "Contra esses sofistas exercitados, deve-se ensinar ao povo que a profissão da fé católica é a única verdadeira, como proclama o apóstolo: um só Senhor, uma só fé, um só batismo... De fato, ***nenhum outro nome a não ser o nome de Jesus foi dado aos homens pelo qual devam ser salvos. Quem crer será salvo; quem não crer será condenado.***" [10]

26.1 Gregório XVI, Orações pelos infiéis e as cartas ao clero da Bavária

Sem dúvidas, entretanto, Gregório XVI foi o que mais condenou este ecumenismo nascente. Um dos casos mais significativos, sem dúvidas, é seu *Officium*, escrito por ocasião da morte de uma rainha protestante. Morta a tal rainha, o bispo da região realiza os ritos fúnebres da Igreja, inclusive permitindo ao orador recomendar sua alma às orações privadas dos fiéis. O dito bispo dirige-se ao papa, afirmando que sua alma estaria salva. Indignado, o papa escreve um *Officium* condenando este indiferentismo e censurando tais atos.

Em sua parte mais relevante, eis o que diz Gregório XVI:

> Recebe, porém, com equanimidade e benevolência, venerável irmão, que, para satisfazermos ao Nosso dever, manifestemos nesta mesma carta familiar uma grave queixa acerca dos acontecimentos ocorridos em tua diocese quando, recentemente, a serenísssima rainha viúva, que não era católica, deixou esta vida. Era certamente justo que os bávaros acompanhassem a rainha falecida com honras civis e condizentes com sua dignidade. Mas o que

[9] AURELIUS AUGUSTINUS. Sermo ad Caesariensis Ecclesiae Plebem, 6; CSEL 53:174-75 *apud* SULLIVAN, Francis. *Ibid.*, p. 32.

[10] PIO VIII, Papa. Traditi humilitati: epistola encyclica. Roma: Sancta Sedes, 24 mai. 1829. n. 4.

agora Nos ocupa são os ritos católicos empregados em seu funeral; e temos diante dos olhos tua carta, dirigida aos párocos no dia dezenove de novembro, a esse respeito. ***Mal podemos exprimir em palavras a profunda dor que sentimos quando, ao lermos essa carta, soubemos que havias ordenado que fossem celebradas por aquela princesa as súplicas públicas que a Igreja instituiu para todos os que morrem na sociedade cristã e católica, embora ela fosse uma mulher que, assim como vivera manifestissimamente na heresia, também nela terminara seus dias.*** *Nada altera esse fato a possibilidade de que, nos últimos instantes da vida, ela pudesse ter sido iluminada, por um oculto benefício da misericórdia divina, ao arrependimento.* Com efeito, esses mistérios mais íntimos da graça divina não pertencem de modo algum ao juízo externo da autoridade eclesiástica; e, por isso, tanto a antiga quanto a nova disciplina da Igreja proíbem que pessoas falecidas em profissão externa e notória de heresia sejam honradas com ritos católicos. **E, no entanto, não te bastou prescrever os ritos católicos para essa ocasião; ordenaste ainda que, na oração fúnebre da falecida, o pregador sagrado a recomendasse expressamente às piedosas preces dos fiéis e proibiste que acrescentasse qualquer explicação acerca da diferença entre aquele funeral e os funerais dos católicos. *Mais ainda: no início de tua carta, não hesitaste em falar da morte dela de tal maneira que afirmaste ter sido chamada por Deus deste mundo para a vida eterna.* Não vemos, de fato, como essa afirmação, feita por ti com tamanha segurança e sem qualquer ressalva, possa conciliar-se com o dogma católico acerca da necessidade da verdadeira fé católica para alcançar a salvação; referimo-nos àquele dogma que figura entre os principais artigos das fórmulas de profissão de fé e que Nós mesmos, na carta encíclica dirigida aos bispos da Baviera, *recomendamos que fosse defendido como antídoto contra a peste crescente do indiferentismo*, particularmente necessária nos tempos presentes**. [...] [11]

[11]GREGÓRIO XVI, Papa. *Officium*: epistola CXXXVII *in* Acta Gregorii Papae XVI: scilicet constitutiones, bullae, litterae apostolicae, epistolae. Auspice Vincentio Vannutelli; recensita et digesta cura ac studio Antonii

Era, mais uma vez, necessário afirmar o que havia sido dito por São Gregório Magno:

> GREGÓRIO. Vedes, pois, que razão é uma só, tanto para, na vida futura, ninguém rezar pelos homens condenados para sempre ao fogo do inferno, quanto para agora não se rezar pelo diabo e seus anjos, sentenciados aos tormentos eternos: **e esta é também a própria razão pela qual os homens santos agora não rezam por aqueles que morrem em sua infidelidade e vida notoriamente iníqua: *pois, sendo certo que eles estão condenados a penas sem fim, com que propósito deveriam eles rezar por eles, quando sabem que nenhuma petição será admitida por Deus, seu justo juiz?* E, portanto, se agora os homens santos que vivem sobre a terra não se compadecem daqueles que estão mortos e condenados por seus pecados, ainda que saibam que eles mesmos fazem algo pela fragilidade da carne**, o que também há de ser julgado: com quanto maior rigor e severidade contemplam eles os tormentos dos condenados, quando eles mesmos estiverem livres de todo vício da corrupção e mais proximamente unidos à própria justiça verdadeira: pois a força da justiça de tal modo possui suas almas, pois que estão tão intimamente unidos ao juiz justíssimo, que de nenhuma maneira desejam fazer aquilo que sabem não ser conforme ao seu divino prazer. [12]

O juízo, entretanto, realizado por Gregório XVI não é de todo idêntico ao de seu predecessor. Enquanto São Gregório Magno exprime "que é certo", bem como vimos anteriormente o dominicano João Ragúsio realizar o mesmo juízo diante dos padres do Concílio de Florença. Entretanto, os prováveis escrúpulos em consciência fazem com que Gregório XVI se prenda à uma possibilidade inexistente discutida por alguns teólogos. Conforme dissera o agostiniano Manuel Caldeira no referido processo inquisitorial, tais teólogos buscam senão abrir novos caminhos de salvação.

Mariae Bernasconi. Romae: Ex Typographia Polyglotta S. C. de Propaganda Fide, 1902. v. 3, pars 1. p. 199-200.

[12]GREGÓRIO MAGNO, Papa. Dialogues: book IV. Translated by P. W. (1608); edited by Edmund G. Gardner. London: Philip Lee Warner, 1911. cap. 44. p. 210-258.; em outra ocasião, São Gregório Magno fez o mesmo julgamento em seu livro *Moralia* (lib. XXXIV, cap. 19): "Os Santos não oram pelos infiéis e ímpios que estão mortos, porque recuam de ver o mérito de sua oração tornado vão diante daquela face do justo Juiz, no tocante àqueles que já sabem estarem condenados à punição eterna."; veja em: https://www.tertullian.org/fathers/gregory_04_dialogues_book4.htm#C44

Apesar de tais questões, Gregório XVI continua a atacar os católicos liberais e indiferentistas. Denuncia, com efeito, que as reuniões ecumênicas então realizadas buscavam apagar da memória dos fiéis a verdade de fé que fora da Igreja Católica Romana não há salvação. Assim, em outra carta dirigida também aos bispos da Baviera, diz:

> [...] De todo modo, cabia a ti prevenir que isso não acontecesse, ou ao menos repreender, segundo o teu ofício, os que assim agiram, e publicamente reprovar o feito em reparação do escândalo. Pois daí deveria provir grande escândalo, quando sacerdotes católicos, honrando o culto acatólico com tal distinção, parecem ter aprovado de fato esse culto juntamente com os erros em que se apoia. **Na verdade, os ministros protestantes não querem outra coisa senão que, induzido o clero católico a tal modo de agir, se enfraqueça no povo fiel a memória daquele dogma que afirma a necessidade da fé e da unidade católica para alcançar a salvação; e daí lhes seja mais fácil atrair a muitos, para que miseravelmente se desviem da estreita vereda da verdade católica para a larga estrada do erro e da perdição.** Por isso, não te seja penoso, venerável irmão, que recordemos à tua memória o que está escrito no livro do Apocalipse (cap. II, vers. 14 e seguintes) em nome de Cristo ao bispo de Pérgamo. Pois, se aquele foi repreendido e mandado fazer penitência porque não resistira como devia aos hereges nicolaítas em sua diocese, facilmente compreenderás o que se deve dizer de um prelado que ou permitiu a seu clero católico comparecer à pompa e solene dedicação do novo templo dos protestantes, ou, como devia, não o proibiu. [...] [13]

Em tal século, os teólogos, em sua maioria de regiões da França, Alemanha e Bélgica voltavam-se a tentar interpretar e encontrar subterfúgios para contornar o dogma de que fora da Igreja não há salvação, criando tais teses de que *per accidens* pode haver salvação fora da Igreja e que *per accidens* alguns homens podem salvar-se em suas próprias seitas. Não por acaso, aliás, em uma outra carta dirigida ao clero da Bavária, terra dominada pelo indiferentismo, declara Gregório XVI:

[13]GREGÓRIO XVI, Papa. *Dolorem*: epistola CCLVI *in* Acta Gregorii Papae XVI: scilicet constitutiones, bullae, litterae apostolicae, epistolae. Auspice Vincentio Vannutelli; recensita et digesta cura ac studio Antonii Mariae Bernasconi. Romae: Ex Typographia Polyglotta S. C. de Propaganda Fide, 1901. v. 2, pars 1. p. 385-386.

> [...] ***Em primeiro lugar, Sua Santidade quis declarar publicamente que as supracitadas cartas não podem admitir qualquer interpretação ou declaração na parte em que não só comemoram aquele santíssimo dogma da nossa religião, que fora da verdadeira fé católica ninguém pode ser salvo*, mas também estabelecem, ou antes, explicam os antigos cânones, que os casamentos de católicos com acatólicos são absolutamente ilícitos e proibidos, tanto pela comunhão viciosa em coisas sagradas, quanto pelo perigo de subversão do cônjuge católico e a má formação da prole a nascer.** [14]

Como vimos, Gregório XVI em tais encíclicas e instrução refere-se constantemente a um outro documento enviado para o clero da Bavária, em que se condenam tais erros. Trata-se da carta encíclica *Summo Iugiter Studio*. Nesta encíclica, Gregório XVI condena a posição defendida por nossos adversários:

> Finalmente, não faltam, entre esses mesmos, ***alguns que procuram persuadir a si próprios e aos outros de que o homem não se salva somente na religião católica, mas também de que aqueles que são hereges e morrem na heresia podem alcançar a vida eterna.***

Com efeito, o que tais teólogos sustentam? Que hereges, morrendo em sua seita, podem *per accidens* se salvar, refugiando-se ao mesmo tempo no argumento que estariam ligados à Igreja Católica Romana. É significativo notar que Gregório XVI faz tal condenação referindo-se à partícula "homem", e portanto estendendo seu juízo a qualquer classe de "homem" e não apenas aos que culpavelmente rejeitam as verdades da fé católica.

Mas quem são "esses mesmos", referidos pelo papa, que propagam tais opiniões? Aqueles mesmos que tentavam convencer os católicos que eles poderiam contrair licitamente matrimônio com heterodoxos. Isto é senão o comportamento típico dos católicos liberais e indiferentistas. Fica mais uma vez estabelecida a conexão entre tais teses.

[14]GREGÓRIO XVI, Papa. *Literis iam*: Instructio CCCLXXVI *in* Acta Gregorii Papae XVI: scilicet constitutiones, bullae, litterae apostolicae, epistolae. Auspice Vincentio Vannutelli; recensita et digesta cura ac studio Antonii Mariae Bernasconi. Romae: Ex Typographia Polyglotta S. C. de Propaganda Fide, 1901. v. 1, pars 1. p. 459-461.

26.2 1 - As falsas interpretações sobre os documentos de Pio IX

Certamente, tais teólogos liberais desejando encontrar fundamento para sua tese, voltaram-se todos para algumas encíclicas de Pio IX. Por exemplo, alguns desses casos mais problemáticos são aqueles que apoiavam-se ainda nas teses proscritas do jesuíta Juan Martínez de Ripalda por Inocêncio XI, como se vê:

> Alguns partidários de Ripalda ou de Gutberlet invocaram estas palavras de uma encíclica de Pio IX aos bispos da Itália: «Aqueles que têm a desgraça de ignorar invencivelmente a nossa santa religião, e que, observadores zelosos da lei natural e de seus preceitos divinamente gravados em todos os corações, e prontos a obedecer a Deus, levam uma vida honesta e boa, esses, Nós o sabemos e Vós também o sabeis, Filhos amados e Veneráveis Irmãos, podem, ***pela operação da luz divina e da graça, chegar à vida eterna***; pois Deus, que vê às claras e conhece a fundo os espíritos, as intenções, os pensamentos e as disposições habituais de todos, não permite, em sua soberana clemência e bondade, que alguém seja punido com os suplícios eternos sem uma culpabilidade bem voluntária.» (10 de agosto de 1863. Denzinger-Bannwart, n. 1077). **E quer-se deduzir deste texto que os infiéis negativos, se observarem a lei natural com a graça sobrenatural elevando suas faculdades para tais boas ações, e com o firme propósito de obedecer a Deus em todo mandamento grave (fides in voto implicito), *podem ser salvos sem nenhuma intervenção da revelação e da fé estrita.*** [15]

Sem dúvidas, o documento que mais causou confusão foi o referenciado. Trata-se da encíclica *Quanto conficiamur moerore*, publicada em 10 de agosto de 1863, dirigida aos prelados e fiéis da Itália. Os teólogos no século XIX e, posteriormente no século XX, irão referenciá-lo constantemente pois ensina que "aqueles que têm a desgraça de ignorar invencivelmente a nossa santa religião [...] podem [...] chegar à vida eterna".

A partir deste documento, tomaram sua posição herética por certa. Sem

[15]VACANT, Alfred; MANGENOT, Eugène (dir.). Dictionnaire de théologie catholique. Tome septième, deuxième partie: Impanation-Irvingiens. Paris: Letouzey et Ané, 1923. Verbete: Infidèles, col. 1823, pnt. 2 (Les documents ecclésiastiques).

dúvidas, existem problemas na encíclica, especialmente a linguagem empregada, que permitiu tais interpretações capciosas. Em tal século XIX, já imbuído das falsas concepções sobre o "bom selvagem" de Rousseau e outros iluministas, Pio IX toma por certo que tais homens estariam seguindo a lei natural, enquanto tradicionalmente todos tratavam este caso de seguir a lei natural como caso hipotético e de modo extremamente cético. Relembrando o que dizia Pelágio I: "Os ímpios […] que não conheceram o caminho do Senhor".

Nesse sentido, há um distanciamento da escolástica, de Santo Antonino, de São Vicente Ferrer e todos os demais teólogos. Enquanto tais santos tratavam isto como um caso meramente hipotético e possível, Pio IX toma como que por quase certo. Ao invés de considerá-los como "desagradáveis a Deus", "vasos de perdição", preparados para "as chamas ardentes" e que, sem a fé é como que moralmente impossível que sigam a mesma lei natural, no supracitado juízo do Cardeal Pullen, o que Pio IX diz? Que tais homens são "observadores zelosos da lei natural […] levam uma vida honesta e boa". Este modo de tratar a questão levou homens como Mons. Joseph Clifford Fenton a assumir a absurda posição de que estariam, inclusive, com graça santificante - o que pressupõe que já estivessem justificados e, por isso mesmo, já possuiriam as virtudes teologais da fé, esperança e caridade.

Entretanto, apesar destes problemas, tendem a esquecer que Pio IX na linha anterior a esta sentença faz uma forte formulação do dogma que elimina a mesma interpretação que tentam imputar a ele - isto é, de que tenha ensinado que poderia ser salvo permanecendo em sua seita. Tal interpretação não iria contrariar tanto o que o mesmo papa diz em outros documentos, mas o que mesmo seu predecessor, Gregório XVI havia dito, de que os homens só podem ser salvos *in catholica religione*. Na sentença anterior, assim diz o papa:

> E aqui, Diletos Filhos Nossos e Veneráveis Irmãos, cumpre novamente recordar e reprovar um gravíssimo erro, no qual infelizmente se encontram alguns católicos, **que julgam que homens vivendo no erro e afastados da verdadeira fé e da unidade católica podem alcançar a vida eterna**. Tal opinião é, de fato, sumamente contrária à doutrina católica. [16]

Nem objetem nossos adversários que não pensam assim. Afinal, qual "unidade católica" se refere o papa a não ser aquela referenciada no Concílio de Florença

[16]PIO IX, Papa. Quanto conficiamur moerore: epistola encyclica ad episcopos Italiae. [S. l.]: Vicifons, 10 aug. 1863. Disponível em: https://la.wikisource.org/wiki/Quanto_conficiamur. Acesso em: 29 jul. 2026.

com os seguintes termos "[...] que vale tanto a *unidade do corpo eclesiástico* [...]"? Estes homens, que vivem no erro, afastados do corpo visível da Igreja, único lugar onde pode se encontrar a verdadeira fé como dirá na encíclica *Singulari Quidem*, não podem de modo algum alcançar a salvação eterna. O raciocínio é simples: se a fé está apenas dentro da Igreja, que é um corpo visível, alguém distante deste mesmo corpo visível não pode encontrar a fé sem que venha ao conhecimento desta mesma Igreja. Eis, então, condenados nossos adversários mais uma vez.

Mons. Clifford Fenton, aliás, coloca que isto deve antecipar todas as reflexões que possam ser feitas sobre este documento. Diz ele:

> "**Antes de tudo, deve-se** notar que a formulação do dogma de que não há salvação fora da Igreja é mais vigorosa e explícita nesta encíclica [Quanto Conficiamur Moerore] do que em qualquer outro documento, exceto talvez o próprio *Cantate Domino*. O Papa Pio IX condenou como um erro gravíssimo (gravissimum errorem) a noção de que 'os homens vivendo no erro e separados da verdadeira fé e da unidade católica podem alcançar a vida eterna'." [17]

Refugiam-se, entretanto, na expressão "*divinae lucis, et gratiae operante virtute*", acreditando que por esta expressão poderiam defender seu posicionamento. Esta expressão *divinae lucis* e similares encontramos repetidas vezes em documentos papais antigos a respeito de missionários e de conversões à fé. Como bem sabemos os nossos adversários, apresentamos o testemunho de Bento XIV a respeito de missionários, que emprega a mesma expressão referindo-se à pregação do Evangelho, bem como o que os escotistas anteriormente haviam dito.

26.3 1.1. A expressão "*divinae lucis, et gratiae*" - Bento XIV e os escotistas

Bento XIV assim emprega a expressão, referindo-se à pregação do Evangelho:

> "Incitados por esse exemplo e como que convocados para a luta pelo toque da trombeta, ouvimos, não sem um sentimento de enorme alegria, que já muitos dos nossos, inflamados ***por um***

[17] FENTON, Joseph Clifford. The Catholic Church and Salvation. Westminster, Maryland: The Newman Press, 1958. Part I, cap. V: The Encyclical *Quanto conficiamur moerore*, p. 58-59.

ardorosíssimo zelo em difundir o Evangelho, alistaram-se a concurso para as sagradas Missões das Filipinas, desejando ardentemente preencher o número de seus Irmãos, aos quais felicitam por terem sido levados aos Céus pela palma do Martírio. Tomara, porém, que a razão do encargo assumido, a condição do lugar e do tempo permitissem e levassem a que, associados às suas fileiras, nos fosse lícito também a Nós concluir juntamente com eles o curso das sagradas Missões que outrora iniciamos nas Ilhas Americanas. Empunhando o estandarte da expedição apostólica com ânimo inteiramente pronto e de belíssima vontade, iríamos à frente dos demais e apressaríamos a viagem rumo aos ***povos privados da luz e da graça divinas*** [divinae lucis], prontos e desejosos de entregar-lhes não somente o Evangelho de Deus, mas também as nossas próprias almas. Para lá, afinal, partiríamos com alegria, para onde nos convida o sangue de nossos irmãos, clamando da terra não vingança, como o sangue de Abel, mas propiciação, como o Sangue de Cristo, **e a salvação das almas que perecem**. No entanto, visto que não depende daquele que quer, nem daquele que corre, mas de Deus que usa de misericórdia, o qual, pelo arcano juízo de sua Sabedoria, arrancou-nos como do peito materno do desejadíssimo estádio do munícipio apostólico e, sem que sequer o cogitássemos, conduziu-nos a Roma e nos transferiu para a sorte deste ministério, lamentamos a nossa condição; contudo, felicitamos como que com inveja àqueles que Ele separou como Legados por Cristo mais dignos e mais úteis do que nós, **e pôs como luz das nações, para que sejam a sua salvação até os confins da terra**. Enquanto isso, enquanto os nossos Campeões, revestidos da armadura de Deus, **tomando o escudo da Fé, o capacete da salvação e a espada do Espírito, que é a palavra de Deus, calçados os pés na preparação do Evangelho, e postos em ordem de batalha contra os Principados e Potestades, lutando bravamente contra os Dominadores deste mundo de trevas, pelejarem as batalhas do Senhor**, Nós, permanecendo junto às bagagens, derramaremos continuamente o nosso coração por meio de toda oração e súplica, para que lhes seja dada a palavra no abrir da sua boca para, com confiança, **dar a conhecer o mistério do Evangelho**, a fim de que nele ousem falar como convém, e não

> considerem suas vidas mais preciosas que a sua missão. E como o sangue dos Mártires é semente de cristãos, erguemo-nos na esperança de que, aumentando por meio dos novos Ministros do Evangelho o fruto da mais recente vitória e triunfo, e destruída e arrancada pelo fogo toda a superstição do culto profano, o troféu da Cruz de Cristo seja introduzido no mui florescente Império, **e para o povo que jaz nas trevas e na sombra da morte brilhe a iluminação do Evangelho [illuminatio Evangelii], e o caminho da salvação seja finalmente aberto**." [18]

Os escotistas assim também empregavam o termo, colocando que "com a graça divina", Deus "iluminaria tais infiéis", conforme se vê em Crescentius Krisper:

> Se, contudo, existisse entre os índios algum povo assim, Deus não negaria àquele que, ***com a graça divina***, faz aquilo que está ao seu alcance a graça da ***iluminação acerca de Cristo, seja por iluminação interna, seja pela pregação externa de um homem***.[19]

O mesmo diz, com ainda mais força, Bernardo Sannig que afirma que tal luz será enviada do céu e iluminará tal homem a respeito de Cristo:

> Quanto à sua prova, digo que, se tal criança fizer aquilo que está ao seu alcance, observando a lei natural, Deus, em virtude de sua fidelidade, ***lhe infundirá uma luz enviada do céu, pela qual será iluminada não somente acerca da fé em Deus, mas também acerca da fé em Cristo e de seus mistérios***. [20]

Conforme diz o exegeta Alonso Tostado, caso não recebam a iluminação do Evangelho, a "verdadeira e divina luz", é necessário que sejam condenados:

> **E porque ninguém pode descer à pena do purgatório, a não ser aquele que algum dia há de ter a vida eterna e morreu na caridade, mas não podem salvar-se senão os que têm essa fé, portanto somente os cristãos podem descer ao**

[18]BENTO XIV, Papa. Epistola Reverendissimi Patris Magistri Generalis Ordinis Praedicatorum ad Patres et Fratres ejusdem Ordinis: qua eos allocutionis SS. D. N. Benedicti XIV certiores facit ex eodem libello. *In*: Benedicti XIV Pont. Opt. Max. olim Prosperi Cardinalis de Lambertinis operum editio novissima: ad postremam Remondinianam omnino exacta. Tomus decimusquartus continens opuscula miscellanea. Prati: In Typographia Aldina, 1845. t. 14. p. 152.

[19]KRISPER, Crescentius. *Ibid.*, p. 167.

[20]SANNIG, Bernard. *Ibid.*, p. 39.

> **Purgatório. Donde nem os judeus, nem os sarracenos, nem os demais pagãos podem descer ao Purgatório, porque é necessário que eles morram em pecado mortal, visto que não recebem a fé à qual estão obrigados. Ora, todos os que falecem em pecado mortal são condenados à Geena, se são adultos; portanto todos esses são condenados eternamente, e somente os cristãos descem ao Purgatório.** [21]

Assim, com base nestes textos formulamos o seguinte juízo: quando Pio IX diz que tais homens poderiam ser salvos mediante "a operação da luz divina e da graça", refere-se à recepção do Evangelho que Deus operaria em tais infiéis, enviando um pregador ou um missionário. Considerando contextualmente o período da modernidade, esta visão encontra seu fundamento em Bento XIV, não distante cronologicamente de Pio IX, e que utiliza a mesma expressão "*divinae lucis*" para se referir à pregação do Evangelho por missionários, bem como na escola que nossos adversários tentam se sustentar teologicamente em alguns momentos.

Entretanto, para destruir ainda mais tal posicionamento, demonstraremos que expressões similares foram empregadas nos documentos de Leão XIII e Pio XI, enquanto referiam-se a situações de ignorância invencível.

26.4 1.2. Expressões similares em Leão XIII e Pio XI

O mesmo tom empregado por Pio IX de modo extremamente condescendente com tais ignorantes invencíveis encontra-se com Leão XIII. Aludimos, entretanto, a este papa em razão de também empregar expressão similar a "*divinae lucis*" - neste caso, veritatis gratiaeque divina - , empregada por Pio IX, em contexto similar:

> Até agora, **talvez**, **tendo eles voltado o ardor para a virtude cristã, consultando mais religiosamente as divinas Escrituras, multiplicando piedosamente as orações, permaneceram, entretanto, *incertos e ansiosos à voz de Cristo*, que há muito os admoestava intimamente**. **Agora**

[21] TOSTATO, Alfonso. Commentaria in septimam partem Matthæi. Correcta, re visa ac demum impressa a quamplurimis erroribus expurgata; addito quadruplici indice per Paulinum Berti Lucensem. Venetiis [Veneza]. 1615. Matthaei, cap. XXV, p. 446

veem claramente para onde aquele bom Pastor os chama e quer. Se retornarem ao único redil dele, então alcançarão os benefícios que buscavam e os *auxílios consequentes da salvação*, dos quais Ele mesmo fez a Igreja administradora, como que guarda perpétua e procuradora de sua redenção entre as nações. Então hão de haurir águas com alegria das fontes do Salvador, de seus sacramentos admiráveis: *donde as almas fiéis são restituídas à amizade de Deus, uma vez perdoados os pecados, são nutridas e fortalecidas pelo pão celeste, e abundam dos máximos auxílios para a aquisição da vida eterna.* De tais bens, de fato, ***sedentos como estão***, oxalá o Deus da paz, o Deus de toda consolação, **benigníssimo os faça participantes e sacie plenamente**. — Nossa exortação e votos queremos que de modo especial sejam dirigidos àqueles que são tidos por ministros da religião em suas comunidades. Homens que, por sua função, precedem em doutrina e autoridade, *aos quais verdadeiramente está no coração a glória divina e a salvação das almas:* ***queiram eles, animosos, obedecer e corresponder antes de tudo ao Deus que os chama, e dar de si um exemplo ilustre***.

Com singular alegria certamente **a Igreja mãe os acolherá e os abraçará com toda bondade e solicitude, já que por entre árduas dificuldades das coisas uma virtude de ânimo mais generosa os reconduziu ao seu seio**. ***E desta mesma virtude mal se pode dizer quão grande louvor os aguarde nas assembleias dos irmãos por todo o orbe católico, quanta esperança e confiança algum dia diante de Cristo juiz, quão grandes prêmios por ele no reino celeste! Nós, certamente, quanto em toda medida for possível, não deixaremos de favorecer a reconciliação deles com a Igreja; da qual tanto os indivíduos quanto as ordens religiosas, o que ardentemente desejamos, poderão haurir abundante exemplo a ser imitado. Enquanto isso, rogamos e suplicamos a todos, pelas entranhas da misericórdia de nosso Deus, que se esforcem fielmente em secundar o curso patente da verdade e da graça divina***

[veritatis gratiaeque divinae]. [22]

O papa aqui afirma que tais infiéis ingressarão na Igreja, se converterão e poderão beneficiar-se dos "auxílios consequentes da salvação", dos quais antes se encontravam privados. Entre outros documentos, repete o mesmo termo referindo-se à pregação do Evangelho no documento *Sancta Dei Civitas*, dirigida aos missionários.

Pio XI referindo-se, sem dúvidas, a tais ignorantes invencíveis, diz em sua *Mortalium animos*, utilizando expressão similar a Pio IX - *caelestia ilumina*:

> "Compreendeis, Veneráveis Irmãos, quanto isto está em Nossos desejos, e desejamos que o saibam os Nossos filhos, ***não só todos os que pertencem ao orbe católico, mas também todos os que de Nós dissentem; os quais, se com humilde prece implorarem as luzes celestes [caelestia lumina], sem dúvida alguma hão de reconhecer a única verdadeira Igreja de Jesus Cristo e nela finalmente ingressar, unidos conosco em perfeita caridade.*** Na expectativa deste acontecimento, como penhor dos dons divinos e testemunho da Nossa paterna benevolência, a vós, Veneráveis Irmãos, e ao vosso clero e povo, concedemos mui amorosamente a bênção apostólica." [23]

O papa afirma que tais homens implorando as "luzes celestes" irão, *sem dúvida*, reconhecer a Igreja Católica Romana e, somente assim, *finalmente irão ingressar*. Não existe um modo de ingressar antes de tal reconhecimento explícito da Igreja visível.

Entretanto, se não bastam os discursos de Bento XIV, Leão XIII, Pio XI e o emprego de expressões similares em contextos parecidos, vejamos o que diz o mesmo Pio IX percebendo o que os católicos liberais faziam em vida com seus discursos - isto é, os distorciam, de modo a fazer parecer que o papa acreditava que fora da Igreja poderia de algum modo haver salvação, como sustentam nossos adversários.

[22] LEÃO XIII, Papa. Apostolicae curae: litterae apostolicae de ordinationibus anglicanis invalidis irritisque pronuntiandis. Roma: Sancta Sedes, 13 sept. 1896. Disponível em: https://www.vatican.va/content/leo-xiii/la/apost_letters/documents/litterae-apostolicae-apostolicae-curae-13-septembris-1896.html. Acesso em: 29 jul. 2026.

[23] PIO XI, Papa. Mortalium animos: litterae encyclicae de vera religiosa unitate fovenda. Roma: Sancta Sedes, 6 jan. 1928. Disponível em: https://www.vatican.va/content/pius-xi/la/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19280106_mortalium-animos.html. Acesso em: 29 jul. 2026.

26.5 1.3. Discursos de Pio IX contra seus opositores

Pio IX, entretanto, reconhece em vida o que tentavam fazer os inimigos da fé, de modo a imputar-lhe que sustentava que fora da Igreja poderia haver salvação.

Contra tais dirige-se na Alocução aos Cardeais, *Ubi primum nullus*, afirmando:

> Mas há ainda outra coisa, que fortemente angustia e oprime nossa mente. Certamente não vos é desconhecido, Veneráveis Irmãos, que muitos inimigos da verdade católica, especialmente em nossos tempos, dirigem seus esforços no sentido de igualar cada monstruosidade de opinião à doutrina de Cristo, ou de misturá-la com ela, e assim se empenham cada vez mais em propagar aquele ímpio sistema da indiferença a respeito de qualquer religião. **Contudo, mais recentemente — horrível de se dizer! — foram encontrados alguns que lançaram ultraje sobre nosso nome e dignidade apostólica, de modo que não hesitaram em nos difamar como se fôssemos participantes de sua loucura e favoráveis ao mencionado sistema iniquíssimo.** Esses homens, de fato, a partir de conselhos certamente não alheios à santidade da Religião Católica, que consideramos benévola e conveniente para certos negócios referentes à administração civil da Sede Pontifícia, e com a permissão de alguns homens dessa mesma Sede, que no início do nosso Pontificado foi gentilmente concedida, **quiseram conjecturar que nós sentimos tão benevolentemente acerca de qualquer gênero de homens [quocumque hominum genere], que não somente os filhos da Igreja, mas também os demais, *mesmo que permaneçam afastados da unidade católica [sed ceteros etiam utut a Catholica unitate alieni permaneant], estariam igualmente no caminho da salvação e poderiam alcançar a vida eterna. Faltam-nos palavras de puro horror para expressar a detestação desta nova e tão atroz injustiça feita contra nós*.**

Diz então qual é seu posicionamento a respeito:

> Amamos, de fato, com íntimo afeto do coração todos os homens,

> mas não de outra forma senão na caridade de Deus e de Nosso Senhor Jesus Cristo, que veio buscar e salvar o que se havia perdido; que morreu por todos; *que deseja que todos os homens se salvem e cheguem ao conhecimento da verdade; que enviou, portanto [proinde] seus discípulos ao mundo inteiro para pregar o Evangelho a toda criatura, anunciando que aqueles que crerem e forem batizados serão salvos, e que aqueles que não crerem serão condenados.* ***Que venham [Veniant], portanto [igitur], aqueles que desejam ser salvos [qui salvi fieri volunt], à coluna e ao firme fundamento da verdade, que é a Igreja; venham, isto é, à verdadeira Igreja de Cristo, que em seus Bispos e no Romano Pontífice, Cabeça Suprema de todos, possui a sucessão da autoridade apostólica, nunca interrompida****; que jamais considerou nada de maior importância senão pregar e, por todos os meios, conservar e proteger a doutrina anunciada pelos Apóstolos por ordem de Cristo; doutrina que, desde a época dos Apóstolos, cresceu em meio a todo tipo de dificuldades, e que, por todo o mundo, resplandece pelo esplendor de milagres, foi ampliada pelo sangue dos mártires, enobrecida pelas virtudes de Confessores e Virgens, reforçada pelos testemunhos e escritos dos Padres mais sábios; e que vigorosamente existe em todas as partes da terra, e brilha na perfeita unidade da fé, dos sacramentos e do governo sagrado.* Nós, que, embora indignos, presidimos à suprema Cátedra de Pedro, Apóstolo, na qual Cristo Senhor colocou o fundamento da mesma Igreja, **jamais nos absteremos de quaisquer cuidados ou trabalhos, para que, pela graça do próprio Cristo, *possamos conduzir aqueles que são ignorantes e se desviam* [eos qui ignorant, et errant] a este único caminho da verdade e da salvação.** Que aqueles, porém, que se opõem lembrem-se de que o céu e a terra passarão, **mas nada das palavras de Cristo pode jamais ser omitido [*praeterire*, entenda-se por se deixar passar e etc.]**, nem a doutrina pode ser alterada, a qual a Igreja Católica recebeu de Cristo para guardar, proteger e pregar. [24]

Há mais alguma dúvida a respeito deste ponto? Pio IX trata *ex professo*

[24]PIO IX, Papa. Ubi primum nullis: alocução aos Cardeais no Consistório Secreto. *In*: Pii Pontificis Maximi Acta. Romae: Typographia Bonarum Artium, 1854. Pars prima, p. 70, trecho: p. 73-75.

daqueles que "são ignorantes e se desviam" deste *único* caminho da verdade e salvação e que *aqueles que desejam ser salvos* devem vir à Igreja visível, representada pelo papa e seus bispos, único lugar onde podem encontrar a verdadeira fé pela qual podem ser salvos. Fora disto, é impossível a salvação.

Isto, conforme dissemos anteriormente, é o ensinamento de Pio IX. O único lugar onde podem encontrar a fé verdadeira para serem salvos é no corpo eclesiástico, a Igreja, conforme diz o mesmo o papa na *Singulari Quidem*, n. 4:

> "Há uma só Igreja verdadeira, santa, católica, que é a Igreja Apostólica Romana. Há uma só Sé fundada em Pedro pela palavra do Senhor, ***fora da qual não podemos encontrar nem a verdadeira fé, nem a salvação eterna***. Aquele que não tem a Igreja por mãe não pode ter a Deus por pai, e quem quer que abandone a Sé de Pedro sobre a qual a Igreja está estabelecida confia falsamente que está na Igreja." [25]

Encerramos aqui a questão Pio IX. Se os mais obtusos ainda não foram capazes de entender, mais uma vez explicamos: apesar de sua linguagem distante da Tradição, bem como dos Santos Doutores, da escolástica, bem como das antigas formulações do Magistério, as palavras do mesmo papa no mesmo documento, bem como em alocuções - como a *Ubi primum nullus* - demonstram que tais infiéis só podem chegar à salvação recebendo "a luz divina e a graça", isto é, o Evangelho e conhecendo a verdadeira fé, que só pode ser encontrada na Igreja, como o mesmo papa diz na *Singulari Quidem*. Ou seja, a interpretação mais razoável e condizente, conforme vimos em sua própria alocução e em outra encíclica sua, bem como utilizando de outros textos do Magistério, como no caso de Bento XIV, é que o papa se referia com tais palavras à recepção do Evangelho por uma operação realizada por Deus para a conversão de tal infiel, operada de modo que ele se converta e reconheça a fé explícita e a Igreja.

Anote-se apenas como nota marginal que esta objeção utilizando Pio IX é respondida pelo Padre Michael Müller, bem como por Orestes Brownson. Verdadeiramente, ela não é mais do que o mesmo que diziam os católicos liberais no século XIX.

[25] PIO IX, Papa. Singulari quadam: allocutio habita in Consistorio Secreto. Roma, 9 dec. 1854. Disponível em: http://papalencyclicals.net/pius09/p9singul.htm. Acesso em: 30 jul. 2026. n. 4.

CAPÍTULO 27

FINAL DO SÉCULO XIX - Leão XIII, Americanismo e Ensino Magisterial

Conforme se vê pelas citações precedentes, a tese jesuítica enfim se consolida, com o início da decadente terceira escolástica. O mais significativo é, entretanto, perceber que os dois principais autores a respeito desta tese no século XX, John J. King e Mons. Clifford Fenton, escreveram nas terras da América do Norte.

O motivo para isto é senão a heresia do americanismo, que então se propagava naquelas terras. Entre muitas de suas teses, estava um enfraquecimento das verdades da fé, conforme se vê pela condenação realizada por Leão XIII.

> "Muitos julgam que isto deve ser entendido não apenas quanto à disciplina de vida, mas também quanto às doutrinas que contêm o depósito da fé. **Sustentam, com efeito, que é oportuno, para atrair a vontade dos dissidentes, que certos pontos da doutrina, como que de menor importância, sejam omitidos ou abrandados [suavizados/afrouxados], de modo a não reterem o mesmo sentido que a Igreja constantemente manteve.**" [1]

[1] LEÃO XIII, Papa. Testem benevolentiae nostrae: epistola ad S.R.E. Presbyterum Cardinalem Iacobum

Joseph Clifford Fenton vê nessa passagem uma referência ao dogma de que fora da Igreja não há salvação. Escreve:

> Ora, durante a última década do século XIX, surgiu entre alguns escritores católicos uma tendência e um desejo de tornar a Igreja Católica mais aceitável aos não católicos e até mesmo de fazê-la parecer mais respeitável entre os mais instruídos dentre os não membros da Igreja. Em consonância com esse desejo, alguns deles adotaram uma atitude severamente criticada pelo Papa Leão XIII em sua carta *Testem benevolentiae*. O Papa Leão repudiou aqueles que 'sustentam que, para atrair a vontade daqueles que de nós dissentem, é oportuno passar por alto certos pontos de doutrina como se fossem de menor importância ou abrandá-los de modo que não conservem o mesmo sentido que a Igreja constantemente manteve.' ***Essa atitude manifestou-se com maior força em relação ao dogma da necessidade da Igreja para a salvação eterna, o ponto de doutrina contra o qual os opositores da Igreja tendiam a reagir mais violentamente***. Assim, houve alguns publicistas católicos que produziram declarações da posição católica nas quais o dogma da necessidade da Igreja para a obtenção da salvação foi simplesmente ignorado. **Outros, contudo, escreveram e ensinaram de tal modo a enfraquecer este ensinamento e a explicá-lo de uma maneira inconsistente com os pronunciamentos sobre o assunto por parte do magistério eclesiástico. Essas foram as pessoas que reduziram a necessidade da Igreja para a obtenção da salvação a uma mera fórmula vazia.** [2]

Contra esses católicos liberais levantaram-se o valente padre redentorista Michael Müller (1825–1899) e, além dele, o publicista e conferencista Orestes Augustus Brownson, os quais combateram vigorosamente as posições defendidas por esse grupo. Em torno deles reuniram-se diversos clérigos que professavam a mesma orientação doutrinária.

Quanto a este último, em sua revista, reproduz-se o testemunho de um sacerdote contemporâneo, que assim manifestava sua gratidão pelo combate empreendido por Brownson contra os católicos liberais:

Gibbons. Roma: Sancta Sedes, 22 jan. 1899. Disponível em: https://www.vatican.va/content/leo-xiii/la/letters/documents/hf_l-xiii_let_18990122_testem-benevolentiae.html. Acesso em: 29 jul. 2026.

[2]FENTON, Joseph Clifford. *Ibid.*, p. 122.

> Ora, enquanto estamos a escrever, chega-nos uma carta de um sacerdote sincero, escrita num tom muito diferente, e com o seu nome e permissão para a usar como quisermos. Inserimos um excerto:
>
> MEU CARO DR. BROWNSON: Com o maior prazer li atentamente, repetidamente, o seu artigo, "Nulla est salus extra Ecclesiam". ***A razão pela qual tive tanto interesse nele foi porque estudei em Carlow, Irlanda, onde desde a minha infância sempre ouvi que "ninguém, exceto os Católicos, seria salvo:" tão firmemente os Católicos Irlandeses se apegam a esta opinião, que não oravam a Deus para ter misericórdia de um Protestante morto.*** Segunda razão: Porque o seu artigo me pareceu à mesma luz em que recebi essa opinião no ano passado, ao estudar essa questão no College. Terceira razão: **Porque passei algum tempo na Missão Rural, cento e quarenta e seis milhas a norte desta cidade. Muitas vezes preguei a doutrina Católica nas igrejas Protestantes, tribunais, salões públicos e escolas a hereges e infiéis, na sua simplicidade nua tal como a aprendi. Falei da única verdadeira Igreja e da necessidade de ser membro dela.** ***Penso que este ensinamento ofendeu alguns, até mesmo Católicos. Alguns disseram que não se poderia oferecer maior insulto aos Protestantes ou infiéis do que dizer que eles deveriam tornar-se Católicos para salvar as suas almas.*** Tenho o prazer de ver que o senhor vai continuar este artigo no número de Outubro, porque é um mal terrível ver tantas boas pessoas a irem diariamente para a destruição; mas parece-me ser também censurável por parte daqueles comissionados pelo nosso querido Senhor para ensinar a doutrina da salvação, **não os admoestar de forma suave e doce, à maneira de São Francisco de Sales, da necessidade de pertencerem à única verdadeira Igreja**.

Orestes Brownson, aliás, faz um juízo interessantíssimo, que muito vale para os nossos dias:

> ***O nosso reverendo amigo está perfeitamente certo, e a experiência, tanto quanto a temos sobre o assunto, concorda com ele, que se quisermos converter Protestantes***

> ***e infiéis devemos pregar em todo o seu rigor o dogma nu***. Dê-lhes o menor pretexto, ou o que lhes pareça ser, não a si, mas a eles; — o menor pretexto, para pendurar uma esperança de salvação sem estar na igreja ou realmente reconciliado com ela pelo sacramento da penitência, e todos os argumentos que lhes puder dirigir para provar a necessidade de estar na igreja para ser salvo, não terão mais efeito sobre eles do que chuva nas costas de um pato. ***O senhor pode trazê-los para a igreja por razões estéticas, pela grandeza e pompa da sua liturgia, pelo seu gosto na decoração da igreja, pela sua música solene e arrebatadora, até por razões intelectuais, mas nunca como o meio necessário de salvar as suas almas***. [3]

Esses teólogos modernos combateram amplamente a doutrina tradicional, chegando a sustentar teses como a de que alguém poderia "estar na alma da Igreja", ao mesmo tempo em que professa exteriormente a heresia, entre outras formulações que reputamos inadmissíveis.

Recomendamos, assim, a leitura das obras do Pe. Michael Müller, que expõe precisamente a posição que sustentamos sobre essa questão, bem como das obras de Orestes Augustus Brownson, que igualmente defende nosso posicionamento.

Quanto ao Pe. Michael Müller, fazemos apenas uma ressalva. Com efeito, Müller afirma que "a ignorância invencível não é causa de condenação". Em certo sentido, é possível compreender o alcance dessa afirmação, pois um homem não é condenado **unicamente** em razão da ignorância invencível, visto que esta, em si mesma, não constitui pecado. Todavia, para maior precisão teológica, parece-nos necessário acrescentar, com o teólogo Francisco de Santo Agostinho Macedo (1596–1681), ao comentar um texto do Santo Padre:

> **Aquela infidelidade negativa é causa de condenação negativa, isto é, torna-os desprovidos da salvação eterna e são excluídos do Reino dos Céus**. Ora, os excluídos vão para a condenação, pois não é dado lugar intermédio na eternidade. Contudo, não serão punidos positivamente pelo pecado de infidelidade, que não cometeram nem puderam cometer por sofrerem de ignorância invencível, mas darão penas pelos outros pecados. Do

[3]BROWNSON, Orestes A. The works of Orestes A. Brownson. Collected and arranged by Henry F. Brownson. Detroit: H. F. Brownson, 1887. v. 20. p. 412-413

> mesmo modo, aqueles que morrem apenas com o pecado original, na opinião comum, não são punidos positivamente sofrendo a pena do sentido; mas são condenados pela exclusão do Reino dos Céus e são privados da beatitude eterna, condenados, por assim dizer, negativamente, ou seja, apenas pela pena do dano (poenam damni), mas não positivamente pela pena do sentido (poenam sensus).
>
> **Portanto, a mente de Agostinho é dizer que a ignorância invencível não desculpa ninguém de tal modo que não seja excluído do Reino dos Céus e enviado aos infernos, mas desculpa da pena positivamente a ser-lhe infligida por causa daquele pecado de infidelidade, pelo qual não sofrerão a pena do fogo, uma vez que não o cometeram; embora ardam eternamente por causa de outros pecados, o que Agostinho significou ao dizer que arderão mais brandamente, porque não arderão como os hereges e maus cristãos não crentes, porque estes arderão por causa do pecado da incredulidade e perfídia que cometeram contra a fé, e arderão por causa de outros pecados que adicionaram pela violação dos preceitos e mandamentos da Lei Divina.** [4]

27.1 Leão XIII, a fé explícita em Cristo e o ensino explícito da necessidade da Igreja para o nosso ato de fé divina

Leão XIII encerra, ao mesmo tempo, duas questões fundamentais. Em primeiro lugar, reafirma a necessidade da fé explícita em Cristo. Em segundo, eleva à condição de ensinamento oficial do Magistério aquele antigo posicionamento de São Tomás de Aquino, sustentado ao longo dos séculos por seus mais eminentes discípulos. É verdade que tal doutrina já se encontrava subentendida ou implicitamente afirmada em numerosos textos do Magistério; contudo, Leão XIII acabou por enunciá-la de maneira explícita.

[4] MACEDO, Franciscus a Sancto Augustino. Collationes S. Thomæ et Scoti in tertium Sententiarum: cum differentiis inter utranque textibus utriusque fideliter productis, sententiis subtiliter examinatis, de ineffabili et altissimo Incarnationis mysterio, & aliis continentibus. Tomus singularis. Patavii [Pádua]: Apud Cadorinum, 1680. p. 357

Em sua encíclica *Sapientiae Christianae*, Leão XIII ensina a necessidade da pregação do Evangelho para a fé:

> Ora, a fé, como virtude, é um dom precioso da graça e da bondade divinas; contudo, as coisas [res] às quais a fé deve se aplicar **por quase nenhum outro modo senão ouvindo são conhecidas** [non alio fere modo quam audiendo noscuntur]: "**Como crerão naquele de quem não ouviram falar? E como ouvirão, se não houver quem pregue? A fé vem, portanto, da pregação, e a pregação pela palavra de Cristo**" (Rm 10,14.17). **Sendo, pois, a fé necessária à salvação, segue-se que a palavra de Cristo deve ser pregada**. Ora, o ministério da pregação, isto é, do ensino, por direito divino, pertence aos pastores, ou seja, aos bispos, "aos quais o Espírito Santo constituiu para governar a Igreja de Deus" (cf. At 20,28). Esse dever cabe principalmente ao Romano Pontífice, vigário de Jesus Cristo, constituído como cabeça da Igreja universal e mestre de tudo o que concerne à moral e à fé.

De fato, só há um outro modo de converter-se a não ser pelo ouvir, conforme diz São Tomás. Tal modo é a inspiração interior, dada por Deus, que faz uma revelação imediata para tal alma. Continua Leão XIII:

> Ocorre de modo bem diverso com os cristãos; **eles recebem sua regra de fé da Igreja, por cuja autoridade e sob cuja direção têm consciência de haver, sem dúvida, alcançado a verdade**. Consequentemente, assim como a Igreja é una, porque Jesus Cristo é um só, assim também em todo o mundo cristão existe, e deve existir, uma só doutrina: "Um só Senhor, uma só fé"; e, "tendo o mesmo espírito de fé", **eles possuem o princípio salvífico do qual brotam espontaneamente uma mesma vontade em todos e um mesmo modo de agir.** [...] **Segue-se, como consequência, que tudo aquilo que é manifestamente revelado por Deus deve ser aceito com um assentimento semelhante e igual**. Recusar-se a crer em qualquer um desses pontos equivale a rejeitá-los todos, pois destrói-se, assim, o próprio fundamento da fé, **ao negar que Deus falou aos homens ou ao duvidar de Sua verdade e sabedoria infinitas**. **Determinar, contudo, quais são as doutrinas divinamente reveladas pertence à Igreja docente, a quem Deus confiou a custó-**

> **dia e a interpretação de Suas palavras.** [...] Mas o mestre supremo na Igreja é o Pontífice Romano. **A união das mentes, portanto, exige, juntamente com a perfeita concordância na única fé, completa submissão e obediência de vontade à Igreja e ao Pontífice Romano, como a Deus mesmo**. **Essa obediência, contudo, deve ser perfeita, porque é imposta pela própria fé e tem com ela isto em comum**: que não pode ser fragmentada; de fato, **se não for absoluta e perfeita em todos os aspectos**, poderá ter o nome de obediência, mas perderá sua essência.

Certamente, até o momento parece estar um tanto quanto obscuro o ensino do posicionamento de São Tomás. Eis então que o papa cita *ipsis litteris* o texto do santo doutor:

> A prática cristã atribui tanto valor a essa perfeição da obediência que ela tem sido, e sempre será, considerada o sinal distintivo pelo qual se reconhecem os católicos. ***Admiravelmente expõe esse ponto de vista o seguinte trecho de São Tomás de Aquino*: "O objeto formal da fé é a verdade primeira, *tal como se manifesta nas Sagradas Escrituras e na doutrina da Igreja, que procede da fonte da verdade. Segue-se, portanto, que aquele que não adere, como a uma regra divina infalível, ao ensinamento da Igreja, que procede da verdade primeira manifestada nas Escrituras, não possui o hábito da fé; mas sustenta as matérias de fé de outro modo que não pela fé verdadeira.* Ora, é evidente que aquele que se apega às doutrinas da Igreja como a uma regra infalível dá seu assentimento a tudo o que a Igreja ensina; mas se, em relação ao que a Igreja ensina, ele aceita o que gosta e rejeita o que não gosta, então ele não adere ao ensinamento da Igreja como a uma regra infalível, mas à sua própria vontade"** [5]

[5]LEÃO XIII, Papa. Sapientiae christianae: litterae encyclicae de praecipuis civium christianorum officiis. Roma: Sancta Sedes, 10 jan. 1890. Disponível em: https://www.vatican.va/content/leo-xiii/la/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_10011890_sapientiae-christianae.html. Acesso em: 30 jul. 2026.

CAPÍTULO 28

INÍCIO DO SÉCULO XX - São Pio X, *Sodalitium Pianum*, Pio XI e a contínua rejeição do dogma

Certamente, década após década, a terceira escolástica foi revelando as suas próprias fragilidades. Nesse período, delinearam-se duas correntes teológicas em constante tensão: a corrente tradicional e a chamada corrente crítica.

A primeira era predominantemente francesa, reunindo pensadores próximos da *Action Française*. Em geral, manifestava profundo descontentamento em relação a René Descartes (1596–1650), Immanuel Kant (1724–1804) e à filosofia moderna em seu conjunto, bem como aos filósofos contemporâneos, por considerá-los responsáveis pela influência exercida sobre a herética *nouvelle théologie*. Seu ponto culminante foi, sem dúvida, a promulgação das Vinte e Quatro Teses Tomistas durante o pontificado de Bento XV (1854–1922). Apesar disso, essa corrente já havia assimilado diversos elementos do pensamento de Francisco Suárez. Entre seus mestres figurava Tommaso de Vio, Cardeal Caetano, o famoso *spirituali*, inclinado a posições favoráveis ao protestantismo, cujas obras foram reimpressas durante o pontificado de Leão XIII sem as censuras anteriormente impostas por São Pio V. Por intermédio de Caetano, diversas noções e terminologias de origem escotista penetraram nessa corrente. Entre os seus principais representantes destacam-se o sulpiciano Albert Farges (1848–1926) e o dominicano Réginald Garrigou-Lagrange (1877–1964).

Quanto à segunda corrente, caracterizava-se por uma ampla abertura ao emprego das línguas vernáculas no ensino da teologia, bem como ao diálogo com as ciências seculares e com a filosofia moderna. Dividia-se, por sua vez, em uma vertente historicista e outra sistemática. Exerceu especial influência nas universidades alemãs e também em centros de estudos então recentemente fundados, como os de Lovaina, Friburgo e Milão. Expressava-se, sobretudo, por meio de periódicos como a *Revue néo-scholastique*, a *Revue néo-scholastique de philosophie*, a *The New Scholasticism* e a *Rivista di filosofia neoscolastica.* Entre seus principais representantes figuram o Cardeal Désiré Mercier (1851–1926) e o jesuíta Joseph Maréchal (1878–1944), profundamente influenciado pelo pensamento kantiano.[1]

A nosso ver, ao longo de todo esse período, apenas duas figuras se aproximaram efetivamente do ensinamento tradicional: o Padre Bernard Marechaux (datas biográficas não identificadas com segurança), membro da *Sodalitium Pianum*, e o Padre Leonard Edward Feeney (1897–1978). Ainda assim, mesmo que de maneira remota, é possível encontrar em São Pio X (1835–1914) uma recordação da necessidade de recorrer à Igreja para alcançar a salvação:

> Entretanto, em meio a tudo isso, não podemos deixar de recordar à mente de todos, tanto dos poderosos quanto dos humildes, juntamente com o próprio São Gregório Magno, *quão imperiosa é a necessidade de recorrer à Igreja, por meio da qual é possível prover não somente à salvação eterna, mas também à paz e à própria prosperidade desta vida terrena.* [2]

28.1 O falho argumento do Catecismo de São Pio X

Alguns mencionam que o Catecismo de São Pio X ensina que os homens podem ser salvos enquanto ligados apenas à alma da Igreja. Quanto a estes homens de tamanho desconhecimento teológico, é preciso lembrar que este catecismo não possui infalibilidade alguma, não refletindo o magistério papal. Por outro lado, nenhum teólogo no século XX jamais tratou o Catecismo de São Pio X

[1] BARCELÓ, Ramis. *Ibid.* p. 339-343.

[2] PIO X, Papa. Iucunda sane: litterae encyclicae de S. Gregorio Magno XIII ex eius obitu saeculo exeunte. Roma: Sancta Sedes, 12 mar. 1904. Disponível em: https://www.vatican.va/content/pius-x/la/encyclicals/documents/hf_p-x_enc_12031904_iucunda-sane.html. Acesso em: 30 jul. 2026.

como fonte para encontrar o seu próprio posicionamento. Um dos teólogos mais "decentes" do século XX, Mons. Fenton - mas que certamente não chega nem próximo de teólogos como Concina, Elizalde e Pattuzzi - jamais sequer citou tal catecismo como uma fonte extremamente autoritativa e relevante.

O único Catecismo utilizado pelos teólogos para tratar a respeito das matérias de fé foi o Catecismo do Concílio de Trento. Este argumento do Catecismo de São Pio X é especialmente formulado por leigos, desprovidos como estão das fontes mais sãs da teologia e condenados como estão ao ensino dos maus padres que seguem, de vida escandalosa e pecaminosa, e que os arrastam para o inferno.

Certamente se o máximo que nossos adversários conseguem fazer é citar este Catecismo, é apenas uma questão de tempo até perceberem que o debate está encerrado, e que o vosso erro vos puxa para aquelas chamas ardentes, aos quais estão destinados enquanto não se converterem, e certamente terão por companhia os mesmos ignorantes invencíveis que pretendem tanto salvar.

28.2 *Sodalitium Pianum* e outros teólogos

Agora, respondido isto do modo como deve ser respondido, dizemos que os homens de confiança de São Pio X emitiram um juízo que certamente vos é amargo. Nesse sentido, a denúncia feita por Bernard Marechaux pelos inovadores do século XX é significativa. Eis o que diz o reputado teólogo:

> Já não é o grande número dos salvos entre os cristãos o que garantem os inovadores pertinazes, mas antes o grande número dos salvos, em relação ao conjunto da humanidade. ***Segundo eles, os pagãos, os maoetanos, os budistas, os heréticos, os cismáticos são salvos em massa, e não apenas os católicos romanos***. **Tememos ao ler semelhantes teorias, que tendem a inutilizar a graça do Santo Batismo, depreciam o benefício da verdadeira fé, retiram com efeito da Igreja Católica o privilégio de possuir o Espírito Santificador e transformam – por meio de interpretações – em atos meritórios de religião as idolatrias e os fanatismos. *Demoraria muito empreender a refutação desses erros atentatórios à pureza da fé: baste-nos dizer que no séc. XIX esses erros – corporificados na pessoa do Pe. Gravina, jesuita***

siciliano – foram refutados e condenados ao Index. [...] Atualmente o **Pe. Castelein, jesuita belga, e alguns menos conhecidos, que se alcunham de *científicos*, puseram esses erros novamente em voga, reanimando-os e jogando-os sobre o público com grande estridor. Eles se esforçaram vãmente em disfarçar a condenação fulminada sobre o Pe. Gravina, ao quererem que ela incidisse apenas em certos pontos. No fundo apoiam a tese dele – a da salvação da imensa maioria dos homens, notadamente dos infiéis, e a apoiam com os mesmos argumentos. *Acontece que o que Pe. Gravina apresentava como verossímil, eles consideram certo e demonstrado, investindo com incrível audácia contra a Tradição constante de dezoito séculos de cristianismo.*** Para lhes responder, entramos na controvérsia e dizemos: não é permitido interpretar a Escritura em sentido contrário ao determinado pela Tradição; **não é permitido ensinar uma doutrina diametralmente oposta à unanimidade dos Padres e dos teólogos**. Ora, a interpretação tradicional e constante preceitua que as palavras do Salvador sobre o caminho largo e o caminho apertado e a sentença *muitos serão os chamados, mas poucos os escolhidos* se referem ambas aos que se perdem e se salvam; e o ensinamento unânime dos Padres e dos teólogos reza que haverá mais condenados que salvos, ao menos *em relação ao conjunto da humanidade*. Os modernos inovadores teológicos se revoltam ao pensar que tantas almas, pelas quais morreu Jesus Cristo, se hão de perder; daí tentam reduzir a pequeníssimas proporções o número das que efetivamente se perderão. Se pensarmos bem e partirmos do belíssimo princípio, porém mal compreendido, da superabundância da misericórdia divina – por que ainda existiriam almas condenadas, por que haveria de existir uma sequer? Deus, ao criar uma alma, já sabendo que ela se condenaria, embora deveras pudesse impedir tal condenação, cria um mistério que desconcerta a razão, e diante do qual é mister tremer e adorar. Se certas pessoas se queixam de que Ele permite a condenação de muitas almas, por que não se queixam quando poucas delas se tornam vítimas duma justiça irremissível ao passo que a imensa maioria das criaturas humanas goza no céu da felicidade eterna? Se nos apegarmos a razões de sentimentalidade, recairemos no erro

> de Orígenes, que dogmatizava que ao final de tudo condenados e demônios seriam retirados do inferno e elevados ao paraíso. Demais a mais este é um erro bem contemporâneo. [3]

À época, Louis Billot (1846–1931) fundamentava sua posição na necessidade da revelação divina para a existência da fé, uma vez que esta se apoia na autoridade de Deus enquanto revelador. Com base nesse princípio, sustentava que a necessidade da fé explícita em Cristo não constituía uma questão particularmente controvertida, pois dificilmente alguém poderia chegar ao conhecimento de Deus como revelador sem, ao mesmo tempo, conhecer o mistério da Santíssima Trindade e a pessoa de Jesus Cristo. Trata-se, aliás, de um argumento que não deixa de possuir consistência.

Entretanto, como vimos, diversos teólogos do século XX abandonaram a compreensão tradicional da necessidade da revelação, apoiando-se na doutrina dos *semina Verbi*. Naturalmente, a argumentação de Billot não foi formulada tendo em vista objeções dessa natureza, posteriormente levantadas pelos neomodernistas.

Por sua vez, Mons. Joseph Clifford Fenton, juntamente com John King, continua a evidenciar as misérias doutrinárias desse período. A esse respeito, veja-se, por exemplo, o que escreve acerca do influente dominicano Édouard Hugon (1867–1929):

> Em 1905, E. Hugon escreveu um artigo intitulado *"Le salut des païens"* na *Revue thomiste*. Este artigo ocupa-se principalmente em destruir a calúnia de que a Igreja ***condena todos os pagãos ao inferno***. No decorrer deste artigo, ele menciona que um homem pode ser salvo ao pertencer à alma da Igreja, **embora não ao corpo**; assim, não há fundamento para os ataques feitos contra a Igreja por causa do ensino referente à sua necessidade para a salvação. Ele afirma que a Igreja insiste com razão nesta doutrina: 'Mas ela dá uma explicação dessa fórmula que concilia a misericórdia com a justiça. Ela declara que uma pessoa pode participar da vida de sua alma sem pertencer ao seu corpo; e que a salvação é possível para todos os homens de boa vontade.' [4]

Além disso, eis o que diz outro dominicano, o influente moralista Royo Marin:

[3]MARECHAUX, Bernard. Du nombre des élus, Éditions du Sel. France. 2007. Disponível em: https://permanencia.org.br/index.php/paginas/detalhar/67

[4]KING, John J. *Ibid.*, p. 106.

> "Assim, de acordo com a doutrina oficial da Igreja, **os pagãos e infiéis também podem alcançar o Reino de Deus**. Não porque os ritos ou crenças de suas falsas religiões tenham alguma eficácia santificadora, mas porque eles podem vir a pertencer em espírito sem o saberem à verdadeira Igreja de Cristo e receber, por sua influência, as graças da salvação." [5]

Sobre estas coisas, afirmamos senão o que São Fulgêncio diz:

> Crê firmemente, e de modo algum duvides, **que não só todos os pagãos, mas também todos os judeus, hereges e cismáticos que terminam a vida presente fora da Igreja Católica irão para o fogo eterno, que foi preparado para o diabo e seus anjos**.

O que diria São Fulgêncio destes dominicanos? Eis o que se segue:

> Crê fielmente, sustenta firmissimamente, defende com verdade, fortaleza e paciência estes capítulos que pertencem firmissimamente à regra da verdadeira fé. E se conheceres alguém que ensine o contrário, não só de todos, **mas até de algum desses pontos**, ***evita-o como a peste, e rejeita-o como herege e inimigo da fé cristã e católica.***

O ecumenismo, como se pode observar, expandia-se cada vez mais. Nesse contexto, o Papa Pio XI publicou a célebre encíclica *Mortalium Animos*, na qual combate os erros então incipientes desse movimento. O principal alvo de sua crítica é a heresia da distinção entre artigos fundamentais e não fundamentais da fé. Segundo essa doutrina, bastaria crer nos artigos considerados fundamentais — isto é, na existência de Deus, em Deus como remunerador, na Santíssima Trindade e em Cristo — para possuir a verdadeira fé e alcançar a salvação, sem que fosse necessário, contudo, professar as demais verdades contidas no Símbolo dos Apóstolos.

Ora, isto não é senão o que defendem os nossos adversários. Afinal, conforme diz Concina em outra obra referindo-se a tal problema, diz:

> Não me escapa que alguns casuístas costumam excusar os povos rudes e simples dos hereges, os quais, prestando fé a seus próprios

[5] ROYO MARÍN, Antonio. ¿Se salvan todos?: el problema de la salvación de los infieles. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1995. p. 177.

> pastores, conservam, como eles mesmos dizem, a fé recebida no batismo; porque, padecendo de ignorância invencível, não seriam pertinazes, mas hereges apenas materiais. E ensina Busembaum que esses podem ser absolvidos pelos párocos católicos; e acrescenta outro comentador que tais hereges materiais não devem — segundo ele crê — ser condenados por falta de fé, se crerem nas coisas que são necessárias pela necessidade do meio. ***Quão pouco esta doutrina difira da sentença comum entre os hereges, a saber: que para a salvação basta crer nos artigos que chamam fundamentais, cuja fé é necessária pela necessidade do meio, mas não quanto aos outros artigos, que não são fundamentais — e por essa razão afirmam que todos os cristãos de qualquer seita, ainda que fora da única fortaleza da Igreja Romana, se salvam —, quão pouco, digo, esta doutrina dos casuístas difere dessa opinião errônea, julguem os demais.*** Certamente, pela mesma razão pela qual chamam o povo rude da Alemanha, seguidor de Lutero, herege material, também poderão — e até com maior razão — chamar hereges materiais os povos rudes dos Hebreus, Nestorianos, Eutiquianos e Arianos, e levá-los ao Paraíso pelo benefício da ignorância invencível; ***o que é contrário ao sentido da Escritura e da Igreja universal.*** [6]

De fato, a respeito disto escreve o papa, concordando com o juízo daqueles antigos teólogos, que tal heresia leva senão ao ateísmo:

> Ora, os que sustentam tal opinião não apenas erram e se iludem, mas também, **ao rejeitarem a verdadeira religião mediante a corrupção de sua própria noção, desviam-se gradualmente para o naturalismo e para o chamado ateísmo. Daí decorre manifestamente que todo aquele que presta apoio aos que pensam e promovem tais ideias afasta-se completamente da religião divinamente revelada.** [7]

[6]CONCINA, Daniele. Commentarius historico-apologeticus in duas dissertationes tributus: quarum altera anticriticis Animadversionibus refellit ea quæ adversus paupertatis Disciplinam a D. Patriarcha Dominico in suo Ordine constitutam, scriptis prodiderunt Continuatores Bollandi in Commentariis nuper in Acta ejusdem Patriarchæ editis : altera eamdem Disciplinam a laxioribus P. Raphaelis de Pornasio interpretationibus vindicat. Venetiis [Veneza]: Apud Simonem Occhi, 1742. p. 260-261.

[7]PIO XI, Papa. *Ibid.*, n. 2.

CAPÍTULO 29

SÉCULO XX - Suprema Haec Sacra e o caso Feeney

Diante dessas teses, que, a nosso ver, subvertiam a necessidade de pertencer à verdadeira Igreja, o sacerdote norte-americano Leonard Edward Feeney, juntamente com autores como Raymond Karam (1904–1967), reafirmou a antiga doutrina da fé católica segundo a qual todos os pagãos, judeus, hereges e cismáticos, enquanto permanecem em tais estados, caminham para a condenação.

Entretanto, o arcebispo liberal de Boston, Richard James Cushing (1895–1970), que, segundo nossa interpretação, negava esse dogma, perseguiu Feeney até as últimas consequências. São conhecidas as numerosas reuniões que esse prelado mantinha com judeus, liberais e até mesmo maçons. Não por acaso, foi homenageado como "Homem do Ano" pela organização judaica B'nai B'rith.

Percebendo as dificuldades que a pregação de Feeney representava para o movimento ecumênico, Cushing solicitou a Roma um pronunciamento sobre a questão. O texto que supostamente recebeu da Santa Sé chegou em 1949, assinado por Francesco Marchetti Selvaggiani (1871–1951), e, curiosamente, foi publicado na revista oficial da arquidiocese, *The Pilot*.

Entretanto, o texto dito "completo" da carta somente veio a público em 1952, um ano após a morte de Selvaggiani, que era o único signatário em

condições de atestar a autenticidade de seu conteúdo. Nesse texto integral, ensinava-se que um ignorante invencível poderia alcançar a salvação mediante um desejo implícito de pertencer à Igreja, sem a necessidade de reconhecê-la explicitamente nem de converter-se a ela. Em outras palavras, o pagão poderia salvar-se permanecendo pagão.

Essa carta recebeu o nome de *Suprema Haec Sacra*. Entretanto, jamais foi publicada nas *Acta Apostolicae Sedis*, e Pio XII nunca voltou a referir-se a ela nos anos subsequentes. Um de seus maiores defensores, Mons. Joseph Clifford Fenton, reconhece que não possui infalibilidade. Mais do que isso, como veremos, não possuía qualquer força vinculante. Com efeito, sequer é possível afirmar com plena certeza que o texto corresponda efetivamente a um documento emanado do Santo Ofício, tendo em vista que sua divulgação dependeu, em última análise, do arcebispo de Boston, cuja posição doutrinária é objeto de severa controvérsia.

Quanto à ausência de força vinculante e às dúvidas acerca da autenticidade de documentos dessa natureza, veja-se o que escreve o reputado Mons. Paolo De Töth (1881–1965), ligado ao círculo do *Sodalitium Pianum* de São Pio X, ao tratar de outra controvérsia semelhante: a disputa entre alguns jesuítas e a doutrina de São Tomás de Aquino, especialmente em torno das tentativas daqueles de relativizar o ensinamento das vinte e quatro teses tomistas por meio de documentos autoritativos, entre os quais figurava um que jamais foi publicado nas *Acta Apostolicae Sedis*:

> **Porque o pensamento e a atuação dos Papas não devem ser julgados senão por seus atos públicos e oficiais.** [...] Os autores de «A Escolástica e as suas tarefas atuais» escrevem, ao contrário, que, se a resposta da Sacra Congregação às dúvidas submetidas ao seu exame e aprovada solenemente pelo Papa devesse ser entendida como, por assim dizer, uma correção do decreto Ledóchowski, uma retratação da liberdade nele afirmada e um retorno à sentença pura e simples de São Tomás, Bento XV teria mudado de opinião no espaço de um ano (1). Coisa que, para se esquivarem da acusação de faltar com o respeito à autoridade daquele Papa, eles se apressam em dizer que é «pouco provável». Não!... Não só é «pouco provável», mas é absolutamente falso que Bento XV tenha mudado de opinião no espaço de um ano. **A opinião daquele Pontífice não deve ser deduzida de pretensos documentos desprovidos de qualquer valor, como o é o**

decreto do P. Ledóchowski — não se sabe quando feito nem por quem (o rescrito que se diz ter-lhe sido anexado traz as mesmas notas de inautenticidade) —, ***mas sim dos documentos públicos e inseridos entre os atos da Santa Sé.*** [...] **"Posto que Bento XV quisesse trazer modificações ou explicações ao texto do «Doctoris Angelici», Ele o teria feito com um documento equivalente, com outro «Motu proprio» ou «Breve» ou em uma Encíclica, e não com uma carta privada, como é a carta endereçada em março de 1917 ao Geral da Companhia para responder a algumas perguntas do mesmo. Esta carta foi publicada, é verdade, nos periódicos da Companhia — «Civiltà Cattolica», «Zeitschrift für katholische Theologie», «Études», etc. —, mas não apareceu nos «Acta Apostolicae Sedis». Não parece aos autores do nosso opúsculo que isso também não seja sem significado?.... *Porque — diga-se mais uma vez — o juízo dos católicos a respeito das intenções, das vontades e das disposições da Santa Sé só pode ser determinado pelos atos públicos e oficiais da mesma, como são todos os atos inscritos no Boletim Oficial dos seus decretos e das suas leis."*** [1]

[1]DE TÖTH, Paolo. DE TÒTH, Paolo. Della preminenza, in sè e secondo le dichiarazioni dei Sommi Pontefici Leone XIII, Pio X, Benedetto XV e Pio XI, della filosofia e teologia tomistica: a proposito di un opuscolo su "La Scolastica e i suoi còmpiti odierni". Acquapendente: Tipografia La Commerciale, 1936. p. 51 ss; p. 69; p. 75.

CAPÍTULO 30

SÉCULO XX - Pio XII: *Mystici Corporis Christi* e *Humani Generis*

A última objeção que pode ser levantada contra a nossa tese é, certamente, a encíclica *Mystici Corporis Christi*. Nela, reúnem-se e fundem-se duas concepções eclesiológicas distintas: a do Corpo Místico de Cristo e a da *societas perfecta* (sociedade perfeita). A concepção da Igreja como Corpo Místico de Cristo já havia sido discutida no Concílio Vaticano I e rejeitada pelos padres conciliares, em razão de sua conotação jansenista e da extrema ambiguidade que lhe era atribuída.

Nas atas do referido Concílio, encontra-se o seguinte:

> Cardeal Trevisanato, de Veneza, juntamente com os Bispos de Casale, Ivrea, Iglesias, Tielt, Pernambuco, Verona, Asti, Augsburgo, Alba Pompeia, Alexandria, Mondovì, Cuneo, Saluzzo (n° 84). — **Vários outros reverendíssimos padres dizem: *A ideia do Corpo Místico de Cristo agrada menos neste capítulo, tanto pelas razões que outros trouxeram, quanto também porque não consideram suficientemente prudente adotar a doutrina do Corpo Místico de Cristo, da qual os seguidores de Jansênio se serviram para insinuar***

> ***seus próprios erros, para estabelecer os dogmas sobre a Igreja de Cristo.*** **Além disso, no primeiro capítulo, eles gostariam que a natureza da Igreja fosse definida.** Por isso, um dos reverendíssimos padres compôs um novo esquema para este capítulo: [...] [1]

A linguagem empregada pela encíclica para descrever a Igreja pode dar margem a certas ambiguidades interpretativas. Esse fato é reconhecido, inclusive, por teólogos que não pertencem ao campo tradicionalista, como o jesuíta Erich Przywara (1889–1972), S.J.:

> Przywara criticou a carta papal (Mystici Corporis Christi) por "**uma tendência a um certo romanticismo vago, uma tendência a conceber o Corpo Místico simplesmente como o domínio da graça, uma inclinação para ver a consequente aberração de imaginar uma presença física permanente de Cristo em cada cristão**". [2]

Eis o que diz Pio XII:

> **Pois, embora estejam ordenados ao Corpo Místico do Redentor por um certo desejo e voto inconscientes, carecem, contudo, de tantos e tão grandes dons e auxílios celestes dos quais só é possível gozar na Igreja Católica.**
>
> ***Entrem, pois, na unidade católica*** e, unidos conosco em um só organismo do Corpo de Jesus Cristo, acorram para uma só Cabeça na gloriosíssima comunhão da caridade (cf. São Gelásio I, *Epist.* 14 — Migne, *Patrologia Latina*, t. 59, col. 89). [3]

Não é preciso dizer muito mais. Os mesmos homens aos quais Pio XII se refere não se encontram, segundo o próprio pontífice, na unidade católica;

---

[1] MANSI, Gian Domenico [Ioannes Dominicus Mansi] (org.). Sacrorum conciliorum nova et amplissima collectio. Curantibus Ludovico Petit, Ioanne Baptista Martin. Tomus quinquagesimus primus: Sacrosancti Oecumenici Concilii Vaticani pars secunda: acta synodalia (Congreg. XXX-L, pars prima). Arnhem; Leipzig: Société Nouvelle d'Édition de la Collection Mansi (H. Welter), 1926. cols. 760-761.

[2] O'MEARA, Thomas F. Erich Przywara: his theology and his world. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 2002. p. 165.; KOSTER, Mannes Dominikus. Ekklesiologie im Werden. Paderborn: Bonifacius-Druckerei, 1940.; DEIMEL, L. Leib Christi: Sinn und Grenzen einer Deutung des innerkirchlichen Lebens. Freiburg: Herder, 1940.

[3] PIO XII, Papa. Mystici Corporis Christi: litterae encyclicae de Mystico Iesu Christi Corpore deque nostra in eo cum Christo coniunctione. Roma: Sancta Sedes, 29 jun. 1943. Disponível em: https://www.vatican.va/content/pius-xii/la/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_29061943_mystici-corporis-christi.html. Acesso em: 30 jul. 2026.

antes, devem nela ingressar. Se, entretanto, Pio XII afirma apenas que eles estão ordenados (*ordinentur*) — verbo empregado no modo subjuntivo para exprimir uma contingência incerta, e não um fato consumado —, segue-se que tais homens apenas se encontram dispostos, de modo que Deus, mediante a concessão de graças atuais, os prepara para ingressarem na Igreja pela recepção do Evangelho e pelo reconhecimento explícito desta como Mãe e Mestra.

Entretanto, percebendo, anos mais tarde, que numerosos teólogos continuavam, mesmo após a promulgação de sua encíclica, a sustentar erros a respeito desse ponto, Pio XII escreve na encíclica *Humani Generis*:

> Alguns não se consideram obrigados a abraçar a doutrina que há poucos anos expusemos numa encíclica e que está fundamentada nas fontes da revelação, segundo a qual o corpo místico de Cristo e a Igreja católica romana são uma mesma coisa. **Outros reduzem a uma fórmula vã a necessidade de pertencer à Igreja verdadeira para conseguir a salvação eterna**. [4]

[4]PIO XII, Papa. Humani generis: litterae encyclicae de nonnullis falsis opinionibus quae catholicae doctrinae fundamenta subruere minantur. Roma: Sancta Sedes, 12 aug. 1950. Disponível em: https://www.vatican.va/content/pius-xii/la/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_12081950_humani-generis.html. Acesso em: 30 jul. 2026.

CAPÍTULO 31

Conciliábulo Vaticano II - A infiltração oficial da tese adversária

É claro que toda essa confusão penetrou completamente no seio do Conciliábulo Vaticano II. Vê-se, assim, escrito na *Unitatis Redintegratio*, ponto 3:

> ***Por isso, as Igrejas (19) e Comunidades separadas, embora creiamos que tenham defeitos, de forma alguma estão despojadas de sentido e de significação no mistério da salvação. Pois o Espírito de Cristo não recusa servir-se delas como de meios de salvação cuja virtude deriva da própria plenitude de graça e verdade confiada à Igreja católica.*** [1]

No texto da *Lumen Gentium*, eis o que é dito:

> Com efeito, aqueles que, ignorando sem culpa o Evangelho de Cristo, e a Sua Igreja, procuram, contudo, a Deus com coração sincero, e se esforçam, sob o influxo da graça, por cumprir a Sua vontade, manifestada pelo ditame da consciência, *também eles*

[1] MARIA MONTINI, Antonio. Decretum de oecumenismo Unitatis redintegratio. Roma: Sancta Sedes, 21 nov. 1964. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19641121_unitatis-redintegratio_lt.html. Acesso em: 30 jul. 2026.

> *podem alcançar a salvação eterna* (33). Nem a divina Providência nega os auxílios necessários à salvação àqueles que, sem culpa, não chegaram ainda ao conhecimento explícito de Deus e se esforçam, não sem o auxílio da graça, por levar uma vida recta. [2]

Aos leitores menos atentos, nada parece haver de problemático nessa passagem; ela aparenta apenas recapitular o ensinamento tradicional acerca da matéria. Entretanto, a nota de rodapé n.º 33 remete precisamente à carta do arcebispo de Boston, na qual se sustenta a doutrina do desejo implícito, segundo a qual tais ignorantes poderiam salvar-se permanecendo em suas próprias seitas. Desse modo, a afirmação de que "eles podem alcançar a salvação eterna" deve ser compreendida como referindo-se à permanência nessas próprias seitas ou, ao menos, como abrindo margem para essa possibilidade.

Note-se, ademais, que, ao contrário de Pio IX, que afirma ser a salvação possível "por meio da operação da luz divina e da graça", reconhecendo, assim, a necessidade da conversão, conforme demonstramos anteriormente, o documento ora examinado suprime precisamente essa expressão. Eliminada tal ressalva, acaba por ensinar que tais homens podem alcançar a salvação sem se converterem.

Para que nossos adversários não aleguem que essa não é a correta interpretação desses documentos, vejamos o que afirma a *Dominus Iesus*, assinada por Joseph Ratzinger:

> Com a expressão « *subsistit in* », o Concílio Vaticano II quis harmonizar duas afirmações doutrinais: por um lado, a de que a Igreja de Cristo, não obstante as divisões dos cristãos, continua a existir plenamente só na Igreja Católica e, por outro, a de que existem numerosos elementos de santificação e de verdade fora da sua composição, isto é, nas Igrejas e Comunidades eclesiais que ainda não vivem em plena comunhão com a Igreja Católica. Acerca destas, porém, deve afirmar-se que o seu valor deriva da mesma plenitude da graça e da verdade que foi confiada à Igreja Católica. [3]

[2] MARIA MONTINI, Antonio. Constitutio dogmatica de Ecclesia Lumen gentium. Roma: Sancta Sedes, 21 nov. 1964. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19641121_lumen-gentium_lt.html. Acesso em: 30 jul. 2026.

[3] RATZINGER, Joseph. Declaração Dominus Iesus: sobre a unicidade e a universalidade salvífica de Jesus Cristo e da Igreja. Cidade do Vaticano: Santa Sé, 6 ago. 2000. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_20000806_dominus-iesus_po.html. Acesso

Quais seriam, afinal, esses supostos elementos de santificação e de verdade? Segundo eles, seriam, sobretudo, os sacramentos. Entretanto, todos os teólogos reconhecem que, para receber as graças sacramentais, é necessário que o homem possua a fé divina. Ao longo de toda a exposição que fizemos, ficou demonstrado, como ensinam numerosos teólogos, que tais homens jamais podem possuir essa fé enquanto permanecerem em suas seitas e não se converterem. A fé, segundo Santo Antonino, Pio II e Pio IX, não pode ser encontrada senão no corpo visível da Igreja Católica Romana.

Ao pretender reconhecer tais elementos — isto é, os sacramentos — como instrumentos de comunicação da graça santificante no interior dessas seitas, o Conciliábulo procura admitir a existência de uma possível vida espiritual entre esses ignorantes invencíveis, vida esta que, evidentemente, os habilitaria à salvação eterna. Sem a possibilidade de possuir a fé, entretanto, é impossível haver qualquer vida espiritual e, consequentemente, alcançar a salvação eterna.

É precisamente nesse sentido que se expressa Clemente VIII na bula *Magnus Dominus*, de 23 de dezembro de 1595, por ocasião do retorno dos rutênios à Igreja Católica Romana. Afirma o documento:

> Mas recentemente, nosso venerável irmão Miguel, Arcebispo e Metropolita de Kiev, [...] e com ele muitos dos bispos de sua província, [...] a luz divina do Espírito Santo iluminando seus corações, começaram a pensar por si mesmos e, após muita consulta e estudo prudente, **a discutir seriamente em encontros uns com os outros o fato de que eles e os rebanhos que estavam alimentando não eram membros do Corpo de Cristo, que é a Igreja, uma vez que não estavam em conexão com a Cabeça visível da Igreja, o supremo Pontífice Romano; *e, portanto, não podiam receber a infusão da vida espiritual, nem poderiam crescer na caridade***, uma vez que estavam desligados daquele sobre quem, segundo Deus, todo o Corpo depende, estando intimamente unidos e entrelaçados por meio de cada articulação do sistema, de acordo com o funcionamento em devida medida de cada parte. **E consideraram como estavam também expostos a todos os perigos possíveis para a alma e a todas as armadilhas do príncipe das trevas, o leão rugidor; pois não estavam dentro do aprisco**

em: 30 jul. 2026.

> **de Cristo, não dentro da arca da salvação, não dentro da casa construída sobre a rocha, que os rios e os ventos impetuosos não podem destruir; na qual casa somente o Cordeiro que tira os pecados do mundo *é comido até o fruto da vida.*** E, portanto, … determinaram voltar à sua mãe e à mãe de todos os fiéis, a Igreja Romana." [4]

Somente nesta casa, a Igreja Católica Romana, o Cordeiro pode ser consumido até o fruto da vida, isto é, com eficácia sacramental. Fora dela, porém, não pode haver graça santificante alguma. O homem, incapaz de ser justificado e ter a graça santificante, mas permanecendo infiel, não pode, de modo algum, beneficiar-se dos sacramentos. Com efeito, jamais poderá ser justificado no seio de uma falsa seita. Eis a falsidade da afirmação do Conciliábulo Vaticano II de que tais seitas poderiam per accidens constituir meios de santificação e salvação.

A finalidade do documento *Suprema Haec Sacra* nada mais era do que desenvolver uma eclesiologia capaz de favorecer as políticas ecumenistas do arcebispo de Boston. Todos os que aderem a esse documento devem estar conscientes de que estão igualmente aderindo a uma eclesiologia que um dos principais ecumenistas de sua época — bem como filomaçom e liberal — abraçou para justificar precisamente as suas políticas contra o Padre Feeney.

[4]HARASIEWICZ, Michael [Michał Harasiewicz]. Annales Ecclesiae Ruthenae: gratiam et communionem cum s. Sede Romana habentis, ritumque Graeco-Slavicum observantis, cum singulari respectu ad dioeceses ruthenas Leopoliensem, Premisliensem et Chelmensem. Leopoli [Lviv]: Typis Instituti Rutheni Stauropigiani, 1862. p. 202-214.

31.1 Movimento Tradicionalista - Infiltração da tese adversária

Após a celebração do referido Conciliábulo, o movimento tradicionalista não realizou um ataque ao centro do problema, e interpretando corretamente que os textos dos documentos negam o dogma da salvação, não compreenderam em que sentido negam. Assim, é comum encontrar textos que, pretendendo defender o posicionamento tradicional, apenas recapitula o que os continuístas defendem.

Dom Lefebvre e FSSPX

Nesse sentido, Dom Marcel Lefebvre diz, por exemplo:

> Evidentemente, certas distinções devem ser feitas. As almas podem ser salvas em uma religião diferente da religião Católica (protestantismo, islamismo, budismo etc.), mas não por essa religião. Pode haver almas que, sem conhecer Nosso Senhor, possuam, pela graça do bom Deus, boas disposições interiores e se submetam a Deus. Algumas dessas pessoas fazem um ato de caridade que equivale implicitamente ao batismo de desejo. É unicamente por esse meio que elas podem ser salvas. [...] Foi isso, portanto, que Pio IX afirmou e que ele condenou. É necessário compreender a formulação tantas vezes empregada pelos Padres da Igreja: Fora da Igreja não há salvação (Extra Ecclesiam Nulla Salus). Quando dizemos isso, acredita-se erroneamente que pensamos que todos os protestantes, todos os muçulmanos, todos os budistas, todos aqueles que não pertencem publicamente à Igreja Católica vão para o inferno. Ora, repito, é possível que alguém seja salvo nessas religiões, mas é salvo pela Igreja; por isso, a fórmula é verdadeira: Extra Ecclesiam Nulla Salus. É isso que deve ser pregado.[5]

No mesmo sentido, a Fraternidade Sacerdotal São Pio X ainda mantém este mesmo posicionamento, presente em sua profissão de fé:

> 60 - Essa verdade significa que ninguém pode ser salvo sem Cristo e a sua Igreja, por uma falsa religião enquanto tal, nem estar seguro da sua salvação fora da estrutura visível da Igreja. Se há

[5]LEFEBVRE, Marcel. Against the heresies: archbishop Lefebvre comments on the papal encyclicals condemning modern errors infecting the Catholic Church. Kansas City: Angelus Press, 1997. p. 216-218.

> homens que são salvos sem pertencerem à sociedade visível que é a Igreja, Corpo Místico de Cristo, são-no por uma ordenação sobrenatural à única Igreja da salvação, e isso apesar dos erros das falsas religiões em que se encontram, dos quais se livram ao não recusarem a graça que lhes é oferecida e ao corresponderem a ela" [6]

Dom Sanborn e RCI

Do mesmo modo, os tesistas americanos possuem este posicionamento:

> Assim, os não católicos que se encontram em estado de graça, por meio da fé e da ignorância invencível, não são, propriamente falando, membros da Igreja, mas estão unidos a ela pelo desejo e podem ser salvos por meio dela. [...] Os indivíduos podem estar em ignorância invencível; por isso, podem ser escusados da pertença formal à Igreja e ser salvos por um desejo implícito de pertencer à Igreja Católica. Isso é verdadeiro porque, na vida moral, os indivíduos estão obrigados a seguir a sua consciência (devidamente formada), a qual constitui uma norma subjetiva, destinada a aplicar a lei moral objetiva às circunstâncias particulares. Essa norma subjetiva da moralidade, contudo, frequentemente se equivoca quanto àquilo que é a lei moral objetiva que deve ser seguida. Na maioria das vezes, esse erro é imputável ao próprio indivíduo, que foi negligente ou, de algum outro modo, responsável por não ter descoberto a verdade. Entretanto, também ocorre que uma pessoa seja escusada pela ignorância invencível: isto é, quando lhe foi impossível conhecer a verdade em razão de obstáculos inteiramente independentes de sua vontade. Nesse caso, ela não seria moralmente responsabilizada por aquilo de que não tem qualquer culpa ou responsabilidade. [7]

Como nota, notem os leitores o quanto precisam os defensores deste posicionamento entrar em discussões relativas à consciência de cada indivíduo, tornando a discussão em algo extremamente subjetivo. Conforme dito, reduzem o dogma a uma questão de consciência.

[6] FRATERNIDADE SACERDOTAL SÃO PIO X, Profissão de fé católica da Fraternidade São Pio X, 24 jun. 2026.

[7] THE THESIS. Chapter IV: On the New Ecclesiology. TheThesis.us, [s.d.]. Disponível em: https://thethesis.us/chapter-iv/. Acesso em: 24 ago. 2026.

Denúncias outras

Neste sentido, para não fazermos muitos acréscimos desnecessários, referenciamos o trabalho dos irmãos Dimond que dispõem de vídeos e inúmeras citações a respeito deste problema dentro do movimento tradicionalista.

Site: https://vaticancatholic.com/outside-the-church-there-is-no-salvation/

The Truth About The SSPX, The SSPX-MC, And Similar Groups: https://www.youtube.com/watch?v=b1v5t0xbcUo

SSPX, CMRI & Francis vs. Powerful Papal Teaching: https://www.youtube.com/watch?v=Q1TQdT8idgA

SSPX's New "Profession Of Faith" Has A Big Problem: https://www.youtube.com/watch?v=k2JZ59Xkjo4

BR Fr. Ripperger, SSPX, CMRI, Etc. Promote Grave Errors - Refuted By Cistercian Theologian : https://www.youtube.com/watch?v=UexFXtc9Rck

The SSPX rejects Catholic salvation dogma ! : https://www.youtube.com/watch?v=J01vVszOObY

CAPÍTULO 32

CONCLUSÃO

Ao longo desta exposição, formulamos nossos argumentos para sustentar o que tanto temem nossos adversários e os liberais: que nenhum homem, por mais inculpável e invencivelmente que ignore a religião católica romana, pode salvar-se fora dela; antes, precisa converter-se, aceitar o Evangelho e suas principais verdades, bem como reconhecer a Igreja como sua Mãe e Mestra. Sem esta conversão, a salvação é completamente impossível. A tese, porém, que sustenta o contrário é devidamente julgada como herética, errônea e favorecedora dos hereges.

Esta tese foi demonstrada a partir dos testemunhos de Concílios — tanto gerais quanto regionais —, encíclicas papais, além dos pareceres de Doutores da Igreja, Santos, teólogos e testemunhos históricos de desertores da religião cristã. Contra isto, foi apontada a responsabilidade majoritariamente jesuíta pelo desenvolvimento de uma contratese, responsável por aceitar que acidentalmente (*per accidens*) um homem poderia salvar-se em sua própria seita **e, portanto,** alcançar a salvação acidentalmente fora da Igreja. Tal contratese foi qualificada por inúmeros teólogos medievais, incluindo santos, como "herética".

Por outro lado, baseando-nos especialmente em fontes primárias até agora nunca divulgadas e em documentos inéditos, demonstramos outra chave histórica para compreender os eventos que permitiram o surgimento da tese

adversária, canonizada pelo Conciliábulo Vaticano II. Nesta reconstrução histórica realizada, percebeu-se que essa doutrina está radicada nas antigas heresias gnósticas de Simão, o Mago. Tais ideias foram posteriormente absorvidas por seitas esotéricas dentro do islamismo, atravessaram o período medieval e adentraram a cristandade especialmente no século XV. Aponta-se a razoabilidade de a tese ter sido absorvida por cristãos-novos ao analisar a estrutura eclesiástica da Cúria Romana, receptora de novidades; tal evento é conectado ao ingresso de marranos na recém-criada Companhia de Jesus. No decorrer dos séculos subsequentes, com enfoque no século XVIII, avalia-se a possibilidade de sua incorporação pelos católicos liberais em razão dos ataques iluministas. Com a eventual decadência da segunda escolástica, e florescimento da terceira, motivada por causas eclesiásticas e seculares, a ideia acabou assimilada como ensino concreto pelos manualistas até culminar em sua formalização pelo Conciliábulo Vaticano II.

CAPÍTULO 33

PÓS-CONCLUSÃO

Ademais, reconhecendo a astúcia de nossos adversários e reconhecendo-lhes a malícia, dizemos que nenhum viés de confirmação jamais se apresentou em nosso juízo enquanto pesquisávamos a presente temática. Com efeito, poderíamos prestar juramento de que lemos todas as teses que nos foram apresentadas, todas as eventuais justificações, com boa disposição de espírito; assim, mencionamos os trabalhos de Francis Sullivan (1922 - 2019), Antonio Royo Marin (1913 - 2005), Joseph Clifford Fenton (1906 - 1969), Yves Congar (1904 - 1995), Santiago Madrigal (1960 - 2023) e John J. King. Do mesmo modo, conhecemos a tese do Padre Édouard Hugon (1867 - 1929), bem como a de Louis Capéran.

Insatisfeitos com tais formulações de origem jesuíta, pesquisando de modo insaciável durante anos, firmando-nos irredutivelmente no espírito de zelo pela casa de Deus e tendo diante de nossos olhos a abominação da desolação, nós as combatemos, rejeitamos e denunciamos como integralmente opostas e alheias ao Evangelho, bem como aos pensamentos dos Santos Padres, Papas, Concílios, Doutores, Mártires e Santos. Com efeito, além das citações apresentadas, omitimos outras, que demonstram iniludivelmente o que afirmamos.

Em memória daqueles antigos campeões da fé, Miguel de Elizalde e Daniello Concina, mantendo a incólume fé de Eugênio IV, confessamos: *Quicumque*

vult salvus esse, ante omnia opus est, ut teneat catholicam fidem: Quam nisi quisque integram inviolatamque servaverit, absque dubio in æternam peribit. [1]

Finalizado no dia 31 de julho do ano do Senhor de 2026, Festa de Santo Inácio de Loyola.

33.1 APÊNDICES - CITAÇÕES EXTRAS

33.1.1 I - São Pedro Pascual, Concinismo e outras citações

O mártir São Pedro Pascual (1227 - 1300) diz em sua explicação sobre o inferno:

> Mas deves saber e compreender que, no lugar inferior de que falamos, permanecerão para sempre apenas os maus pecadores acima referidos, enquanto subsistir o ser de Deus. Neste inferno, porém, há três átrios: - **No primeiro estão todos os pagãos, que não tiveram a lei *nem alguém que lhes ensinasse*; por isso, não serão atormentados tão cruelmente.** - Depois deles, muito mais abaixo, estão os judeus, para que sustentem castigo mais duro, pois tiveram os profetas e a lei de Deus, e tudo desprezaram, e mataram os profetas. - Depois, ainda muito mais no fundo, estão os maus cristãos, porque estes receberam a nova lei da graça e o sagrado Batismo, e foram lavados com o precioso sangue de Cristo; mas não reconheceram a grandeza desta graça. Por isso, mais profundamente do que os outros foram lançados no inferno. [2]

Em defesa do posicionamento de Daniello Concina, expomos aqui sua pequena "escola" de defensores neste ponto. O primeiro é Corbinian Luydl [3], que aprofunda com mais de vinte páginas os argumentos do grande teó-

[1] DE ALEXANDRIA, Atanásio. Credo de Atanásio.

[2] PASCUAL, Pedro. Sancti Petri Paschasii Martyris, Giennensis Episcopi, Ordinis Beatae Mariae de Mercede Redemptionis Captivorum Opera. SS. D. N. Clementi Papae X sacrata, Reverendissimi P. N. M. Fr. Petri de Salazar totius praedicti Ordinis Magistri Generalis iussu edita. Matriti [Madrid]: Ex Typographia Bernardi à Villa-Diego, 1676. Titulus XXXX: De Inferno. p. 391.

[3] LUYDL, Corbinian. *Theologia moralis christiana, & euangelica, ex purioribus, sincerisque S. Scripturæ ac D. Traditionis fontibus hausta, opera & studio P. F. Corbiniani Luydl Ord. FF. Min. Recol. Ss. Theol. Lect. Emer. Provinc. Germaniæ Super. Ex-Custodis, ac Script. Ord. Gener. Tomus III. Continens Dissert. de iis, qui finem suum ultimum adsequuntur, aut eo excidunt: deque caussis, quæ tantam in humanum genus*

logo, providenciando-lhe mais base. De modo similar, ainda que com menor aprofundamento, Viatore da Coccaglio defende também Concina [4].

Por outro lado, diz o famoso apologeta anti-luterano Johannes Cochlaeus a respeito da necessidade de pertencer à verdadeira Igreja algo que é contrário ao entendimento moderno do dogma:

> Ainda que não haja aqui uma distância muito grande no sentido, sobre o que seja a Igreja, entre católicos e protestantes, todavia máxima é entre eles a discrepância sobre qual e onde esteja a verdadeira Igreja de Cristo. E esta discrepância certamente acarreta o sumo e extremo perigo das almas, e nela consiste o estado de toda a causa, e nela se volta o eixo de toda a questão. Pois, se a parte dos protestantes fosse a verdadeira Igreja de Cristo (como seus pregadores alardeiam e, com gravíssimo dano, enganam o miserável e simples povo), ninguém fora deles poderia salvar-se; fora da Igreja, com efeito, ninguém pode salvar-se, assim como fora da arca de Noé ninguém permaneceu salvo no dilúvio. Se, portanto, não passássemos a eles, nenhuma esperança de salvação nos restaria. Mas, se a verdadeira Igreja de Cristo não está em nenhuma seita, seja nova, seja antiga, mas somente entre os católicos, ***é necessário que todos, quaisquer que morram em alguma seita, estejam sujeitos à morte eterna***. Esta questão, portanto, deve ser considerada com suma diligência e seriedade, e, sem ostentação nem pertinácia, piedosa e cuidadosamente discutida; a qual, uma vez devidamente examinada, cessará logo toda a dissensão. [5]

Aqui engloba-se qualquer um que morra em alguma seita - no latim, *quicumque* -, mesmo aqueles que são ignorantes.

---

perniciem adferunt. Campidoni [Kempten]: Ex Ducali Campidonensi Typographeo, per Aloysium Galler, 1772. quaer. VI., p. 526-548.

[4]COCCALEO, Viator. *Tentamina theologico-moralia reverendi admodum P. Viatoris a Cocaleo Capuccinorum ex-provincialis, auspice illustrissimo ac reverendissimo domino D. Joanne Lercari archiepiscopo genuensi, abbate perpetuo Sancti Syri, S. Sedis Apostolicae legato transmarino, utriusque signaturae referendario, SS. D. N. praelato domestico ac pontificio solo assistente. Tomus I.* Lucae [Lucca]: Ex Officina Jacobi Justi, superioribus annuentibus, 1778. p. 211-212.

[5]COCHLAEUS, Johannes. *Philippica sexta Iohannis Cochlaei, cum adiunctis tractatulis tribus, quorum I. est Michaelis Vehe praepositi Hallensis, de invocatione et intercessione sanctorum; II. est Arnoldi Vuesaliensis canonici, de veneratione, invocatione et reliquiis sanctorum; III. est eiusdem Io. Cochlaei, De vera Ecclesia Christi, contra Philippi Melan. responsionem pro Bucero in Colonienses Bonnae nuper aeditam.* Ingolstadii [Ingolstadt]: Ex officina Alexandri Vueissenhorn, 1544. *Articulus Septimus*: *Augustanae confessionis, de Ecclesia.*

33.1.2 APÊNDICE II - OUTRAS CITAÇÕES SOBRE O CONHECIMENTO MEDIEVAL (SÉC. XV) DOS IGNORANTES INVENCÍVEIS CONTRA FRANCIS SULLIVAN

Este ponto já ficou provado por várias citações, mas julgamos oportuno aqui colocar algumas mais que confirmam o mesmo ponto.

Diz o famoso pregador Johann Herolt (? - 1468) sobre o relato de um homem que havia visto a quantidade de almas que são condenadas:

> E enquanto o companheiro vivo se admirava, ele respondeu para não se admirar, porque há muitos hereges e incrédulos e judeus e muitos gentios: e muitos maus cristãos, todos os quais são condenados. [6]

Do mesmo modo, diz o célebre pregador franciscano Pelbartus Ladislaus de Temesvár (1430 - 1504):

> **Mas, como são muito mais numerosos em todo o mundo os homens que não possuem a verdadeira fé em Cristo** — como pagãos, hereges, cismáticos —, mais homens se perdem, porque todos esses são tais. [7]

Portanto, que não reste dúvida que os Padres do Concílio de Florença possuíam conhecimento da extensão de sua afirmação conciliar de que todos os pagãos, judeus, hereges e cismáticos se condenam.

[6] HEROLT, Johannes. Tabula sermonum discipuli de sanctis. 1503. Sermo XLVIII. Pela dificuldade de referenciar o livro seguindo as normas da ABNT, por sua formatação medieval em gótico, e que não indica o número de páginas, aqui referenciamos o link do livro: https://www.google.com.br/books/edition/Begin_fol_1_verso_Tabula_sermon%C5%AB_discip/8JpkAAAAcAAJ?hl=en&gbpv=1&&pg=PA14&printsec=frontcover.

[7] DE TEMESVÁR, Pelbartus. Sermones Pomerii de tempore pars hyemalis et estivalis. 1505. Sermo XXXVI. Septuagesime. Por motivo similar ao anterior, aqui referenciamos o link do livro: https://www.google.com.br/books/edition/Sermones_Pomerii_de_tempore_pars_hyemali/rwtTAAAAcAAJ?hl=en&gbpv=1&&pg=PR36-IA1&printsec=frontcover.

33.2 APÊNDICE III - *Unam Sanctam* e sua interpretação canonista

O documento emanado por Bonifácio VIII, *Unam Sanctam*, refere-se à Igreja na mesma definição de sempre, focando em sua visibilidade, como fizera em outra ocasião o Concílio de Latrão e, posteriormente, Florença.

Porém, é dito na *Unam Sanctam*:

> Por isso, declaramos, dizemos, definimos e pronunciamos que é absolutamente necessário à salvação de toda a criatura humana estar sujeita ao Romano Pontífice. [8]

Como poderiam nossos adversários conciliar este ensinamento com tais ignorantes invencíveis? Como poderiam estar sujeitos ao Romano Pontífice? Pois bem, para dificultar o problema, mencionamos aqui o juízo interpretativo de um canonista, paradoxalmente jesuíta, que cita explicitamente este decreto de Bonifácio VIII. Eis o que diz, enquanto discute se os hereges e cismáticos estão sujeitos às leis eclesiásticas:

> Segundo, porque a Extravagante Unam Sanctam, sobre a Maioridade e a Obediência, diz: «Além disso, definimos e declaramos que é absolutamente necessário para a salvação estar sujeito ao Romano Pontífice por parte de toda criatura humana»; pois isto, sem que os infiéis, enquanto efetivamente infiéis, ou seja, aqueles que ainda não ingressaram na Igreja, estejam sujeitos ao Pontífice, é verdadeiro neste sentido: **que toda criatura humana, por direito divino e por necessidade de salvação, está obrigada, mediante a recepção do Batismo, a ingressar na Igreja e, assim, a estar sujeita ao Pontífice**. [9]

Em vista da compreensão visível da Igreja expressa na *Unam Sanctam*, ancorada no primado petrino, dificilmente pode ser conciliável com tal declaração alguma compreensão de desejo implícito pelo batismo, dado fora das regiões visíveis da Igreja, pela qual um homem estaria sujeito ao Romano Pontífice.

[8] BONIFÁCIO VIII, Papa. Unam Sanctam. 1302. Veja em: https://www.montfort.org.br/bra/documentos/decretos/unamsanctam/

[9] LEURENIO, Pietro. Forum ecclesiasticum, in quo jus canonicum universum, librorum ac titulorum ordine per quaestiones & responsa, tam canonistarum veterum & recentiorum, quam legistarum in iis, quae utrique juri, canonico et civili communia sunt, auctoritate stabilita, methodo clara & facili explanantur. Liber primus Decretalium. Venetiis [Veneza]: Apud Jo. Baptistam Recurti, 1729. Quaestio CVII. p. 55.

Reconhecemos as dificuldades que este texto coloca mesmo para outros pontos, o que é matéria de outro artigo.

33.3 Apêndice IV - Outras Citações

[1.] *Voltar à nota*

> Nos hereges que recusam crer em um só artigo, embora não errem quanto aos demais, não existe fé, nem formada nem informe. ***A razão disso, segundo Santo Tomás, na Suma Teológica, II-II, questão 5, é que, suprimida a razão formal do objeto da fé, a fé não pode permanecer, assim como ocorre com os demais hábitos; do mesmo modo que, retirada a luz, não pode haver visão.*** **Ora, o objeto formal da fé é a Verdade Primeira, *enquanto manifestada nas Sagradas Escrituras e na doutrina da Igreja.* Por isso, *todo aquele que não adere à doutrina da Igreja como a uma regra infalível e divina — doutrina que procede da Verdade Primeira manifestada nas Sagradas Escrituras — não possui o hábito da fé, mas sustenta de outro modo, e não pela fé, as coisas que pertencem à fé.* É manifesto, porém, que aquele que adere à doutrina da Igreja como a uma regra infalível presta assentimento a todas as coisas que a Igreja ensina. De outro modo, se, entre as coisas ensinadas pela Igreja, aceita aquelas que quer e não aceita aquelas que não quer, já não adere à doutrina da Igreja como a uma regra infalível, mas à própria vontade. Assim, é manifesto que o herege que recusa pertinazmente crer em um artigo da fé não está disposto a seguir em todas as coisas a doutrina da Igreja. Com efeito, se não recusasse pertinazmente crer em um artigo, já não seria herege, mas apenas alguém que erra. Portanto, o herege que não possui fé quanto a um artigo tampouco possui fé quanto aos demais artigos, mas apenas certa opinião fundada na própria vontade.**

[2.] *Voltar à nota*

> 5. Todas as verdades reveladas, por sua vez, nós as recebemos

> das Sagradas Escrituras e das tradições comunicadas por Deus aos seus servos e transmitidas de mão em mão. Mas como poderíamos saber com certeza quais são as verdadeiras tradições, quais são as verdadeiras Escrituras e **qual é o verdadeiro sentido delas**, se não tivéssemos a Igreja para no-lo ensinar? **Essa Igreja foi estabelecida por Jesus Cristo como coluna e sustentáculo da verdade: "A Igreja do Deus vivo, coluna e sustentáculo da verdade."** (1 Timóteo 3, 15) A essa Igreja prometeu nosso próprio Salvador que ela jamais seria vencida por seus inimigos: "As portas do inferno não prevalecerão contra ela." (S. Mateus 16, 18) As portas do inferno são as heresias e os heresiarcas, que abriram o caminho para tantas pobres almas seduzidas. E é essa Igreja que, por meio de seus ministros, nos ensina as verdades que devemos crer. **Por isso escreveu Santo Agostinho: Eu não creria no Evangelho se a autoridade da Igreja Católica não me movesse a isso. 6. *Portanto, o motivo pelo qual devemos crer nas verdades que pertencem à fé é que Deus, Verdade infalível, revelou-as à Igreja, e a Igreja as propõe a nós para que as creiamos. Eis, portanto, como devemos fazer o ato de fé: Meu Deus, porque vós, que sois a Verdade infalível, revelastes à Igreja as verdades da fé, creio em tudo aquilo que a Igreja me propõe para crer.***

Além desta citação catequética, Santo Afonso ainda diz em outra obra:

> **Em todos os tempos foi e sempre será necessário que a Igreja seja visível, para que cada um possa aprender dos pastores a verdadeira doutrina acerca dos pontos da fé e dos preceitos morais. Se a Igreja estivesse oculta e invisível, a quem recorreriam os homens para saber o que devem crer e o que devem praticar?** [...] Em suma, **uma vez retirada a autoridade da Igreja, já não servem nem a revelação divina nem a própria razão natural**, porque tanto uma como a outra podem ser interpretadas por cada um a seu modo. Cada um poderá dizer que são falsas a Trindade das Pessoas divinas, a Encarnação do Verbo, a imortalidade da alma, o inferno, o paraíso e tudo aquilo que quiser.
>
> (cf. LIGUORI, Alfonso Maria de'. Trattato decimosesto ed ultimo

aggiunto: dell'ubbidienza dovuta alle definizioni del Concilio e, per conseguenza, della Chiesa cattolica romana, fuori di cui non vi è salute. In: LIGUORI, Alfonso Maria de'. *Opera dogmatica contra gli eretici pretesi riformati*. Tomo III. Venezia: Giuseppe Antonelli, 1834, p. 152 e 170.)

[3.] *Voltar à nota*

Para que, porém, eu satisfaça diretamente a dificuldade proposta, digo primeiro que o caso proposto inclui coisas contraditórias. Pois contradizem-se estas duas coisas, a saber, que o herege adulto creia nos Mistérios da Trindade e da Encarnação, cuja fé é necessária com necessidade de meio para a salvação, e que ignore a Igreja Romana. ***Porventura não é comum a sentença dos Teólogos que assevera que os artigos a serem cridos devem ser propostos pela Igreja Católica Romana? Porventura não expuseram comumente os Teólogos a proposição da Igreja como condição necessária para que os artigos sejam cridos com fé divina? Todos os católicos defendem que a fé divina não se encontra nos hereges, porque não creem na Trindade, na Encarnação e nos outros arcanos devido ao testemunho divino proposto pela Igreja.*** Se, portanto, segundo a sentença comuníssima dos Teólogos, nos hereges não há fé divina alguma por falta de pia afeição e da Igreja proponente, como pode acontecer que algum deles se salve? Porventura alguém chegará ao Paraíso sem a fé da Trindade e da Encarnação?

[4.] *Voltar à nota*

À primeira prova responde-se que os hereges não assentem aos mistérios revelados em razão da veracidade divina reveladora, assumida como meio e motivo formal devidamente proposto e aplicado para crer com fé divina, *porque não creem em razão da revelação divina infalivelmente proposta. Pois, para isso, é necessário recorrer à proposição infalível da Igreja, como a uma regra certa de crer; e aquele que é movido a crer pela proposição da Igreja crê em tudo o que ela mesma propõe.* Depois, ainda diz: **Com efeito, o motivo formal, ou a razão formal sob a**

qual se crê, é a revelação divina infalivelmente proposta pela Igreja Católica, isto é, pelo Pontífice ou por um Concílio por ele confirmado. *Por isso, aquele que presta assentimento por outra razão que não a revelação divina proposta pela Igreja não crê com fé divina.*

[5.] *Voltar à nota*

Uma vez que já se mostrou suficientemente que a fé sem as obras não basta para a salvação, agrada-me aqui anexar outra questão: se cada um pode salvar-se em sua própria fé, contanto que creia em Deus e ao mesmo tempo viva honestamente. O que absolutamente deve ser negado. **Primeiro, porque, se qualquer turco ou judeu pudesse ser salvo em sua própria fé, então em vão os Apóstolos e os santos Padres se teriam fatigado tanto em afirmar a fé em Cristo; em vão os mártires, por todos os gêneros de tormentos, teriam derramado o sangue e dado a vida por ela. Logo, em vão Deus teria se feito homem; em vão Cristo teria realizado tantos milagres, para ser acreditado como Messias e Salvador; em vão teria sido crucificado e morto. Pois nada disso teria sido necessário para a salvação dos homens. Assim diz o Apóstolo em Gálatas 2: "Se a justiça vem pela lei, então Cristo morreu em vão." Isto é, se a justiça pode ser obtida pelo conhecimento de um só Deus e pela observância da lei, então Cristo morreu em vão. Em segundo lugar, a Escritura seria mentirosa, que ensina que Cristo é o nosso Mediador, Redentor e Salvador, e por toda parte confirma que somos lavados de nossos pecados por seu sangue, justificados por sua fé. Além disso, que a sua fé seja necessária para a nossa salvação, é patente: pois, para que nos tornemos participantes de um benefício grande e inaudito (como é o benefício da redenção), toda razão exige que reconheçamos o benefício e o benfeitor, e, como convém, o honremos com toda ação de graças. Nem basta reconhecer em geral que todos os bens nos vêm de Deus; mas é necessário reconhecer qual e quão grande seja o benefício dele, e de que modo ele o conferiu; a saber, que nos libertou do pecado e da morte eterna, que nos reabriu o acesso**

à vida eterna, e isso de modo absolutamente estupendo, a saber, unindo a si a nossa natureza e nela sofrendo a morte por nós. Em terceiro lugar, se qualquer um pudesse salvar-se em sua própria fé, então bastaria uma fé que não é dom infundido divinamente, mas persuasão humana, concebida por juízo privado, fundada em falso alicerce. Pois os turcos, ainda que creiam em um só Deus criador do céu e da terra, remunerador dos bons e dos maus, todavia essa fé não vem do Espírito Santo, mas do juízo privado, ou antes, do demônio. Com efeito, os turcos não têm essa fé como proposta por algum profeta, mas porque Maomé a transmitiu em seu Alcorão; do mesmo modo os judeus, depois da promulgação do Evangelho, receberam uma fé corrompida de seus rabinos e doutores da sinagoga. Como, pois, tal fé pode ser fundamento de salvação? Enfim, este erro não faz nenhuma diferença entre o maometismo, o judaísmo e o cristianismo: o que não é outra coisa senão abrir caminho ao Alcorão e igualar Maomé a Cristo; ***ou antes, introduzir não obscuramente o ateísmo.*** Pois provar toda religião é destruir toda religião, já que a verdadeira religião só pode ser única. **Nem contradiz a isto o fato de parecer incrível que todos os judeus e turcos, dos quais muitos observam rigorosamente a lei que consideram verdadeira, e guardam a justiça com o próximo, pereçam eternamente só pelo motivo de não crerem em Cristo, embora desde a infância não tenham sido instruídos de outro modo. A isso se responde: assim como Deus, por alguns milhares de anos, deixou todo o mundo (exceto o povo judeu, pequeníssima parte do orbe) sob a idolatria, e justamente permitiu que caísse na perdição, embora houvesse entre eles inteligências brilhantes e cultivadores da justiça: também não deve parecer incrível se dissermos que os turcos e os judeus perecem agora justamente pelo juízo de Deus; e principalmente neste tempo, depois que a religião cristã se espalhou por todo o orbe, e em toda parte se encontram cristãos, dos quais os judeus e turcos podem ser instruídos acerca da verdadeira religião, e que eles também são obrigados a investigar mesmo até as regiões**

remotas. Se, porém, houver alguns que nada ouviram da religião de Cristo, estes não serão condenados pelo pecado de infidelidade, mas por outros pecados cometidos contra a lei natural, os quais podiam evitar com o auxílio divino: pois Deus não lhes faltou com sua providência e auxílio, de modo que pudessem evitar os pecados, se tivessem querido cooperar com as inspirações e auxílios divinos e ter levado a sério tão grande assunto. Daí Dionísio Areopagita, De Hierarchia Coelesti, cap. 9, no fim, diz: "Todos os Anjos, que presidem às nações, conduzem os que espontânea e voluntariamente seguem, a esse mesmo princípio como próprio." E segue Santo Tomás, 2-2, questão 2, art. 6, no corpo, a saber, que os próprios gentios ou judeus etc., que não repeliram a luz pela qual são ensinados o modo correto de viver, receberam auxílio do sumo Deus, para que conhecessem perfeitamente a Cristo e afinal chegassem aos prêmios da imortalidade, como em Romanos 3: "Porventura Deus é somente dos judeus? Não é também dos gentios?" Segue-se outra questão, não muito diversa: se basta para a salvação o homem crer em Cristo e que ele morreu por nossos pecados, com aquelas coisas que se contêm no Símbolo; mesmo que não queira crer em muitas outras. O que é um erro que deve ser rejeitado por várias razões. Primeiro, porque salva quase todos os antigos hereges: pois a maioria deles confessava Cristo, e ao seu modo sustentava o Símbolo. Assim, poderiam ter-se salvado em sua heresia os arianos, que negavam o Filho consubstancial ao Pai; os macedonianos, que faziam o Espírito Santo menor que o Filho; os nestorianos, que estabeleciam duas pessoas em Cristo; os eutiquianos, que afirmavam que a carne de Cristo fora convertida em divindade; os monotelitas, que estabeleciam em Cristo apenas uma única vontade e operação; os pelagianos, que negavam o pecado original e ensinavam que o homem, pelas forças da natureza, pode merecer a graça e a salvação; os donatistas, que afirmavam ter cessado em toda parte a Igreja de Cristo; os novacianos, que negavam a penitência aos caídos; os montanistas, que julgavam Montano ser o Paráclito; e outros semelhantes. Pois, se com tal fé se pudesse obter a salvação, por que foram celebrados tantos concílios, com tanto trabalho e despesas, convocando bispos

de todo o orbe, contra aquelas heresias? Por que tantas vezes foram condenadas com anátema? Por que os santos Padres tanto se fatigaram em extirpá-las? Por que muitíssimos católicos prefeririam suportar o exílio, a morte e todos os gêneros de tormentos do que subscrever a alguma daquelas heresias? Portanto, deve-se confessar que tais heresias, sendo pestíferas, não podem coexistir com a salvação. Daí o Apóstolo a Tito 3 ordena assim: "Ao homem herege, depois de uma e outra correção, evita-o, sabendo que tal está subvertido, e peca, estando condenado por seu próprio juízo." Nem basta, para excluir a heresia, aderir somente ao que está no Símbolo. Pois, assim, não seria herege quem abolisse o Antigo e o Novo Testamento; não seria herege quem negasse o inferno e a eternidade das penas; não seria herege quem afirmasse duas pessoas em Cristo; não seria herege quem negasse os sete sacramentos; e semelhantes, dos quais nada se contém no Símbolo; e, contudo, se opõem a toda a antiguidade e a todos os doutores que existiram por doze séculos e mais. Além disso, este erro iguala todas as heresias acima ditas à fé ortodoxa, estabelecendo que não menos por elas do que por esta se pode obter a salvação. Assim, a religião ortodoxa não seria nada melhor que o arianismo, o pelagianismo, o nestorianismo e religiões semelhantes falsas, o que é ímpio afirmar. **Nem se diga que basta crer no Símbolo segundo o próprio sentido. Pois só existe uma única verdade; se esta não é atingida, já se crê falsamente; nem pode a fé falsa de nada aproveitar para a salvação. Quanto os sectários divergem entre si no sentido do Símbolo, aparece naquele artigo: "E em Jesus Cristo, seu único Filho." Os arianos e outros sustentam que o Filho é menor que o Pai; os luteranos e os católicos (sustentam que é) igual e consubstancial. O artigo "Desceu Cristo aos infernos" é entendido pelos calvinistas como se Cristo tivesse sofrido ali os tormentos dos condenados, e tivesse duvidado de sua salvação. E assim em todos os artigos do Símbolo há máxima discrepância entre todos os sectários e os católicos, ainda que só haja uma verdade, e esta entre os católicos, como se mostrou acima.** Ademais, a Sagrada Escritura não tem menor autoridade que o Símbolo dos Apóstolos, nem menor injúria se faz a Deus negando algo claramente expresso nas Escrituras do que

rejeitando algum artigo do Símbolo. Portanto, não há razão para restringir a fé ao Símbolo, e deixar liberdade de sentir no restante. **Além disso, a fé de todas as seitas se apoia em fundamento falaz: pois ou creem em seus dogmas por causa da autoridade de seus chefes, Lutero, Calvino, Zuínglio etc.; ou porque cada um julga por juízo privado que tais coisas se contêm nas Escrituras; ou finalmente porque um espírito privado testifica interiormente que são verdadeiras, ou que este é o sentido da Sagrada Escritura. Ora, como estes fundamentos são falazes e enganosos, como se mostrou acima, por conseguinte a fé dos sectários é inútil para a salvação. Máxime, isso também se reconhece pela tanta dissensão entre as religiões, quando se condenam mutuamente como heresias e se fulminam com anátema, quando recusam reconhecer-se mutuamente como irmãos, e publicamente se proclamam e afirmam em escritos uns aos outros como ímpios e blasfemos.** Também é errônea essa opinião; pois, para que alguém possa ser salvo, não basta a observância de um, dois ou três mandamentos, mas é necessário guardar todos, segundo Mateus 19: "Se queres entrar para a vida, guarda os mandamentos." E, assim como a obediência deve estender-se a todos os mandamentos, assim também a fé a todas as coisas reveladas, porque, como testemunha São Tiago, cap. 2: "Quem guardar toda a lei, mas ofender em um só ponto, tornou-se culpado de todos. Pois aquele que disse: não cometerás adultério, também disse: não matarás." Portanto, quem negar um artigo, ainda que creia em todos os outros, torna-se culpado de toda a fé e religião, porque despreza a primeira verdade, Deus. **Concluamos a partir do que foi dito, que, embora na lei escrita do Antigo Testamento o conhecimento de Deus apenas fosse suficiente para a salvação, na nossa Lei da Graça, é necessária também a cognição de Cristo, como foi dito acima. Assim São João Crisóstomo, homilia 38 em Mateus, com estas palavras: "Podiam então os homens ser salvos mesmo sem confessar a Cristo; pois isso não lhes era pedido, mas que se abstivessem da idolatria e reconhecessem um só Deus. Para alcançar a salvação, então, bastava conhecer a Deus; agora isso não basta, mas**

é necessária também a cognição de Cristo."

[6]. *Voltar à nota*

É notável que o Pe. Matthias não diz explicitamente a respeito da necessidade da proposição da Igreja, mas a deixa implícita. Ao afirmar que o turco, o judeu creem porque a "razão de crer", ou "regra" é falaz, certamente a regra a que o católico adere é verdadeira. Qual é, pois, esta regra senão a Igreja, que o distingue dos demais?

> Questão 9. É a fé em Cristo absolutamente necessária para a salvação? Ou basta crer em um só Deus e ao mesmo tempo viver honestamente? Responde-se que isto não basta, mas que a fé em Cristo também é requerida como necessária à salvação. **Primeiro, porque se qualquer turco ou judeu pudesse ser salvo em sua fé, *em vão teriam os Apóstolos e Padres se fatigado em afirmar a fé em Cristo; em vão os mártires a teriam subscrito com seu sangue; e até Cristo teria sido em vão: teria bastado que Deus enviasse alguns que pregassem o conhecimento de um só Deus. Assim argumenta o Apóstolo em Gálatas 2: "Se a justiça vem da lei, então Cristo morreu em vão." Depois, seria falsa e vã a Sagrada Escritura, que afirma ser Cristo o nosso redentor e mediador, cujo sangue deve nos lavar, cuja fé deve nos justificar, e em cujo nome devemos ser salvos*. Em terceiro lugar, se qualquer um pudesse salvar-se em sua fé, então bastaria para a salvação qualquer fé e persuasão humana. Pois os turcos, embora creiam em um só Deus criador e remunerador de todos, não o creem todavia com fé divina, mas porque Maomé assim transmitiu em seu Alcorão, no qual, porém, ensinou muitas coisas falsas, como que Maomé fosse profeta de Deus etc. Do mesmo modo os judeus creem no que creem porque seus rabinos interpretam as Escrituras. Logo, o fundamento deles é vão, porque a razão de crer, ou a regra, é falaz. Enfim, posta esta sentença, não haverá nenhuma diferença entre o maometismo, o judaísmo e o cristianismo, senão em algumas coisas indiferentes, que não pertencem à salvação, e será o mesmo seguir esta ou aquela seita. Admirável, portanto, é encontrar-se em nosso tempo alguns que pen-**

sam que qualquer um pode ser salvo em sua fé. A razão pela qual se movem é esta: porque lhes parece incrível que todos os judeus e turcos, dos quais muitos cultuam a Deus piedosamente e vivem inocentemente, pereçam para sempre apenas por não terem crido em Cristo; pois nisso parecem ser escusáveis, visto que desde pequenos não foram instruídos de outro modo, e segundo sua capacidade faziam o que podiam. Portanto, não se deve fazer tão estreita a porta do céu que todos estes sejam excluídos em tão grande número. Mas esta razão nada obriga. Pois, primeiro, se não é incrível que Deus, por alguns milhares de anos, tenha deixado quase todo o mundo (excetuado, sem dúvida, o povo judeu) nas trevas da idolatria, nas quais certamente pereceram, pode-se facilmente persuadir que o mesmo aconteça agora com os judeus e os turcos. Em segundo lugar, os turcos e os judeus deste tempo podem ser muito menos desculpados por não crerem em Cristo do que outrora os gentios: pois aqueles podem facilmente indagar e aprender a fé de Cristo com os cristãos que vivem entre eles; já estes não podiam, pois estavam cercados de trevas por toda parte e arrastados aos ritos pátrios pelo ímpeto do costume comum. **Enfim, se há alguns que nada ouviram da religião de Cristo e não sentiram nenhum estímulo para buscá-la e abraçá-la, estes não serão condenados por causa da infidelidade, mas por outros pecados que cometeram contra a lei natural; se não cometeram tais pecados, ou serão iluminados por Deus para que cheguem ao conhecimento da fé, ou, se morrerem naquela inocência natural, incorrerão apenas na pena de dano, não na de sentido, no outro século.**

[**7.**] *Voltar à nota*

Diz ele: ***Obj.***: Dirás: o herege tem juízo próprio acerca do que é revelado ou não, mas o motivo formal de crer aquelas coisas que julga reveladas não é esse juízo, nem o motivo prévio pelo qual é levado a esse julgamento, mas somente a autoridade divina reveladora; o juízo próprio sobre as coisas reveladas seria nele apenas uma condição, à maneira de proposição do objeto formal. Além disso, ainda que não creia universalmente à proposição da

Igreja, isso não impede que adira à autoridade divina reveladora nas Escrituras, como à regra suprema e à razão formal de crer, porque a proposição da Igreja não é a regra suprema, nem a razão formal motivadora da fé, mas apenas uma condição. ***R.***: **Esta solução não será facilmente impugnada por aqueles que julgam que a revelação divina é suficientemente aplicada para mover à fé mediante juízo próprio moralmente certo, *ainda que metafisicamente falível***, porque esse juízo, como não é fé, nem se move pela autoridade divina, mas por outros motivos e razões, não será facilmente negado no herege a respeito daqueles artigos que crê. **Entretanto, em nossos princípios, é facilmente impugnado, porque a autoridade divina como reveladora não é motivo da fé, *senão enquanto aplicada infalivelmente por meio de alguma proposição totalmente infalível em propor, porque de outro modo a fé divina em nós não poderia ser de todo infalível, como já acima foi suficientemente mostrado.*** **Mas o herege, ainda a respeito daqueles artigos que crê, não pode ser movido pela autoridade divina *aplicada por meio de proposição totalmente infalível: portanto, ainda a respeito daqueles artigos não tem verdadeira fé divina.*** Provo a menor, **porque a proposição infalível da autoridade divina como reveladora, por cuja força é aplicada para mover à fé divina, é dupla: uma externa e visível, pela Igreja; outra interna e invisível, pela inspiração e iluminação interna. Mas o herege, mesmo em relação àqueles Artigos que crê, não pode ser movido pela autoridade divina aplicada infalivelmente, nem pela proposição externa e visível da Igreja, nem pela interna, vinda da iluminação do Espírito Santo: Logo, não pode ser movido pela autoridade divina aplicada por meio de uma proposição infalível.** A menor é provada, porque, em primeiro lugar, ele não pode ser movido pela autoridade divina, ou revelação, como aplicada infalivelmente pela proposição da Igreja, pois se fosse movido por esta, não negaria um Artigo que a Igreja propõe como revelado. Em segundo lugar, nem por aquela como aplicada internamente pela iluminação do Espírito Santo, porque o Espírito Santo é Doutor universal da Igreja antes de ser de qualquer crente, ***e não propõe interiormente a doutrina***

da fé como deve ser crida, a não ser com subordinação à proposição feita pela Igreja, como órgão visível do próprio Espírito Santo; mas o herege não é movido pela autoridade divina como proposta interiormente com subordinação à proposição visível feita pela Igreja como órgão do Espírito Santo: Logo, não é movido pela autoridade divina como proposta interiormente pela força da ilustração do Espírito Santo.

[**8.**] *Voltar à nota*

6. Na explicação posterior, assume-se este princípio: **todos aqueles que creem nos doze artigos da fé contidos no Símbolo dos Apóstolos podem salvar-se**. Isso é verdadeiro com as seguintes limitações: 1. Se creres explicitamente nos doze artigos **segundo o seu sentido verdadeiro e legítimo**. 2. **Se creres, ao menos implicitamente, nos demais artigos que não se encontram no Símbolo, isto é, se creres de modo geral naquilo que a Igreja crê e estiveres disposto a crer, em particular, em tudo aquilo que a Igreja propõe como devendo ser crido**. 3. ***Se não sustentares erro algum contrário à verdadeira fé***. 4. Se observares os mandamentos de Deus. Daí concluo: **não podem salvar-se em sua fé aqueles que não creem explicitamente nos doze artigos do Símbolo segundo seu sentido legítimo; que não estão dispostos a crer nos demais artigos propostos pela Igreja como devendo ser cridos; que não abandonam os erros contrários à verdadeira fé**; e que não observam os mandamentos de Deus. Ora, os luteranos e os calvinistas são tais. Logo, não podem salvar-se em sua fé.

7. Provo a premissa menor em cada uma de suas partes. Primeiramente, porque, para não falar dos demais artigos, eles não creem neste: **"Creio na santa Igreja Católica." Em segundo lugar, tampouco estão dispostos a crer nos demais artigos propostos pela santa Igreja Católica como devendo ser cridos. Pelo contrário, estão antes dispostos a caluniar a Igreja, como se ela tivesse abandonado a verdadeira fé e se houvesse tornado adúltera.** Em terceiro lugar, tampouco abandonam os erros contrários à verdadeira fé, dos quais se tratou

nos livros anteriores. Finalmente, estão tão longe de observar os preceitos do Decálogo que chegam mesmo a ensinar que eles não podem ser observados. Nisso, em parte, procuram um pretexto para sua própria malícia e, em parte, acusam Deus, como se ele exigisse de nós algo impossível.

[9.] *Voltar à nota*

Fabricador de ídolos, ó Marcos! — Não só por causa da idolatria interior, pela qual se esforçavam em constituir como verdadeira palavra de Deus todas as suas próprias invenções, **os hereges são tornados culpados; mas também porque frequentemente se demonstra que mudavam, com mentiras impuras, a natureza de Deus e suas propriedades, e fingiam outro — ou melhor, vários — deuses estranhos. Isso é provado repetidamente no livro 1, capítulo 19; livro 2, capítulos 9 e 47; e livro 3, capítulo 40. Tertuliano concorda, dizendo que as heresias não diferem da idolatria, pois são da mesma autoria e do mesmo feitio que ela. Com efeito, fingem outro Deus, etc. E ainda: "Assim como as nações fabricam ídolos com as mãos, também os hereges os fabricam com palavras," isto é, um outro Deus e um outro Cristo. Da mesma forma, Atanásio e Lúcifer de Cagliari consideram a heresia dos arianos uma idolatria; Cirilo, a dos nestorianos; Agostinho, a dos maniqueus; Jerônimo, por fim, ao comentar Ezequiel, capítulo 8; Daniel, capítulo 3; Oséias, capítulo 2, transfere para as heresias tudo o que os profetas disseram contra os ídolos, e ensina que toda heresia é uma idolatria espiritual. E novamente escreve: "Cada herege inventa o que quer, e adora sua própria invenção", como Marcião, que forjou um Deus ocioso, Valentim, que inventou trinta éons, Basílides, que adorou o Deus Abraxas, etc. Igualmente confirma Agostinho: "Todo aquele que concebe um Deus tal como Deus não é, carrega no coração um deus estranho e falso." E de si mesmo, quando ainda estava preso à heresia dos maniqueus, ele diz: "O meu erro era o meu Deus, um fantasma vão."** Mas consideremos mais de perto se os luteranos e sacramentários, os principais hereges deste tempo, não sofrem da

mesma torpeza e infâmia. E isso, de fato — se nos devemos fiar nos testemunhos mútuos que eles mesmos prestam uns contra os outros — já está confirmado e provado. Lutero chama os sacramentários de "cães", "destruidores do sacramento", "idólatras que degolam Cristo e Deus Pai em suas palavras, e põem o diabo no lugar de Deus" (cf. Cont. thef. 31). Jezler, por sua vez, zuinglio-calvinista, atesta que os seus sacramentários consideram os luteranos como antropófagos, assassinos de Cristo, adoradores de pão e cultores de um Deus empanado. Quem negará que esse testemunho mútuo dos ditos evangélicos, e ministros que desertaram de todo erro pontifício, seja verdadeiro? Sobretudo porque também os anglicanos, em sua Apologia, os genebrinos, no Prefácio da Harmonia das Confissões, e os poloneses, no consenso de Sandomierz, publicamente confessam que os luteranos e zuinglianos são seus irmãos, amigos e ministros da Palavra os mais unidos; e, por conseguinte, seria extremamente injusto acusá-los de discórdia e desordem! Contudo, vamos confirmar o que propusemos com argumentos mais sólidos. Lutero, no capítulo 47 do Gênesis; Chemnitz, Schlüsselburg, e outros asseclas luteranos de um lado; e Calvino, Vermílio, Bucero, e os sacramentários de outro, admitem espontaneamente que Cristo deve ser adorado na recepção da Eucaristia, pela fé. Porém, em outros lugares, esses mesmos declaram que Cristo está tão ausente do pão da Ceia, quanto o cume dos céus está distante do centro da terra; além disso, já não têm nenhum sacerdote legítimo que possa realmente consagrar, mas apenas leigos profanos e vulgares. Portanto, adorando a Eucaristia — ou o pão de sua Ceia — são, na realidade, idólatras. Além disso, é manifesto que os luteranos admitem e creem como Palavra de Deus aquelas opiniões que Satanás sugeriu a Lutero contra o sacrifício da Missa; que os zuinglianos e sacramentários veneram como se fosse Evangelho divino aquela opinião que um espírito que vagueia nas trevas noturnas revelou a Zuinglio. **E não só essas, mas todas as heresias e opiniões fanáticas que recentemente inventaram ou restauraram a partir dos antigos heresiarcas, veneram-nas como Palavra de Deus. Ninguém, portanto, negará que todos eles são verdadeiros idólatras, tanto no nome quanto no ser. Além disso, ao forjarem um Deus autor dos males, isto é, causador de todos os crimes, tanto nos demônios como**

nos homens, que cria os homens com o fim determinado de perdê-los, que os força necessariamente a agir e ousar o que for, abolida toda liberdade do arbítrio, que não se comove com a sorte dos ímpios, que por fim nem pode compreender, nem querer, nem realizar que um corpo esteja simultaneamente em vários lugares — acaso não inventam e adoram um novo e falso Deus? Um Deus assim jamais foi pregado pelos profetas, nem pelos apóstolos, nem foi até hoje reconhecido pelo mundo cristão. ***Além disso, ao apresentarem Cristo como nascido de sua mãe de modo comum, ignorante, ensinando impropriamente e raciocinando absurdamente; como alguém que, oposto ao juízo de Deus, não pôde merecer nem satisfazer por nós; como alguém que, por fraqueza de ânimo, esqueceu-se de ser o Redentor do mundo; que se recusou a cumprir seu ofício; que emitiu votos irrefletidos, que deviam ser castigados, revogados, e que contrariavam sua vocação; que pediu ao Pai coisas impossíveis de serem concedidas; e que, finalmente, sendo culpado de todos os pecados do mundo, sujeito à maldição e ira divina, proferiu na morte palavras cheias de desespero — esses erigem e estabelecem um Cristo totalmente novo, isto é, um ídolo abominável, a ser adorado e cultuado por eles. Pois um Cristo assim jamais foi anunciado pelos Apóstolos, jamais foi pregado pelos Discípulos, jamais foi crido pelos Mártires, jamais foi invocado pelos Confessores, jamais foi temido pelas Virgens, jamais foi cultuado até hoje por toda a Igreja dos cristãos, etc. Portanto, que o Espírito Santo abra os olhos desses cegos, para que, reconhecendo e abandonando a hedionda abominação dos seus ídolos, possam algum dia retornar ao culto do único e verdadeiro Deus e de seu Cristo, conservado até hoje na Igreja Católica.***

[10.] *Voltar à nota*

Crer explicitamente é crer em algo em si mesmo, de modo que isso seja o objeto direto e imediato sobre o qual recai o assentimento da fé. **Crer implicitamente é crer em algo apenas dentro**

> **de outra coisa — porque aquilo que assim é crido não é conhecido diretamente, nem o intelecto forma seu próprio conceito adequado e distinto da proposição que se diz ser crida implicitamente, mas antes de outra proposição na qual a primeira está contida. A fé implícita e virtual existe quando se crê em certo princípio juntamente com a conclusão que pode ser dele extraída — de modo tão certo que ninguém poderia negá-la.** Por exemplo, **cremos explicitamente que Cristo é verdadeiramente homem; não cremos ao mesmo tempo, implícita e virtualmente, que Cristo é visível? Quem crê que Cristo é verdadeiramente homem apreende imediatamente a essência do homem, e a essência do homem é o objeto direto de seu assentimento. A visibilidade, porém, não é apreendida diretamente — mas, como está contida na essência sob o aspecto de uma propriedade lógica, diz-se que é implicitamente crida e apreendida juntamente com a essência explicitamente crida, assim como uma conclusão está contida em seu princípio, do qual também pode ser demonstrada.**

É digno de se notar que tais irmãos trataram, séculos antes, de desculpas inventadas por protestantes para justificar que não seriam, de qualquer modo, culpados por seus erros. Tais desculpas foram adotadas no Concílio Vaticano II para justificar seu ecumenismo e diálogo com tais seitas heréticas. Vejamos o que dizem em :

> II. Segunda desculpa: dizem que não foram eles que se afastaram da unidade da Igreja Católica, mas seus maiores, como Calvino, Lutero e outros semelhantes, **pois eles próprios nasceram e foram educados em Igrejas protestantes**. Responde Santo Agostinho (Sobre o Batismo contra os Donatistas, livro I, cap. 5): "Aqueles que por ignorância são batizados ali (entre os hereges), crendo que aquela é a Igreja de Cristo, em relação àqueles que sabem que é herética, pecam menos; contudo, são feridos pelo sacrilégio do cisma — não que pequem levemente, mas porque os outros pecam mais gravemente." (cf. também Contra as cartas de Petiliano, livro I, cap. 25; livro II, cap. 8; Sobre a Unidade da Igreja, cap. 2; e Santo Optato de Milevo, livros I e II.)

III. Terceira desculpa: **dizem que são batizados, que creem em Cristo, que se dedicam às boas obras, e por isso esperam a salvação, ainda que permaneçam na parte dividida da unidade da Igreja Católica. Responde Santo Agostinho (Contra as cartas de Petiliano, livro I, cap. 77): "Costumamos mostrar de que modo o batismo ou a fé de nada aproveitam aos homens, quando não há caridade; para que, vindo vós à unidade católica, entendais o que vos é então conferido, e quanto vos faltava antes. Pois a caridade cristã não pode conservar-se senão na unidade da Igreja; e assim vejais que sem ela nada sois, ainda que tenhais batismo e fé, e ainda que, por essa fé, possais mover montes. Se, portanto, esta é também a vossa sentença, não desprezemos nem os sacramentos de Deus, que reconhecemos, nem a própria fé, mas mantenhamos a caridade, sem a qual, mesmo com sacramentos e com fé, nada somos. Ora, conservamos a caridade se abraçamos a unidade; e abraçamos a unidade se a reconhecemos não pelas nossas palavras, mas pelas palavras de Cristo, não em uma parte, mas na unidade."** (Cf. também Contra Crescêncio, livro II, cap. 12; In Psalmum 88; De Pastoribus, livro I, cap. 12; e Epístola 152.)

Concílio Vaticano II, Decreto *Unitatis redintegratio* sobre o ecumenismo, 21 nov. 1964, n. 3.; Veja em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19641121_unitatis-redintegratio_po.html:

> Aqueles, porém, que agora nascem em tais comunidades e são instruídos na fé de Cristo, ***1)*** **não podem ser acusados do pecado da separação, e a Igreja católica os abraça com fraterna reverência e amor**. ***2) Pois que crêem em Cristo e foram devidamente baptizados, estão numa certa comunhão, embora não perfeita, com a Igreja católica.***